EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

CONTEXTUALIZANDO E COMPREENDENDO AS NECESSIDADES SOCIAIS

VOLUME II

Frederico Celestino Barbosa

Ciências sociais aplicadas: contextualizando e compreendendo as necessidades sociais

2ª ed.

Piracanjuba-GO
Editora Conhecimento Livre
Piracanjuba-GO

Copyright© 2022 por Editora Conhecimento Livre

2ª ed.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Barbosa, Frederico Celestino
B238C Ciências sociais aplicadas: contextualizando e compreendendo as necessidades sociais

/ Frederico Celestino Barbosa. – Piracanjuba-GO

Editora Conhecimento Livre, 2022

315 f.: il
DOI: 10.37423/2022.edcl414
ISBN: 978-65-5367-058-7
Modo de acesso: World Wide Web
Incluir Bibliografia

1. atualidade 2. relacionamento 3. soluções I. Barbosa, Frederico Celestino II. Título

CDU: 300

https://doi.org/10.37423/2022.edcl414

O conteúdo dos artigos e sua correção ortográfica são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Corpo Editorial

Dr. João Luís Ribeiro Ulhôa

Dra. Eyde Cristianne Saraiva-Bonatto

MSc. Frederico Celestino Barbosa

MSc. Carlos Eduardo de Oliveira Gontijo

MSc. Plínio Ferreira Pires

Editora Conhecimento Livre
Piracanjuba-GO
2022

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 7
UMA ANÁLISE JURISPRUDENCIAL E DOUTRINÁRIA DAS DIVERGÊNCIAS QUE CERCAM A TUTELA PROVISÓRIA ANTECIPADA ANTECEDENTE
Matheus Henrique Silva
DOI 10.37423/220105222

CAPÍTULO 2 33
CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DAS BICAS PÚBLICAS DE OLINDA: SÃO PEDRO, QUATRO CANTOS E ROSÁRIO - SISTEMA COLONIAL DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA
VANIA AVELAR DE ALBUQUERQUE
DOI 10.37423/220105245

CAPÍTULO 3 51
A COMPOSIÇÃO DO DESEMPREGO NO BRASIL DE 2012 A 2016/2017:UMA ABORDAGEM REGIONAL
Geissiele Goncalves Pereira
Katy Maia
Magno Rogério Gomes
DOI 10.37423/220105254

CAPÍTULO 4 83
CIDADE SITIADA, SENTIDOS MILITARIZADOS: A INTERVENÇÃO MILITAR NO RIO DE JANEIRO PELAS PÁGINAS DO O GLOBO
Igor Lacerda
DOI 10.37423/220105273

CAPÍTULO 5 99
A COMUNICAÇÃO PÚBLICA DA CIÊNCIA DIANTE DA PANDEMIA
Maria José da Costa Oliveira
Heloiza Matos e Nobre
Celso Dal Ré Carneiro
Ronaldo Barbosa
DOI 10.37423/220105292

CAPÍTULO 6 116
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE GOIÁS: PROPOSTA DE REQUISITOS DE ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO PARA REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO OFICIAL DIGITAL.
SUELITON RIBEIRO DE SOUSA
Martha Izabel de Souza Duarte
DOI 10.37423/220205299

CAPÍTULO 7 131
A COMUNICAÇÃO DE CRISE DO GOVERNO BRASILEIRO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 EM 2020: A ESTRATÉGIA COMUNICATIVA É A DESINFORMAÇÃO?
Andréia Silveira Athaydes
Karen Cristina Kraemer Abreu
Lana D'Ávila Campanella
José Antonio Meira da Rocha
DOI 10.37423/220205301

CAPÍTULO 8 148
RICARDO STUCKERT: AS IMAGENS DE LULA
Camila Leite de Araujo
Érico Cardoso Lima
DOI 10.37423/220205304

CAPÍTULO 9 163
ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO DO ENVELHECIMENTO HUMANO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA.
Victória Maria de Freitas Nunes
Leonardo Farias de Arruda
Jéssyka Sena de Medeiros
Maria do Carmo Eulálio
DOI 10.37423/220205308

CAPÍTULO 10 175
PLANEJAMENTO DE ASSESSORIA DE IMPRENSA PARA A PROFISSIONAL LIBERAL FERNANDA MODOLO
Daniela Esperandio Dias
Lara Mireny Freitas Patrocínio
Rafhael Ferreira Pardin
Victoria Maria Singui Guimarães
Mirella Bravo de Souza Bonella
DOI 10.37423/220205311

CAPÍTULO 11 187
ART DÉCO EM SANTA ROSA: AS EDIFICAÇÕES PRODUZIDAS PELA CONSTRUTORA MEDAGLIA NA AVENIDA RIO BRANCO
ANA CLÁUDIA BÖER BREIER
Bianca Cristina Saling
Hayatt Husam Mansour
DOI 10.37423/220205312

CAPÍTULO 12 203
AÇÃO (COM)VIDA: CUIDADOS COM A SAÚDE MENTAL EM TEMPOS DE PANDEMIA
Lana D'Ávila Campanella
Karen Cristina Kraemer Abreu
Bernardo Mallman
Letícia de Oliveira Giovanelli
Luiza Fanfa dos Santos
Maria Gabrielli Ribeiro de Souza
DOI 10.37423/220205326

CAPÍTULO 13 218
PODER PÚBLICO E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE VINHEDO/SP
Luiz Henrique Vieira da Silva
Samuel Carvalho De Benedicto
DOI 10.37423/220205335

CAPÍTULO 14 241
COMPREENDENDO A LIDERANÇA A PARTIR DA PERSPECTIVA DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL E GESTÃO DAS EMOÇÕES: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO
Ana Luiza Santos Terra
Patrícia Fonseca de Souza Chaves
Cristiane Gontijo Araújo
DOI 10.37423/220205337

CAPÍTULO 15 265
O CONCEITO DE ESTADO NO PENSAMENTO DE MAX WEBER
Cristian Saremberger
Ariosto Saremberger
DOI 10.37423/220205355

CAPÍTULO 16 276
UM MODELO SISTÊMICO PARA GESTÃO INTELIGENTE DAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS
Saide Kahtouni
DOI 10.37423/220205357

CAPÍTULO 17 294
O CUIDADO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL DE VALOR HUMANO: AS TRILHAS DE MILITÂNCIAS DE MULHERES ASSENTADAS NO INTERIOR DO CEARÁ.
Neíres Alves de Freitas
Maria Rocineide Ferreira da Silva
Mikaele Alves Freitas
Rafaelly Sousa Gomes
Karine da Silva Oliveira
Francisca Dalila Paiva Damasceno de Lima
Vitória Monteiro Monte Oliveira
Roseni Pinheiro
DOI 10.37423/220205376

SUMÁRIO

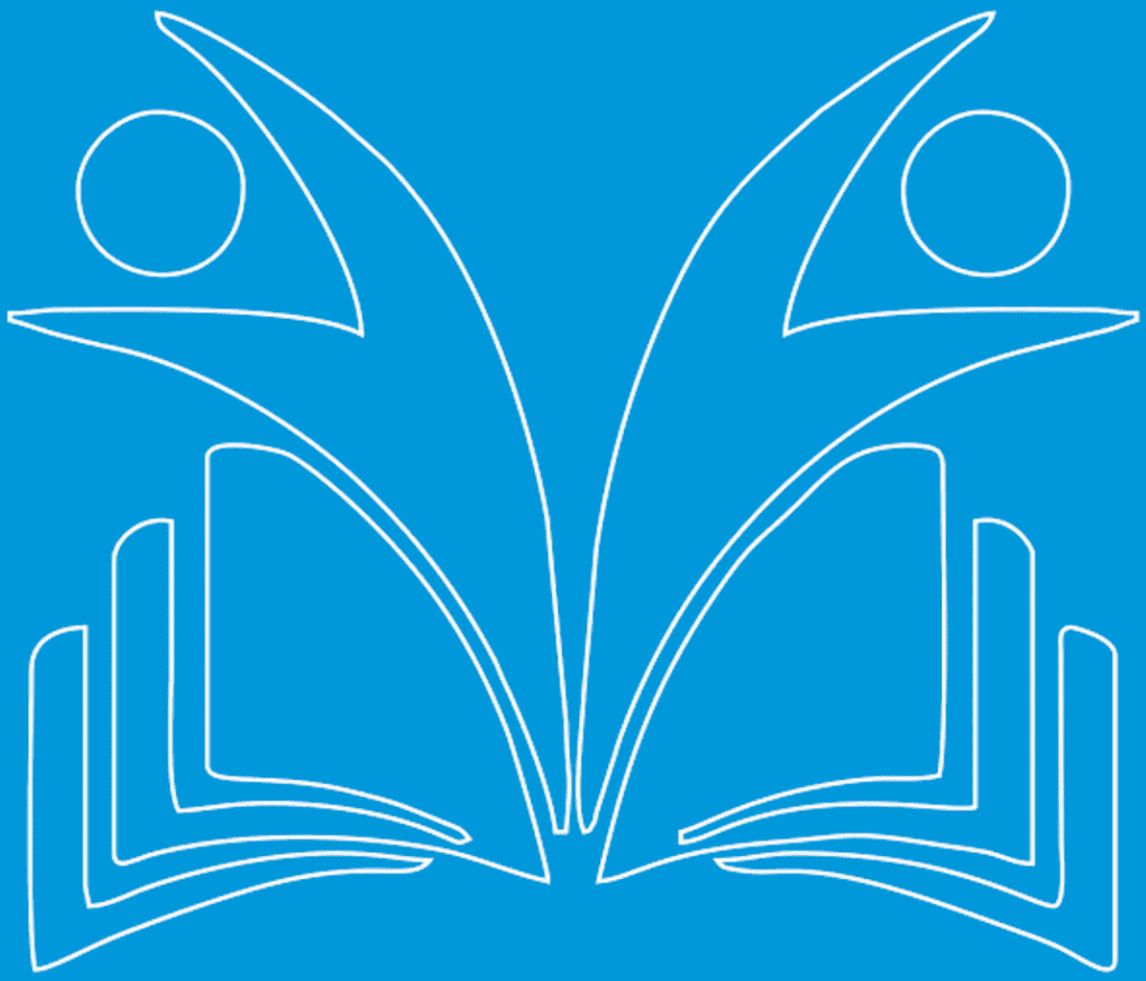
Capítulo 1

10.37423/220105222

UMA ANÁLISE JURISPRUDENCIAL E DOUTRINÁRIA DAS DIVERGÊNCIAS QUE CERCAM A TUTELA PROVISÓRIA ANTECIPADA ANTECEDENTE

Matheus Henrique Silva

Instituto Luterano de Ensino Superior - ILES/ULBRA



Resumo: O presente trabalho visa analisar de forma crítica dedutiva as disposições jurisprudenciais e doutrinárias que cercam o instituto da tutela provisória de urgência de natureza antecipada requerida em caráter antecedente, como forma de se verificar se a apresentação de contestação ou qualquer meio de irresignação frente a decisão prestes a estabilizar é suficiente para obstar a sua estabilização. Em seu desenvolvimento, caracteriza os elementos dogmáticos que envolvem a tutela provisória, diferenciando-a da tutela exauriente, bem como explana acerca das modalidades de tutela provisória vigentes no ordenamento jurídico brasileiro. Ao fim, confronta os entendimentos jurisprudenciais e doutrinários divergentes, com a finalidade de aclarar a controvérsia central do problema proposto, qual seja se a mera demonstração de irresignação do réu é suficiente para obstar a estabilização da tutela provisória, ou se a disposição legal prevê, na verdade, um ônus processual próprio do interessado. A diretriz metodológica científica utilizada foi a dedutiva, tendo sido concluído que, ainda que respeitando as opiniões contrárias, o legislador foi claro ao utilizar-se da expressão recurso como única forma de obstar a estabilização da tutela.

Palavras chave: Tutela provisória. Cognição sumária. Tutela antecipada antecedente. Estabilização da tutela provisória.

1. INTRODUÇÃO

A tutela provisória foi regulada no ordenamento jurídico brasileiro por meio do Livro V do Código de Processo Civil de 2015, tendo os posicionamentos divergentes quanto a sua aplicação perdurado até os dias atuais, tanto na jurisprudência quanto na doutrina.

Diferentemente do antigo Código de Processo Civil, atualmente as formas de concessão de medidas antecipativas ou cautelares foram reunidas em torno de uma única figura, não mais existindo, por exemplo, o procedimento cautelar apartado do feito principal, como antes previa o artigo 796, do regramento processual de 1973.

Entretanto, em que pese estarem reunidas em torno de uma única figura, a vigência do texto legal também ocasionou o surgimento de divergências interpretativas.

O tema central do presente trabalho é justamente uma proposta de análise as divergências jurisprudenciais e doutrinárias acerca de uma das formas de tutela provisória que foi introduzida pelo CPC de 2015, a tutela provisória de urgência de natureza antecipada requerida em caráter antecedente.

Como problemática norteadora, o foco é em um tema amplamente discutido pelos atuais processualistas civis brasileiros e de grande controvérsia, que é se a mera demonstração de irresignação do requerida é suficiente para se obstar a estabilização da tutela provisória antecipada antecedente.

Para desmistificar o problema central, é necessário que se caracterize a tutela provisória na sistemática adotada atualmente pelo ordenamento jurídico, diferenciando-a da tutela exauriente, bem como que se conceitue as diversas modalidades de tutela provisória constantes à disposição do jurisdicionado, realizando, ao final, o confronto dos posicionamentos divergentes quanto a interpretação da redação adotada pelo artigo 304 do Código de Processo Civil, que versa sobre a estabilização da tutela provisória antecipada antecedente.

A hipótese colocada a prova foi a de que seria possível afirmar que o intento legislativo do supracitado dispositivo é o de incumbir ao requerido um ônus processual ao requerida, estando incorreto, portanto, a interpretação que relativa o termo recurso empregado.

Em que pese o microssistema processual não ser amplamente difundido entre os operadores do Direito, haja vista que diversas são as divergências interpretativas, o tema é de grande relevância, uma vez que busca desbravar os argumentos elaborados pelas principais mentes jurídicas, ponderando-os

com a real intenção legislativa, como forma de se chegar a um consenso em relação ao óbice da estabilização da tutela provisória descrita no artigo 304, do CPC.

Promovendo uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, serão abordados também outros temas em voga referente a tutela provisória antecipada antecedente, sobretudo acerca da inserção do instituto no ordenamento jurídico, o momento de aditamento da inicial, a teoria da monitorização da tutela provisória, entre outros.

2. TUTELA JURISDICIONAL E SUA A MODALIDADE PRECÁRIA

A ideia de tutela jurisdicional está intrinsecamente ligada a função incumbida ao Poder Judiciário no Estado Democrático de Direito, enquanto seus membros investidos da jurisdição estatal, sendo, no conceito utilizado pelo ordenamento jurídico brasileiro, a substitutividade[1] do interesse individual pelo comando emanado pelo Estado-juiz uma das características principais que regem a jurisdição.

Sobre o tema, Marcus Vinicius Rios Gonçalves[2], bem elabora:

> Nas sociedades modernas, o Estado assumiu para si, em caráter de exclusividade, o poder-dever de solucionar os conflitos. Desde então, compete-lhe a elaboração das regras gerais de conduta e a sua aplicação aos casos concretos. Ele é suficientemente forte para impor a qualquer membro da coletividade o cumprimento da norma jurídica concreta. A solução dos conflitos é dada pelo Estado mesmo quando ele próprio é um dos envolvidos, por isso há divisão de funções das atividades estatais. Compete ao Estado-juiz a solução dos conflitos de interesses, que, desde então, passou a ser imparcial. O Estado substituiu-se às partes, incumbindo a ele dar a almejada solução para o litígio.

Releva realçar que para a concretização da jurisdição por meio da tutela jurisdicional é necessário, além de outras premissas, que situação seja submetida a um rito processual específico e previsto anteriormente. Em nosso ordenamento jurídico, as regras procedimentais vigentes na seara cível estão previstas, em sua grande maioria, na Lei n° 13.105/2015, também chamada de Código de Processo Civil.

Em que pese os avanços e atualizações trazidas pela nova legislação, é cediço que um dos grandes problemas que ainda permeia o Judiciário brasileiro é a demora na prestação jurisdicional efetiva. O presente trabalho não busca discutir ou mesmo encontrar métodos para incentivar a celeridade processual, mas a constatação torna-se fundamental para o entendimento da função da tutela provisória.

No sistema processual vigente, a tutela jurisdicional é proferida observando-se princípios basilares e constitucionais, a exemplo da isonomia, do contraditório e do devido processo legal. Findo o rito

procedimental previsto, a autoridade judicante proferirá sua decisão em análise ao conjunto de provas colacionadas ao processo. Essa decisão tem, por sua natureza, a característica de exaurimento da matéria levada a apreciação, uma vez que foi submetida ao conhecimento e possível atuação da outra parte para influir na convicção do magistrado.

A cognição exauriente da matéria, em teoria, deveria ser o objetivo de todo aquele que bate às portas do Judiciário, uma vez que esta, após a sua definitividade, é a concretização da tutela jurisdicional na sociedade.

Entrementes, ao respeitar os requisitos necessários para a formação da cognição exauriente, é válido ressaltar que o lapso temporal tende a ir em desfavor daquele que pretende a obtenção da tutela judicial, ficando desguarnecidas as situações jurídicas que não podem, em razão de sua urgência ou sua evidência factual, suportar o ônus da demora.

Para tanto, foi criado o instituto da tutela provisória no ordenamento jurídico brasileiro. Ao abordar a tutela provisória como função de dar efetividade ao processo, Marcus Vinicius[3] pontua que "sem ela, o ônus da demora seria sempre do autor, podendo o réu sentir-se estimulado a fazer uso dos mais diversos mecanismos para retardar o desfecho do processo.".

No microssistema processual, o magistrado poderá conceder por meio de decisão apenas em cognição sumária, desde que presentes os requisitos autorizadores, a tutela pretendida ao fim do processo, também chamada de antecipada, ou mesmo meios que assegurem o cumprimento de uma possível e futura ordem judicial exauriente, também chamada de cautelar.

O professor Marcus Vinicius Rios Gonçalves[4] afirma ainda que:

> É inequívoco que ela é uma espécie de tutela diferenciada, em que a cognição do juiz não é exauriente, mas sumária, fundada ou em verossimilhança ou em evidência, razão pela qual terá natureza provisória, podendo ser, a qualquer tempo, revogada ou modificada. Sua finalidade é ou afastar o perigo a que está sujeita a tutela jurisdicional definitiva, o que ela alcança por meio da antecipação dos efeitos da sentença ou pela adoção de uma medida protetiva, assecurativa, que visa não satisfazer, mas preservar o provimento final, ou redistribuir os ônus da demora na solução do processo, quando o direito tutelado for evidente.

Ressalta-se que o instituto da tutela provisória também poderá ser utilizado mediante cognição exauriente, uma vez que sua concessão em sentença obstará o efeito suspensivo de eventual recurso de apelação, conforme preleciona o inciso V, do §1°, do artigo 1.012, do Código de Processo Civil. Tal tema foi esmiuçado por Vitor Paiva Fiorindo[5], tendo sido concluído que, quando concedida em

sentença, a tutela provisória também será um meio de efetividade judicial, desde que respeite a sistemática adotada pelo ordenamento jurídico pátrio.

2.1. A REVOGAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DA TUTELA PROVISÓRIA

Sendo essa uma medida, em regra, proferida em sede de cognição sumária, o legislador teve a cautela de prever expressamente que, uma vez deferida, a medida poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo, conforme depreende-se do artigo 296, do Código de Ritos.

Todavia, como bem elabora Guilherme Sarri Carreira[6], o dever de motivação inerente a atuação judicante também se faz presente nessa situação, devendo o juiz expor os motivos fáticos e legais que o levaram a mudar o entendimento antes exarado.

Ao ser proferido *decisum* que não obedece ao dever legal de motivação, tal ato estará fadado a pecha de teratológico.

Neste sentido, Alexandre de Freitas Câmara[7] afirma, ao se referir a possibilidade de reavaliação da motivação da tutela, que:

> A modificação ou revogação da tutela provisória poderá ocorrer por conta do possível surgimento de novos elementos, não considerados no momento da decisão que a deferiu, o que se revela possível dado o fato de que a cognição a ser exercida pelo juiz ao longo do processo tende a aprofundar-se, tornando-se exauriente (isto é, uma cognição capaz de permitir a formação de decisões fundadas em juízos de certeza).

Em uma breve análise a esclarecedora referência, cumpre ressaltar que o avanço da cognição em um determinado processo judicial torna pleno o princípio do contraditório, ante a real existência da possibilidade do réu influir na convicção sumária do magistrado, e modificá-la, expondo as razões pela qual a pretensão deve ser revista

3. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA E EVIDÊNCIA E SEUS REQUISITOS.

O legislador ao pensar a estrutura da tutela provisória no ordenamento jurídico promoveu sua divisão em duas ramificações principais: a tutela provisória de urgência e a tutela provisória de evidência.

A tutela provisória de urgência encontra-se fundamentada nos artigos 294 a 310 do Código de Ritos, dividindo-se nos dispositivos entre as normas gerais, as de natureza antecipada antecedente e as de natureza cautelar antecedente.

Já a tutela provisória de evidência está contida apenas no artigo 311, do mesmo *Codex*.

A principal característica que diferencia a tutela fundada na urgência da tutela fundada na evidência são os requisitos autorizadores para sua concessão.

O *periculum in mora*, como é comumente chamado o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, é um dos pressupostos concessivos da medida de urgência, ao passo que para a tutela de evidência não se requer tal demonstração.

Em que pese não constar expressamente como perigo na demora no texto legal, Marinoni, Arenhart e Mitidiero[8] defendem que seria a expressão correta para melhor entendimento:

> O perigo na demora é suficientemente aberto, ademais, para viabilizar tanto uma tutela contra o ilícito como uma tutela contra o dano. Há perigo na demora porque, se a tutela tardar, o ilícito pode ocorrer, continuar ocorrendo, ocorrer novamente ou pode o dano ser irreparável, de difícil reparação ou não encontrar adequado ressarcimento. Daí que "perigo de dano" e "risco ao resultado útil do processo" devem ser lidos como "perigo na demora" para caracterização da urgência.

O requisito estará satisfeito quando elaborada argumentação factível das razões em que se vislumbra o possível perecimento do direito, ineficiência da atuação judicial quando prolatada a tutela apenas ao fim do processo, ou mesmo quando necessário assegurar, de forma cautelar, um cumprimento legal.

Ao mencionar o *periculum in mora*, torna-se necessário também citar, ainda que *en passant*, a sua modalidade inversa.

O perigo na demora inverso é um dos requisitos da forma antecipada da tutela provisória, e pode ser conceituado como a impossibilidade de reversão dos efeitos gerados pelo deferimento de uma tutela em cognição sumária.

O magistrado ao analisar o pedido de tutela provisória deve ponderar a exteriorização dos efeitos da medida, não podendo, em razão do disposto no §3°, do artigo 300, do CPC, adotar diligências as quais não podem ser revertidas após o seu cumprimento.

Tal limitação é fundamental para que o instituto da tutela provisória não ganhe força o suficiente para se comparar a uma decisão exauriente, esta sim produzindo seus regulares e ilimitados efeitos.

Em que pese a existência de limitação dos efeitos da tutela, parte da doutrina entende que esta deve ser relativizada.

A relativização dessa limitação é chamada por Athos Gusmão Carneiro *apud.* Marcus Vinicius Rios Gonçalves[9]como irreversibilidade recíproca, senão vejamos:

> Com certa frequência, o pressuposto da irreversibilidade ficará 'superado' ante a constatação da 'recíproca irreversibilidade'. Concedida a antecipação de tutela, e efetivada, cria-se situação irreversível em favor do autor; denegada, a situação será irreversível em prol do demandado.

Para a solução de um eventual impasse entre uma irreversibilidade recíproca, a saída apontada por Marcus Vinicius, em complemento ao raciocínio acima elencado, seria "...o juiz valer-se do princípio da proporcionalidade, determinando a proteção do interesse mais relevante, e afastando o risco mais grave.".

Noutro prumo, também é requisito para concessão para concessão de tutela provisória a presença do *fumus boni iuris*, comumente chamado de fumaça do bom direito. Por meio desse requisito, incumbe ao sujeito processual que pleiteia a tutela, seja na sua modalidade de urgência ou de evidência, a demonstração da verossimilhança de suas alegações, fazendo prova robusta capaz de influir na convicção do magistrado. Ressalta-se que, para a tutela de evidência, a prova deverá ser, de certa forma e em sede de cognição sumária, inequívoca.

Acerca da tutela de evidência, releva realçar que esta só poderá ser concedida nas situações que estão elencadas nos incisos do artigo 311, observando-se, ainda, a vedação para concessão de medida sem a oitiva da outra parte, o usualmente chamado *inaudita altera parte*, que consta expresso no parágrafo único do artigo 311.

Ao revés da possibilidade legal de deferimento sem o contraditório prévio que consta nos incisos II e III do artigo 311, Streck, Delfino e Sousa *apud.* Guilherme Sarri Carreira[10] defendem a existência de latente inconstitucionalidade da norma, vez que a preterição do princípio constitucional do contraditório se demonstra desarrazoada ante a inexistência de urgência para deferimento da medida, não havendo prejuízo, portanto, caso a análise seja postergada para após a triangularização processual.

Segundo Marinoni, Arenhart e Mitidiero[11], as hipóteses arroladas no texto legal supradito deveriam ter sido resumidas em uma noção de defesa inconsistente, uma vez que o lastro fático probatório é tão desfavorável ao requerido que as eventuais defesas apresentadas serviriam apenas para a concretização dos temidos conceitos de abuso do direito de defesa e manifesto propósito protelatório, o que justificaria o deferimento da medida antes de eventual intervenção do demandado.

3.1. A NATUREZA ANTECIPADA E A NATUREZA CAUTELAR

Não obstante os conceitos já apresentados, a tutela provisória de urgência também se divide em duas naturezas, a antecipada e a cautelar. A natureza da tutela será definida conforme o caso concreto e a finalidade que se busca com o provimento judicial provisório, podendo o juiz, inclusive, apreciar a tutela antecedente na forma que julgar necessária, tornando-a fungível, ante a disposição legal do parágrafo único do artigo 305, CPC.

O jurisdicionado ao postular por uma tutela de natureza antecipada terá como objetivo uma medida satisfativa, que antes só poderia ser alcançada em sede de cognição exauriente, mas que uma vez dotada dos requisitos necessários, o *periculum in mora* e o *fumus boni iuris*, poderá ser concedida como forma de antecipação dos efeitos da tutela judicial.

O professor Marcus Vinicius Rios Gonçalves[12] assim preleciona: "O que há de mais característico na tutela antecipada é que ela, antecipadamente, satisfaz, no todo ou em parte, a pretensão formulada pelo autor, concedendo-lhe os efeitos ou consequências jurídicas que ele visou obter com o ajuizamento da ação".

Uma situação que comumente bate às portas do Judiciário, e que é de fácil visualização da aplicação do instituto processual em sua forma antecipada, é o caso da negativação indevida em cadastro de inadimplentes referente a débito já pago. A probabilidade do direito de ter o débito declarado como quitado estará suficientemente satisfeita pelo comprovante de adimplemento da obrigação, ao ponto que o perigo da demora se justificará em razão dos problemas ocasionados pelo ato ilícito cometido, que terá seus efeitos perdurando enquanto não cessar a inscrição. Neste caso, estando suficientemente comprovada a presença dos requisitos autorizadores ao pensar do magistrado, a retirada da inscrição no cadastro de inadimplentes seria a medida imperante para que o demandante não arcasse com o ônus da demora do processo.

Em outro prumo, encontra-se a tutela de urgência cautelar, que é assim diferenciada por Elpídio Donizeti[13]:

> A diferença fundamental entre a tutela antecipada e a tutela cautelar é que naquela o juiz vai satisfazer no todo ou em parte o direito do postulante, de forma a permitir-lhe que desse direito usufrua, recaindo o ônus da demora sobre a parte adversa. Na tutela cautelar, ao contrário, não há satisfatividade do direito substancial postulado; a tutela se restringe ao acautelamento desse direito ou enquanto for útil à realização dele. Não se olvida que, em certos casos, a linha entre a satisfação e o acautelamento é tênue, razão por que se admite a fungibilidade, em mão dupla, entre tutela cautelar e tutela satisfativa.

Enquanto a tutela antecipada persegue uma melhor distribuição da demora processual, a tutela cautelar busca garantir a efetividade da tutela jurisdicional.

Como sabido, um dos grandes problemas do Poder Judiciário é a ineficácia de suas medidas, que acaba descredibilizando-o perante a sociedade. Contudo, muita das vezes a ineficácia não é ocasionada por motivos de seu domínio, mas sim pelas relações jurídicas levadas a sua tutela. Por um infortúnio, o chamado "ganha, mas não leva" é comumente visto entre as demandas judiciais.

Para tanto, o legislador, inspirando-se no artigo 796 e seguintes do Código de Processo Civil de 1973, criou a figura a tutela de urgência em sua forma cautelar.

Acerca do tema, Eduardo Lamy[14] em seu livro dedicado ao estudo da tutela provisória assim define o instrumento processual *sub examine*:

> A técnica cautelar é aquela que objetiva assegurar o resultado útil da demanda principal a qual é apenas acessória. A noção de cautela liga-se à ideia de garantia do bem jurídico objeto de outra ação. Por isso mesmo, o provimento urgente, oriundo de técnica cautelar propriamente dita, sempre se refere a uma demanda – outra – principal, possuindo as características primordiais da referibilidade e acessoriedade.

Ouso, ainda, acrescentar o princípio do sincretismo processual na ideia do nobre doutrinador, pois, apesar de aceita na doutrina a separação técnica entre as demandas, sendo a principal definida como o direito em litígio e a acessória como os meios assecuratórios para efetividade de uma eventual tutela em caráter exauriente, o processo observará sua forma sincrética, sendo o pedido formulado no bojo de uma ação em trâmite, em sua forma incidental, ou por meio de sua forma antecedente, que observará o artigo 308, do NCPC, para formulação do pedido principal.

A título exemplificativo, a tutela cautelar é comumente vista nas ações que investigam atos ímprobos de agentes públicos no bojo da ação de improbidade administrativa, regida pela Lei n° 8.429/92, ante a expressa previsão legal da possibilidade de indisponibilidade de bens que garantam o ressarcimento do erário, comando esse extraído do artigo 7° da referida lei. Sem essa possibilidade de garantir o ressarcimento dos cofres públicos de plano, é grande a probabilidade do trabalho despedindo para tramitação e julgamento do feito ser inócuo.

3.2. TUTELA PROVISÓRIA REQUERIDA EM CARÁTER INCIDENTAL E ANTECEDENTE

Aprofundando na temática, faz-se necessário explanar acerca do momento processual em que a tutela provisória poderá ser requerida.

O chamado caráter incidental da tutela pode ser assim definido quando o pedido é formulado no bojo processual em que a demanda está posta, podendo ser postulado em conjunto com a peça inicial ou durante todo o procedimento de tramitação, por meio de simples petição. Repisa-se, neste ponto, que a tutela poderá ser deferida também em sentença meritória, como forma de inversão do ônus da demora processual, afastando o efeito suspensivo de uma eventual apelação.

A forma incidental será utilizada tanto pelos pedidos fundados na urgência do caso, quanto pelos pedidos fundados na evidência, independente do pagamento de custas processuais quando formulada.

De outro lado, encontra-se o tema central do presente artigo: a tutela antecedente.

Ao unificar as formas de tutela jurisdicional provisória, o legislador entendeu necessário não deixar desguarnecidas as demandas que, por serem tão urgentes, sequer poderiam aguardar o manejo pelo advogado de uma ação própria para tutelar a relação jurídica, daí surgiu a tutela antecedente. Em proêmio, ressalta-se também que essa forma de tutela poderá ser utilizada por aquele que busca a estabilização da tutela proferida em cognição sumária, que será vista mais a frente, desde que a urgência seja contemporânea a demanda.

A tutela antecedente é o procedimento utilizado para buscar a prestação jurisdicional antes mesmo do ajuizamento da demanda principal, podendo ser requerida apenas fundada na urgência, seja para antecipação da tutela ou para medida cautelar, excluindo-se, assim, a tutela fundada na evidência.

Todavia, em que pese o texto legal não prever a tutela de evidência na sua forma antecedente, o professor Daniel Amorim Assumpção Neves[15] vislumbra a possibilidade de sua aplicação:

> Não concordo com a opinião doutrinária de que o legislador acertou porque o pedido de tutela provisória em caráter antecedente está condicionado a situações de urgência. Na realidade é plenamente justificável que um pedido de tutela de evidência se faça de forma antecedente, sem qualquer exigência de urgência ainda mais pela possibilidade de estabilização da tutela provisória nos termos do art. 304 do Novo CPC. Admitindo-se a tutela de evidência de forma antecedente, mesmo sem o amparo de norma expressa nesse sentido, é preciso lembrar que seu cabimento está limitado às duas hipóteses previstas no art. 311 do Novo CPC, em que é cabível a concessão dessa espécie de tutela provisória liminarmente.

Insta salientar, contudo, que o posicionamento epigrafado diverge da boa doutrina e da jurisprudência, mantendo-se aceita, portanto, a tutela de evidência apenas em sua modalidade incidental.

3.3. A ATABALHOADA INSERÇÃO DA ANTECIPAÇÃO EM CARÁTER ANTECEDENTE NO NOVO CÓDIGO

Com a vigência do Código de Processo Civil de 2015, diversas foram as críticas que sobrevieram acerca do procedimento de concessão de uma tutela proferida em caráter sumário que poderia ter força de estabilização e conservação de seus efeitos, tornando-se imutável até a sua revisão por nova decisão em ação ajuizada para esta finalidade. O doutrinador Eduardo José da Fonseca Costa é um dos críticos ferrenhos quanto ao microssistema das tutelas provisórias[16] trazido pelo Novo Código. Ao ser indagado sobre o tema, o douto professor declarou em entrevista que:

> [...] nós temos um dispositivo de lei muito mal redigido, muito infeliz, não poderia ser diferente a doutrina ao redor do tema é babeína e os debates mal existem porque você não tem um ponto arquimediano dogmático de apoio para sustentar um diálogo minimamente racional, tal é a vaguidão e a porosidade desse dispositivo [referindo-se aos artigos 303 e 304, do CPC] [...] – transcrição *ipsis litteris*

Tal irresignação é compatível com a situação. No Brasil, por uma grande desdita e em razão de como foi formado o ordenamento jurídico, os dispositivos legais, ainda que tenham sua vigência plena, padecem de um mal que é a sua aceitação pela sociedade, em especial pelos operadores do Direito.

Em que pese a famosa frase "lei (ou artigo) que não pegou" ser o epitáfio do Estado Democrático de Direito, esta encaixa-se perfeitamente ao caso do da tutela provisória requerida em caráter antecedente.

Acerca da importação do caráter antecedente, Fredie Didier Júnior, Paula Braga e Rafael de Oliveira[17]afirmam que "esse instituto foi claramente inspirado em leis estrangeiras, sobretudo o *référé* do Direito francês. As peculiaridades do regramento brasileiro tornam o instituto único, porém.".

Ante a falha na adequação do instituto processual, a insegurança jurídica estacionou-se no tema, que sofreu e continua sofrendo quando levada a pauta nas páginas de doutrina ou nos anais das mais diversas cortes.

Em linhas gerais e utópicas, abstrai-se do artigo 304 a tentativa de simplificar o procedimento aos sujeitos processuais, prestigiando o contentamento das partes frente a uma decisão judicial.

Suponhamos a existência de uma pretensão resistida extrajudicialmente por B em face de A, quer seja por impossibilidade fática ou burocrática (a exemplo do fornecimento de um medicamento pela Fazenda Pública a um de seus cidadãos), quer seja por mera liberalidade momentânea, ao ser confrontado por ordem emanada pelo poder judicante, B deve sopesar se os motivos que antes o

levavam a negar a obrigação são suficientes para ingressar em demanda judicial para que sua resistência seja atendida.

A ação judicial é onerosa o suficiente para espantar os sujeitos que a irão compor, além, é claro, de longa e exaustiva, motivos suficientes para que alguém, ainda que tenha sua resistência rompida por ordem judicial, não queira nela ingressar.

O Ministro Marco Aurélio Bellize, no julgamento do REsp 1760966/SP, assim pontuou acerca do contentamento das partes com a decisão sumária:

> Uma das grandes novidades trazidas pelo novo Código de Processo Civil é a possibilidade de estabilização da tutela antecipada requerida em caráter antecedente, instituto inspirado no référé do Direito francês, que serve para abarcar aquelas situações em que ambas as partes se contentam com a simples tutela antecipada, não havendo necessidade, portanto, de se prosseguir com o processo até uma decisão final (sentença), nos termos do que estabelece o art. 304, §§ 1º a 6º, do CPC/2015.

Ainda que de bom grado, a intenção legislativa não se concretizou com a importação do instituto processual, uma vez que, além de não ter sido plenamente difundida e aceita no meio jurídico, o texto legal conta com imprecisões, tendo sido formulado de forma atécnica.

4. ASPECTOS DA TUTELA ANTECIPADA EM CARÁTER ANTECEDENTE

4.1. PETIÇÃO INICIAL.

Como é cediço, a jurisdição é inerte, devendo o jurisdicionado provocá-la para obter qualquer provimento. Precipuamente, a retirada da inércia da jurisdição é realizada por meio da petição inicial.

No caso da tutela antecipada antecedente não poderia ser diferente, mas, dada a peculiaridade do procedimento, deve-se destacar alguns pontos relevantes da peça vestibular.

O *caput* do artigo 303, do CPC, prevê que a referida peça poderá ser apresentada de forma simplificada, podendo o advogado se ater apenas *"ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo."*.

Em que pese a possibilidade de sumarizar a exordial, o referido dispositivo não afasta as demais previsões legais, a exemplo do artigo 319, também do Código de Ritos. O artigo regula os requisitos necessários que devem ser observados na peça vestibular, vinculando o advogado também a observá-los quando da formulação do pedido antecedente.

Sobre o tema, diz Elpídio Donizeti[18]:

> [...]a petição que veicula o pedido de tutela antecipada em caráter antecedente deve conter os requisitos do art. 319, uma vez que será essa petição que instaurará a relação processual. O aditamento se restringirá à complementação da argumentação, à juntada de novos documentos e à confirmação do pedido de tutela final (art. 303, § 1º, I). Assim, embora de antemão se preveja o aditamento, a petição deve ser a mais completa possível, com indicação dos requisitos do art. 319.

Todavia, apesar da brecha legal para a apresentação da peça sumarizada, o causídico deve externar inequivocamente ao processo que pretende se valer do referido benefício, nos termos do §5°, do artigo 303. Do contrário, o magistrado deverá se ater à regra processual geral para análise da exordial, haja vista toda a sistemática de autonomia da vontade dos sujeitos processuais que norteia Código de Processo Civil de 2015, incumbindo ao causídico eleger o meio pelo qual pretende satisfazer seu pedido.

Outro relevante ponto é o das despesas processuais para ingresso. Regulado pelos parágrafos 3° e 4°, deverá ser observado pelo demandante como valor da causa os pedidos após o seu devido aditamento, que, ao ser protocolado, não gerará a incidência de novas custas processuais.

4.2. ADITAMENTO DA INICIAL

O aditamento da peça inicial está previsto no inciso I, do §1°, do artigo 303, do Código de Processo Civil, e é o momento em que a parte autora deverá finalizar a exordial, vez que, em teoria, a peça foi apresentada de forma sumarizada. Na oportunidade, o demandante deverá realizar a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos, caso existentes, e a confirmação do pedido de tutela final.

Ao analisar o aditamento da inicial em conjunto com a sistemática prevista para a tutela antecipada antecedente, constata-se que o dispositivo foi, no mínimo, omisso acerca do momento em que o aditamento deverá ser realizado.

Cumpre ressaltar que uma das benesses pela qual a parte poderá se interessar em utilizar o procedimento estudado é a estabilização da tutela provisória e a sua produção de efeitos.

Como será visto adiante, a única forma da decisão de cognição sumária proferida no procedimento antecedente não estabilizar será em caso da interposição de recurso, conforme consta expressamente na letra fria da lei (art. 304, *caput*), ressalvando, claro, um eventual pedido de prosseguimento do feito pelo autor.

Ora, se existe a factível possibilidade de a decisão estabilizar, sendo o processo consequentemente extinto (§1°, art. 304), como pode o autor ficar vinculado ao dever de aditar sua peça automaticamente? Tal aditamento parte do pressuposto que a decisão não estabilizou, logo, é necessário que tenha sido levado ao conhecimento do réu o deferimento do pedido, e que este tenha quedado inerte em seu prazo próprio para interposição de recurso.

Como forma de driblar a ilógica sistemática legislativa, José Miguel Garcia Medina[19] assim defende:

> O prazo de quinze dias dificilmente poderá ser observado pelo juiz, pois inviabiliza a incidência da regra prevista no art. 304 do CPC/2015 (já que o prazo de quinze dias tende a fruir antes de citado o réu). Deverá o juiz fixar outro prazo, maior, ou outro termo inicial (p.ex., dez dias contados da comunicação de que o réu recorreu contra a liminar, inviabilizando a estabilização, cf. art. 304, *caput* do CPC/2015), como autoriza a parte final do art. 303, § 1.º, I (cf. também art. 139, VI do CPC/2015). Caso o réu não interponha o recurso previsto no art. 304, *caput*, a tutela antecipada estabiliza-se e a apresentação de pedido principal torna-se, em princípio, desnecessária.

Assim como a grande maioria dos temas que cercam a tutela antecedente, o tema não é pacífico na jurisprudência pátria.

Ressalto, contrapondo o posicionamento adotado pelo nobre professor supradito, o entendimento exarado pela Segunda Turma Julgadora da Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás na Apelação Cível n° 5419755.79.2017.8.09.0051, que sequer entendeu pela necessidade de intimação específica do autor para o aditamento, servindo a mera publicação da decisão que concedeu a tutela antecipada em caráter antecedente suficiente para que o prazo de aditamento comece a correr.

No caso *sub examine*, era de interesse do autor prosseguir com a ação até a prolação de *decisum* exauriente, mas, em razão da ausência de interposição de recurso específico e não tendo o autor apresentado o aditamento da inicial no prazo legal, o magistrado de piso entendeu por imperiosa a necessidade de extinguir o feito, tornando estável a liminar antes concedida, sentença esta que foi mantida em sede recursal.

O referido acórdão também aborda outra relevante discussão ainda sobre o aditamento da inicial, que é a de que se o autor poderá, ainda que a tutela tenha estabilizado, postular pela continuidade da ação.

Nas mais diversas oportunidades, o Código de Processo Civil de 2015 prestigia a vontade das partes como um dos baluartes do ordenamento jurídico, logo, põem-se a mesa se a extinção da ação,

conforme determina o §1° do art. 304, não poderia ferir o direito constitucional da inafastabilidade da jurisdição, vez que privaria o demandante do prosseguimento da ação.

Em um primeiro luar e exemplificando no direito privado, deve-se sopesar que, em teoria, o procurador do autor detém de conhecimento jurídico suficiente para distinguir as diversas formas com que poderá litigar em favor de seu cliente, elegendo a medida judicial que se adequa a cada situação. Ao escolher a tutela antecedente, resta, por óbvio, ressaltar que houve a aceitação dos termos legais previstos, inclusive referente ao instituto da estabilização da tutela, o que impediria o prosseguimento da ação por seu próprio juízo.

Todavia, encontra guarida na doutrina os que pensam de forma diametralmente oposta. O professor Daniel Amorim Assumpção Neves[20] sustenta que:

> Será inaplicável o art. 304 do Novo CPC se o autor expressar sua vontade de que pretende, além da concessão da tutela antecipada, pronunciamento fundado em cognição exauriente, capaz de gerar coisa julgada material. Contrariar a vontade do autor nesse sentido seria negar o exercício pleno de seu direito de ação, em manifesta violação do princípio da inafastabilidade da jurisdição, consagrada no art. 5°, XXXV, da CF.

Dada a polêmica do caso, faz-se necessário refletir: a perseguição da coisa julgada material não deveria ter sido valorada pelo causídico quando do protocolo da ação? Ao aceitar as normas que regulam o instituto da forma antecedente, o sujeito não estaria vinculado a um rito processual que ele próprio se submeteu?

Ao sentir do jurista, não. Ainda que separando dois momentos para a expressão da vontade do autor, sendo um no protocolo da ação e outro na oportunidade de aditamento após a definitividade da decisão, o professor Daniel entende pela viabilidade de um eventual pedido de continuação da ação feito pelo demandante, ignorando-se a possível confiança do réu na estabilidade da decisão proferida, vez que o deslinde do processo com a sua consequente decisão em caráter exauriente poderá dar outras nuances para a lide, formando, ao final, coisa julgada material.

Corroborando, em parte, com o entendimento acima exposto, Marcus Vinicius Rios Gonçalves[21] não diferencia em dois momentos para a exposição do autor, entendendo pela possibilidade de prosseguimento da ação sem a aplicação da estabilização apenas por vontade do demandante, desde que tal opção conste expressamente na peça de ingresso da ação. Não constando a vontade do autor, será necessário verificar qual foi a atitude do réu, prosseguindo-se o feito para a estabilização em caso de inércia, ou mesmo para a continuação da ação, com o seu consequente aditamento e instrução, caso tenha sido interposto recurso.

4.3. A COISA JULGADA E A ESTABILIZAÇÃO NA TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE

Aprofundando no estudo da tutela provisória antecipada antecedente, faz-se necessário enquadrar a estabilização prevista no artigo 304 dentro dos conceitos utilizados pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Preambularmente, insta salientar que a coisa julgada está alocada como um direito e garantia fundamental na Constituição Cidadã, que, objetivando a proteção da definitividade de decisão judicial da qual não exista mais recurso passível, prevê a impossibilidade de até mesmo lei posterior retroagir em seu desfavor (inciso XXXVI, artigo 5°).

Conforme bem elabora Marcus Vinicius[22], "a função da coisa julgada é assegurar que os efeitos decorrentes das decisões judiciais não possam mais ser modificados, se tornem definitivos. É fenômeno diretamente associado à segurança jurídica, quando o conflito ou a controvérsia é definitivamente solucionado.".

Contudo, ao analisar o microssistema processual da tutela antecipada antecedente, verifica-se que a ele carece a modalidade material da coisa julgada, uma vez que a decisão proferida se amparou em cognição sumária, havendo a expressa previsão legal nesse sentido (§6°, art. 304, CPC).

Para alcançar os efeitos da coisa julgada material, quais sejam a imutabilidade e indiscutibilidade, é imprescindível que a apreciação dos fatos seja realizada em caráter exauriente da matéria, logo, não sendo o caso, revela-se que a sentença de extinção prevista no §1°, do artigo 304, do CPC, englobará apenas a modalidade formal da coisa julgada, findando, exclusivamente naquele feito, a discussão da matéria.

Como forma de distinguir a citada extinção, e justificando a sua característica *sui generis*, Elpídio Donizeti [23] pontua:

> Não se trata de extinção com resolução de mérito, pois não há qualquer pronunciamento sobre o mérito da causa, muito menos declaração sobre a causa de pedir (fatos e a respectiva valoração deles), essa sim com aptidão para gerar coisa julgada material. Também não se trata de extinção sem resolução do mérito, uma vez que o processo ultrapassou a fronteira da análise dos requisitos do processo. Os requisitos para o exame do mérito foram apreciados antes da análise do pedido de tutela antecipada e encontravam-se presentes, caso contrário, não se chegaria ao deferimento do pedido de antecipação de tutela.

Decorre logicamente da argumentação elaborada a ideia de que, não sendo pertencente à modalidade antecipada antecedente a característica da coisa julgada material, esta não estará salvaguardada pela

possibilidade de ação rescisória, sendo tal entendimento, inclusive, exarado pelo Fórum Permanente de Processualistas Civis (FPPC), que em seu Enunciado n° 33[24] afasta a aplicação da sistemática da rescisória frente a estabilização da tutela provisória prevista no artigo 304.

Pois bem, a via possível de se reabrir a discussão acerca da decisão estabilizada foi incluída pelo próprio legislador no texto legal, que no §2°, do artigo 304, previu de forma genérica a possibilidade de ação para revisão, reforma ou invalidação do ora decidido, tendo sido apenas incluído no §5° o prazo no qual a decisão está sujeita a rediscussão.

O prazo fixado foi de dois anos, a contar da ciência da decisão que extinguiu o processo, e deve ser classificado como decadencial[25], observando-se as regras atinentes a tal definição.

Enquanto não manejada a ação própria de reavaliação, a tutela estabilizada produzirá seus regulares efeitos. Na visão do professor Marcus Vinícius[26], a estabilidade ainda "impede o juiz de, a qualquer tempo, revogar, modificar ou invalidar a medida, como ocorre quando há processo em curso.".

Paira dúvida ainda, nas páginas da boa doutrina e na cabeça dos operadores do Direito, acerca do que resultaria da tutela estabilizada após os dois anos sem que seja realizado a sua rediscussão por meio de ação própria.

Parece, em um primeiro momento, uma conduta temerária afirmar que o *decisum* seria revestido de coisa julgada material, imbuindo-se pela imutabilidade e indiscutibilidade, vez que sua cognição se limitou a probabilidade do direito.

Além de suscitar uma possível ilegitimidade constitucional, Marinoni, Arenhart e Mitidiero [27]aduzem que:

> ...a estabilização da tutela antecipada antecedente não pode lograr a autoridade da coisa julgada – que é peculiar aos procedimentos de cognição exauriente. Passado o prazo de dois anos, continua sendo possível o exaurimento da cognição até que os prazos previstos no direito material para a estabilização das situações jurídicas atuem sobre a esfera jurídica das partes (por exemplo, a prescrição, a decadência e a *supressio*).

No sentido apresentado, seria como afirmar que o prazo a que se refere o §5°, do artigo 304, é inócuo, vez que a revisão da situação fática poderia ser realizada a qualquer tempo, devendo ser observado pela autoridade judicante apenas as questões periféricas ao caso tutelado, tais como a prescrição e decadência.

Dado a ainda recente vigência do Novo Código, é tímida a jurisprudência acerca da referida situação, mas para a doutrina, há forte corrente[28] que defende a existência da figura da superestabilização,

também chamada de estabilidade qualificada, que pode ser definida como a indiscutibilidade da tutela após o prazo de dois anos, ressaltando também a acanhada militância que defende o uso da ação rescisória após esse prazo, via intepretação ampliativa do §2°, do artigo 966, do CPC.

4.4. APLICAÇÃO DA TÉCNICA DE MONITORIZAÇÃO DO PROCESSO A TUTELA ESTABILIZADA

O procedimento da tutela provisória antecipada antecedente, ao proporcionar ao réu a liberdade de escolher em prosseguir com a ação, apresentando o devido recurso, ou acatar a decisão na forma lançada, utiliza-se do chamado contraditório eventual, ficando a cargo do sujeito a ponderação dos riscos de um eventual prosseguimento da ação.

Tal utilização é, de certa forma, semelhante a técnica usada na chamada ação monitória, prevista no artigo 700 e seguintes do Código de Processo Civil.

A ação monitória é o meio processual legítimo para aquele que não detém de título executivo, seja ele judicial ou extrajudicial, mas, estando em posse de prova escrita, pretende exercer seu direito de exigir o cumprimento de obrigação a outrem.

Proposta a ação monitória, e entendendo o magistrado pela validade do documento escrito apresentado, ao réu será dado prazo para pagamento da quantia ou cumprimento da obrigação. Na oportunidade, poderá ele exercer efetivamente o contraditório, que antes era eventual, com o oferecimento de embargos monitórios, prosseguindo-se o processo para julgamento. Não sendo oferecidos embargos, o título, que antes era precário, será constituído de pleno direito.

Haja vista a omissão do texto legal dos artigos 303 e 304, e também que tanto a tutela antecipada antecedente quanto a ação monitória utilizam-se do contraditório eventual, existe na doutrina uma forte corrente que opina pelo uso de certos dispositivos da monitória de forma analógica no procedimento da estabilização.

Assim entende Fredie Didier Jr., Paulo Braga e Rafael Alexandria [29]:

> O modelo da ação monitória (arts. 700 a 702, CPC) deve ser considerado o geral - é possível, inclusive, pensar em um microssistema de técnica monitória, formado pelas regras da ação monitória e pelos arts. 303 a 304 do CPC, cujos dispositivos se complementam reciprocamente. A dúvida que surge é a seguinte: há vantagem para o réu em permanecer silente, no caso da estabilização da tutela antecipada? Sim, há: diminuição do custo do processo. Por não opor resistência, não pagará as custas processuais (aplicação analógica do disposto no §1° do art. 701 do CPC) e pagará apenas 5% de honorários advocatícios de sucumbência (art. 701, *caput,* CPC, também aplicado por analogia).

Como já abordado, o texto legal que rege a estabilização conta com diversos problemas e omissões, logo, objetivando alcançar a segurança jurídica, os referidos autores viram por bem adotar as nuances da técnica monitória por analogia, principalmente no que tange à honorários sucumbenciais e custas judiciais, ante a ausência de regulamentação quanto aos pontos.

4.6. A RELATIVIZAÇÃO DA PALAVRA RECURSO DO ARTIGO 304.

Em linhas gerais, a estabilização da tutela provisória já parece demasiadamente complicada quando se realiza uma análise aprofundada do texto legal introduzido pelos artigos 303 e 304, que, como visto, não colaboram com o bom funcionamento do Poder Judiciário, uma vez que os órgãos judicantes acabam ocupando-se em suprir omissões e decidir contradições de uma norma jurídica atécnica.

Não obstante a situação fática, emanou-se do Superior Tribunal de Justiça dois entendimentos divergentes quanto a um dos poucos pontos em que o texto legal foi claro.

Depreende-se de forma literal do artigo 304 que a maneira de obstar a estabilização da decisão que concedeu uma tutela antecipada antecedente (art. 303) é por meio da interposição de recurso, correspondido ao agravo de instrumento, em caso de primeiro grau de jurisdição (inciso I, do artigo 1.015), ou agravo interno, sendo uma decisão monocrática.

Todavia, em nova oportunidade, não há consenso quanto a referida interpretação.

4.6.1. A INTERPRETAÇÃO ENCABEÇADA PELO RESP 1.760.966/SP

O Superior Tribunal de Justiça, por meio do acórdão proferido no REsp 1.760.966/SP sob a relatoria do Ministro Marco Aurélio Bellizze, acompanhou parte da doutrina que se posiciona no sentido de que a mera demonstração de irresignação pelo requerido, ou mesmo quando atestado seu interesse em ser proferido *decisum* exauriente, são suficientes para obstarem a estabilização da tutela, na forma prevista no artigo 304, *caput*, do Código de Processo Civil.

O caso em apreço tratava de ação cuja requerida antecipou-se na apresentação de contestação, porém, não interpôs, a tempo e a modo, agravo de instrumento em face da decisão de primeiro grau. Com a manifestação, o magistrado de piso viu por bem revogar a decisão, por razões atinentes ao mérito da ação. Por conseguinte, a parte requerente manejou agravo de instrumento, postulando pela declaração de estabilização da tutela antes deferida, vez que a parte demandada não se ateve ao *caput* do artigo 304.

No voto, o exímio Ministro entendeu que "... a leitura que deve ser feita do dispositivo legal, tomando como base uma interpretação sistemática e teleológica do instituto, é que a estabilização somente ocorrerá se não houver qualquer tipo de impugnação pela parte contrária.".

A referida interpretação se limita a explanar que, havendo interesse do réu em se contrapor ao *decisum* proferido, este poderá externar sua vontade por qualquer via, desde que pugne pelo prosseguimento do feito, não existindo, portanto, eventual requisito processual ou meio adequado para demonstrar sua irresignação.

Em consenso com a referida jurisprudência, Eduardo Lamy[30] assim declarou:

> Detém o requerido o direito de ver acertada juridicamente a crise de direito material instaurada de forma definitiva. Por isso, depender da interposição de um recurso para o exercício de um direito constitucional parece indevido, eivando de inconstitucionalidade a leitura literal da expressão "respectivo recurso" do art. 304 se entendida exclusivamente como o agravo de instrumento. Recurso é ônus e não obrigação processual com vistas ao exercício do direito de defesa; não há interpretação do devido processo legal que suporte a interpretação literal do dispositivo.

O posicionamento elencado também é adotado por outros grandes nomes do direito brasileiro, tais como Fredie Didier Júnior, Paula Sarno Braga, Rafael Alexandria de Oliveira[31], Marcus Vinicius Rios Gonçalves[32] e Daniel Amorim Assumpção Neves[33].

Pedindo vênias às posições contrárias, o presente trabalho visa expor razões para a desconstituição de tal entendimento, vez que está *contra legem*.

4.6.2. DO ÔNUS RECURSAL INCUMBIDO AO REQUERIDO PELO TEXTO LEGAL. PRECEDENTE DO RESP 1.797.365/RS.

Uma vez trazido à baila os sempre convincentes argumentos da existência de inconstitucionalidade por ferir nortes principiológicos trazidos pela Carta Magna de 1988, tais como o acesso a justiça e a indeclinabilidade da jurisdição, que, no presente caso, cumpre função de mero desvio improdutivo para o debate público, não sendo a constitucionalidade o real intento, uma vez que serve apenas fundamento para aqueles que estão descontentes com a vigência de regramento legal (favorecendo, ainda, que arbitrariedades sejam cometidas), é necessário pontuar acerca da intenção do legislador com a vigência do *caput* do artigo 304, do Código de Processo Civil.

Da leitura da letra fria da lei, constata-se que sequer é necessário aprofundar-se nas teorias interpretativas que se desdobram no campo da Hermenêutica Jurídica, vez que é de uma clareza solar que, para obstar a estabilização da tutela, é incumbido ao réu a interposição de recurso.

Acerca do tema, o professor Elpídio Donizetti[34] dessa forma entendeu:

> A *mens legislatoris* é no sentido de exigir o recurso como forma de evitar a estabilização. Trata-se de um ônus imposto ao demandado. Não basta contestar. É certo que na contestação o réu adquire a prerrogativa de ver a demanda decidida levando-se em conta também as suas alegações. Ocorre que na ponderação dos princípios da amplitude do direito de ação e da defesa, bem como do princípio da celeridade, o legislador optou por este, de sorte que, não obstante a apresentação de contestação, o processo será extinto (art. 304, § 1º).

Quer seja pelo uso do verbo interpor, que nos remete a apresentação de irresignação a instância superior, quer seja pelo uso da palavra recurso, sendo esta uma das formas de apresentação de irresignação do réu, o dispositivo é claro ao induzir que a decisão concessiva deveria ser levada a um reexame pelo órgão judicante competente. Não se mostra razoável que, apenas pelo fato de não achar correta a forma com que foi elaborado o texto legal, exista a relativização de norma cogente.

Atribuindo a lei uma incumbência, esta deverá ser cumprida em seus ulteriores termos, devendo responder pelo prejuízo, quando inerte, aquele que deveria ter realizado a diligência. Neste presente caso, o prejuízo seria a estabilização da tutela deferida com a consequente extinção do feito.

A jurisprudência pátria que justifica a aceitação de outra manifestação além de recurso (REsp 1.760.966/SP) foi devidamente enfrentada, de forma esclarecedora, também pelo professor Elpídio Donizetti[35], nesses termos:

> Os fundamentos constantes no voto do relator, ministro Marco Aurélio Bellizze, (estímulo à interposição de agravos de instrumento e de ajuizamento de ação revisional) poderiam até servir de justificativas para um projeto de lei, mas jamais para ler branco onde preto é. Ao seguir a toada ditada pelo Judiciário, seria de se editar uma lei, com artigo único, dispondo que, no Brasil, adota-se integralmente o sistema da Common Law. Em país que adota o sistema legislado, concorde ou não com a lei, há que obedecê-la. Os precedentes deveriam consistir na interpretação e aplicação da lei sobre determinadas hipóteses. Mas o que vivenciamos é um afastamento do sistema legislado.

Acompanhando *in totum* o entendimento do autor, a posição exarada no presente trabalho é a de que, ainda que respeitando os posicionamentos diversos, é demasiadamente perigoso para o Estado Democrático de Direito a reinterpretação do espírito da lei ao bel prazer.

O que deve prevalecer é, sem dúvidas, a regra escrita.

A ideia de existência de uma suposta inconstitucionalidade, como alegada por Eduardo Lamy, deve adentrar nos átrios forenses apenas por meios legítimos para desta conhecer, utilizando-se das ferramentas do controle difuso e controle concentrado de constitucionalidade, não devendo esta ser presumida por opção interpretativa, como quer o autor.

Aclarando o tema, sobreveio o REsp n° 1.797.365/RS, julgado pela Primeira Turma do STJ, que teve como relator o Ministro Sérgio Kukina e voto vencedor o prolatado pela Ministra Regina Helena Costa.

No caso em comento, a excelentíssima ministra divergiu do voto do ministro relator, que havia seguido o caminho jurisprudencial aberto pela Terceira Turma no REsp 1.760.966/SP.

Por sua maioria, restou entendido que a via processual necessária para obstar a estabilização da tutela é a interposição de recurso, tal como descrito em lei.

Peço novas vênias para colacionar parte do voto proferido:

> Outrossim, conforme apontado pelo Sr. Ministro Benedito Gonçalves, na sessão de 03.10.2019, da consulta ao sítio do Senado Federal na internet extrai-se que o anteprojeto do Código de Processo Civil de 2015 estabelecia no § 2º do seu art. 288: § 2º Concedida a medida em caráter liminar e não havendo impugnação, após sua efetivação integral, o juiz extinguirá o processo, conservando a sua eficácia.
>
> (http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496296) Verifica-se, assim, que, durante a tramitação legislativa, optou-se por abandonar expressão mais ampla – "não havendo impugnação" (sem explicitação do meio impugnativo) – e a Lei n. 13.105/2015 adveio contendo expressão diversa – "não for interposto o respectivo recurso".

Ao pontuar especificamente sobre a vontade da lei, de forma brilhante a ministra se atentou ao fato de que a expressão “não havendo impugnação” foi retirada da minuta do Novo Código de Processo Civil, prevalecendo, com a vigência do texto legal, a expressão “interposto o respectivo recurso”.

O voto proferido também entra em consenso com a lição de Alexandre Câmara[36]. Quando colocado para desmistificar o artigo 304, do CPC, o nobre professor realizou uma minuciosa análise da etimologia da palavra recurso empregada no Novo Código de Processo Civil, tendo sido concluído que, neste caso, é imperiosa a necessidade de afastar qualquer interpretação diversa, uma vez que o texto legal é taxativo em fazer referência a uma espécie de impugnação que deve ser manejada, não enquadrando-se como simples demonstração de irresignação.

5. CONCLUSÃO

Como forma de ponderações finais, inicialmente ressalto que os pontos levantados por meio do presente trabalho estão longes de serem pacificados, tanto na doutrina, quanto na jurisprudência. Entre uma das pendências, verifica-se pela consulta pública ao REsp n° 1797365/RS, no sítio eletrônico oficial do Superior Tribunal de Justiça, que este ainda não transitou em julgado, havendo um embargos de divergência pendente de análise desde a data de 19/11/2019.

A tutela provisória foi o nome dado a modalidade precária da jurisdição civil exercida pelo Poder Judiciário, e se ramifica entre tutela de urgência e tutela de evidência. Adentrando na tutela de urgência, consignou neste trabalho os requisitos necessários para deferimento das medidas satisfativas e conservativas, especificando detalhes relevantes sobre cada uma delas.

Ressalto, em nova oportunidade, que o Código de 2015 trouxe grandes avanços ao ordenamento, utilizando-se da instrumentalização do processo como forma de colaborar com a comunidade jurídica. Como visto (e por um grande infortúnio) a tutela provisória de urgência antecipada antecedente não foi um dos temas bem desenvolvidos.

Quer seja pela redação deficiente, quer seja pela inserção forçada de instrumento não pertencente originalmente a Justiça brasileira, o microssistema processual cada dia mais torna-se inócuo, atrapalhando a vida do jurisdicionado que realmente necessita de sua utilização em razão de uma urgência contemporânea a propositura da ação.

Finalizando, e com base em todos os entendimentos jurisprudenciais e doutrinários coligidos ao presente trabalho, é possível afirmar, com certa rigidez, que para a devida utilização do procedimento de tutela antecipada antecedente será necessário a atenção máxima aos princípios: da razoabilidade, quando analisado o prazo previsto no inciso I, §1°, do artigo 303, ante a impossibilidade de se verificar de plano se a ação terá seguimento ou não; da coisa julgada, quando analisar o artigo 304 e §§, devendo ser norteado pela impossibilidade de revestir uma tutela de cognição sumária com imutabilidade e indiscutibilidade; e, por fim, da legalidade e devido processo legal, quando realizar a leitura do caput do artigo 304, que deixa claro o fito do legislador ao incluir a forma que ainda está vigente (interposto o respectivo recurso), devendo realizar, para uma reanálise das interpretações que estendem (indevidamente) o texto legal, uma inequívoca mudança legislativa.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n° 1.760.966/SP. Recorrente: Lenyara Sabrina Lucisano. Recorrido: Pallone Centro Automotivo Comercio e Importação LTDA. Relator: Ministro Marco Aurélio Bellize, 4 de dezembro de 2018. Acesso em: 12/12/2021. Disponível em: <encurtador.com.br/ekIWY>.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n° 1.797.365/RS. Recorrente: Banco Cooperativo Sicredi S.A. Recorrido: Estado do Rio Grande do Sul. Relator: Ministro Sérgio Kukina, 22 de outubro de 2019. Acesso em: 12/12/2021. Disponível em: <encurtador.com.br/bBDXY>.

BRASI. Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Apelação Cível n° 5419755.79.2017.8.09.0051. Recorrente: Adilson Branquinho Bueno Filho. Recorrido: Unimed Goiânia Cooperativa de Trabalho Médico . Relator: Desembargador Fausto Moreira Diniz, 12 de março de 2019. Acesso em: 12/12/2021. Disponível em: <encurtador.com.br/lCOS9>.

[1,8,25,36]CÂMARA, Alexandre Freitas. O Novo Processo Civil Brasileiro. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Versão *e-book*.

[6,10]CARREIRA, Guilherme Sarri. Manual de Processo Civil. 1ª ed. Londrina: Thoth, 2021.

[13,18,23,34,35]DONIZETTI, Elpídio. Curso Didático de Direito Processual Civil. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Versão *e-book*.

[24]Enunciado n° 33 do FPPC: “Não cabe ação rescisória nos casos estabilização da tutela antecipada de urgência.”.

[5]FIORINDO, Vitor Paiva. Tutela provisória na sentença e retirada do efeito suspensivo da apelação: técnica de incremento da efetividade do processo. Conteúdo Jurídico. 2020. Disponível em: <encurtador.com.br/bcAK8>. Acesso em: 15/09/2021.

[3,4,9,26,32]GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Curso de Direito Processual Civil vol. 1. 17. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Versão *e-book*.

[2,12,21,22]GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Direito Processual Civil Esquematizado. 11. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Versão *e-book*.

[17,29,31]JÚNIOR, Fredie Didier. BRAGA, Paula Sarno. OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. Curso de direito processual civil: teoria da prova, direito probatório, ações probatórias, decisão precedente, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela. 11. ed. Salvador: JusPodivm, 2016.

[14,30]LAMY, Eduardo. Tutela provisória. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

[8,11,27]MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. Novo Curso de Processo Civil: Tutela dos direitos mediante procedimento comum, vol. 2. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunal, 2017. Versão *e-book*.

[19]MEDINA, José Miguel Garcia. Curso de direito processual civil moderno. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. Versão *e-book*.

[15,20,33]NEVES. Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil – Volume único. 9. ed. Salvador: JusPodivm, 2017.

[28]PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. Manual de direito processual civil contemporâneo. 2.ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Versão *e-book*.

[16]PODCAST Fazenda Pública em Juízo: Episódio 29: Tutelas Provisórias contra a Fazenda Pública. Locução de: Luís Manoel Borges do Vale. Entrevistado: Eduardo José da Fonseca Costa. Maceió: Valecast., 15 out. 2021. Acesso em: 20/10/2021. Disponível em: encurtador.com.br/goq02.

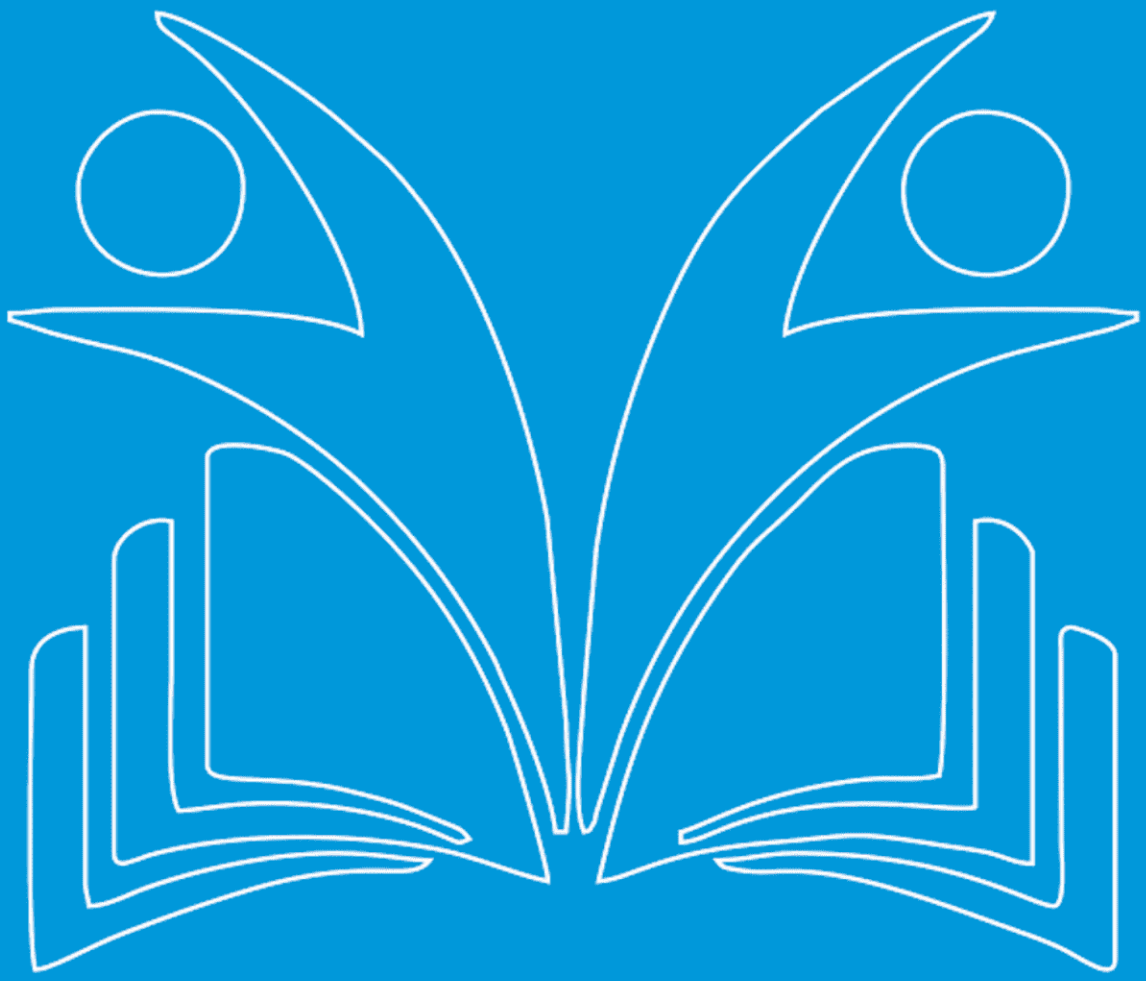
Capítulo 2

10.37423/220105245

CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DAS BICAS PÚBLICAS DE OLINDA: SÃO PEDRO, QUATRO CANTOS E ROSÁRIO - SISTEMA COLONIAL DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA

VANIA AVELAR DE ALBUQUERQUE

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL



Resumo: É objetivo deste estudo a conservação e o restauro das estruturas arquitetônicas compostas pelas Bicas públicas de Olinda: São Pedro, Quatro Cantos e Rosário. Tombadas pela Prefeitura, em 1985, e inseridas no Polígono de Tombamento, Iphan/1979, fazem parte do Patrimônio Mundial da Humanidade desde 17 de dezembro de 1982, na Cidade de Olinda. Consideram-se tais Bicas não apenas monumentos históricos, visto que desempenham contemporaneamente, embora precariamente, funções no abastecimento cotidiano de água para a população mais humilde. A pandemia da COVID-19 reforça a prioridade da higiene e saúde quanto ao sistema de abastecimento de água. Assim, e devido à necessidade de enfoques múltiplos que complementam a abordagem patrimonial, elaboraram-se estudos técnicos hidrogeológicos, urbanísticos, arquitetônicos, ambientais e legais. Tais Bicas apresentam, de forma geral, degradação, tendo como principal agente o antrópico: a) águas poluídas, impróprias para uso humano e/ou a necessidade de monitoramento da verificação dos níveis de poluição; b) grau de degradação em níveis diferenciados no entorno imediato e nas suas estruturas; c) vandalismo generalizado; d) uso inadequado; e) danos nos perfilhamentos, rebocos e pinturas. As propostas de conservação e restauração das Bicas e seus entornos contaram com levantamento cadastral e proposta de organização de obras. O estudo finaliza com um roteiro de ações preventivas, uma vez serem, realmente, efetivas, quando consideradas parte de um processo que tem como meta a salvaguarda duradoura de um bem.

Palavras-chave: Sistema Colonial de Abastecimento de Água; Bicas; Fontes; Chafarizes; Conservação Preventiva.

INTRODUÇÃO

Envolvida por água, a Cidade de Olinda localiza-se às margens de um antigo braço do Rio Capibaribe, mangues e do Oceano Atlântico. No núcleo inicial da colonização, a partir do qual a cidade se expandiu, localizaram-se, praticamente, todos os monumentos históricos, tais como: igrejas, conventos, seminários, muitos deles, com a idade superior a 400 anos.

O centro histórico de Olinda conserva, com muita fidelidade, a trama urbana, a paisagem e o sítio da vila fundada no século XVI, na ocupação portuguesa em 1535 (CAVALCANTI, 1986, p.24) (CAVALCANTI, 1986). O traçado urbano é informal, característico dos povoados portugueses, de origem medieval, situados em morros, encantando pela paisagem e localização. O caráter próprio e diferenciado de Olinda está nessa ambiência paisagística, mantida ao longo de sua história. Junto ao casario singelo, erguem-se igrejas notáveis. Essas edificações foram construídas a partir do século XVI pelas missões religiosas. A arquitetura civil residencial combina elementos dos séculos XVII, XVIII e XIX, além de elementos neoclássicos do início do século atual.

A Cidade de Olinda situa-se no Estado de Pernambuco, no Brasil, América do Sul, Latitude 8°02'30'' e Longitude 34°53'42''. Terceira maior cidade de Pernambuco, Olinda possui 43,55 km² de extensão territorial. População de 367.902 hab., sendo 8.447,81 hab./ km², apresenta uma alta densidade populacional. Olinda área urbanizada de 36,73 km², correspondente a 98% do município, e 6,82 km² de área rural.

A água desempenha um papel modelador da Cidade de Olinda. Não só as grandes superfícies de água, como também os rios e o mar configuram os seus limites, obrigando-a a contorná-los. O mesmo ocorre com os cursos menores, que definem o desenho das suas ruas, às quais vêm ceder o lugar. Os pontos de acesso à água potável desempenham este papel e, pela importância crucial que têm a eles são reservados espaços que lhes conferem boa visibilidade e fácil acesso, num vazio com dimensões reservadas para poucos equipamentos da cidade. O desempenho desta função vital se atribui às Bicas e fontes, por serem importantes referências na imagem e identidade de Olinda.

A IMPORTÂNCIA DAS BICAS PARA OLINDA

As Bicas integram o primeiro sistema de abastecimento de água de Olinda desde o Séc. XVI. Suas fontes de água constituíram fator determinante na localização da Vila de Olinda, juntamente com a existência de porto natural, ao lado da questão estratégica de defesa, configurada pelas colinas e pela salubridade oriunda dos ventos vindos do mar.

Mostrando pequenas construções, a partir do Séc. XVI essas Bicas foram destinadas ao fornecimento de água à população de Olinda. Ao longo dos anos, foram ficando subutilizadas, diante da infraestrutura de fornecimento d'água instalada na Cidade. Entretanto, em razão de o sistema de abastecimento público estar longe do ideal, a população ainda continua fazendo uso delas para consumo diário de água.

As Bicas públicas são integrantes do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Olinda o qual, diante da sua importância Patrimonial, foi inscrito nos Livros de Tombo de Belas Artes, no Histórico e no Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, em 1968. As Bicas também foram tombadas isoladamente pela Prefeitura de Olinda, em 1985, e as mesmas estão inseridas no Polígono de Tombamento do Município de Olinda, estabelecido pelo Iphan em 1979.

Vale salientar que tais Bicas possuem, ainda hoje, valor utilitário para as pessoas mais carentes, que veem nelas uma das maneiras mais fáceis de acesso ao fornecimento gratuito de água. Elas fazem parte do Patrimônio Mundial da Humanidade desde 17 de dezembro de 1982, quando a Cidade de Olinda foi inscrita pela Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura -, na Lista do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Entretanto as Bicas não são apenas monumentos históricos visto que, ao mesmo tempo, embora precariamente, abastecem regularmente de água população, em especial a mais humilde, do núcleo histórico da cidade.

Essas Bicas estão ligadas ao próprio desenvolvimento urbano de Olinda (CAVALCANTI, 1986). Devido ao aumento populacional da vila, o problema do abastecimento d´água tornava-se crucial, dando margem à procura de novos mananciais nos arredores do núcleo residencial. As fontes existentes, algumas salobras, sobretudo cacimbas não muito profundas, onde pudesse colher o líquido mais puro, passou a não satisfazer a demanda. O Rio Beberibe estava presente em Olinda para se tornar um manancial de abastecimento inesgotável, entretanto, sem poder ser devidamente disciplinado e resguardado frente aos vários fatores poluentes.

Considerando estudos do Professor Jaime Gusmão , apresentação de estudos geotécnicos e hidrogeológicos sobre os morros de Olinda ante a situação de risco que tem se apresentado e comprovado desde 2007, torna-se indispensável. Segundo o mesmo, do ponto de vista da drenagem urbana, as Bicas de Olinda têm um papel importante, visto que se acredita que os movimentos das encostas ocorrem devido à saturação do solo que altera suas propriedades físicas e diminuem sua resistência. À medida que essas Bicas drenam as águas do lençol freático, contribuem para a redução dos níveis de umidade do subsolo e colaboram no sentido de diminuir o peso da água dentro do solo.

O processo de formação[1] e funcionamento dessas Bicas apresentam-se de forma que as fontes existem quando e onde o lençol freático intercepta a superfície topográfica. As águas do lençol freático, ao encontrar uma camada de permeabilidade mais baixa, percolam lateralmente e afloram ao longo da encosta (FILHO, 2001).

Segundo o Professor Jaime Gusmão[2] , toda vez que o nível da água toca a superfície surge uma fonte, que também afirma: "fato singular na hidrogeologia local reside na intercomunicabilidade das fontes – estrutura Kantica alimentada pelo arenito friável aquífero". No seu livro, Gusmão cita Manuel Caetano Filho:

> As fontes da água que jorra em vários pontos da Cidade de Olinda, na Bica de São Pedro, na Bica do Rosário, na dos Quatros Cantos, e na Bica existente na área murada do Convento de São Francisco, se comunicam entre si, e são meras ressurgências de águas superficiais, de origem meteórica.

As Bicas são impactadas pela existência de variação da intensidade pluviométrica com o tempo de duração da chuva, para diversos tempos de retorno - define-se a chuva efetiva como sendo a parcela de precipitação total que escoa superficialmente, segundo Gusmão. Sua determinação depende de vários fatores dos quais os mais significativos são o tipo de solo da bacia, seu uso e as declividades de suas encostas. A lâmina de chuva excedente, multiplicada pela área de drenagem, fornece o volume total de escoamento superficial direto, refletindo-se nas Bicas.

A Bica dos Quatro Cantos continua com boa vazão, sendo utilizada para banho por trabalhadores braçais e como fonte de água para fins não potáveis. Foi realizada uma estimativa simplificada de vazão com reservatório e cronômetro, onde se obteve o valor de vazão de 0,3 litros/s no início do período de estiagem (PMO/2006). Todavia, nos meses chuvosos, a vazão é maior.

A Bica do Rosário apresenta duas galerias que captam água de dentro do solo da encosta e convergem para um ponto de cota mais baixa, antigamente muito utilizada para lavagem de roupa. Atualmente, a água da Bica verte para uma canaleta que cruza a Estrada do Bom Sucesso e deságua no córrego remanescente do Val das Fontes - o Rio Tapado.

A Bica de São Pedro, apesar de apresentar maior vazão de água entre as Bicas, hoje é a única que não se mantém ativa, por ter tido seu fluxo desviado para a galeria de águas pluviais pela municipalidade, diante da presente contaminação (PMO/2006).

Nas últimas décadas, as Bicas foram ficando progressivamente contaminadas por esgotos domésticos, levando à realização de análises físico-químicas e bacteriológicas nas três Bicas públicas, já no ano de 2000, mostrando certo nível de comprometimento bacteriológico nas mesmas.

A situação encontrada é a adiante descrita: água estagnada no local, servindo de possível criadouro de insetos, entre eles o do gênero Culex; estrutura física decadente; sujeira, entulhos, fezes, preservativos, odor desagradável. Tal situação levou à seguinte conclusão: pesquisa de bactéria do grupo coliforme; coliforme total; presença em 100 mL da amostra analisada coliforme termotolerante; presença em 100 mL da amostra analisada (PMO/2006).

A SITUAÇÃO ATUAL DAS BICAS

Verifica-se uma inversão de valores, abandono e resistência, com relação às Bicas públicas de Olinda, as quais têm sido comumente tratadas como equipamentos de abastecimento d'água obsoletos. Por outro lado, a persistência da população carente em utilizá-las, ainda que precariamente, não se traduz como uma espécie de resistência a uma tradição, mas como uma subversão ao sistema oficial de abastecimento.

As Bicas Públicas de Olinda são detentoras de uma proporção com equivalência e equilíbrio em comodulação perfeita, pela harmonia das suas partes com relação ao todo, resultando em modinaturas particulares nos seus modos de tratamento plástico de grande singeleza.

Das três Bicas, duas apresentam dinâmicas próprias de Largo. Na Bica dos Quatro Cantos, há a previsão da realização de eventos culturais, vez que seu Largo será utilizado como palco de apresentações complementares às atividades da Casa do Patrimônio, sede do Iphan-Olinda, situado em frente à Bica. Pelo seu Largo passa o Beco do Jasmim que apresenta trecho privatizado diante do avanço dos imóveis e fechamento com portões.

Figura 1. Localização no polígono de tombamento das três Bicas Públicas de Olinda/PE. Fotos realizadas pela autora.

A Bica dos Quatro Cantos, peça colonial, com frontispício em estilo clássico, apresenta cercadura com cimalha rampante. Possui pequeno pátio acessado por escada com degraus de pedra em bossel. Bacia de recolhimento em pedra calcária. Encontra-se em péssimo estado de conservação, com água estagnada, pela deficiente drenagem e acúmulo de lixo, devido ao mau uso e vandalismo. Situa-se em pequeno Largo, sustentado por muro de arrimo. Seu georeferenciamento: Latitude 8º0'56,72''S e Longitude 34º51'13,34''O.

No Largo do Rosário, onde se encontra a Bica de mesmo nome, situam-se, de um lado, a Igreja Rosário dos Homens Pretos - Monumento Tombado isoladamente pelo Iphan, com a realização de procissões e, do outro, a sede do Bloco Carnavalesco "O Homem da Meia Noite", onde ocorrem eventos momescos, constituindo, ambos, grandes atrativos à população. O Largo da Bica do Rosário, por sua vez, além de abrigar campo de futebol, parque infantil e área de idosos, tem nas suas proximidades, o Horto Del Rey, que é uma referência aos Jardins dos Reis, os quais foram cultivados na cidade de Olinda no período da invasão holandesa ao Estado de Pernambuco. A Bica é citada no Foral de Olinda em 1537 e única remanescente do Val das Fontes.

A Bica do Rosário apresenta características do estilo barroco, com seu frontispício guarnecido de volutas, curvas e cimalha alteada no centro. Abaixo da cimalha mostra um brasão com o símbolo de Olinda. A Bica esta engastada entre muros de arrimo, criando pátios acessados por escadas lajeadas em pedras. Seus paredões são ornados com dois jarros. É a única Bica alimentada por duas fontes mediantes galerias. Apresenta alto estado de degradação, devido ao acúmulo d´água pela deficiente drenagem, sendo sua bacia de acolhimento em pedra. Seu georeferenciamento: Latitude 8º0'3,39''S e Longitude 31º51'11,28''.

Apenas a Bica de São Pedro, por se encontrar em uma interseção viária, não apresenta fator de atração adicional, além da própria Bica, a mais singelas das três Bicas Públicas.

A Bica de São Pedro, singela peça colonial de estilo barroco, apresenta seu frontispício de modinatura composta por jogo de elementos em curvas harmoniosas, com cimalha alteada no centro e cartela, contendo um dos símbolos de Olinda, o globo terrestre encimado por Cruz Latina – Orbis Cristianis (Mundo Cristão). Seu frontispício está colado parcialmente na parede do imóvel vizinho. A bacia de recolhimento d´água é em pedra calcária. Encontra-se em estado de conservação da sua estrutura regular, mas sem verter água, por desvio da Prefeitura. Seu georeferenciamento: Latitude 8º1'3,23''S e Longitude 31º51'13,30''O.

A SISTEMÁTICA DO ESTUDO DAS BICAS

Verifica-se uma inversão de valores, abandono e resistência, com relação às Bicas públicas de Olinda, as quais têm sido comumente tratadas como equipamentos de abastecimento d'água obsoletos. Por outro lado, a persistência da população carente em utilizá-las, ainda que precariamente, não se traduz como uma espécie de resistência a uma tradição, mas como uma subversão ao sistema oficial de abastecimento.

O estudo das Bicas pautou-se na política de preservação considerando que os Bens Patrimoniais cumprem 4 funções básicas (FONSECA, 2005): reforçar a noção de cidadania através de bens de interesse público geridos pelo Estado; materializar a ideia de nação e reforçar a coesão nacional; servir como provas materiais e documentais das versões da história de um povo e de sua ocupação territorial; servir como instrumento pedagógico, visando à instrução dos cidadãos.

A valorização das Bicas tem sido desprezada como marcos temporais na composição da paisagem urbana. Talvez esses fatos expliquem a ausência de ações de conservação e restauro, assim como de estudos sobre o tema. Esta é a constatação mais simples do presente Estudo.

Figura 2. Situação das Bicas de Olinda antes da intervenção. Fotos realizadas pela autora.

O estudo das Bicas públicas de Olinda teve necessidade de múltiplas abordagens abarcando temas estruturadores como um conjunto de bens patrimoniais que envolvem a Arquitetura e Engenharia Hidráulica, cuja funcionalidade deverá ser mantida, compreendendo os seguintes aspectos:

HISTÓRICOS

A localização das cidades luso-brasileiras fundadas no século XVI, seguindo a tratadística e tradições imemoriais, estava ligada a três parâmetros: a) defesa, diante dos ataques de índios e piratas; b) o porto, pela necessidade de comércio e comunicação; e c) a salubridade do sítio, pelos bons ares e

oferta d'água (VITRÚVIO, 1999). De acordo com o professor Manuel C. Teixeira, uma das principais características das cidades portuguesas era a relação íntima do traçado urbano com as características topográficas do território, que se observava quer na escolha do sítio para a implantação da cidade, nas fases de desenvolvimento urbano:

> Muitas cidades portuguesas localizam-se junto ao mar ou na margem de rios. Os sítios escolhidos para a localização da cidade obedeciam a um conjunto de requisitos que se mantiveram ao longo dos tempos. Fundamentalmente, deviam ser sítios sadios, com águas, boas exposições solares e com boas possibilidades de defesa. Se eram cidades costeiras, uma baía abrigada com águas profundas era uma condição essencial. Uma situação muito comum era a localização da cidade numa baía com boas condições de porto natural, com encostas suaves viradas ao sol, percorridas por cursos de água doce e com boas condições de defesa (TEIXEIRA, 2011).

Desse modo, a evolução histórica do sítio urbano de Olinda está intrinsecamente ligada ao aproveitamento das fontes de água potável e, posteriormente, à construção de estruturas arquitetônicas apropriadas - Bicas. Por isso, a história dessa cidade tem como um dos componentes principais o seu sistema de abastecimento de água.

Desse modo, a evolução histórica do sítio urbano de Olinda está intrinsecamente ligada ao aproveitamento das fontes de água potável e, posteriormente, à construção de estruturas arquitetônicas apropriadas - Bicas. Por isso, a história dessa cidade tem como um dos componentes principais o seu sistema de abastecimento de água.

GEOTÉCNICOS E HIDROGEOLÓGICOS

É preciso associar o papel das Bicas de Olinda à integridade do Sítio Histórico como um todo: quanto à natureza do solo e relevo, assim como à essencial compreensão dos recursos hídricos. O Professor Jaime Gusmão[3] destaca o papel das Bicas de Olinda na drenagem das águas do lençol freático, contribuindo para a redução dos níveis de umidade do subsolo, colaborando com a redução do peso da água dentro do solo e atuando na integridade do Sítio Histórico da Cidade.

URBANÍSTICOS E ARQUITETÔNICOS

As Bicas são componentes importantes da paisagem urbana olindense e, além disso, fazem parte do sistema de abastecimento d'água atual, ainda que precariamente, enquanto equipamentos urbanos. Por tal razão, torna-se necessário apreender as mudanças físicas das áreas de entorno das mesmas e, sob uma perspectiva mais geral, compreender como se comportaram a partir do desenvolvimento da cidade.

AMBIENTAIS

A falta de uma rede de esgotos adequada vem transformando as Bicas em lugares poluídos e disseminadores de epidemias, fato que também é agravado pelo mau uso contemporâneo das estruturas, como banheiro público, local de consumo de drogas, sexo, vandalismo, etc. Verifica-se a ausência de pertença, que constitui a base para o sentido de comunidade e para a interação social, fundamento do viver urbano.

LEGAIS OU PATRIMONIAIS

Na forma de bens patrimoniais, qualquer ação de conservação ou restauro nas três Bicas e seus respectivos entornos devem ser orientados a partir de uma legislação específica, diversa, a nível institucional: municipal, estadual e federal, que incidem sobre o Sítio Histórico de Olinda.

A UNESCO preceitua o esforço internacional na valorização de bens de importância para a referência e identidade das nações, reconhecendo Olinda como Patrimônio Mundial, em 1982, considerando-a Patrimônio de todos os povos. A cidade de Olinda obteve, ainda, a declaração da Unesco de Patrimônio da Humanidade - Declaração de Valor Universal Excepcional[4] , documento oficial adotado desde 2007 pelo Comitê do Patrimônio Mundial.

A Rerratificação da Notificação Federal N°1155/79, incide sobre o Polígono de Tombamento do Município de Olinda, rebatendo-se nas Bicas de Olinda, estabelece condições para as ações e projetos dentro dos setores, visando à adequada preservação dos bens:

a) A Bica dos Quatro Cantos está inserida no Polígono de Tombamento do município de Olinda, localizando-se no Setor A – Área Urbana de Preservação Rigorosa – mais especificamente no Subsetor A1 – trecho do casario mais antigo do núcleo histórico; b) A Bica de São Pedro está inserida no Polígono de Tombamento do Município de Olinda, localizando-se no Setor B – Área Urbana de Preservação Ambiental – mais especificamente no Subsetor B1 – Varadouro e Carmo; c) A Bica do Rosário está inserida no Polígono de Tombamento do Município de Olinda, localizando-se no Setor B – Área Urbana de Preservação Ambiental – mais especificamente no Subsetor B2 – trechos de Guadalupe e Bonsucesso.

Figura 3. Localização das Bicas de Olinda no Sítio Histórico. Adaptação realizada pela autora do Google Maps.

ESTRUTURAÇÃO DO ESTUDO

Estruturam e conformam os itens deste trabalho os aspectos que se apresentam como produtos dos estudos, listados a seguir:

a) Levantamento de dados históricos e levantamento físico; b) Levantamento de pontos de abastecimento d'água de Olinda, desde o Séc. XVI; Levantamento cadastral das Bicas e seus entornos, com apresentação de planta de locação, planta de situação, planta baixa, cortes e fachadas; c) Maquetes eletrônicas de cada Bica, visando a uma melhor compreensão das suas volumetrias; d) Mapa de danos, com a situação de degradação, capaz de subsidiar um futuro estudo de intervenção; e) Visão Perceptiva - Percurso entre as três Bicas Públicas de Olinda, buscando a percepção da paisagem urbana; f) Prospecções arquitetônicas, objetivando a análise química e física de materiais construtivos, com o fim de subsidiar a identificação dos danos e possíveis soluções quanto às três Bicas e seus entornos; g) Diagnóstico das três Bicas de Olinda e seus entornos; h) Propostas para as três Bicas de Olinda e seus entornos; i) Proposta de Rota Temática, interligando as três Bicas Públicas de Olinda; j) Proposta de iluminação para as três Bicas de Olinda e seus entornos; k) Proposta de conservação preventiva para as três Bicas de Olinda e seus entornos; l) Estudo de organização de obras das Bicas.

Como resultante desses produtos, tem-se a Proposta de Conservação e Restauração das três Bicas Públicas de Olinda e dos seus entornos, requalificando os bens históricos e tombados, restabelecendo as condições satisfatórias de higiene para os usuários, como um componente efetivo de valorização do conjunto urbano. Recentemente, a pandemia do COVID19, põe em ainda mais evidencia as águas

das Bicas, que servem a população pobre e desassistida, por a água ser elemento fundamental para a higiene e saúde. Enfatiza a importância da água para todo o mundo, problema vital em todo o mundo.

Dentro do procedimento metodológico para o desenvolvimento destes estudos, foram entrevistados, de forma programada, inúmeros profissionais e Órgãos e Instituições foram pesquisados: Arquivo Público de Olinda; Secretaria do Patrimônio Cultural - Sepac; Secretaria de Transportes e Controle Urbano da Prefeitura Municipal de Olinda; Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Olinda; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan-RJ; Escritório do Iphan-PE, em Olinda; Arquivo Público Nacional – RJ; Gabinete do Prefeito de Olinda – Palácio do Governador/PMO. Ainda foram estabelecidos contatos com vários moradores e com administradores de entidades religiosas, entre outros.

Como resultante desses produtos, tem-se a Proposta de Conservação e Restauração das três Bicas Públicas de Olinda e dos seus entornos, requalificando os bens históricos e tombados, restabelecendo as condições satisfatórias de higiene para os usuários, como um componente efetivo de valorização do conjunto urbano, para a efetiva apropriação social na preservação do patrimônio, cujo estudo obteve o primeiro Premio ANA – Agencia Nacional de Águas – BRASIL/2012, posteriormente publicado como livro na Alemanha (2016).

A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

No que se refere à ação de conservação e restauro propriamente dita, a proposta para as Bicas de Olinda: São Pedro, Quatro Cantos e Rosário e seus entornos, se impõe como às de mínima intervenção necessária nas suas estruturas, visando a manter a harmonia reinante nos seus espaços no resgate da integridade destes Bens. Respeita-se à individualidade de cada Bica, considerando que cada uma é única, enquanto obra de arte, respeitando princípios de intervenção: compatibilidade com os materiais originais respeitando a originalidade, intervenção mínima; possibilitando a reversibilidade mediante o reconhecimento da intervenção.

Resgata-se o fornecimento de água (Bica de São Pedro) e água de boa qualidade com inserção de sistemas de tratamento de água (todas as três Bicas). Reduz-se o impacto degradador e resgata-se as suas integridades diante do uso indevido como sanitário, pela ausência nas proximidades, mediante proposta de inclusão de sanitários públicos.

Propõe-se a inserção de indispensáveis sanitários públicos também é proposta, minimizando a interferência negativa nos Largos do Rosário e dos Quatro Cantos. Enquanto a Bica de São Pedro,

possui WC público nas proximidades. A proposta de luminotécnica, essencial ao conforto da população e visitantes está considerada para as três Bicas, visando à valorização no período noturno e em eventos.

Os sanitários públicos a serem inseridos no Largo da Bica do Rosário, visam a ofertar o necessário serviço à população, minimizando o impacto visual no entorno, com proposta de sua incrustação no talude, de forma a cumprir sua função, além de proteger a Bica, evitando a poluição e degradação devido ao mau uso por alguns elementos da população.

Enquanto a Bica de São Pedro, por se encontrar em uma interseção viária, sem a mesma força dinâmica de um largo, apenas receberá generosa calçada adicional, protegendo-a, mediante um tratamento urbano qualitativo, bem como corte na calçada elevada a direita.

Como forma de evitar a poluição e degradação diante do mau uso por elementos da população na Bica dos Quatro Cantos, a proposta de instalação de sanitários opta por não comprometer o espaço do seu Largo, optando-se pelo uso de espaço livre no prédio da sede do Iphan. Como esta Instituição tem o propósito de desenvolver atividades culturais complementares à Casa do Patrimônio, e tem, entre seus objetivos, a proteção dos Bens, em especial tombados, nada mais justo que ceder pequena área da sua sede, colaborando com a preservação da Bica e Largo, abrigando WC público de acesso independente. O Largo da Bica dos Quatro Cantos será uma extensão da Casa do Patrimônio/Iphan, complementando o espaço necessário para as atividades culturais.

Figura 4. Bicas de Olinda após Conservação e Restauro. Fotos realizadas pela autora.

Com base neste estudo, apresentaram-se as ações necessárias a serem realizadas nos atrativos culturais para que os mesmos sejam transformados em produtos turísticos, como a Rota das Bicas. É

importante também a integração da Rota das Bicas ao projeto de circulação turística, utilizando o trenzinho do Sitio Histórico de Olinda, como uma alternativa ao passeio a pé, no percurso de aproximadamente 1400m entre Bicas. Com a restauração das três Bicas, haverá a possibilidade da inclusão do trecho temático no circuito turístico, no momento, impraticável pela situação de abandono. Este diferencial será ofertado, inclusive, com a possibilidade de visita às duas galerias da Bica do Rosário.

Enfim, e igualmente consistente, a questão do controle da qualidade da água das três Bicas integra a proposta, reforçada pela importância ainda maior da água nesta época de pandemia da COVID-19. Recomenda-se o resgate da sua potabilidade, mediante instalação de sistemas de tratamento da água compatível com suas vazões. Estas ações são acompanhadas de outras a médio e longo prazo, a saber: envolvimento da população no entendimento das ações e seu cuidado através da educação patrimonial e integração na Rota das Bicas de Olinda, que se configuram em complementos fundamentais para a permanência desses acervos patrimoniais, exemplos singulares do sistema de abastecimento colonial hidráulico que surgiram com a Cidade de Olinda.

CONCLUSÕES

A gênese das Bicas é o abastecimento de água à Cidade, disponibilizadas no espaço público, mas a sua componente ornamental é também um aspecto importante sob o ponto de vista estético. Trata-se, com efeito, de equipamentos com presença marcante no seu local de inserção. Este é o caso das Bicas de Olinda: Bica de São Pedro, Bica dos Quatro Cantos e Bica do Rosário que, embora tenham perdido parcialmente a função básica de fornecimento de água, com qualidade, devido ao sistema de abastecimento moderno existente, guardam permanência no imaginário da população, diante do sentimento de pertencimento conferido.

Considera-se fundamental o envolvimento da comunidade, no caso, na revitalização das Bicas, mediante o processo de restauração e conservação. Entende-se que além da depreciação normal do passar do tempo, as agressões constantemente advindas de ações de vândalos têm acelerado o processo de decadência das belas Bicas que têm sua história vinculada ao processo de formação da Cidade de Olinda, Patrimônio da Humanidade.

Apesar das leis e normas, parece que não há um perfeito entendimento da população do que significa a ação de proteção. Acredita-se que falta aos Institutos, que estão a serviço do povo, agir de uma forma mais clara para ter o apoio da população. A falta de entendimento da população é fruto da

deficiência da capacidade dos Institutos nas suas estratégias de trabalhar para o povo e não com o povo. É indispensável ter o povo como parceiro nesta empreitada coletiva visando à proteção dos bens. Afinal, para reconhecer o trabalho dos Institutos se faz necessário, primeiro, conhecer e entender a fim de proteger.

Recorre-se ao pensamento de Jose Saramago "A prioridade absoluta tem de ser o ser humano. Acima disso não reconheço nenhuma outra prioridade" (SARAMAGO, 1995, Epígrafe), pela concordância com uma postura de preservação do patrimônio, passar pela consideração ao ser humano, por ser o mais importante patrimônio, pois, a partir dele, nele e com ele se inicia efetivo processo de proteção do acervo patrimonial.

Paralelamente a esta ação de reforço ao pertencimento, deverão ser desenvolvidas atividades complementares de apoio e de educação patrimonial. Apresenta-se a proposta de elaboração de Rota das Bicas Públicas de Olinda visando à sua valorização pela população e a sua inclusão no roteiro turístico.

Reforça-se que a continuidade da permanência deste conjunto de bens patrimoniais, enquanto integrantes do Sítio Histórico de Olinda, Patrimônio da Humanidade, preservando-se mediante simples ações de conservação preventiva, que além de proporcionar a contínua manutenção da qualidade ambiental das suas estruturas e entorno, visa garantir a salubridade das suas águas, somada a instalação de equipamentos de tratamentos das águas junto às Bicas, evitando a decrepitude recorrente e progressiva, que leva a contínuas restaurações danosas.

Proporcionar a contínua manutenção da qualidade ambiental das suas estruturas e entorno, visa garantir a salubridade das suas águas, somada a instalação de equipamentos de tratamentos das águas junto às Bicas, em especial nestes tempos de pandemia da COVID19, como prioridade da higiene e saúde das populações, que passa pelo sistema de abastecimento de água.

Diante da importância das Bicas para a Cidade de Olinda, no serviço à população ao longo dos tempos, enquanto fator determinante das suas fontes para a fundação da Cidade, este trabalho as resgata, individualmente e no conjunto, como elementos que proporcionam a possibilidade concreta de usufruto pela população e visitantes, de um serviço com adequado tratamento das suas estruturas e retomando a qualidade das águas publicas, enquanto bem de direito do cidadão.

Recomenda-se que seja realizado estudo nas demais bicas existentes em Olinda, visando a reconhecer e revalorizar estes importantes componentes de abastecimento de água à população da cidade, desde

os primórdios até os nossos dias, tendo-se em conta o valor da água – quantidade e qualidade - na qualidade de vida da população.

Ao longo dos anos as Bicas vêm tendo incipiente o tratamento, diante da contaminação crescente, pelo deficitário saneamento da Cidade, bem como, pela forma de enfrentamento de questões básicas referentes à contaminação das suas águas e da ausência de sanitário público nas suas proximidades.

Dentro da proposta, além da conservação preventiva e restauração mediante mínima intervenção nas suas estruturas, está o restabelecimento das condições satisfatórias de higiene para os usuários, mediante proposta da instalação de sistemas de tratamento das suas águas contíguo as Bicas, a fim de ser um componente efetivo de valorização do conjunto urbano. Recentemente, com a pandemia do COVID19, as águas das Bicas que servem a população pobre e desassistida, enquanto elemento fundamental para a higiene e saúde, torna a importância da água ainda mais evidente para todo o mundo, problema vital mundial em todos os mundos - somos um só mundo!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, F. F. N. Conservação de cantarias: manual. Brasília: Iphan, 2005.

BOSI, V. Núcleos históricos: recuperação e revitalização, a experiência de Olinda. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1986. 134-145.

BRASIL. Manual de conservação preventiva. Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. [S.l.]. 200-. Disponível em:

http://www.monumenta.gov.br/upload/Manual%20de%20conserva%E7%E3o%20preventiva_1168623133.pdf. Acesso em: 15 mai. 2011.

BRASIL. Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural. Instituto do Programa Monumenta. Brasília. 2005. Elaboração: José Hailton Gomide, Patrícia Reis da Silva, Sílvia Maria Melo Braga.

CAVALCANTI, V. B. Olinda do salvador do mundo: biografia da cidade. Recife: Editora ASA Pernambuco, 1986.

COSTA, F. A. P. D. Anais pernambucanos. 2. ed. Recife: Fundarpe, 1983.

FILHO, J. D. A. G. A cidade histórica de Olinda: problemas e soluções de engenharia. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2001. 193 p.

FONSECA, M. C. L. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. rev. ampl. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Minc-Iphan, 2005.

KANAN, M. J. Manual de connservação e intervenções em argamassas e revestimentos à base de cal. Cadernos Técnicos. ed. Brasília: Iphan / Programa Monumenta, v. 8, 2008.

MELLO, V. P. Água vai! História do saneamento em Pernambuco: 1537-1837. Recife: Companhia Pernambucana de Saneamento, 1991.

MENEZES, J. L. M. In: _____ Evolução urbana e territorial de Olinda: do descobrimento aos tempos atuais - A Vila de Olinda - 1537-1630. [S.l.]: [s.n.].

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA. Situação geotécnica e hidrogeológica no Sítio Histórico de Olinda-PE. Recife. 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA. A documentação como ferramenta de preservação da memória. Convênio Prefeitura Municipal de Olinda (PMO) e Fundação para o Desenvolvimento da UFPE (FADE). Brasília. 2008.

REIS, N. G. Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial. São Paulo: Edusp, v. 1, 2001.

SANTOS, P. F. Formação de cidades no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

SARAMAGO, J. Ensaio sobre a cegueira. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995.

SILVA, E. A. E.; MEDEIROS, J. P. D.; GÓIS, T. L. C. D. Manual do morador de Olinda: conservação das edificaçõese particulares do sítio histórico de Olinda. Olinda: Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda, 1992.

TEIXEIRA, M. C. A cartografia urbana histórica: fonte para o entendimento das morfologias urbanas de origem portuguesa. I Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Paraty: [s.n.]. 2011. Disponível em: http://revistas.ceurban.com/numero5/artigos/mt.htm. Acesso em: 30 mai. 2011.

VITRÚVIO, S. I. A. C. Da arquitetura. São Paulo: Hucitec, 1999. Tratado de Leon Baptista Alberti, em Dez Livros de Arquitetura.

CAVALCANTI, V. B. Olinda do salvador do mundo: biografia da cidade. Editora ASA Pernambuco, 1986.

Capítulo 3

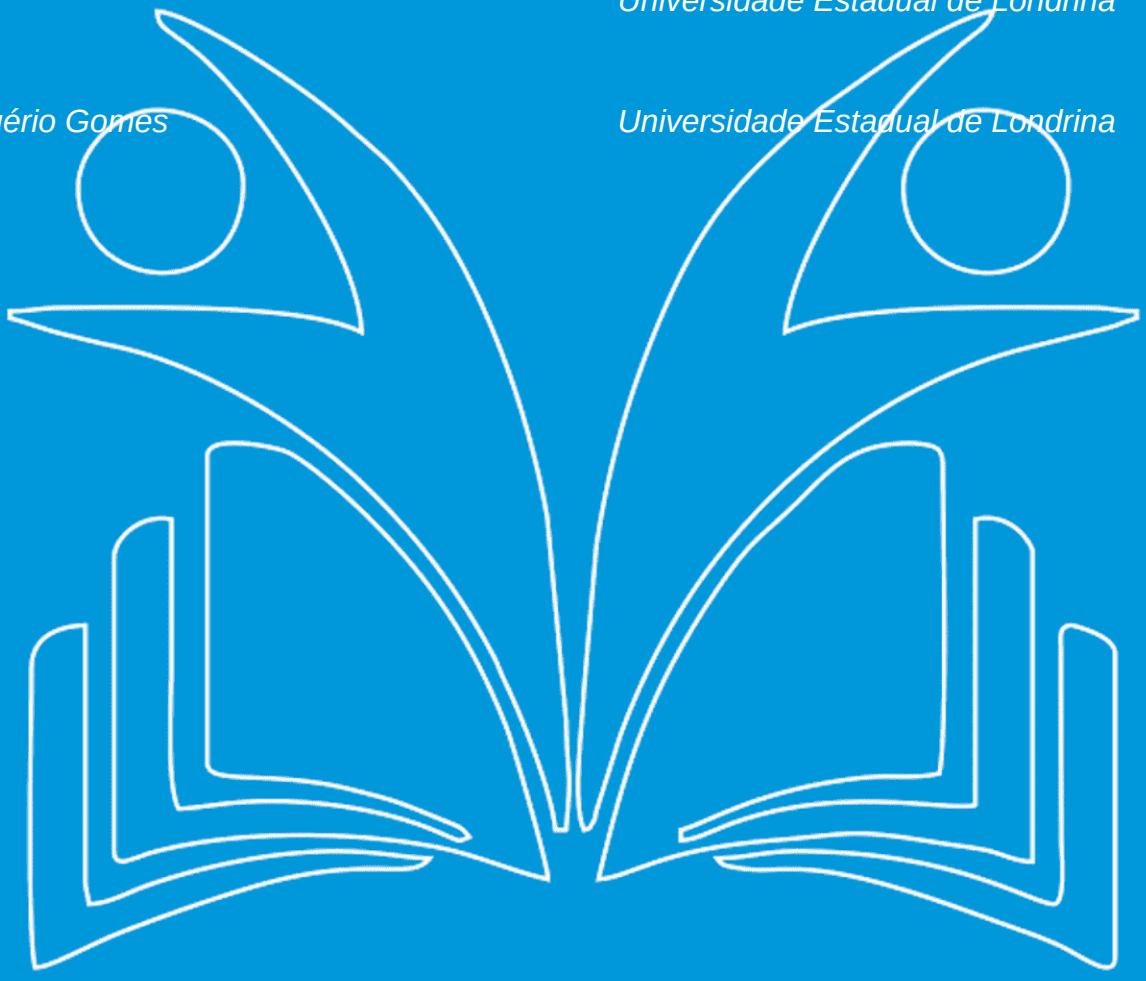
10.37423/220105254

A COMPOSIÇÃO DO DESEMPREGO NO BRASIL DE 2012 A 2016/2017:UMA ABORDAGEM REGIONAL

Geissiele Goncalves Pereira — *Universidade Estadual de Londrina*

Katy Maia — *Universidade Estadual de Londrina*

Magno Rogério Gomes — *Universidade Estadual de Londrina*



Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a composição do desemprego no Brasil de 2012 a 2016/2017. Para tanto, utilizou-se a PNADC, do IBGE, com periodicidade trimestral, de 2012 até o primeiro trimestre de 2017. Os procedimentos metodológicos consistiram em calcular indicadores básicos do mercado de trabalho, estimar os determinantes da composição do desemprego segundo Corseiul, Reis e Urani (1996) e, por fim calcular os índices *mismatch* propostos por Layard, Nickell e Jackman (2009) e Wood (1995) para cada uma das características selecionadas. Os principais resultados indicaram que houve aumento das taxas de desemprego em todos os grupos neste período. Os trabalhadores mais atingidos pelo desemprego foram aqueles com ensino fundamental incompleto e médio completo, os jovens, as mulheres, os filhos e os trabalhadores do Nordeste. Além disso, verificou-se elevada discrepância entre as taxas de desemprego destes grupos em relação às dos demais. Desse modo, constatou-se intensificação na composição do desemprego no Brasil, no período investigado.

Palavras-chave: Mercado de trabalho. Composição do desemprego. Índice *mismatch*.

INTRODUÇÃO

A preocupação com a realidade do desemprego no país tem aumentado, tanto por parte dos trabalhadores como por parte dos estudiosos da sociedade brasileira, pois vive-se um momento histórico no qual o mercado de trabalho encontra-se em transição. Por um lado, estudos revelam que houve uma tendência de queda no desemprego entre 2000 e 2014; por outro lado, a partir de 2015 observou-se uma inversão dessa tendência e o número de desempregados, que era de 6,6 milhões em 2014, aumentou para 12,9 milhões no primeiro trimestre de 2017 (IPEADATA, 2017).

No entanto, a preocupação com o desemprego não se restringe ao elevado número de pessoas desempregadas, pois a desocupação torna-se mais grave quando observada de forma desagregada. Vários estudos mostram, que pessoas menos qualificadas apresentam taxas de desemprego maiores do que as mais qualificadas; jovens têm taxas mais elevadas do que adultos, assim como mulheres e filhos são mais atingidos pelo desemprego, tanto em nível nacional como internacional (WOOD, 1995; LAYARD, NICKELL E JACKMAN, 2009; MAIA, 2001; COSTA, 2015; POCHMANN, 2015; FERREIRA, 2016).

Diante desse contexto, o objetivo do presente artigo é analisar a composição do desemprego no Brasil no período de 2012 a 2017, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Entre os objetivos específicos, busca-se examinar as características dos trabalhadores desempregados, tais como: anos de estudo, faixa etária, gênero, posição na família e as regiões brasileiras em que residem; calcular os determinantes da composição do desemprego conforme as características selecionadas; e mensurar o excesso proporcional do desemprego em relação ao seu nível médio, isto é, o índice *mismatch* dos grupos selecionados.

As hipóteses levantadas são as de que a taxa de desemprego é mais acentuada, principalmente para a mão de obra com menor grau de escolaridade, faixa etária menos elevada, mulheres, condição de chefe de família e nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Supõem-se que as diferenças das taxas de desemprego entre os grupos sejam estáveis, mantendo-se praticamente a tendência do perfil da mão de obra ao longo do período examinado. Os procedimentos metodológicos consistiram em calcular os indicadores básicos e analisar descritivamente a composição do desemprego. Em um segundo momento, para o período de 2012 a 2017[1], estimar os determinantes da composição do desemprego por meio do modelo econométrico sugerido por Corseiul, Reis e Urani (1996); e mensurar o desemprego excedente para cada característica, por meio do índice *mismatch*, segundo Layard, Nickell e Jackman (2009) e Wood (1995).

Este artigo está organizado em seis seções, incluindo a introdução. A segunda apresenta a abordagem teórica a respeito do índice *mismatch*. A terceira seção traz uma revisão de literatura empírica. A quarta seção descreve a base de dados do estudo, bem como os procedimentos metodológicos utilizados. Na quinta seção, analisam-se os resultados obtidos. E na última seção estão as conclusões do trabalho.

ABORDAGEM TEÓRICA: O ÍNDICE DE MISMATCH

A contribuição teórica deste estudo fundamenta-se no modelo teórico desenvolvido por Layard, Nickell e Jackman (2009) que diz respeito à determinação do índice *mismatch.* Os autores preocupam-se em explicar as diferenças das taxas de desemprego entre os grupos de pessoas que constituem a força de trabalho, seja por ocupação, idade, gênero, nível de escolaridade, região ou outra característica. Eles salientam que o desequilíbrio entre a oferta e a demanda de trabalho dos grupos retrata componentes tanto temporários quanto persistentes os quais estão contidos no *mismatch*. Para mensurar a elevação do desemprego médio devido às mudanças na estrutura do desemprego os autores desenvolveram um índice que mede o *mismatch*.

Layard, Nickell e Jakcman (2009), consideram que o conjunto de salários reais prováveis é dado pela função preço. Além disso, assumem que a função de produção é do tipo Cobb-Douglas com retornos constantes de escala nos vários tipos de trabalho. Assim:

$$Y = \varphi \prod_i N_i^{\alpha_i} \qquad (\Sigma\, \alpha_i = 1)$$

O nível de preço nominal é:

$$P = \prod_i \frac{W_i^{\alpha_i}}{k\varphi}$$

onde: k é o índice de competitividade do produto no mercado.

A fim de encontrar a “fronteira do salário real provável”, iguala-se o nível de preço à unidade e tira-se o logaritmo da função preço. Logo:

$$A = \sum \alpha_i \, log \, W_i \qquad (1)$$

onde: A=log ($k\varphi$)

Assume-se a função salário em duplo-log, então:

$$log\ W_i = \gamma_{0i} - \gamma_1 log\ u_i \qquad (2)$$

Ao substituir a função salário (2) na "fronteira do salário real" (1), obtém-se a "fronteira do desemprego":

$$A = \sum \alpha_i \gamma_{0i} - \gamma_i \sum \alpha_i\ log\ u_i \qquad (3)$$

A fronteira do desemprego evidencia todas as possíveis combinações de taxas de desemprego levando em consideração a ausência de pressão inflacionária e o comportamento dos "formuladores do salário". De uma forma geral o nível médio de desemprego sempre será maior quando houver alguma diferença entre as taxas de desemprego dos grupos.

Matematicamente, a partir da equação (3), ao adicionar, a ambos os lados, *1 log u* e dividir por *1*, obtém-se a expressão que mostra a relação entre o desemprego médio e a variação das taxas de desemprego entre os grupos. Logo:

$$log\ u = const. - \sum \alpha_i\ log \frac{u_i}{u}$$

$$\text{onde: } \sum \alpha_i = 1\,,\ const. = \frac{\sum \alpha_i \gamma_{0i} - A}{\gamma_1}$$

Expandindo log (*ui/u*) em torno de 1, obtém-se:

$$log\ u \cong const. - \sum \alpha_i \left(-\frac{1}{2}\right)\left(\frac{u_i}{u} - 1\right)^2$$

$$log\ u = const. + \frac{1}{2} var\ \frac{u_i}{u} \qquad (4)$$

Portanto, o nível mínimo do logaritmo do desemprego é dado pelo termo constante e decorre da igualdade entre as taxas de desemprego dos grupos. Dessa forma, quando as taxas são diferentes, o desemprego aumenta na proporção de (1/2)$var(ui/u)$, o que equivale ao índice natural da estrutura do desemprego – *índice mismatch (Mm)*. O índice *mismatch* mensura, então, o excesso proporcional do desemprego sobre o seu mínimo e será zero quando a demanda de trabalho (Ni) for igual a oferta de trabalho (Li).

$$MM = \frac{1}{2} var \frac{u_i}{u} = log\ u - log\ u_{min} \quad (5)$$

Nesta mesma linha de pesquisa, Wood (1995) propôs um índice *mismatch* alternativo. Segundo o autor, para que uma elevação no índice *mismatch* afete o desemprego agregado é necessário incluir informações adicionais sobre o comportamento da economia. Assim, a medida alternativa que ele sugere é:

$$Mm = 1 - \frac{u_E}{u} \quad (6)$$

Onde: uE é a taxa dos trabalhadores qualificados; u é a taxa de desemprego agregado.

De acordo com o autor, o valor ideal do índice deve ser próximo de um, isto é, valores relativamente baixos representam o excesso de desemprego. Portanto, por meio desse índice é possível mensurar o desemprego de diferentes grupos e obter conclusões a respeito da estrutura do desemprego de um país.

REVISÃO DE LITERATURA EMPÍRICA

As diferenças nas taxas de desemprego segundo as características individuais dos trabalhadores foi motivo de estudo de diversos autores tanto em nível nacional como internacional. Layard, Nickell e Jackman (2009) mensuraram as diferenças nas taxas de desemprego entre os grupos por qualificação de mão de obra, região, idade, sexo e raça por meio do índice *mismatch* em diversos países da Europa e nos Estados Unidos, de 1973 a 1987; a diferença mais acentuada foi entre os grupos ocupacionais na Grã-Bretanha e nos EUA em que a taxa de desemprego dos trabalhadores semiqualificados e não qualificados foi 4 vezes maior que a dos profissionais e gerenciais. Contudo, ao longo do tempo, não houve evidência de maior *mismatch*, com exceção dos EUA que apresentou aumento do desequilíbrio ocupacional no período.

O desemprego da Europa bem como dos Estados Unidos também foi estudado por Blanchard (2005) para o período de 1970 a 2005. Conforme o autor, em todos os países estudados, o crescente índice de desemprego está associado ao aumento do desemprego de alguns grupos, em particular, os jovens e os não-qualificados. Além disso, ao comparar o desemprego dos grupos entre os países, a Itália e a Grécia apresentaram taxas de desemprego juvenil bem mais altas que os demais países estudados, já a Alemanha apresentou as menores taxas de desemprego juvenil. Uma das justificativas apontadas foi o sucesso nos programas de treinamento neste país.

Os determinantes das altas taxas de desemprego juvenil foi o motivo do estudo de Biavaschi *et al*. (2012) em países desenvolvidos, bem como em alguns países em desenvolvimento, com ênfase especial no papel da formação profissional e das políticas educacionais. Segundo os autores, os fatores demográficos, crescimento econômico e instituições do mercado de trabalho são quesitos importantes na explicação da transição dos jovens para o trabalho. Os autores concluíram que a educação, juntamente com a formação profissional, são fatores preponderantes na colocação dos jovens no mercado de trabalho.

Com relação à educação, Abel, Deitz e Su (2014) fizeram um estudo, em Nova York, a respeito da taxa de desemprego dos trabalhadores recém-formados e dos trabalhadores jovens que não possuem diplomas universitários no período de 1990 até 2013. Os resultados mostraram que a taxa de desemprego de todos os grupos subiu para níveis particularmente altos durante e após a recessão de 2007-2009 e, então, começou a declinar em 2010, quando o mercado de trabalho começou a melhorar. No entanto, as diferenças entre os grupos foram notáveis. Os graduados universitários como um todo se saíram melhor ao longo do período analisado e suas taxas de desemprego eram cerca de metade da taxa dos demais trabalhadores. Mas para os recém-formados o desemprego foi consistentemente mais alto do que para os graduados como um todo. Além disso, essa disparidade ocorreu tanto em período de recessão como em período de melhora no mercado de trabalho.

No Brasil, a pioneira Bivar (1993) estudou a composição do desemprego no país por sexo e duração, no período de 1983 a 1990 com dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Os resultados mostraram que a duração estimada do desemprego variou entre 1,5 e 6 meses. E, com relação à estimativa por sexo, observou-se que a probabilidade de saída da força de trabalho seja do estado de desemprego ou de emprego são maiores para as mulheres enquanto que as probabilidades, que expressam movimentos internos e de entrada no mercado de trabalho, são maiores para os homens. Esses resultados são responsáveis pela existência de diferencial nas taxas de desemprego entre homens e mulheres.

Corseuil (1994) elaborou um estudo a respeito do desemprego no Brasil metropolitano na década de 1980, com dados da PNAD. O autor concluiu que o desemprego foi relativamente bem distribuído entre os grupos da PEA, apresentou-se maior apenas para a faixa etária dos jovens e para indivíduos com nível intermediário de educação. Com relação à dinâmica do desemprego na década de 1980, o autor constatou que o desemprego foi bastante influenciado pelos ciclos econômicos.

Corseuil, Reis e Urani (1996) focaram nos determinantes da composição do desemprego no Brasil metropolitano para o período de 1986-1995, por meio dos dados da PME. Os autores fizeram uma análise da evolução, incidência e composição do desemprego conforme as seguintes características: grau de escolaridade, faixa etária, gênero, posição na família e região metropolitana. Para tanto, construíram indicadores básicos da evolução do mercado de trabalho para essas características e utilizaram um modelo econométrico, que leva em consideração as mudanças demográficas na composição da PEA, a própria taxa de desemprego e a capacidade de os segmentos informais atuarem como "colchões" frente às variações no emprego formal. Os resultados mostraram que o desemprego incidiu mais sobre os homens, jovens, com posição de filhos na família, com grau de escolaridade mediano, e regiões metropolitanas do Nordeste do Brasil. Além disso, constataram que a relação entre o desemprego e o grau de escolaridade apresentou o formato semelhante ao da letra "U" invertida. Já as variações na participação dos grupos no desemprego total, foram determinadas, em maior peso, por fatores demográficos ou variações na PEA.

Barros, Camargo e Mendonça (1997) analisaram a estrutura do desemprego por sexo, nível educacional, idade, posição de domicílio, setor de atividade e posição na ocupação, com dados da PME. O objetivo dos autores foi investigar a incidência e duração do desemprego e em que medida variou ao longo do período de 1982 a 1993, nas regiões metropolitanas brasileiras. Dentre os resultados encontrados, observaram que a magnitude do desemprego foi maior entre jovens, filhos, mulheres, cônjuges, trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e trabalhadores com educação mediana. A relação entre a taxa de desemprego e o nível educacional revelou-se com o formato de "U" invertido e a duração do desemprego foi crescente com o nível educacional. A taxa de desemprego apresentou tendência de queda conforme a idade (reflexo da experiência no mercado de trabalho), já a duração do desemprego apresentou tendência crescente, ou seja, com período mais longo.

Maia (2001) examinou a estrutura do desemprego e da demanda por trabalho do Brasil metropolitano para os anos de 1983-1998. A autora utilizou dados da PME e da PNAD para investigar como se apresentava a estrutura de desemprego de seis regiões metropolitanas brasileiras e se houve alteração nesta estrutura, por grau de qualificação, nos anos 1980 e 1990. Além disso, no referido trabalho, foi calculado os índices *mismatch* e evidenciada a importância do seguimento informal para o mercado de trabalho. A metodologia utilizada foi inspirada no estudo de Corseuil, Reis e Urani (1996) e de Layard, Nickell e Jackman (2009). Dentre os resultados encontrados, destaca-se que houve significativa alteração na estrutura de desemprego do país. O desemprego aumentou para todas as

categorias selecionadas e houve crescimento do seguimento informal que passou a absorver, inclusive, mão de obra relativamente mais qualificada. Com relação à incidência do desemprego entre os grupos, a autora destacou que os mais atingidos foram as mulheres, os idosos, os de maior escolaridade, os setores de serviços, comércio, indústria de transformação e a região metropolitana de Salvador. A relação entre a taxa de desemprego e os níveis de escolaridade nos anos de 1986, 1989, 1992, 1995 e 1998 apresentou um formato de "S" deitado.

Flori (2003) investigou a estrutura do desemprego juvenil (14 a 24 anos de idade), no Brasil de 1983 a 2002 com dados da PME. Como resultado destaca-se que a duração do desemprego dos jovens e dos mais velhos foi muito semelhante, porém a taxa de entrada no desemprego para os jovens foi relativamente maior. Além disso, por meio da decomposição da taxa de entrada no desemprego, a autora chegou à conclusão de que o número de jovens que entraram no desemprego por não conseguir o primeiro emprego foi relativamente menor que o número de jovens que estavam empregados e entraram no desemprego. Dessa forma, a duração no emprego é que foi baixa e não a duração no desemprego. No geral, o fator determinante da taxa de desemprego foi a transição do emprego.

Em um estudo mais recente, Pochmann (2015), analisou a evolução da taxa de desemprego no início do ano 2015 no Brasil metropolitano por meio dos dados da PME. Os resultados indicaram que o crescimento do desemprego mensal neste ano deu-se de forma heterogênea e foi mais acentuado para as mulheres, idosos, com baixa escolaridade, na condição de chefe de família e nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Ferreira (2016) analisou o desemprego e a inatividade em regiões metropolitanas brasileiras, por faixa etária, escolaridade, gênero e cor no ano de 2014. Os dados foram obtidos da PNAD e a metodologia utilizada foi o modelo logit multinomial. Os resultados mostraram que em relação ao gênero bem como à faixa etária, as probabilidades de desemprego e inatividade foram relativamente maiores tanto para as mulheres como para os jovens de 10 a 17 anos de idade. A respeito da escolaridade, observou-se uma relação inversa entre os anos de estudo e a inatividade, já a probabilidade de desemprego foi maior para os indivíduos que possuíam cerca de 9 anos de estudos. No que se refere à cor, as pessoas de cor preta apresentaram as menores probabilidades de inatividade, porém as maiores de desemprego. E, por fim, as taxas de desemprego mais elevadas ocorreram nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Em suma, estudos empíricos confirmaram a desigualdade das taxas de desemprego entre os grupos da PEA. Estes estudos mostraram que, em especial, os jovens, as mulheres, os que possuem escolaridade mediana e os filhos são mais atingidos pelo desemprego tanto com relação à probabilidade de desemprego como à sua duração. Apesar destas evidências, a literatura empírica dispensa menor atenção à análise da composição do desemprego no Brasil bem como à mensuração do índice *mismatch* conforme as características individuais, como: faixa de escolaridade, faixa de idade, gênero, posição na família e localização regional. Dessa forma, as próximas seções tratarão detalhadamente deste tema.

BASE DE DADOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para examinar a composição do desemprego do Brasil no período de 2012 a 2017 utilizou-se os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) trimestral de 2012 até o primeiro trimestre de 2017. Além disso, foram agrupados os quatro trimestres de cada ano, obtendo assim uma base de dados com periodicidade anual. A amostra foi composta pela População Economicamente Ativa (PEA) agrupada de acordo as seguintes características: faixa de escolaridade, faixa etária, gênero, posição na família e regiões brasileiras, conforme descritos no Quadro 1.

Quadro 1 - Características da amostra selecionada, por grupos

FAIXAS DE ESCOLARIDADE	FAIXA ETÁRIA	GÊNERO	POSIÇÃO NA FAMÍLIA	REGIÕES DO BRASIL
Menos de um ano de estudo	14 a 17 anos de idade	Homem	Chefe	Norte
Ensino fundamental incompleto	18 a 24 anos de idade	Mulher	Cônjuge	Nordeste
Ensino fundamental completo	25 a 29 anos de idade		Filho	Sul
Ensino médio incompleto	30 a 39 anos de idade			Sudeste
Ensino médio completo	40 a 49 anos de idade			Centro-Oeste
Ensino superior incompleto	50 a 59 anos de idade			Distrito Federal
Ensino superior completo	60 anos de idade ou mais			

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota: optou-se por retirar do Centro-Oeste o Distrito Federal, para evitar distorções dos índices desta região.

Para a análise do perfil dos trabalhadores de cada grupo estudado, os indicadores selecionados foram os seguintes: (*i*) participação dos trabalhadores na PEA, (*ii*) taxa de desemprego, (*iii*) participação dos trabalhores no desemprego total e (*iv*) participação dos trabalhadores ocupados no trabalho formal[2].

Os determinantes da composição do desemprego foram calculados com base no modelo de equação (1) proposto por Corseuil, Reis e Urani (1996), por meio do método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO):

$$ln(U_i/U) = a + b \cdot ln(N_i/N) + c \cdot ln(U_i/N_i) + d \cdot ln(Cc_i/N_i) \quad (1)$$

Onde: *Ui* = número de desempregados do grupo i;

U = número total de desempregados

Ui/U = participação de cada grupo i no desemprego total;

Ni = número de membros da PEA do grupo i;

N = número de membros da PEA;

Ui/Ni = taxa de desemprego do grupo i;

Ni/N = participação do grupo i na PEA

Cci = número de empregados no trabalho formal do grupo i;

Cci/Ni = probabilidade do grupo i obter emprego formal;

i = 1 ... 19 grupos das 5 características filtradas da PEA;

b = mostra o impacto de fatores demográficos na determinação da estrutura

do desemprego;

c = exibe a incidência da taxa de desemprego sobre a participação de cada grupo i

no desemprego total;

d = exprime o inverso da capacidade relativa de os segmentos informais atuarem como colchões para o grupo em análise (absorver o excesso de mão de obra).

Conforme Corseiul, Reis e Urani (1996), os sinais dos coeficientes podem variar a depender do comportamento dos dados, contudo espera-se que o sinal de "*b*" seja positivo de forma que um aumento (redução) da participação na PEA do grupo "*i*" implica aumento (redução) na participação desse grupo no desemprego total. Já com relação a "*c*" caso o sinal seja positivo significa que aumentos na taxa de desemprego do grupo penaliza de forma intensa indivíduos desses grupo no desemprego total e caso seja negativo a taxa de desemprego do grupo não impacta diretamente no desemprego total. O sinal que se espera "*d*" é negativo indicando que aumento (redução) na possibilidade de conseguir emprego formal do grupo reduza (aumente) sua participação no desemprego total.

Também foi calculada a equação (5) que diz respeito ao índice *mismatch*, conforme Layard, Nickell e Jackman (2009):

$$MM = \frac{1}{2} var \frac{u_i}{u} = log\ u - log\ u_{min}$$

Além disso, calculou-se o índice proposto por Wood (1995) – equação (6):

$$Mm = 1 - \frac{u_i}{u}$$

COMPOSIÇÃO DO DESEMPREGO E ÍNDICE *MISMATCH* NO BRASIL

DESEMPREGO POR FAIXA DE ESCOLARIDADE

A evolução dos indicadores básicos do mercado de trabalho brasileiro, por faixa de escolaridade, está ilustrada na tabela 1. O primeiro indicador (Ni/N) refere-se à taxa de participação dos trabalhadores na PEA. Com relação à variação percentual de 2012 a 2016, a faixa dos trabalhadores com ensino superior completo apresentou o maior aumento na participação, passou de 11,5% da PEA para 14,1%, ou seja, cresceu 22,6%; destaca-se que o crescimento dos trabalhadores desta faixa foi contínuo em todo o período. A este respeito, segundo o MEC (2018) a expansão da educação superior foi fruto de programas criados a partir de 2004, tais como: o Programa Universidade para Todos (Prouni), somado à ampliação do Fies, o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica, que ampliam o número de vagas na educação superior.

A faixa que obteve o segundo maior aumento na participação da PEA neste período foi a de menos de um ano de estudo com crescimento de 13%, contudo a participação deste grupo aumentou somente nos anos de 2015 e 2016. Este fato pode estar atrelado ao aumento da população idosa no mercado de trabalho nestes anos. Já a faixa que sofreu a maior queda na participação foi a de trabalhadores com ensino fundamental incompleto, de 30,3% para 25%, queda de 17%; cabe destacar que a queda em todos os anos desta faixa, *vis à vis* o aumento da participação de trabalhadores com ensino superior completo sinaliza que a PEA se tornou mais educada. Embora tenha crescido a oferta de mão de obra mais educada, verifica-se que em todo os anos, os grupos de maior representação na PEA foram os de trabalhadores com ensino fundamental incompleto e ensino médio completo; esses dois grupos representaram quase 60% da força de trabalho do país.

Tabela 1 – Indicadores básicos da evolução do mercado de trabalho por faixa de escolaridade, Brasil – 2012 a 2016

Ni/N – Participação na PEA						
Grupos por faixa de escolaridade	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**Δ% (2016/2012)**
Menos de 1 ano de estudo	7,7	7,2	6,9	8,0	8,7	13,0
Ens. Fundamental incompleto	30,3	29,8	28,9	27,0	25,0	-17,5
Ens. Fundamental completo	11,1	11,1	11,0	10,7	10,0	-9,9
Ens. Médio incompleto	6,8	6,6	6,6	6,5	6,6	-2,9
Ens. Médio completo	28,0	28,6	29,1	29,6	30,5	8,9
Ens. Superior incompleto	4,7	4,7	4,8	4,9	4,9	4,3
Ens. Superior completo	11,5	12,0	12,6	13,5	14,1	22,6
Ui/Ni – Taxa de desemprego						
	2012	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**Δ% (2016/2012)**
Menos de 1ano de estudo	4,5	4,6	4,0	5,5	7,9	75,6
Ens. Fundamental incompleto	5,9	5,6	5,2	6,6	9,1	54,2
Ens. Fundamental completo	7,7	7,3	6,9	8,6	11,9	54,5
Ens. Médio incompleto	12,1	11,8	11,0	13,6	19,1	57,9
Ens. Médio completo	8,8	8,5	7,9	9,6	12,6	43,2
Ens. Superior incompleto	7,7	7,9	7,4	9,7	13,4	74,0
Ens. Superior completo	3,9	3,9	3,6	4,4	5,6	43,6
Ui/U – Participação no desemprego total						
	2012	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**Δ% (2016/2012)**
Menos de 1ano de estudo	4,9	4,8	4,3	5,5	6,4	30,6
Ens. Fundamental incompleto	25,3	24,3	23,7	22,4	21,4	-15,4
Ens. Fundamental completo	12,0	11,8	11,9	11,7	11,1	-7,5
Ens. Médio incompleto	11,5	11,4	11,4	11,2	11,8	2,6
Ens. Médio completo	34,9	35,4	35,9	35,8	35,8	2,6
Ens. Superior incompleto	5,0	5,5	5,6	5,9	6,0	20,0
Ens. Superior completo	6,3	6,8	7,0	7,5	7,4	17,5
CCi/Ni – Probabilidade de obter trabalho formal						
	2012	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**Δ% (2016/2012)**
Menos de 1ano de estudo	24,3	24,4	24,8	25,0	31,6	30,0
Ens. Fundamental incompleto	39,9	40,0	40,7	36,9	40,8	2,3
Ens. Fundamental completo	52,8	53,7	54,4	50,6	54,6	3,4
Ens. Médio incompleto	51,8	52,4	52,4	48,9	50,2	-3,1
Ens. Médio completo	69,5	69,9	70,2	65,1	68,4	-1,6
Ens. Superior incompleto	68,7	68,9	68,6	65,1	67,8	-1,3
Ens. Superior completo	81,8	82,1	82,4	76,4	81,2	-0,7

Fonte: Elaborada pelos autores, com dados da PNADC/IBGE.

O segundo indicador (Ui/Ni) da tabela 1 refere-se à taxa de desemprego dos trabalhadores por faixa de escolaridade. Ao longo do período examinado o grupo de trabalhadores com ensino médio incompleto apresentou a maior taxa de desemprego, tal situação também foi verificada em Corseuil (1994) para o Brasil metropolitano. A taxa de desemprego apresentou trajetória de queda entre 2012 e 2014, com redução em todas as faixas de escolaridade. Nos anos de 2015 e 2016 houve inversão do cenário antecedente e a taxa de desemprego aumentou abruptamente em todas as faixas de estudo, uma das justificativas refere-se à retração registrada na economia brasileira em 2015 (BCB, 2015). De 2014 a 2016, nota-se que apesar de a taxa de desemprego ter aumentado em todas as faixas de escolaridade, o aumento foi relativamente maior entre os trabalhadores com menos de um ano de estudo e com ensino superior incompleto; e, relativamente menor entre os trabalhadores com ensino

médio e superior completo. Conforme Pochmann (2015), os efeitos da crise econômica afetaram, em especial, os postos de trabalho que contratam trabalhadores com menor escolaridade.

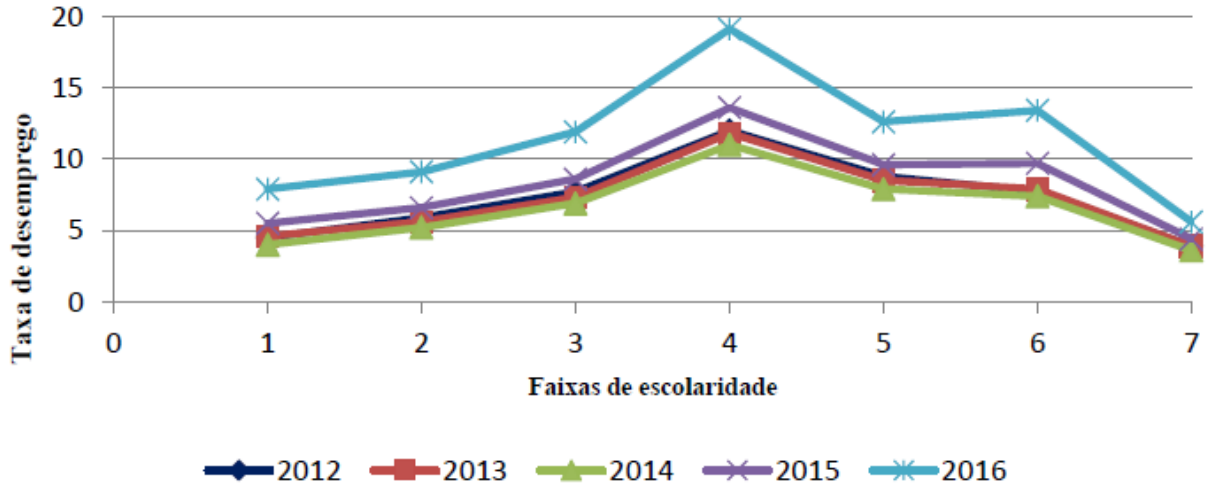
O terceiro indicador (Ui/U) mostra a participação de cada grupo no desemprego total. Observa-se, no período analisado, que os trabalhadores com menos de um ano de estudo e com ensino superior incompleto foram os que mais aumentaram sua participação no desemprego total, ao passo que os trabalhadores com ensino fundamental incompleto e completo foram os únicos que diminuíram sua participação no desemprego total. A despeito de a participação no desemprego total ter variado positiva e negativamente entre as faixas, no geral, é possível perceber que os grupos dos trabalhadores mais afetados no desemprego total se mantiveram ao longo dos anos examinados, isto é, os trabalhadores com ensino médio completo e fundamental incompleto somaram aproximadamente 60% do desemprego total, em todos os anos.

O último indicador (CCi/Ni) da tabela 1 indica a probabilidade de os trabalhadores obterem emprego no mercado formal. Os resultados para os anos examinados mostram que esta probabilidade é mais elevada para os trabalhadores com ensino superior completo e para aqueles com ensino médio completo. Nos mesmos anos, a probabilidade de obter emprego no mercado formal foi menor para os trabalhadores com ensino fundamental incompleto e com menos de um ano de estudo. Houve redução na variação percentual da probabilidade de obter emprego formal para os trabalhadores com ensino médio incompleto (-3%) e completo (-2%), e para aqueles com ensino superior incompleto (-1%) e completo (-1%). No entanto, aumentou tal variação para aqueles das demais faixas de escolaridade, sobretudo dos trabalhadores com menos de um ano de estudo que obtiveram um salto de 30%. Logo, conclui-se que a probabilidade de se obter emprego formal é maior para os mais escolarizados; entretanto, no período examinado houve pequena redução para estes e aumento para aqueles com baixo nível de escolaridade.

Ao analisar a figura 1, que mostra a relação entre a taxa de desemprego e as sete faixas de escolaridade de 2012 a 2016, verifica-se que as curvas apresentaram o formato da letra “U” invertida, ou seja, a taxa de desemprego apresentou relação positiva com o aumento da escolaridade alcançou um ponto de inflexão na faixa ensino médio incompleto e a partir de então a relação tornou-se negativa com o aumento dos anos de estudo. Com exceção de 2015 e 2016, em que as taxas de desemprego foram crescentes para a faixa de ensino superior incompleto. Esse fenômeno pode ser consequência da recessão econômica brasileira no período de 2014 e 2015, o que refletiu no relativo aumento no número de estudantes com ensino superior incompleto em busca de uma colocação no mercado

laboral. Cabe destacar que o formato das curvas se assemelhou ao formato da letra "U" invertida, em conformidade com os resultados encontrados nas pesquisas de Corseuil, Reis e Urani (1996) e Barros, Camargo e Mendonça (1997).

Figura 1 – Relação entre taxa de desemprego e faixas de escolaridade, Brasil – 2012 a 2016



Fonte: Elaborada pelos autores, com dados da PNADC/IBGE.

Nota: 1 = de 0 a menos de 1 ano de estudo, 2 = ensino fundamental incompleto, 3 = ensino fundamental completo, 4 = ensino médio incompleto, 5 = ensino médio completo, 6= superior incompleto, 7= superior completo.

Outro aspecto que chama atenção na figura 1 é a dispersão entre a taxa de desemprego dos trabalhadores com ensino médio incompleto (pico das curvas) e a dos trabalhadores com menos de um ano de estudo, pois a primeira foi cerca de duas vezes maior, sendo que tal dispersão sugere que os trabalhadores da primeira faixa são mais propensos a se colocarem no mercado de trabalho em vagas mais precárias. Da mesma forma, a taxa de desemprego dos trabalhadores com ensino médio incompleto foi cerca de três vezes maior que a dos trabalhadores com ensino superior completo; essa diferença está relacionada à demanda por mão de obra qualificada, que está aumentando relativamente mais do que a oferta de mão de obra mais educada.

A respeito das estimações das equações dos determinantes da composição do desemprego por faixa de escolaridade os resultados estão exibidos na tabela 2. A maior participação dos trabalhadores com menos de um ano de estudo no desemprego total foi influenciada, sobretudo, pela sua participação relativa na PEA e pela sua taxa de desemprego. Os trabalhadores com ensino fundamental incompleto e completo também apresentaram coeficientes elevados na determinação do desemprego total, principalmente devido às suas participações relativas na força de trabalho.

Tabela 2 – Determinantes da composição do desemprego por faixa de escolaridade, 2012 – 2017*

Grupos (i)	Ni/N (b)	Ui/Ni (c)	CCi/Ni (d)	R^2	Teste F
Menos de 1ano de estudo	1,08*	0,22**	-0,01	0,95	116,03
Ens. Fundamental incompleto	0,87**	0,00	-0,83	0,86	34,49
Ens. Fundamental completo	0,91*	0,04	0,05	0,77	18,56
Ens. Médio incompleto	0,42	0,04	0,04	0,20	1,43
Ens. Médio completo	0,38*	0,36**	2,20**	0,63	9,50
Ens. Superior incompleto	0,99**	0,22	0,57	0,73	15,63
Ens. Superior completo	0,73**	0,41*	5,43**	0,77	19,36

Fonte: Elaborada pelos autores, com dados da PNADC/IBGE.

Notas: * primeiro trimestre de 2017; (*), (**), (***) denotam, respectivamente, *p valor < 0,1*, *p valor < 0,05* e *p valor < 0,01*.

A participação dos trabalhadores com ensino médio completo no desemprego total foi determinada, tanto por sua participação na PEA quanto pela taxa de desemprego no grupo; nota-se que o impacto positivo do coeficiente probabilidade de conseguir emprego formal freou o aumento da participação dos trabalhadores no desemprego total. A respeito da participação dos trabalhadores com ensino superior incompleto no desemprego total, verifica-se que foi influenciada principalmente pela sua participação na PEA, já que a taxa de desemprego do grupo e a probabilidade de conseguir emprego formal não foram estatisticamente significativas.

No caso do aumento da participação dos trabalhadores com ensino superior completo no desemprego total deveu-se, essencialmente, por conta da participação na PEA e de sua taxa de desemprego no grupo. O elevado coeficiente da probabilidade de conseguir emprego formal mostra que essa variável contribuiu como freio para o aumento de sua participação no desemprego total.

DESEMPREGO POR FAIXA ETÁRIA

Outra característica importante quando se estuda a composição do desemprego é a faixa etária dos trabalhadores. Por meio desta característica é possível perceber o quão seletivo é o mercado de trabalho com relação à idade do indivíduo e, consequentemente, seus anos de experiência. Assim, a tabela 3 elucida os resultados segundo os grupos de idade dos trabalhadores que compõem a PEA.

O primeiro indicador (Ni/N) mostra que, de 2012 a 2016, os trabalhadores que pertencem a faixa 50-59 anos e 60 anos de idade ou mais foram os que mais aumentaram sua participação na PEA, 12,3% e 13,6%, respectivamente; já, a maior retração do indicador foi para as faixas de 25 a 29 anos e 14 a 17 anos, -8,5% e -25,6%, na devida ordem. A notável redução da participação na PEA dos trabalhadores de 14 a 17 anos pode ser explicada pelas políticas de redução do trabalho infantil no país, além disso refletem a maior dedicação deste grupo aos estudos. O aumento da participação dos trabalhadores

com mais idade na PEA *vis à vis* a redução dos trabalhadores com menos idade indica que a força de trabalho se tornou mais envelhecida. Conforme Alves *et al*. (2010) a PEA mais envelhecida está associada a uma população mais escolarizada, mais experiente e, consequentemente, com maiores salários.

Em adição, observa-se que o grupo de maior representação foi o dos trabalhadores com faixa etária entre 30 a 39 anos, o percentual ficou em torno de 25% da PEA, em todo período. Em seguida, os trabalhadores com faixa etária entre 40 e 49 anos representaram cerca de 21% da PEA. Já o grupo menos representado foi o dos jovens entre 14 a 17 anos cujo percentual variou entre 3% e 4%.

No tocante ao segundo indicador (Ui/Ni), as taxas foram decrescentes com o aumento da idade, ou seja, maiores para os mais jovens e menores para os mais velhos. Cabe destacar a discrepância entre estas taxas, isto é, a taxa de desemprego dos mais jovens foi cerca de 11 vezes maior que a dos mais velhos. O fato dessa discrepância não ter sido alterada em períodos de menor e maior desemprego, sugere que o desequilíbrio no mercado de trabalho para essa característica não apresentou melhora. Segundo Flori (2003), a maior taxa de desemprego dos jovens está relacionada a curta permanência destes no estado de empregado, bem como a dificuldade de conseguirem o primeiro emprego.

Tabela 3 – Indicadores básicos da evolução do mercado de trabalho por faixas de idade

Ni/N – Participação na PEA						
Faixas de idade	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**Δ%(2016/2012)**
14-17	3,9	3,5	3,3	3,2	2,9	-25,6
18-24	16,4	16,0	15,4	15,1	15,3	-6,7
25-29	13,0	12,8	12,5	12,0	11,9	-8,5
30-39	25,5	25,8	25,9	25,8	25,7	0,8
40-49	21,3	21,5	21,7	22,0	21,9	2,8
50-59	13,8	14,2	14,7	15,2	15,5	12,3
60 anos ou +	5,9	6,1	6,4	6,6	6,7	13,6
Ui/Ni – Taxa de desemprego						
Faixas de idade	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**Δ%(2016/2012)**
14-17	18,9	18,6	17,6	22,0	31,9	68,8
18-24	14,9	14,7	14,5	17,7	23,5	57,7
25-29	8,8	8,4	8,0	9,9	13,0	47,7
30-39	5,7	5,6	5,2	6,4	8,8	54,4
40-49	3,8	3,8	3,4	4,5	6,5	71,1
50-59	2,8	2,7	2,6	3,2	4,9	75,0
60 anos ou +	1,7	1,6	1,5	2,0	2,8	64,7
Ui/U – Participação no desemprego total						
Faixas de idade	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**Δ%(2016/2012)**
14-17	10,5	9,7	9,0	8,9	8,6	-18,1
18-24	34,6	34,3	34,9	34,0	33,6	-2,9
25-29	16,2	15,8	15,8	15,1	14,4	-11,1
30-39	20,4	21,3	21,0	21,2	21,2	3,9
40-49	11,5	11,8	11,7	12,6	13,3	15,7
50-59	5,5	5,7	6,0	6,3	7,1	29,1
60 anos ou +	1,4	1,5	1,5	1,7	1,8	28,6
CCi/Ni – Probabilidade de obter trabalho formal						
Faixas de idade	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**Δ%(2016/2012)**
14-17	20,3	19,9	20,3	20,8	20,3	0,0
18-24	56,4	56,7	56,9	55,4	54,1	-4,1
25-29	61,8	62,6	63,0	60,9	61,5	-0,5
30-39	60,0	60,9	62,0	59,7	61,7	2,8
40-49	58,1	58,6	59,7	57,0	60,3	3,8
50-59	54,1	54,8	56,3	53,3	58,7	8,5
60 anos ou +	33,8	35,9	38,3	36,1	42,5	25,7

Fonte: Elaborada pelos autores, com dados da PNADC/IBGE.

De 2012 a 2014, houve sensível queda na taxa de desemprego para todas as idades; após esses anos, o desemprego cresceu abruptamente para todos os grupos de trabalhadores. O grupo mais atingido foi o de 50 a 59 anos de idade ao passo que o grupo menos atingido foi o de 25 a 29 anos. A substancial alta sugere que a queda no nível de atividade econômica do país no mesmo período impactou negativamente no mercado de trabalho destes grupos de trabalhadores. Conforme o IBGE (2017), neste período houve queda do Produto Interno Bruto (PIB), dos investimentos e do consumo das famílias; além disso houve aumento do endividamento e sobretudo redução do emprego.

De acordo com terceiro indicador (Ui/U), a participação dos trabalhadores no desemprego total aumentou para as faixas, com exceção aos jovens de 14 a 17 anos, 18 a 24 anos e 25 a 29 anos de idade que tiveram sua participação reduzida. Em outras palavras, o peso das faixas etárias mais avançadas no desemprego total aumentou significativamente enquanto que o das faixas etárias mais novas foi reduzido. Examina-se que os trabalhadores com 18 a 24 anos e com 30 a 39 anos representaram a maior parte no desemprego total (cerca de 54%), ao passo que a minoria foi representada pelos trabalhadores com 60 anos de idade ou mais (menos de 2%).

No que diz repeito ao último indicador (CCi/Ni) da tabela 3, as chances de conseguir emprego formal das faixas de 18-24 até as de 50-59 variaram entre 53% a 63%, em todos os anos. Contudo, as chances dos jovens com idade entre 14 e 17 anos ficaram em torno de 19% e 20%; já as chances dos trabalhadores com mais 60 anos foi cerca de 33,8% a 42%. Observa-se que o grupo que mais aumentou a probabilidade de obter emprego formal no período analisado foi o de acima de 60 anos (25,7%) e o grupo que mais reduziu foi o dos jovens de 18 a 24 anos (-4,1%).

A tabela 4 mostra os resultados das regressões estimadas dos determinantes da composição do desemprego por faixa etária. A redução da participação no desemprego total dos jovens com 14 a 17 anos é explicada, principalmente pela participação na força de trabalho (PEA) e pela taxa de desemprego. Já a queda da participação no desemprego total dos jovens com 18 a 24 anos é explicada pela possibilidade de conseguir emprego formal. Devido ao menor peso da taxa de desemprego de ambos os grupos de jovens, o aumento da taxa de desemprego no período não fez com que aumentasse suas participações no desemprego total; ao contrário, houve queda. Sem dúvidas, essa queda teria sido ainda maior na ausência do crescimento da taxa de desemprego.

O decréscimo da participação dos trabalhadores com 25 a 29 anos no desemprego total é explicado, primeiramente pela probabilidade de obter emprego formal; em segundo lugar, por sua taxa de desemprego e, em terceiro lugar pela participação na PEA. Os trabalhadores de 30 a 39 anos de idade

tiveram sua representação no desemprego total ampliada devido, principalmente, à sua representação na PEA; a taxa de desemprego e a probabilidade de obter emprego formal também contribuiram para este aumento.

Tabela 4 – Determinantes da composição do desemprego por faixas de idade, 2012-2017*

Grupos (i)	Ni/N (b)	Ui/Ni (c)	CCi/Ni (d)	R^2	Teste F
14-17	0,91**	0,15*	0,07	0,89	45,92
18-24	0,06	0,16*	0,70**	0,76	18,32
25-29	0,37**	-0,40**	-1,76**	0,94	88,92
30-39	2,11*	0,06*	0,15	0,52	6,06
40-49	1,92	0,17**	-0,13	0,89	45,62
50-59	1,83*	0,17**	-0,62	0,94	88,85
60 anos ou +	2,57**	0,18**	-0,73	0,90	49,38

Fonte: Elaborada pelos autores, com dados da PNADC/IBGE.

Notas: * = primeiro trimestre de 2017; (*), (**), (***) denotam, respectivamente, *p valor* < 0,1, *p valor* < 0,05 e *p valor* < 0,01.

Com relação aos trabalhadores de 40-49 anos de idade, o único resultado da regressão que pode ser considerado é o da taxa de desemprego, haja vista que os demais não foram estatisticamente significativos. Dessa forma o aumento deste grupo no desemprego total deveu-se apenas ao aumento de sua taxa de desemprego. Já para o grupo de trabalhadores de 50-59 anos e de 60 anos ou mais, as variáveis que explicaram o aumento da sua participação no desemprego total foram, em primeiro lugar, a participação na PEA; em segundo lugar a probabilidade de obter emprego formal e, em terceiro lugar, a taxa de desemprego.

DESEMPREGO POR GÊNERO

A respeito da composição dos trabalhadores da PEA por gênero, como se vê no primeiro indicador da tabela 5, a participação dos homens no mercado de trabalho foi superior à das mulheres em todo período. No ano de 2012, a participação masculina correspondeu a 58,2%, enquanto que a feminina 41,8%. Em 2013 e 2014 houve ligeiro aumento da participação masculina e queda na feminina e a partir desse ano as mulheres apresentaram pequeno aumento na participação com relação aos homens. Assim, percebe-se que de 2012 a 2016 houve acréscimo de 0,2% na proporção das mulheres e queda de 0,3% na proporção dos homens na PEA. Verifica-se que apesar da queda na proporção dos homens na PEA, eles representam a maior parte do total.

No que se refere à taxa de desemprego por gênero, conforme o segundo indicador da tabela 5, em todos os anos apresentados o desemprego das mulheres foi superior ao dos homens. Em 2012, a taxa masculina correspondeu a 5,7% enquanto que a feminina foi de 9,0%. Em 2013 e 2014 houve pequena

queda para ambos os sexos e a discrepância entre as taxas diminuiu se comparadas às de 2012. Porém, no biênio 2015-2016 houve relativa alta para ambos os sexos; e ao final do período a taxa de desemprego dos homens chegou a 9,3% e a das mulheres a 12,7%. Na comparação temporal, o crescimento do desemprego dos homens foi superior ao das mulheres; tal resultado se deve ao decréscimo das ocupações em atividades econômicas em que há predominância de ocupados do sexo masculino, tais como na agropecuária, na construção e na indústria (IBGE, 2017). Mesmo com o aumento percentual relativamente maior para o sexo masculino em 2016 a taxa de desemprego feminino foi cerca de 40% mais elevada.

Os dados da participação no desemprego total (terceiro indicador da tabela 6) mostram que em 2012 a participação dos homens foi de 47%, isto é, percentual inferior ao das mulheres (54%); apesar das mulheres representarem a menor parcela no mercado de trabalho estas foram mais representadas no desemprego total, nesse ano. Ao longo dos anos examinados é possível perceber que as taxas começaram a se aproximar, isso porque a participação dos homens no desemprego total começou a aumentar e a das mulheres começa a diminuir. A tendência de aproximação se confirma em 2016 onde há uma reversão dessas taxas, visto que a participação masculina se tornou maior que a participação feminina (50,3% > 49,7%). No geral, a queda da participação feminina no desemprego total está relacionada com o aumento de sua participação no emprego formal.

Tabela 5 – Indicadores básicos da evolução do mercado de trabalho por gênero, 2012-2016

Ni/N – Participação na PEA						
	2012	2013	2014	2015	2016	Δ%(2016/2012)
Homem	58,2	58,3	58,4	58,2	58,0	-0,3
Mulher	41,8	41,7	41,6	41,8	41,9	0,2
Ui/Ni – Taxa de desemprego						
	2012	2013	2014	2015	2016	Δ%(2016/2012)
Homem	5,7	5,5	5,3	6,7	9,3	63,2
Mulher	9,0	8,7	8,0	9,6	12,7	41,1
Ui/U – Participação no desemprego total						
	2012	2013	2014	2015	2016	Δ%(2016/2012)
Homem	46,5	46,9	48,2	49,4	50,3	8,2
Mulher	53,5	53,1	51,8	50,6	49,7	-7,1
CCi/Ni – Probabilidade de obter trabalho formal						
	2012	2013	2014	2015	2016	Δ%(2016/2012)
Homem	54,9	55,5	56,4	51,5	56,2	2,4
Mulher	57,0	58,1	59,2	56,5	60,2	5,6

Fonte: Elaborada pelos autores, com dados da PNADC/IBGE.

Ao observar o último indicador da tabela 5, referente à probabilidade de obter emprego formal percebe-se, ao longo do período analisado, uma trajetória ascendente dessa probabilidade para ambos os sexos, com exceção de 2015, ano em que houve relativa queda, consequência da crise

econômica do país. Cabe destacar que a probabilidade de obter emprego formal dos homens foi inferior à das mulheres em todos os anos.

A tabela 6 apresenta os resultados das regressões para a característica gênero. Para o grupo de homens a participação no desemprego total foi determinada, principalmente pela possibilidade de conseguir emprego formal e pela taxa de desemprego, o coeficiente participação na PEA não foi significativo. Já para o grupo de mulheres, a queda da participação no desemprego total deveu-se sobretudo à participação na PEA, seguida da probabilidade de conseguir emprego formal e com peso menor da sua taxa de desemprego. Cabe destacar que tais coeficientes influenciaram negativamente na participação das mulheres no desemprego total, ou seja, tal redução poderia ter sido ainda maior caso estes coeficientes fossem positivos.

Tabela 6 – Determinantes da composição do desemprego por gênero, 2012-2017*

Grupos (i)	Ni/N	Ui/Ni	CCi/Ni	R^2	Teste F
Homem	-1,21	0,17**	1,49**	0,83	27,57
Mulher	-3,09**	-0,08**	-1,19**	0,83	27,76

Fonte: Elaboração própria com dados da PNADC/IBGE.

Notas: * primeiro trimestre de 2017; (*), (**), (***) denotam, respectivamente, *P valor* < 0,1, *p valor* < 0,05 e *p valor* < 0,01.

DESEMPREGO POR POSIÇÃO NA FAMÍLIA

Em relação à participação dos trabalhadores na PEA segundo a posição na família, como se vê na tabela 7, de 2012 a 2016, houve crescimento da participação dos chefes e dos cônjuges; porém a dos filhos foi reduzida. Em todo período, os chefes de família foram os que representaram a maior parcela da PEA, em segundo lugar foram os cônjuges e a menor parcela foi dos filhos.

Quanto à taxa de desemprego segundo a posição na família, em todos os anos examinados os filhos apresentaram as maiores taxas de desemprego. A diferença entre a taxa de desemprego dos filhos relativamente à dos chefes é nítida, podendo-se observar que foi mais do que o triplo neste período. Na evolução dos anos de 2012 a 2014, houve sensível queda da taxa de desemprego tanto para os cônjuges como para os filhos, no entanto a partir destes anos as taxas de desemprego cresceram abruptamente para todos os grupos de forma que o desemprego dos chefes aumentou 79%, dos filhos 53% e dos cônjuges 36%.

Tabela 7 – Indicadores básicos da evolução do mercado de trabalho por posição na família

Ni/N – Participação na PEA						
	2012	2013	2014	2015	2016	Δ%(2016/2012)
Chefe	45,4	46,3	46,7	46,6	45,9	1,1
Cônjuge	23,6	23,9	24,0	24,3	24,8	5,1
Filho	23,4	22,7	22,3	22,1	21,9	-6,4
Ui/Ni – Taxa de desemprego						
	2012	2013	2014	2015	2016	Δ%(2016/2012)
Chefe	3,5	3,6	3,2	4,2	6,3	80,0
Cônjuge	5,6	5,4	4,9	5,9	7,6	35,7
Filho	13,8	13,4	12,9	15,8	21,1	52,9
Ui/U – Participação no desemprego total						
	2012	2013	2014	2015	2016	Δ%(2016/2012)
Chefe	22,6	24,2	23,7	25,0	26,7	18,1
Cônjuge	18,6	18,9	18,3	18,2	17,6	-5,4
Filho	45,6	44,4	45,2	44,3	43,0	-5,7
CCi/Ni – Probabilidade de obter trabalho formal						
	2012	2013	2014	2015	2016	Δ%(2016/2012)
Chefe	55,4	56,0	56,9	52,0	57,1	3,1
Cônjuge	57,4	58,5	59,7	55,6	61,0	6,3
Filho	55,5	56,4	57,0	54,7	56,3	1,4

Fonte: Elaborada pelos autores, com dados da PNADC/IBGE.

Ao examinar a participação desses grupos de trabalhadores no desemprego total, conforme tabela 7, em 2012, o percentual dos filhos foi de 45,6%, aproximadamente o dobro do percentual dos chefes (22,6%), já a participação dos cônjuges foi de 18,6%. Com relação a variação percentual no período, é notável a queda na participação dos filhos no desemprego total que foi de 6%, a participação dos cônjuges caiu 5%, enquanto que a participação dos chefes aumentou 18%. Contudo, o grupo dos trabalhadores mais e menos atingidos pelo desemprego permaneceu estável. Ainda conforme a tabela 7, de 2012 a 2016 verifica-se aumento na probabilidade de obter emprego dos cônjuges de 6%, dos chefes 3% e dos filhos 1%.

Os resultados das regressões dos determinantes da composição do desemprego, por posição na família, estão ilustrados na tabela 8. O aumento da participação dos chefes no desemprego total pode ser explicado, em primeira instância, pela sua participação na PEA e também pela taxa de desemprego; a variável probabilidade de conseguir emprego formal não foi significativa para este grupo. Já a queda da participação no desemprego total para os cônjuges foi explicada apenas pelo coeficiente da taxa de desemprego, porém com um percentual relativamente pequeno, sendo que os demais não foram significativos estatisticamente. A participação dos filhos no desemprego total é explicada, sobretudo, pela probabilidade de conseguir emprego formal que afetou a variável positivamente, além disso a participação na força de trabalho seguida da taxa de desemprego.

Tabela 8 – Determinantes da composição do desemprego por posição na família, 2012-2017*

Grupos i	Ni/N	Ui/Ni	CCi/Ni	R^2	Teste F
Chefe	3,18*	0,23**	-0,98	0,86	35,04
Cônjuge	-1,30	0,03*	0,05	0,55	7,06
Filho	0,85**	0,14*	1,02**	0,89	44,86

Fonte: Elaborada pelos autores, com dados da PNADC/IBGE.

Notas: * = primeiro trimestre de 2017; (*), (**), (***) denotam, respectivamente, *p valor* < 0,1, *p valor* < 0,05 e *p valor* < 0,01.

DESEMPREGO POR REGIÕES DO BRASIL

Ao examinar os indicadores do mercado de trabalho segundo as regiões brasileiras – tabela 9 – pode-se observar por meio do primeiro indicador (Ni/N) que as regiões Nordeste e Sudeste foram as que mais reduziram sua participação na força de trabalho ao passo que o Centro-Oeste e o Distrito Federal foram as que apresentaram maior aumento da participação dos trabalhadores na PEA.

Tabela 9 – Indicadores básicos da evolução do mercado de trabalho por regiões brasileiras, 2012 a 2016

Ni/N – Participação na PEA						
	2012	2013	2014	2015	2016	Δ%(2016/2012)
Norte	13,0	13,2	13,3	13,2	13,3	2,3
Nordeste	30,3	30,2	30,8	30,6	30,0	-1,0
Sul	18,4	18,1	18,0	18,3	18,2	-1,1
Sudeste	27,9	27,9	27,5	27,5	27,8	-0,4
Centro-Oeste	8,4	8,5	8,6	8,5	8,6	2,4
Distrito Federal	1,9	2,0	1,9	2,0	2,0	5,3
Ui/Ni – Taxa de desemprego						
	2012	2013	2014	2015	2016	Δ%(2016/2012)
Norte	7,9	7,5	6,7	7,8	10,3	30,4
Nordeste	9,0	8,9	8,2	9,6	12,7	41,1
Sul	4,0	3,8	3,6	5,0	7,0	75,0
Sudeste	7,0	6,8	6,5	8,4	11,7	67,1
Centro-Oeste	5,5	4,8	4,3	6,1	8,9	61,8
Distrito Federal	8,7	9,0	8,9	10,0	12,2	40,2
Ui/U – Participação no desemprego total						
	2012	2013	2014	2015	2016	Δ%(2016/2012)
Norte	14,5	14,5	14,0	13,0	12,9	-11,0
Nordeste	38,4	39,2	39,5	37,1	35,5	-7,6
Sul	10,6	10,1	10,3	11,5	11,9	12,3
Sudeste	27,6	27,6	27,9	29,3	30,3	9,8
Centro-Oeste	6,5	6,0	5,7	6,6	7,1	9,2
Distrito Federal	2,3	3,0	2,7	2,5	2,3	0,0
CCi/Ni – Probabilidade de obter trabalho formal						
	2012	2013	2014	2015	2016	Δ%(2016/2012)
Norte	44,7	44,5	45,2	42,2	44,9	0,4
Nordeste	40,3	41,0	41,1	39,1	42,0	4,2
Sul	70,6	72,3	74,7	67,3	75,0	6,2
Sudeste	64,7	65,5	67,2	62,7	66,7	3,1
Centro-Oeste	58,7	59,3	60,7	56,2	60,4	2,9
Distrito Federal	71,8	71,6	73,4	70,0	73,1	1,8

Fonte: Elaborada pelos autores, com dados da PNADC/IBGE.

O Nordeste e o Sudeste foram os que apresentaram participações mais elevadas em todo período. Em contraste, as menores participações foram as do Centro-Oeste e Distrito Federal. Portanto, observa-se que as participações foram relativamente homogêneas, apresentando pequenas variações, mas o cenário continuou estável.

Ao examinar o segundo indicador (Ui/Ni), identifica-se que no final do período houve aumento na taxa de desemprego em todas as regiões. Estas taxas, em 2012, estavam abaixo de 10% em todas elas. Já em 2016 as taxas de desemprego estavam acima de 10% em quase todas as regiões, com exceção das regiões Sul e Centro-Oeste. Contudo, a comparação temporal mostrou que a região Sul sofreu o maior aumento, de 75%, bem como o Sudeste, cujo aumento foi de 67%; já o Nordeste e Norte apresentaram os menores aumentos (41% e 30%, respectivamente). De 2012 a 2014, é possível observar que houve sensível queda na taxa de desemprego de todas as regiões, porém a partir destes anos houve abrupto crescimento do desemprego, o que não foi surpresa por se tratar do período de recessão da economia brasileira. No entanto, cabe destacar que como o esperado o crescimento se deu de forma desigual, o que demonstra maiores desequilíbrios no mercado de trabalho de algumas regiões em detrimento de outras.

Com relação ao terceiro indicador (Ui/U) as participações dos trabalhadores do Sul e do Sudeste, no desemprego total, apresentaram os maiores acréscimos, em contraste, os trabalhadores do Nordeste e do Sudeste tiveram suas participações reduzidas no desemprego total. No período examinado, o Norte e o Sudeste mantiveram as maiores participações no desemprego total ao passo que o Centro-Oeste e o Distrito Federal as menores.

Quanto às probabilidades de os trabalhadores obterem emprego formal, em 2012, foram mais favoráveis no Distrito Federal (71,8%) bem como no Sul (70,6%). Já as menores probabilidades de obter emprego formal foram nas regiões Norte (44,7%) e Nordeste (40,3%). Ao longo dos anos examinados, apesar de em 2015 esse indicador ter piorado em todas as regiões, em 2016, entretanto apresentou melhora e conseguiu crescer se comparado com 2012. Pode-se observar que os maiores avanços foram na região Sul (6,2%) e no Nordeste (4,2%).

As regressões estimadas para as regiões brasileiras, expostas na tabela 10 mostram, por meio do R2, que o modelo não explicou bem os resultados para a região Norte e Distrito Federal, ou seja, podem existir outras variáveis não incluídas que são importantes para a determinação da composição do desemprego para essas regiões. A participação do Nordeste no desemprego total pode ser explicada, primeiramente pela participação na PEA e, em segundo lugar, pela taxa de desemprego, sendo ambas

com efeito negativo sobre a variável dependente; a probabilidade de conseguir emprego formal não foi estatisticamente significativa. O aumento da participação do Sul, Sudeste e Centro-Oeste no desemprego total é explicada essencialmente pela crescente taxa de desemprego – único coeficiente estatisticamente significativo para os três grupos.

Tabela 10 – Determinantes da composição do desemprego por regiões, 2012-2017*

Grupos (i)	Ni/N	Ui/Ni	CCi/Ni	R^2	Teste F
Norte	-0,58	-0,21	-1,20	0,22	1,56
Nordeste	-1,60*	-0,28**	-0,03	0,77	19,45
Sul	1,58	0,21**	0,77	0,80	22,53
Sudeste	0,45	0,20**	0,72	0,74	16,1
Centro-Oeste	-0,72	0,28**	-0,08	0,83	27,64
Distrito Federal	1,50	-0,25	1,76	0,23	1,73

Fonte: Elaboração própria com dados da PNADC/IBGE.

Nota: * = primeiro trimestre de 2017; (*), (**), (***) denotam, respectivamente, *P valor* < 0,1, *p valor* < 0,05 e *p valor* < 0,01.

4.6 ÍNDICE MISMATCH

A análise da estrutura do desemprego no Brasil se dá, também, por meio dos índices *mismatch* calculados de acordo com a metodologia de Layard, Nickell e Jackman (2009) e Wood (1995), estes estão exibidos na tabela 11.

Tabela 11 – Índice *Mismatch* (*Mm*) segundo Layard, Nickell e Jackman (2009) e Índice *Mismatch* (*MM*) segundo Wood (1995), 2012 a 2017*

Características	Grupos	*Mm*[1]	Grupos	*MM*
Faixa de escolaridade	Ens. Médio incompleto	0,0041	Menos de um ano de estudo	0,94942
	Ens. Superior incompleto	0,0082	Ens. Superior incompleto	0,94345
	Ens. Fundamental completo	0,0102	Ens. Superior completo	0,92923
	Ens. Superior completo	0,0178	Ens. Médio incompleto	0,88548
	Ens. Médio completo	0,0286	Ens. Fundamental completo	0,88310
	Menos de um ano de estudo	0,0527	Ens. fundamental incompleto	0,76544
	Ens. fundamental incompleto	0,1266	Ens. Médio completo	0,64390
Faixa etária	60 ou +	0,0016	60 ou +	0,98417
	30-39	0,0116	50-59	0,93817
	50-59	0,0241	14-17	0,90727
	18-24	0,0257	40-49	0,87740
	25-29	0,0280	25-29	0,84587
	40-49	0,0348	30-39	0,78930
	14-17	0,0378	18-24	0,65780
Gênero	Homem	0,1297	Homem	0,51661
	Mulher	0,1297	Mulher	0,81666
Posição na família	Cônjuge	0,0127	Cônjuge	0,81666
	Filho	0,0681	Chefe	0,75435
	Chefe	0,1409	Filho	0,55586
Região	Distrito Federal	0,0024	Distrito Federal	0,97514
	Centro-Oeste	0,0179	Centro-Oeste	0,93586
	Norte	0,0290	Sul	0,89078
	Sul	0,0342	Norte	0,86239
	Sudeste	0,0788	Sudeste	0,71461
	Nordeste	0,1468	Nordeste	0,62121

Fonte: Elaborada pelos autores, com dados da PNADC/IBGE. [1] valores multiplicados por 1000. * primeiro trimestre de 2017.

Segundo Layard, Nickell e Jackman (2009), o índice mede o excesso proporcional de desemprego entre os grupos de trabalhadores com relação ao seu nível médio; se a demanda por trabalho de cada grupo for proporcional à sua oferta de trabalho o índice alcanca o valor ideal – equivalente a zero. E, no caso da metodologia de Wood (1995) o índice *mismatch* mede o excesso proporcional do desemprego relativamente ao desemprego agregado; quanto mais próximo da unidade melhor, todavia o índice ideal deve ser igual a um.

De acordo com os resultados alcançados pelo índice de Layard, Nickell e Jackman (2009) é possível inferir que os trabalhadores do Nordeste foram os que apresentaram o maior índice, 0,1468, ao passo que os trabalhadores com 60 anos de idade ou mais apresentaram o menor valor, 0,0016. Ao utilizar estes grupos como referência, em relação à característica faixa de escolaridade, verificou-se que os trabalhadores com ensino fundamental incompleto apresentaram os índices *mismatch* mais elevados, o que indica relativo desequilíbrio entre oferta e demanda de trabalho no mercado menos qualificado. Já os trabalhadores com ensino médio e superior incompleto apresentaram os menores índices, ou seja, o desemprego proporcional a estes grupos está mais próximo do desemprego mínimo.

Quanto aos índices por faixas de idade, os resultados da tabela 12 mostram que além dos trabalhadores com 60 anos de idade, os trabalhadores com 30 a 39 anos de idade tiveram melhor desempenho no mercado de trabalho, ou seja, alcançaram os índices mais próximos da referência. Já os trabalhadores com 14 a 17 anos e 40 a 49 anos de idade apresentaram os índices mais elevados, porém abaixo do valor utilizado como referência; verifica-se que estes grupos estão entre os que apresentaram maior crescimento da taxa de desemprego, ou seja, neste caso o aumento da taxa de desemprego deste grupo pode ter sido gerado pelo desemprego excendente.

Os índices referentes à característica gênero indicam que os homens e as mulheres estão em igual situação para Layard, Nickell e Jackman (2009), pois ambos apresentaram valores iguais e mais distantes de zero, ou seja, sugere desequilíbrio no mercado de trabalho para esta característica em relação às demais. Com respeito à posição na família, nota-se que, por um lado, os cônjuges apresentaram melhor desempenho no mercado de trabalho, isto é, o menor índice; por outro lado, os chefes e os filhos apresentaram índices relativamente maiores; vale destacar o índice *mismatch* dos chefes foi duas vezes maior do que o índice dos filhos. Ao examinar os índices por regiões, observa-se que o mercado de trabalho da região Centro-Oeste, bem como do Distrito Federal aproximaram-se mais do equilíbrio, ou seja, apresentaram índices mais próximos da referência mínima; em seguida foi o da região Sul e o da região Norte. Já o Nordeste e o Sudeste apresentaram, relativamente, os índices

mais distantes de zero. Tais resultados, em parte, corroboraram o estudo de Maia (2001) para o Brasil metropolitano.

Foram calculados, também, os índices conforme a metodologia de Wood (1995). Ao comparar os resultados entre os grupos, observa-se que o grupo de desempregados com 60 anos de idade ou mais apresentou o maior índice, 0,98, isto é muito próximo de um, ao passo que as mulheres apresentaram o menor índice, 0,48, ou seja, quase metade da unidade. Ao considerar estes grupos como referência, verifica-se que os grupos: (*i*) com 18 a 24 anos de idade, (*ii*) os filhos e (*iii*) a região Nordeste apresentaram os piores resultados, ou seja, apresentaram valores mais próximos do menor índice encontrado. Por outro lado, os grupos: (*i*) com menos de um ano de estudo; (*ii*) os cônjuges e (*iii*) o Distrito Federal apresentaram os melhores desempenhos, isto é os mais próximos do melhor índice.

Desse modo, verifica-se que os índices referentes aos jovens, às mulheres e aos que residem na região Nordeste, foram os piores tanto na metolodogia de Wood (1995) como na de Layard, Nickell e Jackman (2009). Já os índices referentes aos grupos de idosos, cônjuges e que residem no Distrito Federal foram os melhores em ambas as metodologias. Os índices dos demais grupos diferiram-se substancialmente. A análise dos índices *mismatch* vem, assim, complementar os resultados alcançados na análise descritiva e nas regressões dos determinantes do desemprego.

CONCLUSÃO

O presente estudo buscou analisar a composição do desemprego no Brasil de 2012 a 2016/2017. Especificamente, foram examinados os indicadores do mercado de trabalho segundo as características dos trabalhadores desempregados, tais como: anos de estudo, faixa etária, gênero, posição na família e regiões brasileiras em que residiam. Foi também calculado os determinantes da composição do desemprego conforme Corseuil, Reis e Urani (1996) e mensurado o índice *mismatch* segundo os grupos selecionados de cada característica. Observou-se que houve aumento da taxa de desemprego para todos os grupos das cinco características selecionadas; contudo, ressalta-se que o ano de 2014 registrou a menor taxa de desemprego no período, portanto, o aumento desta taxa se deu nos anos de 2015 e 2016. Nestes anos o Brasil passou por um processo recessivo caracterizado por maior endividamento, redução dos investimentos, associados à crise política, bem como redução do produto e do consumo das famílias, o que refletiu em perdas de emprego e deterioração dos resultados estruturais do mercado de trabalho.

No que tange à característica faixa de escolaridade, ao longo do período examinado, o desemprego foi maior para o grupo de trabalhadores com ensino médio incompleto. Notou-se que apesar de a taxa de desemprego ter aumentado em todas as faixas de escolaridade, o aumento foi relativamente maior entre os trabalhadores com menos de um ano de estudo e com ensino superior incompleto. As equações estimadas mostraram que a maior participação destes dois grupos no desemprego total foi determinada principalmente pelas suas participações na PEA. Com relação à faixa etária, o desemprego atingiu com maior intensidade os trabalhadores mais jovens neste período, isto é, as taxas de desemprego dos jovens de 14 a 17 anos e de 18 a 24 anos de idade foram substancialmente mais elevadas do que a dos trabalhadores mais velhos. As equações estimadas mostraram que o principal determinante dos jovens de 18 a 24 anos de idade no desemprego total foi a probabilidade conseguir emprego formal.

No que se refere à característica gênero, em todo período analisado a taxa de desemprego das mulheres foi mais elevada do que a dos homens. Entretanto, o crescimento do desemprego nos anos de 2012 a 2016/2017 foi mais acentuado para os trabalhadores do sexo masculino. As equações estimadas mostraram que a participação dos homens no desemprego total foi determinada, principalmente pela possibilidade de conseguir emprego formal e pela taxa de desemprego masculina. Já a participação feminina no desemprego total foi determinada, sobretudo, pela sua participação na PEA. Quanto à característica posição na família, em todos os anos examinados, os filhos apresentaram as maiores taxas de desemprego. No entanto, ao observar a evolução ao longo dos anos, o crescimento do desemprego foi mais acentuado para os chefes. Os resultados das regressões mostraram que o principal determinante da participação dos filhos no desemprego total foi a probabilidade de conseguir emprego formal; e dos chefes foi a participação deste grupo na força de trabalho.

Sob a ótica das regiões brasileiras, as taxas de desemprego do Nordeste e do Distrito Federal foram substancialmente mais elevadas em todo período analisado. Ao comparar as taxas de 2016 com as de 2012, identificou-se que houve aumento na taxa de desemprego de todas as regiões, sobretudo na da região Sul e Sudeste. Contudo, as regiões com maior participação no desemprego total foram as do Nordeste e do Sudeste; os resultados das equações estimadas indicaram que o principal determinante da participação do Nordeste no desemprego total foi a sua participação na PEA e do Sudeste foi a sua taxa de desemprego.

Por meio dos índices *mismatch,* segundo a metodologia de Layard, Nickell e Jackman (2009), verificou-se que os grupos de trabalhadores com maior desequilíbrio estrutural foram: (*i*) com ensino fundamental incompleto; (*ii*) com 14 a 17 anos de idade; (*iii*) tanto os homens como as mulheres; (*iv*) os chefes; (*v*) da região Nordeste. De acordo com a metodologia de Wood (1995), o desemprego excedente atingiu mais os seguintes grupos: (*i*) de ensino médio completo; (*ii*) com 18 a 24 anos de idade; (*iii*) as mulheres; (*iv*) os filhos; (*v*) a região Nordeste.

Desse modo, conclui-se que no período examinado os grupos dos trabalhadores mais atingidos pelo desemprego mantiveram-se praticamente os mesmos, com taxas de desemprego notavelmente desiguais em relação aos demais grupos e crescentes, portanto houve intensificação no desemprego estrutural do país. A crise econômica, que o país passou no período analisado, refletiu na deterioração do mercado de trabalho. Neste sentido, é relevante o papel das políticas públicas, que visem diminuir a persistente desigualdade entre as taxas de desemprego dos grupos de trabalhadores brasileiros.

REFERÊNCIAS

ABEL, J. R., DEITZ, R., SU, Y. Are Recent College Graduates Finding Good Jobs? Currency Issues in Economics and Finance, New York, v. 20, n. 1.2014. Disponível em:< https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2378472&download=yes> Acesso em: 20 mar. 2018.

ALVES, J. E., VASCONCELOS, D. S., CARVALHO, A. A. Estrutura Etária, Bônus Demográfico e população economicamente ativa no Brasil: cenários de longo prazo e suas implicações para o mercado de trabalho. Brasília: CEPAL-IPEA, 2010. (Texto para discussão, n. 1528). Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1528.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2018.

BARBOSA FILHO, F. H.; PESSOA, S. A. Uma Análise da Redução da Taxa de Desemprego. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 39., 2011, Foz do Iguaçu. Anais eletrônicos... Foz do Iguaçu: UFPR, 2011. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/ encontro/2011/inscricao/arquivos/000d0204295d65df3e887e93f3a4a9c934f.pdf> Acesso em: 10 mar. 2017.

BARROS, R. P., CAMARGO, J. M., MENDONÇA, R. S. P. A estrutura do desemprego no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. (Texto para discussão, n. 478).

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Boletim Anual do Banco Central do Brasil. São Paulo. 2015. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2015/rel2015p.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2018.

BIAVASCHI, C., Eichhorst, W., Giulietti, C., Kendzia, M. J., Muravyev, A., Pieter, J., Rodriguez-Planas,N., Schmidl, R. and Zimmerman, K. F.Youth unemployment and vocational training. 2012 (Discussion paper, n. 6.890).

BLANCHARD OLIVIER. European Unemployment: the evolution of facts and ideas. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, nov. 2005. (Working paper 5-24). Disponível em:< https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=825885>. Acesso em: 08 mar. 2018.

BIVAR, W. Aspectos da estrutura do desemprego no Brasil: composição por sexo e duração. Rio de Janeiro: BNDES, XV Prêmio BNDES, 1993 (Dissertações de Mestrado).

CORSEUIL, C. H. L. Desemprego: aspectos teóricos e o caso brasileiro. Série Seminários, 4/94. Rio de Janeiro: IPEA, abr. 1994.

CORSEUIL, C. H., REIS, C., URANI, A. Determinantes da estrutura do desemprego no Brasil:1986/95. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 23., 1996, Águas de Lindóia. Anais ... Águas de Lindóia: ANPEC, 1996.

DEDECCA, C. S. Conceitos e estatísticas básicas sobre mercado de trabalho. Economia e trabalho: textos básicos. Campinas: Unicamp, p. 95-111, 1998.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Pesquisa de emprego e desemprego. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimtrabalhoeconstrucao/2017/pedBoletimTrabalhoConstrucaoRMPA.html>. Acesso em: 05 mai. 2017.

FEREIRA, E. F. Desemprego e Inatividade em Regiões Metropolitanas Brasileiras: por faixa etária, escolaridade, gênero e cor, em 2014. 2016. (58 f.). Monografia Curso de Ciências Econômicas. Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

FLORI, P. M. Desemprego de jovens: um estudo sobre a dinâmica do mercado de trabalho juvenil brasileiro. 2003. 77 f. Dissertação (Mestrado em economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa nacional por amostra de domicílios – principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil: 2012 a 2017. Rio de Janeiro, 13p, 2018. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Principais_destaques_PNAD_continua_2012_2017/PNAD_continua_retrospectiva_2012_2017.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2018.

_____. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 147p, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=downloads>. Acesso em: 12 mar. 2018.

_____. Pesquisa nacional por amostra de domicílios - síntese de indicadores 2015. Rio de Janeiro, 108p, 2016. Disponível em:<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>. Acesso em: 12 maio 2017.

_____. Pesquisa mensal de emprego. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet3.shtm>. Acesso em: 18 maio 2017.

_____. Comitê de estatísticas sociais. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em< https://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/mte/cadastro-geral-de-empregados-e-desempregados-caged.html>. Acesso em: 08 mar. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. IPEADATA. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: < http://ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 02 fev. 2018.

LAYARD, R.; NICKELL, S.; JACKMAN, R. Unemployment: Macroeconomic Performance and the Labour Market. 2. ed. New York: Oxford University Press Inc., 2009.

MAIA, K. Progresso tecnológico, Qualificação da mão de obra e Desemprego. 2001. 184 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília. 2001.

MATTOS, F. A. M.; LIMA, S. S. Apontamentos para o debate sobre o pleno emprego no Brasil. Economia e Sociedade, Campinas, v.24 n. 2 (54), p. 293-328, ago. 2015. Disponível em < http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642082> Acesso em: 10 mar. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa Universidade para todos. Brasília, 2018. Disponível em:< http://prouniportal.mec.gov.br/>. Acesso em: 25 fev. 2018.

POCHMANNN, M. Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano. Estudos Avançados, São Paulo, v. 29 n. 85, 2015.

PRONI, M. W. Teorias do desemprego: um guia de estudo. Campinas: IE/Unicamp, ago 2015. (Texto para discussão n. 256).

RAMOS, L. O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro. In: TAFNER, P. (Ed.) Brasil: o estado de uma nação - mercado de trabalho, emprego e informalidade. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. p.307-353.

SANTOS, F. S. Ascensão e Queda do Desemprego no Brasil: 1998 a 2012. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 41., 2013, Foz do Iguaçu. Anais eletrônicos... Foz do Iguaçu: UFPR, 2013. Disponível em: < https://www.anpec.org.br/encontro/2013/files_I/i13-a25aa641e3de121884a9966e761431c0.pdf> Acesso em: 10 mar. 2017.

VALE, R. C.; ANTIGO, M.F. A queda do desemprego no Brasil de 2002 a 2013: análise e perspectivas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABET, 14., 2015, Campinas. Anais eletrônicos... Campinas: Unicamp, 2015. Disponível em: < http://abet2017.com.br/wp-content/uploads/2015/09/Ricardo-Campante-Cardoso.pdf > Acesso em: 10 mar. 2017.

WOOD, A. North-South Trade, Employment and Inequality: Changing Fortunes in a Skill Driven World. 1 ed. New York. Oxford UK, 1995.

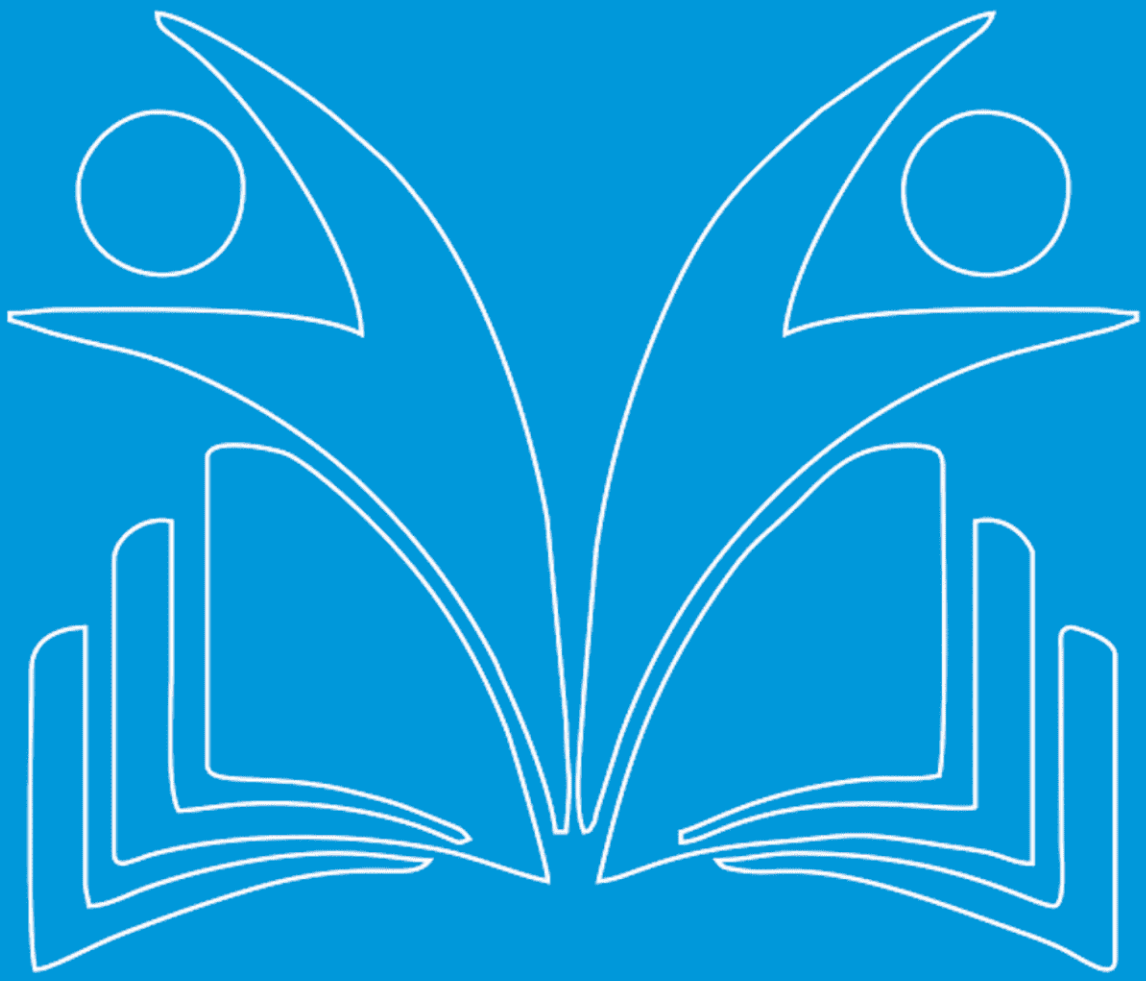
Capítulo 4

10.37423/220105273

CIDADE SITIADA, SENTIDOS MILITARIZADOS: A INTERVENÇÃO MILITAR NO RIO DE JANEIRO PELAS PÁGINAS DO O GLOBO

Igor Lacerda

Universidade do Estado do Rio de Janeiro



Resumo: Este artigo tem o objetivo de analisar as narrativas do jornal impresso O Globo a respeito da intervenção militar que ocorreu no Rio de Janeiro durante o ano de 2018. Busca identificar nessas reportagens os sentidos produzidos sobre a cidade e sua ambiência – entendida como os efeitos psíquicos que esse ambiente construído midiaticamente gera naqueles que vivem no meio urbano. Como metodologia, foi utilizada a análise de narrativas, seguindo o conceito de tríplice mimesis de Ricoeur (1994). Um método que contribuiu para a identificação do ambiente de medo arquitetado pelo jornal para legitimar as políticas de contenção social propostas pelo presidente Michel Temer e pelo governador Luiz Fernando de Souza – políticos que propuseram a intervenção para angariar votos e dialogar com seu público.

Palavras-Chave: ambiência de medo; militarização; intervenção militar; jornal

O Globo; Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

Em 2018, o Rio de Janeiro esteve sob uma intervenção federal na área de segurança pública. Esse tinha sido um plano do então presidente Michel Temer (MDB) com apoio do governador Luiz Fernando de Souza (MDB), da Câmara e do Senado.

Comandado pelo general Walter Braga Netto, responsável pelo Comando Militar do Leste, essa medida intervencionista funcionou por um período determinado, como prevê a lei brasileira: começou em 16 de fevereiro e terminou em 31 de dezembro. Sendo assim, com esse projeto em andamento, o ex-secretário de segurança pública, Roberto Sá, foi exonerado em 19 de fevereiro e o general Braga Netto passou a gerenciar as polícias civil e militar, o corpo de bombeiros e o sistema prisional. O interventor respondia apenas às ordens de Temer, não tendo a obrigação de atender às autoridades do Rio.

É importante destacar que a intervenção federal é um procedimento regulado pelos artigos 34 e 36 do capítulo VI da Constituição Brasileira (CRFB), mas que nunca tinha sido utilizado antes, pois, em condições habituais, o governo federal não teria autonomia para intervir nas decisões dos estados. Contudo, conforme o artigo 34, para manter a integridade do território brasileiro, reorganizar as finanças da unidade da federação e/ou afastar uma interferência estrangeira, o presidente do país pode suspender temporariamente a soberania dos estados. No caso específico do Rio, o inciso três do artigo 34 foi invocado para amenizar um suposto “grave comprometimento da ordem pública”.

Pela Constituição, as autoridades políticas poderiam ter escolhido um membro da sociedade civil para gerir a intervenção, não tendo a obrigação de recorrer às Forças

Armadas. No entanto, houve um desejo de controlar a cidade de forma militar, especialmente as favelas e os subúrbios – representados pela mídia e por políticos como ambientes de crimes e medos. Por essa razão, assim como Rocha (2018), entendemos esse projeto como uma intervenção militar, pois a militarização é um processo que traz o campo de batalha para dentro das cidades a fim de combater um inimigo interno como gangues, milícias, traficantes e outros grupos. De acordo com a autora, a militarização das metrópoles é viabilizada por questões morais e ideológicas que utilizam agentes treinados para a guerra no combate de crimes urbanos, tornando habitual a presença de soldados nas ruas e na gestão da vida dos cidadãos.

Dentro desse contexto, o propósito deste artigo é analisar as narrativas do jornal impresso O Globo sobre a intervenção militar a fim de identificar os sentidos produzidos sobre o Rio de Janeiro e sua

ambiência – além de como esse ambiente produzido pelo jornalismo serviu aos interesses de políticos como Michel Temer e Luiz Fernando de Souza. Para atingir o objetivo proposto, foi utilizada a análise de narrativas, seguindo a concepção de tríplice mimese de Ricoeur (1994).

Nossa hipótese é que ao narrar a intervenção militar, lembrando alguns aspectos e esquecendo outros, o jornal O Globo produziu sentidos que delineavam uma ambiência de medo no Rio de Janeiro. O medo é comumente entendido como uma reação a algo, como uma resposta do corpo a objetos materiais ou imateriais. Esse sentimento paralisia, subtraindo do organismo a capacidade de reagir ao perigo. O temor pode causar ansiedade, outra emoção que deixa a pessoa sem ação e a perturba em relação ao universo que a cerca. Nesse trabalho, não consideramos os pânicos como sentimentos individuais, e sim como sociais e coletivos, que podem ser ou não desencadeados por objetos específicos. Portanto, esse ambiente de medo pode ter servido a políticos empenhados em melhorar suas impopularidades e atrair eleitores, eles propuseram medidas repressivas superficiais que não solucionavam o problema da violência, mas respondiam positivamente aos medos e às ansiedades de alguns grupos. Como outros planos de segurança, a intervenção militar pressupunha que todas as relações e as condutas estabelecidas nas favelas eram atravessadas pela ilegalidade, fazendo com que formuladores de políticas públicas e parte temerosa do senso comum exigissem o controle e o combate constante desse território.

AMBIÊNCIA DE MEDO

Para a arquitetura, a ambiência é a organização do espaço para produzir determinado efeito estético ou psicológico. Esse conceito remete à distribuição de materiais dentro do meio físico e aos efeitos psíquicos que esse ambiente idealizado gera em seus frequentadores. Por exemplo, se bem planejada, a ambiência pode tornar o espaço mais receptivo e propício ao convívio, ou, quando não levada em consideração, mais inóspito e não benéfico à harmonia. Como Bestetti (2014), pensamos que a *ambiance* não é composta apenas pelo meio material onde se vive, mas pelos efeitos morais e psicológicos que esse espaço induz ao comportamento dos indivíduos.

Assim como na arquitetura e no urbanismo, as narrativas jornalísticas também compõem o meio urbano material e são capazes de gerar efeitos na psique de seus leitores.

Se o arquiteto e o urbanista escolhem as melhores cores, formas e texturas para projetar um espaço, visando produzir determinada sensação nos usuários, o jornalista seleciona as lembranças e os esquecimentos para compor suas narrativas sobre a cidade, produzindo sentidos que dialogam com

as emoções do seu público. Buscando aprofundar a relação entre memória, esquecimento e produção de sentidos sobre o urbano, recorremos ao conceito de tríplice mimesis de Ricoeur (1994). Conceituaremos mimesis I, mimesis II e mimesis III a fim de articular aquilo que o autor entende como arco hermenêutico ou processo interpretativo da narrativa.

Em mimesis I, no mundo prefigurado, Ricoeur (1994) introduz uma teia de conceitos de ação: por intermédio do diálogo de intersignificação, o jornalista e o leitor precisam compartilhar minimamente as mesmas lembranças, bem como as mesmas dimensões simbólicas e o tempo em que se passa a história. Benjamin (1985) coaduna com esta perspectiva, esclarecendo que a narrativa é responsável pelas trocas de experiências e memórias, o que só é possível quando as referências são comuns entre narrador e leitor.

Ocorre o ato de tecer a intriga em mimesis II, que serve de mediação entre o mundo que precede a narrativa (mimesis I, o mundo prefigurado) e o mundo criado após a circulação da narrativa (mimesis III, o mundo refigurado). De acordo com Ricoeur (1994), a intriga é uma composição verbal que possibilita a transformação de simples palavras em narração, é por intermédio dela que o narrador organiza os eventos para que a história contada consiga produzir ou reforçar os sentidos almejados. Por conseguinte, o papel fundamental da mimesis II é ligar, por meio da produção da narrativa, o mundo prefigurado ao mundo refigurado. Nessa lógica, ao produzir as notícias, o jornalista cria ou reforça os antigos sentidos sobre o meio social, além de possibilitar que os sujeitos reformulem ou mantenham antigas perspectivas.

O leitor é convidado a participar ativamente da trama em mimesis III, se posicionando como parte integrante na produção de sentidos. Sua influência não é exercida de forma passiva, pelo contrário: ele desempenha a função de reconfiguração, realizando apropriações conforme suas convicções. Para Ricoeur (1994), o leitor cria referência no instante em que devolve ao mundo a mensagem que foi interpretada. Com base no referencial recém adquirido, tem-se uma construção simbólica que será utilizada por outros sujeitos na formação de novas narrativas. É importante destacar que o leitor e o narrador passaram por processos de socialização que fixaram em suas existências determinadas visões de mundo, experiências e aprendizados. Portanto, pensamos que as narrativas jornalísticas estão repletas com as impressões pré-construídas de seus criadores e são interpretadas conforme às referências dos leitores que podem concordar ou discordar dos argumentos expostos.

O fim do processo interpretativo é também o seu início, isso pode passar a ideia de circularidade, mas Ricoeur (1994) esclarece que deve ser espiralado. O arco hermenêutico pode ser formado pela

ideologia ou pela utopia, que seriam duas variações imaginativas. Na ideologia, a mimese III é enviada à mimese I de forma circular, permanecendo na mesma perspectiva, dificultando o vislumbre de outras realidades possíveis. Por ser uma antiga utopia absorvida massivamente, a ideologia reforça os sentidos anteriores e fixa o leitor nas mesmas ideias. Por outro lado, na utopia, a mimese III vai à mimese I de forma espiralada, resultando na construção de narrativas reinventadas. Ou seja, a utopia transforma a ideia inicial, projetando novas visões de mundo e ajudando o leitor a conjeturar uma realidade diferente.

Analisando as narrativas sobre a intervenção militar de 2018, notamos que O Globo formou um arco hermenêutico que enviou a mimese III à mimese I de forma cíclica, e não espiralada. Como em um ciclo vicioso, permanecendo no mesmo lugar, sem apresentar ideias divergentes aos leitores, o jornal fixou a mesma perspectiva: só o Exército, com sua preparação para a guerra, poderia solucionar o caos na cidade. Como estratégia discursiva, buscando dar mais veracidade a essa perspectiva, crimes como assaltos, homicídios e confrontos entre policiais e traficantes eram extremamente lembrados, projetando uma ambiência de medo que supostamente só seria solucionada pelos militares nas ruas.

A AMBIÊNCIA DE MEDO SERVE ÀS ESTRATÉGIAS POLÍTICAS

A ambiência de medo formada pelo jornalismo pode ser utilizada estrategicamente por políticos. Esses políticos, por sua vez, normalmente contribuem com esse ambiente temeroso a fim de dialogar com o seu público e alcançar seus interesses. Sendo assim, revisitamos o pronunciamento do ex-presidente Michel Temer e do então governador Luiz Fernando de Souza durante a cerimônia de assinatura do decreto que iniciou oficialmente a intervenção militar no Rio de Janeiro – evento ocorrido no Palácio do Planalto, em Brasília, no dia 16 de fevereiro de 2018 – com o propósito de identificar como eles ajudaram a construir ou recorreram à ambiência de medo para validar seus planos.

Para melhor evidenciar os interesses desses dois políticos na militarização da cidade, relatamos a trajetória do presidente e do governador. Michel Temer assumiu este cargo após o *impeachment* da presidenta eleita Dilma Rousseff, o que pode ter fomentado sua impopularidade em certos grupos. Algumas pessoas não o aceitaram como presidente, pois ele não foi eleito para este ofício. Embora, por lei, em caso de afastamento do presidente em exercício, quem assume é o seu vice. Logo no início de sua trajetória no cargo presidencial, o reprovaram por não convidar mulheres e negros, maioria da população brasileira, para compor seu ministério, formado apenas por homens brancos.

Inclusive, a maior parte desses ministros, assim como o próprio presidente, estava sendo investigada por corrupção. Além de tudo isso, grande parte dos brasileiros discordou mveementemente das reformas trabalhista e previdenciária, consideradas imprescindíveis por este governo. A reforma trabalhista era entendida como uma forma de beneficiar os patrões, em detrimento dos trabalhadores que perdiam muitos de seus direitos. A reforma da previdência, tão impopular quanto a trabalhista, visava aumentar o tempo de contribuição, diminuindo a aposentadoria de todos, especialmente dos mais pobres, já submetidos a trabalhos e a salários tão precários.

A impopularidade de Luiz Fernando de Souza foi influenciada pela crise financeira no estado do Rio de Janeiro, que afetou principalmente áreas como saúde, educação e segurança. A gestão do então governador não foi capaz de lidar com uma péssima economia e, como consequência, tomou decisões que afetaram direta e drasticamente a vida da população fluminense: por exemplo, profissionais de saúde e educação ficaram sem receber seus salários por meses, o que prejudicou o funcionamento de escolas, universidades e hospitais, serviços essenciais e indispensáveis. A verba destinada à segurança também diminuiu, impossibilitando a aquisição de novos equipamentos (ou a manutenção dos antigos) necessários ao bom funcionamento da área, como automóveis, computadores e aparelhos de telecomunicações. Sem receber seus salários, os policiais diminuíram o patrulhamento urbano, o que pode ter provocado um maior sentimento de insegurança, a sensação de “caos urbano” descrita inúmeras vezes pelo jornal.

Depois de ter recolhido as assinaturas para oficializar a intervenção militar, Temer e Luiz Fernando foram em frente às câmeras e explicaram os motivos que levaram a recorrer a tal medida: os criminosos quase tomaram conta do Rio, tirando a tranquilidade do cidadão de bem, e só o Exército poderia trazer a paz aos cariocas. Metodologicamente, os discursos do governador e do presidente sobre a necessidade da intervenção militar serão trazidos à discussão, sempre verificando as aproximações com as narrativas de O Globo. Essas narrativas oficiais são significativas ao extremo, pois auxiliam no delineamento de políticas de segurança que afetam a vida de várias pessoas e dialogam com os anseios de um eleitorado mais conservador, que vê no controle do outro a solução para a própria insegurança.

Com uma voz lenta, mecânica e pesarosa, o presidente explicou: “o crime organizado quase tomou conta do estado do Rio de Janeiro, é uma metástase que se espalha pelo país e ameaça a tranquilidade do nosso povo. Por isso, acabamos de decretar, neste momento, a intervenção federal na área da segurança pública”. O governador Souza,com uma fala vagarosa e truncada, agradeceu a iniciativa do

presidente e expôs a situação da cidade que estava sob seu comando: “quero registrar que o Rio de Janeiro tem pressa e tem urgência. Nós, só com a polícia militar e a polícia civil, não estamos conseguindo deter a guerra entre facções no nosso estado, e ainda com um componente grave que são as milícias”.

É possível perceber que as duas figuras políticas recorreram às memórias do tráfico e da milícia para legitimar suas decisões políticas. Reforçaram, estrategicamente, a ideia de que a cidade não conseguia conter seus perigos (encarnados nas “facções criminosas”) e por isso eles estavam se espalhando para outras partes do país, como “uma metástase que ameaça a tranquilidade do povo”. Luiz Fernando de Souza, complementou que só as polícias não seriam capazes de conter a “guerra” no Rio, pois não são preparadas para tal situação. Só o exército, com sua expertise, seria capaz de conter os traficantes e os milicianos que tiravam a paz dos cariocas. Seguindo essa lógica, a cidade seria um campo de batalha e as forças armadas, sob às ordens de Temer e com o aval de Souza, serviriam para conter aqueles que seriam entendidos como “exército inimigo”: não só as gangues e as quadrilhas armadas, também os moradores de áreas dominadas por esses criminosos.

Em 17 de fevereiro de 2018, o jornal O Globo publicou a reportagem “Controle Militar: com intervenção, tropas irão para as ruas e os presídios”, explicando o cenário político que serviu à implantação da intervenção. Não problematizava o uso de militares para solucionar os crimes urbanos, nem a falta de planos concretos para amenizar o aumento de uma suposta “desordem” que se espalhava pelo país. Pelo contrário, a reportagem, por intermédio da edição do discurso de Temer, reforçava a ideia de que a intervenção era uma medida extrema, mas necessária para “restaurar a ordem”.

> Durante a cerimônia de assinatura do decreto, o presidente Michel Temer admitiu que a medida é “extrema”, porém afirmou ser necessária para restaurar a ordem no país: – Os senhores sabem que o crime organizado quase tomou conta do Rio de Janeiro. É uma metástase que se espalha pelo país e que ameaça a tranquilidade do nosso povo.
>
> Tomo essa medida extrema porque as circunstâncias assim exigem. O governo dará respostas duras, firmes, e adotará todas as providências necessárias para enfrentar e derrotar o crime organizado (O GLOBO, “CONTROLE MILITAR: COM A INTERVENÇÃO, TROPAS IRÃO PARA AS RUAS E OS PRESÍDIOS”, 2018, p.8).

Em suas falas durante a cerimônia de assinatura do decreto, Temer citou casos narrados pelo jornal para exemplificar a forma como a violência afetou a vida daqueles que vivem no Rio. Casos como assassinatos de jovens e crianças, confrontos entre traficantes e policiais, tiroteios que paralisaram as

principais vias da cidade, chacinas e o aumento do assassinato de policiais serviram para justificar a utilização de militares, suas gestões e seus armamentos de guerra no controle urbano.

> Não podemos aceitar passivamente a morte de inocentes. É intolerável que nós estejamos enterrando pais e mães de família, trabalhadores, policiais, jovens e crianças e vendo bairros inteiros sitiados, escolas sob a mira de fuzis e avenidas transformadas em trincheiras, é o que mais se alardeia, o que mais se divulga no presente momento (BRASIL, PRESIDENTE MICHEL TEMER, 2018).

Ainda na reportagem "Controle Militar: com intervenção, tropas irão para as ruas e os presídios", O Globo explicou que Michel Temer optou por intervir na área de segurança depois de assistir as imagens de crimes sendo cometidos no Rio. Essa narrativa revelou que os planos do governo federal foram influenciados pela crise econômica, por um "caos urbano" e, sobretudo, pelo jornalismo. Desta forma, o jornal se colocou como ator principal nessa tomada de decisão, acreditando em sua capacidade de intervir nas determinações políticas.

> A ideia [da intervenção federal] começou a ganhar forma na terça-feira de carnaval,quando o presidente Michel Temer viu, pela televisão, imagens de bandidos aterrorizando as ruas cariocas durante a festa, que é vitrine do país para o mundo. Além disso, ele recebeu de conselheiros descrições da grave situação da capital fluminense. Um dos relatos foi feito pelo ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Moreira Franco. Uma entrevista do governador Luiz Fernando Pezão, em que admitiu que a situação estava fora de controle, também impressionou e acelerou a movimentações. Temer somou a crise aguda dos dias de folia aos problemas crônicos da segurança do Rio e começou a gerar o plano de oferecer ajuda contundente ao governo fluminense (O GLOBO, "CONTROLE MILITAR: COM A INTERVENÇÃO, TROPAS IRÃO PARA AS RUAS E PRESÍDIOS", 2018, p. 8 – grifo nosso).

Nos discursos dos dois políticos, a cidade do Rio de Janeiro foi representada como um local de lazer para o crime organizado, além de ser habitada livremente por pessoas ameaçadoras. Inclusive, fizeram uma divisão simplista entre as "pessoas de bem" – aquelas que apoiaram a intervenção militar sem tecer críticas – e a "bandidagem", contrária ao plano de segurança em vigência. De acordo com Graham (2016), essa perspectiva maniqueísta e simplória serve para validar a mobilização do capital político e financeiro para proteger as pessoas honestas daqueles que seriam os motivadores da desordem. Para o autor, essas colocações estão repletas de valor simbólico na medida em que fixam a ideia de que algumas pessoas necessitam de redenção (a classe média) e outras precisam de retaliações (os pobres).

> Nossos presídios não serão mais escritórios de bandidos, nem nossas praças continuarão a ser salões de festa do crime organizado. Nossas estradas devem ser rotas seguras para motoristas honestos e nunca (nunca!) via de transporte de drogas ou roubo de cargas (...) E contamos, naturalmente, com todos os

> homens e mulheres de bem ao nosso lado, apoiando e sendo vigilantes nessa luta (BRASIL, PRESIDENTE MICHEL TEMER, 2018 – grifo nosso).
>
> Quero agradecer ao general Braga Netto que se mostrou, como comandante do Leste, sempre um parceiro, comandando todas as forças armadas. Um parceiro da nossa segurança pública, quero aqui aproveitar e agradecer ao secretário de segurança pública do estado. Hoje nós nos reunimos que toda a área de segurança e é um policial federal que se dedicou, num momento de crise do estado, num momento de dificuldade do estado, e todo esse trabalho dele, mas a gente precisa de uma força maior para momentos extremos, como o que o senhor falou aqui. E nós estamos vivenciando esse momento, nós precisamos muito dessa integração. Quero aqui agradecer ao trabalho do presidente Rodrigo Maia que sempre preocupado com a situação da segurança, me ligava permanentemente, nos três dias de carnaval me ligando, se colocando à disposição o trabalho e o empenho dele para esse momento. E que a gente consiga com essa união de esforços vencer a criminalidade e a bandidagem no Rio de Janeiro. (BRASIL, GOVERNADOR LUIZ FERNANDO DE SOUZA, 2018 – grifo nosso).

Na relação estabelecida entre as narrativas governamentais e jornalísticas, as medidas repressivas eram apresentadas como as únicas soluções possíveis para a sensação de medo e insegurança. Principalmente porque o jornal, ao abordar temas como roubos, furtos e assassinatos, apontou a repressão como uma resposta viável para o controle desses crimes. As narrativas estavam carregadas de representações que pareciam consensuais: “só o exército pode dar um jeito na desordem”; “precisamos de mais prisões”; “leis mais rígidas são importantes” e outras que seguem a mesma lógica. Logo, parte dos leitores pode começar a considerar, por grande influência do jornal, que uma maior vigilância, mais encarceramento e endurecimento de penas são medidas urgentes e inevitáveis.

O presidente e o governador propuseram medidas repressivas que não solucionaram o problema da violência, mas responderam positivamente aos anseios de parte do eleitorado. Essa compreensão pôde ser constatada quando os dois políticos recorreram aos casos violentos narrados pela mídia a fim de gerar medos, apresentando logo em seguida o Exército como a única instituição capaz de solucioná-los. De acordo com Fortuna (2017), a conjugação de medos nos jornais serve de base à política, estabelecendo o seguinte jogo: os políticos oferecem planos de segurança que neutralizam em certa medida os pânicos dos cidadãos, mas nunca totalmente, e o jornalismo, por sua vez, se encarrega de produzir sentidos que ratificam essas soluções superficiais.

Glassner (2003) defende que jornalistas, empresários e políticos são capazes de produzir uma cultura do medo, dando ênfase à violência, destacando crimes, adulterando dados estatísticos e ocupando cada vez mais espaço nos noticiários. Para o autor, os grandes meios de comunicação seriam os principais responsáveis por produzir e difundir uma série de amedrontamentos, também reconhece

que podem ser promissores na amenização do sentimento de insegurança. Os medos são vendidos como produtos e são extremamente lucrativos. Conforme Glassner (2003), os periódicos que se dizem sérios e comprometidos com a verdade constantemente divulgam falsas crenças e mitos urbanos com o intuito de compor a cultura do medo, enquanto outros temas importantes são negligenciados por não serem tão lucrativos. E assim, as pessoas vão cada vez mais sendo atraídas por problemas inexistentes e/ou sem relevância, mas que são narrados pelos veículos de comunicação como se fossem extremamente pertinentes e urgentes.

Para Glassner, todo esse alarde midiático é utilizado por empresários que comercializam produtos de segurança como carros blindados, alarmes, câmeras, remédios para pandemias e por políticos que veem nos projetos de segurança repressivos (quase sempre inócuos) uma oportunidade de promoção e atração de eleitores. Citando caso análogo, Richard Nixon foi presidente dos Estados Unidos de 1969 a 1974 e defendia que as pessoas reagem ao medo, não ao amor, por isso os pânicos dos americanos serviam frequentemente para nutrir suas estratégias políticas. O autor também argumenta que

George W. Bush, outro antigo presidente americano, foi reeleito em 2004 por suas políticas coercivas de combate ao terrorismo, uma resposta evidente às demandas de seus eleitores.

Portanto, foi evidente que as narrativas jornalísticas e governamentais se retroalimentaram, produzindo sentidos a respeito de um suposto Rio de Janeiro tomado por criminosos, uma cidade que se deve temer. Nesse caso, a ambiência de medo, arquitetada tanto pelo jornal quanto pelos políticos, serviu para validar esse plano de segurança, reforçando a seguinte ideia: apenas os homens do Exército poderiam trazer paz a essa cidade caótica e impedir que esse caos seja espalhado para outras partes do país. Era como se a militarização, tão prejudicial à sociedade, fosse a única forma de estar em tranquilidade no meio urbano.

A AMBIÊNCIA DO MEDO SERVE À CONTENÇÃO SOCIAL

As narrativas que ajudam a idealizar uma ambiência de medo criam um outro a quem se deve temer. Esse outro normalmente é concebido com abstração ou é um grupo social concreto ao qual o narrador não pertence. Nessas narrativas jornalísticas, o criminoso é o outro para o soldado, o morador de favela é o outro para o do asfalto, o negro é o outro para o branco. Segundo Todorov (2010), o outro não necessariamente precisa fazer parte da mesma sociedade, podendo ser de um lugar distante ou próximo.

Os outros são seres não familiares, afastados especialmente pela cultura, moral e/ou história, sendo marcados como estrangeiros, como se falassem línguas diferentes, com costumes e normas diferenciados.

Para Sennett (1988), nas cidades acontecem os exercícios da civilidade, pois são nesses lugares que os estranhos se esbarram, utilizam o mesmo transporte, transitam pelas mesmas avenidas, frequentam as mesmas praças. A civilidade, portanto, se apresenta como o ato de ver e tratar o outro como estranho, mas manter relações sociais com ele.

É por causa dessas relações que as cidades se configuram (ou deveriam) como espaços de encontro entre os diferentes, onde nem sempre importa saber qual é o nível de instrução do outro, sua classe socioeconômica ou suas formas de ser, viver e pensar. No entanto, Sennett (1988) salienta que as ideias e as práticas do viver em comum, o que conectaria os diferentes, vêm se reduzindo na contemporaneidade. Cada vez mais os sujeitos estão convivendo com o idêntico, evitando o contato com o estranho. Dessa maneira, as cidades vão se organizando e produzindo artifícios para afastar os indesejáveis (os pobres, as pessoas em situação de rua, os desempregados) e isolando as localidades consideradas perigosas (favelas e subúrbios). E assim, aos poucos, os espaços privados (convivido pelos iguais) vão se sobrepondo aos espaços públicos, constituídos majoritariamente pelos diferentes (FREITAS, 1996).

No caso do Rio de Janeiro – não só durante a intervenção militar, mas em outros planos de segurança – as favelas são tratadas como fronteiras mais simbólicas que geográficas, onde parte da sociedade, políticos e veículos de comunicação pressupõe que todas as regras, as condutas e as atividades sejam baseadas pela ilegalidade. Esse distanciamento do outro faz parecer aos formuladores de políticas públicas, aos jornalistas e aos próprios agentes envolvidos no policiamento que as favelas (e consequentemente seus moradores) precisam ser controladas devido a sua periculosidade e combatidas em confrontos nos quais os direitos humanos são desfavoráveis aos interesses públicos.

O não contato com o outro se evidencia nas narrativas de O Globo sobre a intervenção militar na medida em que as únicas vozes ouvidas pertencem aos agentes e aos especialistas em segurança e não às pessoas atingidas pelos planos militares, como movimentos sociais, associações de moradores e outros sujeitos capazes de falar por eles mesmos. Assim como Mendonça (2018), foi considerado que esse esquecimento não é vazio ou desprovido de significação, pelo contrário: ele é indício de instância significativa. Por essa razão, o autor ratifica que é importante averiguar para quais posições do jogo de poder esse esquecimento aponta, identificando quais vozes ou visões de mundo estão

habilitadas a falar e quais vozes ou interpretações do real estão sendo impedidas de emitir suas opiniões.

O esquecimento dessas vozes foi notório em reportagens de O Globo como a "Raio de ação ampliado: governo quer mandado coletivo de busca" (20/02/2018) e a "Acessos controlados: moradores de favela são fotografados" (24/02/2018). A primeira explicava que os agentes de segurança foram à Vila Kennedy, uma favela localizada na Zona Oeste do Rio de Janeiro, e fotografaram indiscriminadamente todos os moradores, que passavam pelas ruas, juntamente com seus documentos de identificação. As informações recolhidas pelos celulares dos próprios soldados seriam enviadas a um banco de dados da Polícia Civil. A segunda esclarecia que o Exército tinha a intenção de realizar mandados coletivos na Vila Kennedy, logo no início de suas operações no Rio de Janeiro. Eles queriam o direito de entrar nas residências para revistá-las, sem provas de que seus habitantes estavam envolvidos com crimes. Para que essa ação fosse feita dentro da lei, eles precisariam ter certeza de que viviam criminosos nas residências a serem vasculhadas.

As duas matérias trouxeram algum confronto de ideias, pois são consideradas as visões de mundo dos agentes de segurança favoráveis a fotografar os moradores indiscriminadamente e a realizar mandados de busca e apreensão, assim como as perspectivas dos especialistas do direito contrários às ações dos militares na Vila Kennedy. No entanto, as matérias esqueceram dos pontos de vistas dos moradores, sendo impossível identificar como eles reagiram a essas atividades ilegais. Foram silenciadas suas discordâncias em relação aos mandados de busca e apreensão e à militarização do espaço. As narrativas passaram a impressão de favelados passivos, por mais que a realidade seja outra e a favela tenha um histórico de resistência às práticas das Forças Armadas.

Simbolicamente, tanto a reportagem "Raio de ação ampliado" quanto a "Acessos controlados" contribuíram com a ideia de que a militarização, em especial das favelas, foi uma medida necessária para o Rio ter paz (LACERDA, 2019a). A forma que os favelados foram atingidos por esses planos militares foi justificada (e de certa forma minimizada) pela urgência da pacificação do meio urbano. Como se o sofrimento e a subordinação do outro fosse o preço a pagar para que parte da população se sentisse segura. Sendo assim, as perspectivas dos moradores da Vila Kennedy sobre a presença de soldados em seu território foram esquecidas porque poderiam desmanchar o consenso que O Globo e políticos queriam construir a respeito da intervenção: por mais que algumas vidas sejam perdidas nesse processo, só o Exército poderia trazer a tão sonhada segurança ao Rio.

É importante lembrar que mesmo com o fim da intervenção em 31 de dezembro de 2018, a militarização do Rio de Janeiro continuou fazendo suas vítimas. Em 07/04/2019, o músico Evaldo dos Santos Rosa saiu de sua casa no bairro de Guadalupe, Zona Oeste do Rio de Janeiro, acompanhado de seu sogro, esposa, filho e afilhada, quando foi surpreendido por homens do Exército. Mesmo diante da surpresa, o condutor e os passageiros não se desesperaram, nem ofereceram resistência à investida dos agentes.

No entanto, sem que ninguém esperasse, muito menos sem uma explicação plausível, os 12 militares deram 83 tiros no veículo – nove atingiram o músico, que morreu no local.

Os moradores da localidade, mesmo confusos e temerosos, saíram em defesa daqueles que estavam sendo atingidos pelos projéteis. Nessa tentativa de ajudar, o catador Luciano Macedo foi acertado, chegou a ser internado, mas morreu dez dias depois, em 17/04/2019.

Publicada em 09/04/2019 pelo O Globo, a reportagem "Direitos sob 80 tiros" explorou extremadamente o sentimento de luto de Luciana Nogueira, viúva de Evaldo, esquecendo sistematicamente as suas críticas à atuação do Exército em Guadalupe (LACERDA, 2019b). Também trouxe as narrativas de políticos sobre a tragédia em Guadalupe: Otávio Rêgo, porta-voz da presidência, disse que o presidente Jair Bolsonaro (PSL, atualmente sem partido) confiava na justiça militar; o vice-presidente Hamilton Mourão (PRTB) contou que se tratava de uma emboscada por uma quadrilha e o governador Wilson Witzel (PSC) disse que não cabia a ele fazer juízo de valor ou tecer críticas. As narrativas oficiais tiveram enorme valor simbólico, pois reafirmaram a impossibilidade de um erro por parte dos soldados e supuseram o envolvimento da vítima com o tráfico.

Por fim, é notório que as pessoas amedrontadas, submersas em uma ambiência de medo, podem produzir uma obsessão pela segurança e, consequentemente, pela falta de liberdade. Se trancafiam entre muros e sistemas de vigilância, no meio de seus iguais, não convivendo com os diferentes, evitando aquilo que menos deve ser evitado: a sociabilidade pulsante que emerge do convívio com uma comunidade diversa. Esse sentimento de insegurança transforma as pessoas em reféns, dentro de suas próprias casas, de opressores ocultos, esperando por um suposto perigo que não se sabe quando ou se realmente vai ocorrer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Plano de grande valor político, a intervenção militar de 2018 foi aguardada ansiosamente pelo O Globo, que abordou constantemente o mesmo tema (violência) a fim de reforçar as mesmas ideias

(apenas a militarização da vida e o endurecimento de penas e leis resolveria a insegurança na cidade). Deste modo, foi constatado um traço cíclico nas narrativas sobre a presença constante do Exército nas ruas da capital fluminense. Ou seja, mimese III foi à mimese I pela ideologia, buscando fixar os leitores nos mesmos sentidos, como em um ciclo vicioso.

As reportagens de O Globo selecionadas para compor este trabalho silenciaram as vozes dos moradores de favela, como se esse espaço tão rico e potente fosse desprovido de pessoas capazes de falar por elas mesmas. Os favelados apareceram como passivos na medida em que as únicas vozes ouvidas pertenciam aos próprios militares e aos especialistas em direito. Ainda, essas narrativas produziram sentido sobre a retomada das favelas pelo Exército, esquecendo o fato que o Estado sempre esteve presente nessas localidades, mas atuando de forma ineficiente e contraditória.

As narrativas do então presidente Michel Temer e do governador Luiz Fernando representaram o Rio de Janeiro como uma cidade habitada livremente por pessoas ameaçadoras, problema que só seria resolvido pelo Exército. Eles fazem uma divisão simplista entre as “pessoas de bem” que concordam com a intervenção, e a “bandidagem” que seria contra a gestão dos militares. Essa visão maniqueísta, também adotada pelo jornal, serviu para justificar o plano de segurança e a mobilização do capital financeiro para o seu desenvolvimento. Mesmo após a intervenção, os militares continuaram matando na cidade, e o atual presidente Bolsonaro, o vice-presidente Hamilton Mourão e o governador Wilson Witzel supuseram o envolvimento das vítimas com os narcotraficantes, descartando qualquer possibilidade de erro/crime por parte dos soldados.

As narrativas apontaram um outro que deveria ser temido e controlado. E, no contexto do Rio de Janeiro, quem seria esse outro? Os pobres, moradores das favelas ou dos subúrbios. Não raras vezes, os pobres eram narrados como coniventes com os crimes, mesmo quando eram vítimas, e as favelas eram representadas como produtoras da criminalidade, por isso os planos militares eram aplicados principalmente nesses espaços.

Enfim, era como se essas localidades e seus habitantes tivessem de ser controlados por políticas que enxergavam os direitos humanos como nocivos aos interesses da cidade.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. O narrador. São Paulo: Ática, 1985.

BESTETTI, Maria. Ambiência: espaço físico e comportamento. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, pp. 601-610, 2014.

FORTUNA, Érica. "Aprisionados" pela mídia: representações da redução da maioridade penal pelas páginas do jornal O Globo. 2017. 100f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

FREITAS, Ricardo. Centres Commerciaux: Îles urbaines de la post-modernité. Paris: L'Harmattan, 1996.

GLASSNER, Barry. A cultura do medo. São Paulo: Francis, 2003.

GRAHAM, Stephen. Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar. São Paulo: Boitempo, 2016.

(A) LACERDA, Igor. Cidade sitiada, acessos controlados: a intervenção militar em O Globo. In: 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2019, Belém – PA. Belém - PA: Anais – GP Comunicação e Culturas Urbanas, 2019, p. 01-14.

(B) . Militarização, memória e medo: os reflexos da intervenção militar no Rio de Janeiro. In: XVI Seminário de Alunos de Pós-Graduação em Comunicação, 2019, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Anais GT4 Comunicação, narratividade e discursos midiáticos, p. 51-65.

MENDONÇA, Kleber. A pacificação dos sentidos: mídia e violência na cidade em disputa. Rio de Janeiro: Caravanas, 2018.

RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa. Campinas – SP: Papirus, 1994.

ROCHA, Lia. Democracia e militarização no Rio de Janeiro. In: LEITE, Marcia.

Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção. Rio de Janeiro: Marula, 2018.

SENNETT, Richard. O declínio do homem público: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TODOROV, Tzvetan. A conquista da América: a questão do outro. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.

Capítulo 5

10.37423/220105292

A COMUNICAÇÃO PÚBLICA DA CIÊNCIA DIANTE DA PANDEMIA

Maria José da Costa Oliveira

Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação Organizacional e Relações Públicas

Heloiza Matos e Nobre

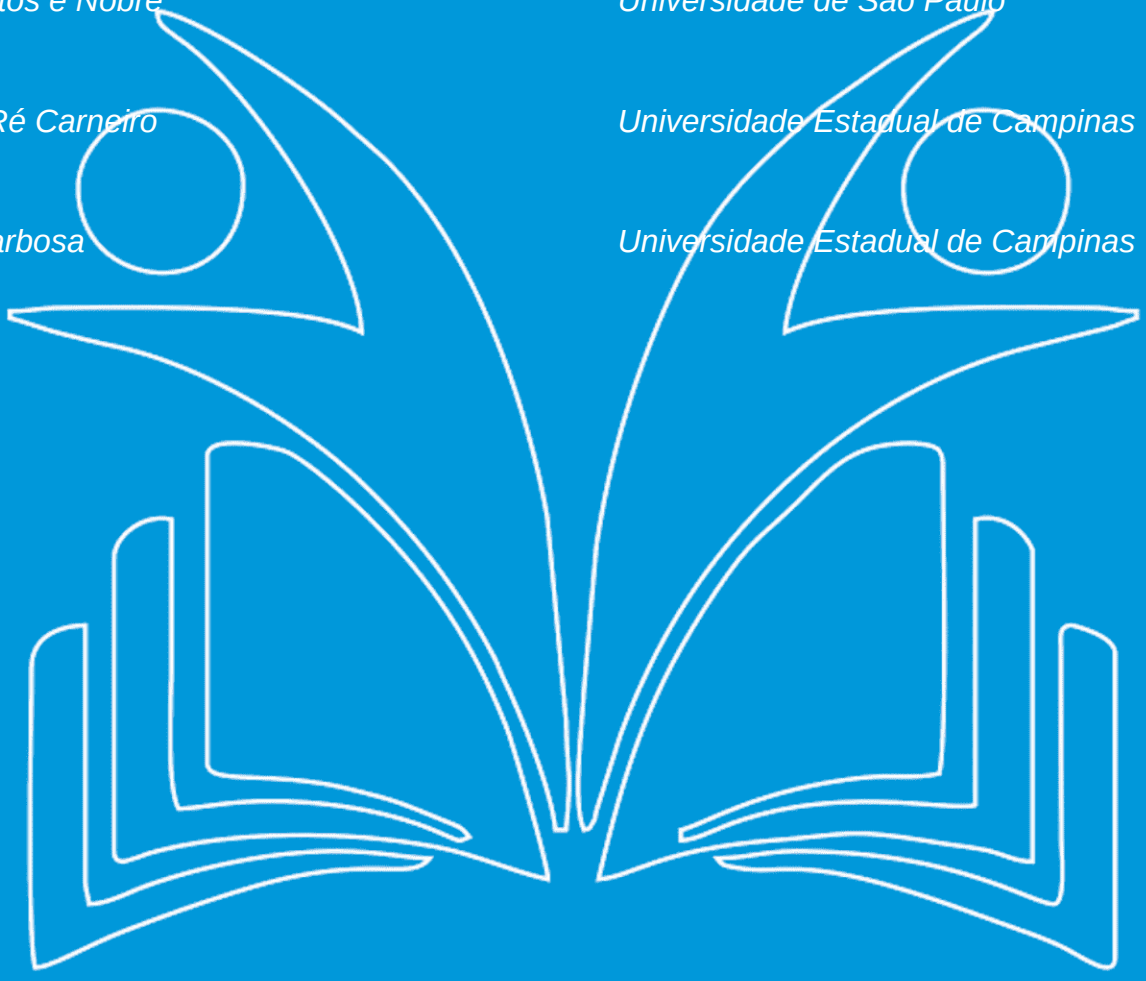
Universidade de São Paulo

Celso Dal Ré Carneiro

Universidade Estadual de Campinas

Ronaldo Barbosa

Universidade Estadual de Campinas



Resumo: O cenário de pandemia induziu à necessidade de analisar o papel da Comunicação Pública da Ciência (CPC), para além da divulgação, disseminação e difusão científica. Dúvidas e, principalmente, notícias falsas, alcançam de forma mais eficaz a população, gerando desconfiança em relação às orientações baseadas na Ciência, tais como os procedimentos e cuidados que cada cidadão precisa ter para o enfrentamento da COVID-19. A fragilização da base científica de conceitos sobre alternativas de imunização assume contornos de alto impacto na saúde pública. O artigo também considera o papel de atores coletivos e individuais em ações embrionárias de Comunicação Pública da Ciência, com foco no combate à pandemia, utilizando tecnologias e linguagem mais acessível, que garantam maior alcance e efetividade junto à população.

Palavras-chave: Comunicação Pública da Ciência; Pandemia; Difusão Científica; Democracia; Fake News.

INTRODUÇÃO

Diante do contexto que, de um lado, apresenta recursos mais limitados destinados à ciência e, de outro, expõe a pandemia decorrente da COVID-19, surge uma perspectiva de análise e valorização da Comunicação Pública da Ciência (CPC), já que essa é, por definição, capaz de aproximar e promover a interação entre pesquisadores e a população – para quem são destinados os resultados, e com quem poderia ser construída a ciência nos diversos campos do conhecimento.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo analisar o papel que a Comunicação Pública da Ciência pode desempenhar para a conscientização e o engajamento da sociedade nas políticas públicas – especialmente aquelas voltadas para o desenvolvimento de pesquisas que tragam benefícios para a população, como é o caso das ações de combate à pandemia. Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que a linguagem e os meios utilizados para propagar os resultados de pesquisas têm levado a um distanciamento crescente entre cientistas e sociedade. O distanciamento leva a população a questionar a própria ciência, que tantos benefícios, avanços e descobertas tem sido capaz de realizar, e, em sentido inverso, apoiar discursos que negam seu valor, impactando políticas de repasse de verbas para pesquisas fundamentais.

Para esta análise é necessário retomar alguns conceitos que frequentemente são empregados sem referência clara aos seus respectivos significados. Diante disso, parte-se inicialmente da diferenciação entre difusão, disseminação, e divulgação cientifica, termos que muitos entendem como sinônimos, mas que carregam definições distintas.

De acordo com a classificação proposta por Pasquali (1979) e adotada por Bueno (1995, 1421), o conceito de *difusão científica* é amplo e se refere a todo processo de veiculação da informação científica, com publicações que podem ser voltadas para especialistas ou direcionadas para o público em geral.

A ***disseminação científica***, por sua vez, é a transmissão de conhecimento para um público seleto e restrito de especialistas, com utilização de linguagem técnica, como é o caso dos artigos científicos, que seguem normas, padrões e termos que são de domínio apenas daqueles que integram a mesma área do conhecimento.

Já a expressão ***divulgação científica*** relaciona-se à transmissão de informações científicas para o público em geral. A divulgação consiste em realizar a transformação da linguagem técnica e formal

(utilizada na academia) para uma linguagem acessível, capaz de ser compreendida por pessoas não-especializadas em determinado assunto (BUENO, 1995, p.1422).

Assim como há uma tendência em se considerar difusão, disseminação e divulgação científica como termos sinônimos, o mesmo se aplica ao conceito de Comunicação Pública da Ciência, tratado como equivalente a esses, o que exige uma abordagem mais atenta, conforme exposto a seguir.

COMUNICAÇÃO PÚBLICA DA CIÊNCIA – PARA ALÉM DA DIFUSÃO CIENTÍFICA

Antes de delimitar especificamente a Comunicação Pública da Ciência, é importante lembrar que o conceito de Comunicação Pública está intimamente relacionado com a existência de um espaço público democratizado e diz respeito aos diferentes setores e atores da sociedade tratando de temas de interesse público.

Nessa perspectiva, Matos (2007, p. 47) defende a comunicação pública como um espaço plural para a intervenção do cidadão no debate das questões de interesse público, já que cria possibilidades de atuação com vistas à transformação social, considerando valores que são determinantes na percepção da formação do cidadão no contexto democrático, tais como liberdade, igualdade e razão, enfatizados na discussão que produz maior consciência e visão. A autora (1999, p. 3) reforça que comunicação pública é aquela "que envolveria o cidadão de maneira mais diversa, participativa, estabelecendo um fluxo de relações comunicativas entre o Estado e a sociedade", sendo um processo instaurado em uma esfera pública, com espaço de debate, negociação e tomada de decisões relativas à vida pública do país.

Seguindo a mesma perspectiva, Duarte (2012, p. 59) considera que o processo da comunicação pública coloca o cidadão como elemento central, agregando não apenas a divulgação de informações, mas também o acesso e a participação dos cidadãos, fazendo, da comunicação, uma unidade de conexões em que os sujeitos ouvem e são ouvidos.

Brandão (2012, p. 14) acrescenta, em sua análise, quatro verbos de ação que demonstram os objetivos da comunicação pública: informar, ouvir, contribuir para a coletividade e acompanhar as mudanças. Com isso evidencia-se a ideia de que a comunicação pública tem um papel de diálogo, selecionando assuntos de interesse público a partir da interação com o cidadão.

De acordo com Jaramillo López (2011a) comunicação pública é uma estratégia de convocar e construir propósitos comuns, com o objetivo de produzir significado e sentido compartilhados em assuntos de interesse coletivo (JARAMILLO LÓPEZ, 2011a, p. 62).

A Comunicação Pública da Ciência, por sua vez, é um conceito que se origina dos fundamentos da comunicação pública, tendo como pressupostos o interesse público, a cidadania e a democracia. Anjos (2015), por exemplo, considera que a CPC surge a partir do conceito de comunicação científica, defendendo sua delimitação à prestação de contas para a comunidade, já que grande parte das pesquisas desenvolvidas é financiada com dinheiro público. A autora afirma que a CPC funcionaria como uma "voz", por meio da qual cientistas financiados pela sociedade prestariam contas, mostrando os resultados obtidos com suas

pesquisas; dessa forma, a sociedade participaria de forma mais ativa do desenvolvimento de políticas públicas implantadas para a disseminação e o fortalecimento da ciência e da tecnologia no país (ANJOS, 2015, p. 13).

Nesse sentido, a CPC permite a divulgação de informações de interesse público e, conforme Anjos (2015, p. 10), faz com que o receptor exerça seu direito de receber as informações - tendo oportunidade de participar do debate na esfera pública.

Todavia, essa visão demonstra apenas uma parte do alcance da CPC, já que ela é muito mais abrangente, interativa e participativa do que as ações de divulgação implementadas. Alisson (2020) chega a enaltecer os resultados dos estudos publicados na revista PLOS ONE, que apontam a CPC brasileira como mais intensa do que a média internacional.

Marta Entradas, pesquisadora da London School Economics and Political Science (LSE) e coordenadora do estudo, citada por Alisson, afirma que:

> Vimos que as atividades de divulgação das universidades e instituições de pesquisa desses países são muito semelhantes. O que varia é a intensidade e os investimentos que fazem em comunicação. (apud ALISSON, 2020).

Assim, é possível perceber que divulgação científica é utilizada como sinônimo de CPC, até mesmo em publicações da FAPESP, reafirmando as dificuldades de avanços em prol de uma comunicação mais interativa com o cidadão comum, que ainda é visto como receptor (e não como sujeito) do processo, conforme expresso na citação a seguir:

> Algumas das principais razões apontadas pelas universidades e instituições de pesquisa para intensificar ações de comunicação pública da ciência são, predominantemente, divulgar os resultados das pesquisas para o público em geral, cumprir uma das missões dessas organizações – dar visibilidade aos seus projetos – e obter o apoio da sociedade para suas atividades (ALISSON, 2020).

Tendo como ponto de partida que todo conhecimento produzido, todos os estudos compartilhados e todas as ações geradas surgem em função da sociedade, que é, ao mesmo tempo, objeto e

protagonista dos estudos, bem como sujeito das inovações realizadas, e levando em consideração o conceito central de comunicação pública, é preciso advogar por uma perspectiva mais abrangente para a CPC– conforme assinalam Brossard e Lewenstein (2009), por exemplo, ao lembrarem que o conceito de compreensão pública da ciência, em Inglês, *Public Understanding of Science* (PUS), é relativamente novo na pesquisa acadêmica, e se relaciona com duas grandes categorias: "(1) projetos que visam melhorar a compreensão do público em uma área específica da ciência; (2) projetos que visam explorar a interação do público e da ciência" (BROSSARD; LEWENSTEIN, 2009, p. 12).

Ambos sustentam que:

> (...)o desafio tem sido consolidar e integrar essas categorias, ligando resultados de pesquisas com atividades de divulgação para construir modelos conceituais de entendimento público da ciência que possam oferecer uma visão mais abrangente da pesquisa feita neste campo e, de certa forma, estabelecer implicitamente uma meta de implementá-los no âmbito prático da divulgação e fazer com que esse conhecimento chegue ao cidadão (BROSSARD; LEWENSTEIN, 2009),

A partir daí tem-se uma perspectiva de interação, deliberação e participação direta da sociedade, vislumbrando uma possibilidade de construção coletiva de conhecimento, com a proposta de desenvolvimento de uma CPC plena, capaz de promover uma ruptura em relação ao modelo assimétrico, partindo para um modelo simétrico, em que a pesquisa passe a ser feita *com* as pessoas, e não apenas *para* as pessoas. Mas vale reconhecer a complexidade desse modelo, pois demandaria uma reavaliação sobre as metodologias adotadas nas pesquisas, com a incorporação de espaços de discussão e deliberação, com mais transparência em relação aos objetivos e resultados que se quer alcançar.

Todavia, já há esforços nesse sentido, já que Bauer (2008), por exemplo, tal como Brossard e Lewenstein, também remete ao termo PUS, porém, esclarece duas possíveis definições: a primeira diz respeito ao seu significado literal, ou seja, uma série de atividades que aproximam a ciência da retórica do público, promovendo o seu entendimento. Já a segunda se refere a um método mais "formal", já que envolve pesquisa social que investiga, usando métodos empíricos, o que o entendimento público da ciência significa, e como ele pode variar de acordo com seu contexto e com o tempo (BAUER, 2008).

Arruda (2021, p. 52) cita igualmente Cassidy (2008), para quem a divulgação das Ciências Sociais, conhecida comumente como Comunicação Pública das Ciências Sociais – em Inglês, *Public Communication of the Social Sciences* (PCSS) –, tem padrões diferentes das Ciências Naturais. É

também conhecida por Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia – em Inglês, *Public Communication of Science and Technology* (PCST) (CASSIDY, 2008).

Arruda (2021, p. 55) afirma, acertadamente, que os estudos e práticas da CPC evoluíram muito nos últimos anos, e que tem havido insuficiente atenção aos problemas sociais e à comunicação de pesquisas de maneira pública e democrática.

Dunwoody (2008) alerta para o fato de que temas controversos deveriam ser apresentados na mídia de forma objetiva e equilibrada, sem opção de "tomar partido" por determinada opinião. "[O] jornalista científico não pode determinar o que é verdade", ainda que alguns estudiosos afirmem que "as histórias objetivas e equilibradas sobre ciência sejam enganosas" (DUNWOODY, 2008, p.21, ARRUDA, 2021, p. 56).

A afirmação indica um paradoxo, já que, por um lado, a ciência precisa ser comunicada de forma objetiva e acessível e provocar interação, e, de outro, há estudiosos que consideram essa objetividade e acessibilidade como enganosas, conduzindo a uma análise sobre o papel da CPC diante das Fake News.

DESAFIOS PARA A COMUNICAÇÃO PÚBLICA DA CIÊNCIA

Há inúmeros desafios a serem transpostos para que a CPC alcance um patamar de maturidade e cumpra seu papel junto à sociedade. Um dos desafios está relacionado com a própria incerteza da ciência, que busca respostas, soluções e inovações, mas demanda tempo e recursos para apresentar resultados. Além disso, os resultados podem ser divergentes por algum tempo, dependendo das metodologias, métodos empregados, amostras e universo analisado, sem contar a capacidade/incapacidade de isenção dos pesquisadores.

Para Lindley, (2006), a Ciência é um modo de "observar, pensar e agir no mundo" em que vivemos, uma ferramenta utilizada para melhorar a vida das pessoas e sistematizar seus conhecimentos.

Nessa visão, Oliveira et al. (2021) concordam e reafirmam a visão de Lindley, para quem ciência é "reconhecidamente um método que tem sido mais bem-sucedido nos campos que normalmente consideramos científicos e menos nas artes, mas tem o potencial de ser empregado em qualquer lugar" (LINDLEY, 2006, p.186). Outro desafio a se considerar para a CPC diz respeito à proliferação de Fake News[1], que concorrem com as informações cientificamente respaldadas, mas que, antes de serem desqualificadas, merecem análise – buscando entender seu alcance, aparentemente superior se comparado ao das notícias com base científica.

Afinal, como crê Vilaça (2012), o avanço tecnológico tem acelerado a circulação de informações e ideias, amplificando o debate, na medida em que se disseminam velozmente, em tempo real, relatos e imagens sobre fatos ocorridos em todo o mundo. Essa velocidade traz vantagens e desvantagens. As vantagens estão naturalmente ligadas à disseminação instantânea e sem fronteiras de informações. O problema é que as desvantagens também estão relacionadas justamente a essa proliferação.

> Para Castells (2000, 2009), a revolução tecnológica representou a base para a sedimentação da sociedade da informação e, à medida que interagiu com a economia e com a própria sociedade, foi constituindo um novo paradigma, cujas características são: *ter a informação como matéria-prima* – uma vez que seria a tecnologia a atuar sobre a informação; a penetrabilidade; *a lógica de redes* – nas quais é necessário adaptar-se a níveis mais complexos de interação; *a flexibilidade* – fator determinante em uma sociedade em constante mudança; e *a convergência* – que também trouxe a interdependência entre os avanços já existentes e os novos (VILAÇA, 2012).

Para Morozov (2011, p. 148), "a Internet funciona com base na confiança, mas sua dependência da confiança também abre várias vulnerabilidades". Oliveira et al. (2021) alertam que o emprego de *Fake News* não constitui um mecanismo de livre contraponto de ideias, mas pode provocar deformações importantes – tanto no resultado quanto no impacto efetivo de políticas públicas.

Pode-se avaliar a relevância das *Fake News* pela intensidade e pela frequência com que elas emergem, e como, ao mesmo tempo, introduzem divergências, geram desconfiança e comprometem a formação de uma consciência crítica sobre questões de interesse público (Oliveira et al., 2020). O'Connor & Weatherall (2019) indagam os motivos pelos quais as falsas crenças são tão intransigentes, mesmo diante de evidências contrárias contundentes. Ao assinalar que crenças contribuem para determinar as decisões adotadas por uma sociedade, com respeito à política econômica, saúde pública e meio ambiente, dentre outros tópicos, levantam a questão: o que se pode fazer para mudá-las? (O'CONNOR & WEATHERALL, 2019, p. 6).

Quando o discurso científico se afasta da população, dá-se margem para distintas percepções, diante do impacto direto sobre cada cidadão. Daí a necessidade de que estudos e procedimentos de combate à pandemia sejam capazes de alcançar a sociedade em geral, e fornecer elementos passíveis de compreensão, engajamento e participação – para enriquecer o debate e promover ações mais efetivas.

Sabe-se que, para a mensagem atingir o receptor, é preciso haver afinidade entre os interesses do receptor e do emissor, além de certa confiabilidade, já que, diz Castells (2009, p. 22), "a mensagem só

é eficaz se o receptor está disposto a recebê-la, se pode identificar o mensageiro e se este é de confiança".

É preciso considerar, na linha de Caldas (2004, p. 30), que o avanço científico e tecnológico brasileiro não é acompanhado de uma mudança cultural sobre o papel que a ciência e a tecnologia ocupam na melhoria da qualidade de vida, e na produção de conhecimento crítico para que se promova a transformação social. O distanciamento em relação à sociedade cria espaço para argumentações desprovidas de comprovação científica, porém, mais eficazes no ato de tornar comum a ideia ou posição que se procura defender. No mesmo sentido, Caldas (2004, p. 31) alerta sobre os impactos da barreira entre discurso científico e a sociedade:

> A compreensão pública da ciência não pode mais estar limitada ao conhecimento específico dos conteúdos, mas incluir o acompanhamento e a apreensão dos processos de produção, limites, dificuldades, assim como as perspectivas de seus usos, não raras vezes mediados por diferentes interesses corporativos e/ou empresariais (CALDAS, 2004, p. 31)

Essa é a mesma visão de Santos & Fonseca (2019, p.292), que enfatizam a importância da construção adequada de conteúdo e do diálogo com a sociedade, em detrimento da simples transmissão da mensagem científica; tal como Freire em:

> Só se comunica o inteligível na medida em que este é comunicável. Esta é a razão pela qual, enquanto a significação não for compreensível para um dos sujeitos, não é possível a compreensão do significado à qual um deles já chegou e que, não obstante, não foi apreendida pelo outro na expressão do primeiro (FREIRE, 1975, p. 68).

Se a própria compreensão da mensagem científica é um desafio, pode-se perceber a imensa necessidade de avanços para que a CPC se torne uma realidade incorporada na prática inerente à ciência. Afinal, é com esse avanço que a CPC se configura como um mecanismo facilitador importante no engajamento público capaz de tornar os agentes, de fato, participantes de todo o processo (ARRUDA, 2021, p. 28).

Apesar de as ações de CPC estarem aquém do nível de maturidade que inclui participação, deliberação e interlocução necessárias com a sociedade, é possível identificar algumas iniciativas que têm utilizado meios e linguagens mais acessíveis para a população, visando o combate à pandemia.

As ações aqui apresentadas foram selecionadas por serem atividades de atores coletivos e individuais, que estão procurando combater a desinformação e conscientizar algumas camadas da sociedade, seja sobre o uso de máscara, seja sobre o distanciamento social, ou sobre a importância da vacinação.

Porém, antes de apresentar as ações, cabe uma abordagem sobre o contexto da pandemia e suas contradições, que impactam a CPC.

O CENÁRIO DE PANDEMIA E OS IMPACTOS PARA A COMUNICAÇÃO

A crise sanitária causada pela Covid-19 tem afetado a todos, inclusive a forma como se realiza a comunicação no âmbito da ciência, provocando a necessidade de amadurecer o processo em busca de aproximação, entendimento e interação.

A perda de tantas vidas e as sequelas que o vírus tem deixado causam perplexidade e sensação de impotência. Mesmo diante de tanto sofrimento, é preciso reconhecer o aumento do espaço dedicado à saúde na mídia. Infelizmente, esse e outros temas fundamentais para a humanidade ganham projeção quando estão inseridos em situações críticas ou alarmantes, como a vivenciada. Palavras pouco utilizadas passaram a fazer parte do cotidiano do cidadão comum, como isolamento, quarentena horizontal, quarentena vertical, *lockdown*, contaminação, infecção, infestação, incubação, evolução, álcool-gel, máscara cirúrgica, máscara N95, *face shield*, imunidade, RNA, genoma, hidroxicloroquina, bloqueio total, UTI, surto, endemia, epidemia, pandemia.

Ao mesmo tempo, nunca houve tanta desinformação a esse respeito.

> De repente todos os brasileiros se tornaram especialistas em moléstias infecciosas e epidemiologia; alguns, mais ousados, inclusive opinam professoralmente em rede nacional sobre temas que conhecem apenas de forma muito superficial. (BARROS FILHO, 2020).

Parte dos especialistas tem se mostrado indignada diante da manifestação de opiniões de leigos, muitas vezes desprovidas de embasamento científico, e que se valem do novo repertório terminológico, ainda que de forma equivocada. Porém, ao invés de os especialistas entenderem as manifestações como afronta, poderiam considerar que se trata de um momento propício para avaliar o quanto têm sido, eles próprios, capazes de utilizar a comunicação com habilidade e competência e, principalmente, com credibilidade.

Há quem afirme que em situações de crise a comunicação é crucial. Esquece-se, porém, que a comunicação é inerente ao ser humano, e precisa ocorrer sempre, não apenas em situações alarmantes, quando as pessoas tendem a desconfiar até de notícias verídicas, mas com tom sensacionalista, exploradas nos meios de comunicação, e confrontadas com *Fake News*.

> A atual torre de Babel só tem contribuído para aumentar o caos e a insegurança da população. Em épocas de crise, a comunicação é fundamental. Precisamos urgentemente de um pacto entre todos os setores da nossa sociedade para que

> tentemos falar a mesma língua e possamos fazer essa difícil travessia com o menor grau de dano possível (BARROS FILHO, 2020).

Para aumentar a desconfiança, posições antagônicas entre as lideranças dos países (sobre a conduta relacionada ao combate à COVID-19) causam ainda mais insegurança frente ao desconhecimento acerca da epidemiologia do novo coronavírus.

Todavia, o cumprimento de regras e orientações voltadas para o distanciamento social, uso de máscaras, álcool-em-gel e higiene frequente de mãos dependem da adesão dos cidadãos, já que, conforme Anderson et. al. (2020), ações abrangentes que têm como objetivo conter a disseminação de uma doença contagiosa precisam contar com a cooperação da população para coproduzir os resultados desejados (*apud* MELO e CABRAL, 2020).

A cooperação, por sua vez, depende do nível de confiança que as ações de comunicação conseguem transmitir, garantindo resultados na forma de entendimento da gravidade da pandemia, e de adesão às normas e procedimentos.

> No contexto de uma resposta de saúde pública, para a cooperação ser bem sucedida, pesquisas anteriores indicam que uma estratégia de comunicação bem desenhada precisa estar presente (CLARK et al., 2013). Agências governamentais de todos os níveis de jurisdição precisam estar alinhadas e unidas (COMFORT et. al., 2012) para, proativamente, comunicar o que se sabe, o que não se sabe e o que está sendo feito para obtenção de mais informações (World Health Organization [WHO], 2020), gerando confiança e mantendo uma reputação sólida (MELO E CABRAL, 2020).

Nesse caso, o desafio para a comunicação é amplo, já que tanto a ausência de informações como informações excessivas, parciais ou incompletas podem comprometer os resultados e gerar mais desconfiança.

> (Se) as pessoas tiverem de processar por si sós uma quantidade excessiva de informações fragmentadas e incompletas de diferentes fontes – como, por exemplo, programas de televisão, jornais, e mídias sociais –, elas podem chegar a conclusões incoerentes sobre os fatos, potencialmente reduzindo a probabilidade de que recomendações oficiais de saúde serão seguidas e resultando em maior disseminação da doença (World Health Organization [WHO], 2020; MCLENNAN, 2018)

As contradições e mensagens fragmentadas podem causar danos irreparáveis à saúde pública, já que muitos não sabem em quem confiar, ou sequer entendem a mensagem que está sendo veiculada; quem dirá participar e se comprometer com as orientações propagadas, exercendo cidadania ativa. Ainda que seja preciso reconhecer que:

> tornar a participação, de fato, democrática, não é um processo simples e natural, pois demanda mudanças culturais e investimento em conhecimento e

> educação científica, para que os cidadãos se sintam, de fato, pertencentes à ciência e, portanto, no direito e no dever de participarem de sua construção. Este conceito é, até hoje, difícil de se aplicar, especialmente em instituições brasileiras, pois a ciência é comumente vista como uma forma de conhecimento superior, inacessível e restrita a cientistas. (ARRUDA, 2021, p. 58)

PERSPECTIVAS DE CPC EM AÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE À PANDEMIA

Mesmo que a comunicação pública da ciência esteja em seus estágios iniciais, com desafios a serem superados para estreitar o relacionamento com a população e permitir sua participação efetiva, algumas ações práticas de comunicação, com foco na prevenção e combate à pandemia foram identificadas.

As ações têm em comum o objetivo de esclarecimento e apoio aos cidadãos, a utilização de linguagem mais acessível e o uso de variados recursos tecnológicos. Evidentemente, apresentam limitações, seja porque a tecnologia não alcança todas as camadas da sociedade, seja por falta dos recursos necessários que permitam a incorporação de ações mais interativas e participativas. É importante observar que as ações apresentadas (Tab. 1) são apenas uma amostra dentro de um universo mais amplo de iniciativas que podem ser vistas como embriões da evolução da comunicação pública da ciência; em direção a um estágio de maturidade coerente com a democracia e a cidadania.

A maior parte das iniciativas identificadas é ligada a instituições de ensino superior, que têm o triplo compromisso de ensino, pesquisa e extensão. Vale constatar que há ações de hospitais privados, assim como iniciativas isoladas de cidadãos, o que reforça a noção de que a comunicação pública da ciência representa um espaço de interlocução e participação de todos os setores, e de todos os indivíduos que integram a sociedade.

Tabela 1. Ações amostra das, com descrição resumida, entidades ou especialistas responsáveis e instrumentos utilizados:

Ação	**Responsáveis**	**Instrumentos**	**Descrição**
Quiz do Coronavírus	Rede D'Or São Luiz	Jogo com teste de conhecimentos disponível em site e redes sociais. dorconsultoria.com.br/coronavirus/quiz	Jogo para educar sobre alguns pontos relevantes e curiosos sobre a Covid-19, testando conhecimentos e levando informação para os participantes, que devem assinalar o que é fato e o que é *fake*.

Coronavírus explicado	Escola Paulista de Medicina/ Unifesp	Instagram e Facebook @coronavirusexplicado https//instagram.com /coronavirusexplicado?igshid=69zm54sdb126	Realizado por alunos voluntários da Escola Paulista de Medicina/UNIFESP, traz informações sobre saúde e Covid-19 de maneira lúdica com linguagem simples,na forma de imagens, textos curtos e histórias em quadrinho. O projeto gerou ainda o livro digital "Saúde para além da pandemia", disponível na Amazon
Alunos contra o corona	Faculdade de Medicina de Botucatu/UNESP	Instagram e facebook @alunoscontraocorona https://instagram.com/alunoscontraocorona?igshid=1dpknw7dv9u5m	Página criada por alunos da Faculdade de Medicina de Botucatu/UNESP para divulgar informações sobre saúde e Covid-19 para a população. Há publicações voltadas para desmentir *fake news*, informações sobre cada tipo de vacina disponível para Covid-19 e sobre o uso correto das máscaras, por exemplo.
Pedcast	Escola Paulista de Medicina/ Unifesp	Página de Instagram e facebook, com podcast disponível no Spotify e no Soundcloud. @pedcastepm https://instagram.com/pedcastepm?igshid=slskg15le9un	*Podcast* realizado por pediatras e alunos voluntários da Escola Paulista de Medicina/UNIFESP, voltado para levar informações sobre saúde e a pandemia para crianças de maneira lúdica, com base em histórias, brincadeiras e músicas. Há episódios, por exemplo, sobre a importância de lavar as mãos e de ficar em casa.
Qual máscara	Iniciativa de uma antropóloga e um mestrando em comunicação.	Página de Instagram, facebook e twitter. @qualmascara https://instagram.com/qualmascara?igshid=1kgopgfcitw4e	Página criada para a divulgação de informações baseadas em evidências sobreos melhores tipos de máscara, seu uso e reutilização corretos.
Voluntariado EPM	Escola Paulista de Medicina/ Unifesp	Página de Instagram e facebook. @voluntariado.epm https://instagram.com/voluntariado.epm?igshid=1ucvf63lc2c05	Página criada por alunos voluntários da Escola Paulista de Medicina/UNIFESP para divulgar informações sobre a pandemia e outros assuntos relacionados àpromoção de saúde e prevenção de doenças, além de campanhas de arrecadação de dinheiro e equipamentos para o Hospital São Paulo, hospitaluniversitário da instituição.
Foca na infecto	Iniciativa de um infectologista	Página de instagram. @focanainfecto https://instagram.com/focanainfecto?igshid=gjux4se4c64o	Página criada pelo infectologista Victor Passarelli para divulgar informações relacionadas à Infectologia, especialmentesobre Covid-19. Traz publicações que procuram explicar, de forma mais simplificada, o resultado de novos estudossobre a doença e suas vacinas.
Tempo PrA Ciência	Unicamp	Canal da TV Unicamp e YouTube	Curta-metragem que usa romance e ciência para conscientizar o público sobrea importância da vacinação.
Quando tudo isso passou	Unicamp	Canal da TV Unicamp e YouTube	Curta-metragem para conscientizar sobre a importância dos cuidados de prevenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reuniram-se exemplos de iniciativas de comunicação acerca da pandemia de Covid-19, que foi o objeto delimitado para observação. As ações, compostas por jogos, vídeos, podcasts e outros formatos, o que inclui o uso de formatos transmidiáticos[2], destinam-se a esclarecer a população quanto ao uso de máscara, vacina e informações específicas. As ações valorizam a adoção de recursos tecnológicos e uma linguagem acessível capaz de educar e, ao mesmo tempo, conscientizar. As experiências ainda têm muito a avançar para serem classificadas como Comunicação Pública da Ciência, conforme argumentado neste artigo. Mesmo assim, é alentador identificar a percepção de atores coletivos e individuais quanto à importância da comunicação, especialmente em um contexto de pandemia. Todavia, ações de comunicação pública da ciência precisam ser integradas a tudo o que é produzido cientificamente, sem que sua valorização ocorra apenas em situações alarmantes.

Quando a ciência faz parte da vida das pessoas, torna-se mais fácil entender seus desafios, limitações e incertezas, sem que seus méritos e sua crescente evolução sejam desconsiderados. Mas, quando os cientistas se afastam da população e deixam de comunicar seus resultados de forma adequada e acessível, abrem espaço para informações falsas, minando a credibilidade com suspeitas sobre a falta de transparência no uso de recursos públicos destinados à pesquisa.

Os desafios são muitos, mas há caminhos que começam a ser trilhados em prol da CPC coerente com os princípios democráticos e de exercício de cidadania, de forma que cada cidadão contribua e seja reconhecido como participante da construção da ciência.

REFERÊNCIAS

ALISSON, E. *Comunicação Pública da Ciência no Brasil é mais intensa do que a média internacional, aponta estudo.* Agência Fapesp, 2020. URL: https://agencia.fapesp.br/comunicacao-publica-da-ciencia-no-brasil-e-mais-intensa-que-a-media-internacional-aponta-estudo/34274/

ANDERSON, R.; HEESTERBEEK, H.; KLINKENBERG, D.; HOLLINGSWRTH, T. (2020, March 21). How will country-based mitigation measures influence the course of the COVID-19 epidemic? *The Lancet*, *395*(10228), 2020, p. 931-934.

ANJOS, M. A. D. Comunicação Pública da Ciência na Universidade Federal de Uberlândia. Revista Gestão, Tecnologia e Ciência (Getec), v. 4, n. 8, p. 01-21, 2015. Disponível em: http://www.funcamp.edu.br/editora/imdex.php/getec/about. Acesso em 20 fev. 2021.

ARRUDA, A. G. *Inovação e Pesquisa Responsável e engajamento público da ciência: o caso das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares de universidades públicas brasileiras*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, do Centro de Educação e Ciências Humanas, da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

BARROS FILHO, T. E. P. Comunicaçãonostemposdapandemia. *Artigo originalmente publicado na revista Cult, em 31/07/2020, disponível em* https://revistacult.uol.com.br/home/comunicacao-nos-tempos-da-pandemia/

BRANDÃO, E. P. Conceito de Comunicação Pública. In: DUARTE, J. (Org.). Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo, Atlas, 2012.

BROSSARD, Dominique; LEWENSTEIN, Bruce V. *A Critical Appraisal of Models ofPublic Understanding of Science: using practice to inform theory*. Routledge, 2009.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo científico: conceitos e funções. Ciência e Cultura, São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 37(9), p. 1420-1427, set/1995. p. 1423.

CALDAS, G. Comunicação Pública e Ciência Cidadã. In: Oliveira, M. J. C. (org.). (2004).

ComunicaçãoPública. Campinas: Alínea., 2004, p. 29-47.

CASSIDY, Angela. Communicating the social sciences. In: BUCCHI, Massimiano; TRENCH, Brian (ed.). *Handbook of Public Communication of Science andTechnology*.ReinoUnido: Routledge, 2008. p. 225-236.

CASTELLS, M. Fim do Milênio. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, M. *Comunicácion y poder*. Trad. Maria Hernández. Madrid: Alianza Editorial, 2009,

679p.URL:https://el.b-ok.cc/book/2193329/9d96e5.

CLARK, B.; BRUDNEY, J.; JANG, S. (2013). Coproduction of government services and the new information technology: Investigating the distributional biases. *Public Administration Review*, *73*(5), 2013, p.687-701.

COMFORT, L.; WAUGH, W.; CIGLER, B. Emergency management research and practice in public administration: Emergence, evolution, expansion, and future directions. *Public Administration Review*, *72*(4), 2012, p.539-547.

CORREIA, S., LUCK, S.; & VERNER, E. (2020, March 26). *Pandemics Depress the Economy, Public Health Interventions Do Not: Evidence from the 1918 Flu*, 2020.

Duarte, J. (Org.). Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo, Atlas, 2012.

DUNWOODY, Sharon. Science journalism. In: BUCCHI, M.; TRENCH, B (ed.). *Handbook of Public Communication of Science and Technology.* Reino Unido: Routledge, 2008. p. 15-26.

FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? Trad. Rosisca Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e

Terra, 1975.

JARAMILLO LÓPEZ, J. C. Advocacy: uma estratégia de comunicação pública. In: Kunsch, M. M. K. (org.). Comunicação pública, sociedade e cidadania. São Caetano do Sul, Difusão, p 61-80, 2011a.

LINDLEY, D. V.*Understanding Uncertainty*. New York: Wiley-Interscience., 2006, 250p.

MATOS, H. Comunicação pública, esfera pública e capital social.In: DUARTE, J. (Org.). Comunicação Pública, Estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo, Atlas, 2007, p 47-58.

MATOS, H. Comunicaçãopública – democracia e cidadania: o caso do legislativo. In: XXII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 22 1999. *Anais*, Rio de Janeiro: Intercom, 1999.

MCLENNAN, B. Conditions for effective coproduction in community-led disaster risk management. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 2018, p. 1-17.

MELO, C.; CABRAL, S. Pandemias e comunicação: uma avaliação experimental. Rev. Adm. Pública vol.54 no. 4 Rio de Janeiro July/Aug. 2020Epub Aug 28, 2020.

MONTEIRO, R. A., SANTOS, R. L. S., PARDO, T. A. S., ALMEIDA, T. A. de, RUIZ, E. E. S.,

VALE, O. A.Contributions to the Study of Fake News in Portuguese: New Corpus and Automatic

DetectionResults. São Carlos, Núcleo Interinstitucional de Linguística Computacional (NILC),

Universidade deSão Paulo (USP). 2018. URL: https://sites.icmc.usp.br/taspardo/PROPOR2018

MonteiroEtAl.pdf. Acesso22.12.2020.

MOROZOV, E. 2011. The net delusion: the dark side of Internet freedom. New York: PublicAffairs,

2011,408p.

O'CONNOR, C., &WEATHERALL, J. O. (2019). *The Misinformation Age: How False Beliefs Spread*. Yale: Yale University Press. 280p. (ISBN: 9780300234015).

OLIVEIRA, M.J.C.; BARBOSA, R.; CARNEIRO, C.D.R.; MATOS E NOBRE, H. 2021. Comunicação Pública

da Ciência diante das coalizões em conflito sobre aquecimento global. *Terræ Didatica,***17**(Publ. Contínua), 1

11, e021011. DOI: https://doi.org/10.20396/td.v17i0.8663967.

OLIVEIRA, M. J. C., MATOS E NOBRE, H., BARBOSA, R. *Comunicação pública entre o consenso e o antagonismo dos discursos sobre aquecimento global. O impacto para políticas públicas de sustentabilidade*. Bauru, SP, Abrapcorp. XIV Congr. Bras. Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas, 2020. URL: http://abrapcorp.org.br/site/manager/arq/1ydnvPljFC_FINAL-Artigo.Abrapcorp.2020 TEMPLATE-COM-AUTORIA_GT_2020.pdf. Acesso 05.01.2021.

PASQUALI, A. Compreender la comunicación. Caracas, Monte Ávila Editora, 1979.

SANTOS, M. F.; FONSECA, T. B. "Falando Grego": o caso #EXISTEPESQUISANOBR como tentativa de divulgação da ciência. In: MATOS, H. GIL, P. (orgs.) Comunicação, Políticas Públicas e Discursos em Conflito. 1a. Ed. São Paulo, ECA/USP, 2019, p.279-319.

VILAÇA, W. P. T.. *A Comunicação Interna na gestão da sustentabilidade: um estudo*

fenomenológico. SãoPaulo, ECA-USP. (Tese Dout.), 2012.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Risk communication and community engagement readiness and response to coronavirus disease (COVID-19). *Interim guidance*. Retrieved, 2020.

Capítulo 6

10.37423/220205299

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE GOIÁS: PROPOSTA DE REQUISITOS DE ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO PARA REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO OFICIAL DIGITAL.

SUELITON RIBEIRO DE SOUSA

Universidade Federal de Goiás

Martha Izabel de Souza Duarte

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Resumo: Esse estudo examinou as condições que o Diário Oficial do Estado de Goiás oferece para o acesso à informação que ele veicula. A literatura adotada para análise do DOE-GO é voltada para as temáticas de publicação oficial; Arquitetura de Informação, e Usabilidade. A metodologia permitiu, além do embasamento teórico, a análise do Design Centrado no Usuário, e por meio da aplicação de questionário, verificou-se a visão dos usuários sobre a recuperação das informações do Diário a partir dos quatro Sistemas essenciais da Arquitetura de Informação: organização, navegação, rotulação e busca. Constatou-se que a maioria das informações do DOE-GO encontram-se omitidas, devido a dificuldade de sua recuperação. E, em consequência da situação, inviabiliza-se o acesso à informação de caráter público, negando-se a efetivação do princípio da publicidade dos atos oficiais.

Palavras-chave: Diário Oficial do Estado de Goiás. Arquitetura de Informação. Publicação Oficial. Usabilidade. Design Centrado no Usuário. Informação Jurídica.

INTRODUÇÃO

Hoje a informação nos arrasta por todos os lados, através de múltiplos meios e suportes, a Web, as tecnologias da informação e até as redes sociais têm sido tema de estudos para muitas pessoas pesquisadoras. Umberto Eco (apud VIEIRA, 2009) diz que a Internet "é como uma enchente e não há como parar a invasão de informação". Para o autor, esse excesso de informação tende a tornar-se prejudicial e "equivale ao puro silêncio".

Há uma explosão informacional, acarretando uma nova forma de stress – a ansiedade informativa – cuja precaução está no controle da informação. A arquitetura da informação pode ajudar não apenas na questão da ansiedade, mas também por servir de ferramenta para atender os indivíduos no que se refere a questões de cidadania, legalidade e princípios de acesso.

Por outro lado, as instituições públicas têm obrigação de cumprir o princípio constitucional de garantir a publicidade dos seus atos por meio de uma fonte oficial. O Diário Oficial do Estado de Goiás é a principal fonte de informação, com o objetivo de promover e divulgar todos os atos do Governo do Estado, dando publicidade aos atos oficiais, no qual são publicadas as leis, decretos, portarias, despachos, boletim oficial entre inúmeros outros documentos.

É responsabilidade do Estado disponibilizar de forma impressa e digital, as informações publicadas no Diário, sendo essa segunda opção carente de melhorias no modelo em que é disponibilizado, considerando que a forma de publicação constitui uma das formas de viabilizar efetivamente a publicidade dos atos oficiais. A lei de acesso à informação nº 12.527, de dezoito de novembro de dois mil e onze, tem como objetivo garantir o acesso à informação ao cidadão brasileiro.

A interface e arquitetura são componentes diferenciais para efetivar o acesso à informação, além da gratuidade. Entretanto, em uma época em que o desenvolvimento tecnológico referente à comunicação é ofertado de forma a promover o uso de determinado produto na web, ainda se encontram problemas graves, que inviabilizam a usabilidade e a interação humano-computador, dificultando o acesso a informações de caráter público.

No caso do DOE-GO e seu modelo atual, apesar de cumprir a obrigação de fornecer um acesso livre e gratuito, não atende à exigência constitucional de dar publicidade aos atos da Administração Pública. Isso porque as informações disponibilizadas estão meramente reproduzindo o modelo impresso, sem organização, impossibilitando uma recuperação efetiva. Apesar dos recursos tecnológicos, não há definição de critérios de agregação, restando um modo imagético ou fotográfico, que, uma vez

chapado em formato PDF, como imagem, não permite ao usuário nem a opção de pesquisar no conteúdo. Além disso, não são disponibilizados outros meios de busca. A publicação carece, portanto, de avaliações quanto à usabilidade e acessibilidade.

A atual arquitetura do portal do Diário Oficial oferece o acesso aos fascículos, única e exclusivamente, a partir da data de publicação. É evidente, que, para além do modelo calendário, nenhum outro recurso de busca é disponibilizado ao usuário, como por exemplo, uma busca por assunto, ou de um outro mecanismo que permita ao usuário a identificação da ocorrência de grupos de palavras no conjunto das edições do DOE-GO. Da forma como está organizado, o DOE-GO limita as buscas à apenas uma edição por vez, ou seja, exige que o usuário conheça antecipadamente a data de publicação do ato buscado. Além disso, não é possível copiar o texto exibido, já que as informações estão no formato de imagem.

A partir dessa visão e beneficiando-se das tecnologias, espera-se uma mudança que contemple requisitos de organização da informação para representação de todo conteúdo do portal do Diário Oficial do Estado de Goiás, junto ao Centro de Informática que atenda (AGECOM) as implantações técnicas para garantir que toda publicação no Diário seja recuperada de forma fácil e eficaz e que não contribua com atrasos, e ou fracassos na busca destas informações oficiais. Apenas assim poderá se efetivar o princípio da publicidade dos atos oficiais. Para tanto realiza-se a pesquisa junto aos usuários para identificar suas necessidades e dificuldades junto ao DOE-GO.

A pesquisa analisou a usabilidade do DOE-GO, apresentando requisitos de organização da informação para a representação dos seus dados, de maneira que seja efetivamente atendido o princípio da publicidade dos atos oficiais. Tais requisitos se desdobram nas análises da ineficácia do DOE-GO com vistas aos princípios constitucionais e às necessidades do usuário, mapeamento do sistema de informação, identificação dos tipos de conteúdo, nível de satisfação dos usuários e a proposição de subsídios para uma melhor recuperação dos dados e a arquitetura do Diário.

Para tratar do tema é necessário antes identificar e discutir alguns conceitos, como Tecnologia, o que vem a ser Informação; Informação Jurídica; Arquitetura de Informação; Publicação Oficial; Diário Oficial e Usuário e Usabilidade, fazendo-o a partir do ponto de vista da Ciência da Informação. Essa visão foi respaldada em autores consagrados que fundamentam o desenvolvimento do estudo, como: PASSOS, GIL, REIS, LE COADIC, ROCHA, CASTELLS dentre outros.

1.INFORMAÇÃO

A informação, patrimônio intangível usado para criar ordem e estrutura; matéria prima que sustenta há séculos a comunicação em diversas sociedades, mas que não escapa de ruídos ou desordens, apesar de conter vantagens para geração de dados e conhecimento, é a medida de organização de um sistema.

Sobre esse fato, Castells adverte: “uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação está remodelando a base material da sociedade em ritmo acelerado” (apud BOTTENTUIT, 2009, p.42) e assinala que a formação de redes organizacionais, a cultura da virtualidade real, os espaços de fluxo, os mercados globais, a globalização e a transnacionalização das atividades econômicas são dependentes e consequências das tecnologias de informação.

Acerca das consequências do avanço das tecnologias de informação Salarelli e Tammaro destacam:

> O desenvolvimento das tecnologias da informação e da internet já provocou um forte impacto social. Uma das primeiras consequências disso é que todos podem acessar uma grande quantidade de informações atualizadas com muito mais facilidade do que antigamente. Isso se tornou possível também por iniciativa de alguns governos nacionais que procuram levar à prática o princípio político do livre fluxo da informação na Rede (2008).

Os autores advertem que ainda que todos tenham acesso às informações na Rede, “devemos perguntar-nos: a disponibilidade de uma grande quantia de informações facilmente acessível é exatamente aquilo que serve para o usuário? ” (SALARELLI, TAMMARO 2008, p. 146).

Ao analisar as várias interpretações existentes no conceito de informação Fogl (apud ROCHA, 2011) isolou três principais grupos de definições:

1) informação – uma forma de comunicação social entre as pessoas (reflete o significado original de informação);
2) informação – um instrumento de gestão nos sistemas cibernéticos (ligado ao aparecimento da cibernética);
3) informação – uma propriedade de qualquer matéria (aplicado à matéria inorgânica no campo da ciência).

Aqui aproveitamos o segundo conceito, devido ao aumento da capacidade de multiplicação e armazenamento de informação que explica boa parte do fenômeno da explosão informacional ou, mais exatamente, explosão da quantidade de informação - que apresenta um crescimento do tipo exponencial (LE COADIC, 1996).

Ainda para Le Coadic (1996) informação é “um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual”. Conforme o autor essa poderosa ferramenta, considerada fator de desenvolvimento na maioria das sociedades, comporta um elemento de sentido, apropriando de tecnologias de informação e do conhecimento, para possibilitar, por exemplo, a interação humano-computador. Porém faz-se necessária uma preocupação constante com os conteúdos gerados através dessas informações, para que sejam organizados de forma hierarquizada, fluindo entre toda infraestrutura programada, ou suporte para atender seu usuário.

Nos dias atuais é relevante considerar que sem informação acessível e organizada é impossível exercer cidadania.

2. INFORMAÇÃO JURÍDICA

Considerando que trataremos especificamente da informação disponibilizada no Diário Oficial, aqui discorremos brevemente sobre a informação jurídica. Essa que se preocupa com a recuperação das informações atualizadas na área jurídica a fim de saciar a necessidade dos cidadãos, contribuindo para regulação da vida em sociedade. De acordo com Passos (1994, p. 363) informação jurídica é:

> [...] toda unidade de conhecimento humano que tem a finalidade de embasar manifestações de pensamento de jurisconsultos, advogados, legisladores, desembargadores, juízes e todos aqueles que lidam com a matéria jurídica, quando procuram estudar (do ponto de vista legal) ou regulamentar situação, relações e comportamentos humanos, ou ainda quando interpretam e aplicam dispositivos legais.

A informação jurídica pode ser gerada, registrada e recuperada, basicamente em três formas distintas: analítica (por meio da doutrina); normativa (pela legislação) e interpretativa com o emprego da jurisprudência (PASSOS; BARROS, 2009, p. 365).

O Diário Oficial é fonte primária da informação normativa, produzida pelo poder estatal competente, no caso do DOE, produzido pelo Poder Executivo Estadual:

3. Publicação Oficial

A expressão Publicação Oficial segundo Cunha & Cavalcanti (2008, p. 302) é sinônimo de Publicação Governamental. Um ato oficial, de qualquer dos três poderes, só tem validade quando publicado no Diário Oficial. Por outro lado, como afirma Abramo, a Constituição define como dever do Estado (Art. 37) dar publicidade a esses atos. A Constituição (art. 5, inciso 22) garante o direito a toda pessoa de

ter acesso à informações detidas pelo Estado. Portanto é importante avaliar em quais condições de acesso o cidadão/usuário se depara quando vai colocar essa questão em prática (2007, p. 1).

Em 1975, pesquisadores do Primeiro Seminário de Publicações Oficiais Brasileiras (SPOB) preocuparam-se em definir as Publicações Oficiais como:

> Documentos bibliográficos e não bibliográficos produzidos e/ou editados sob a responsabilidade, a expensas ou por ordem dos órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, como também de entidades dotadas de personalidade jurídica própria –de qualquer forma vinculadas a administração pública- nos níveis federal, estadual e municipal, incluindo os Territórios e o Distrito Federal (CAVALCANTI, 1981, p. 2)

De acordo com Silva (2013, apud VERGUEIRO, 2007, p. 116) as informações produzidas pelos órgãos públicos são em grande parte de difícil acesso, sendo necessários conhecimentos exatos da instituição responsável pela publicação e contatos diretos com os responsáveis por sua veiculação.

Informar é um dever do Estado, e para proporcionar um melhor acesso a essas informações da literatura cinzenta, as instituições governamentais tendem a realizar publicações próprias, provavelmente por saber da importância desse ato à população, porém acabam por omitirem ao usuário a possibilidade de fazer buscas livremente e ter acesso às suas edições.

4. DIÁRIO OFICIAL

A Lei das licitações (Lei 8666/93) em seu artigo 6º, inciso XIII, define Imprensa Oficial como o veículo oficial de divulgação da Administração Pública.

Uma das características imprescindíveis de um Diário Oficial é oferecer acesso universal, possibilitando o conhecimento sobre os atos oficiais, e validando-os. O Diário Oficial é a ferramenta para estabelecer, revogar e fazer cumprir direitos e obrigações de entes públicos e pessoas físicas e jurídicas da iniciativa privada, como também preparar a organização do Estado e dar notícia de atos em casos que a legislação o determine.

Portanto, é inerente o conceito de acessibilidade ao Diário Oficial, no sentido de que não resta dúvida sobre a necessidade de os indivíduos da sociedade terem a certeza, através do acesso ao seu conteúdo, que de fato tenha ocorrido um ato oficial. O que reforça a presunção da universalização da possiblidade de acesso, pois o Diário Oficial é apresentado, inquestionavelmente como o organismo no qual acontece a publicação dos atos oficiais, dando-lhes validade jurídica, ou seja, existência no mundo real.

A divulgação dos atos oficiais num Diário Oficial Eletrônico é um dos meios mais efetivos para se aumentar a transparência dos atos de gestão, combater a corrupção e reduzir custos. Destaca-se que o descumprimento do princípio constitucional da publicidade é ato de improbidade (Lei 8.429/92) sujeitando o administrador público às penalidades legais.

5. DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE GOIÁS

O órgão responsável por gerir a publicação do Diário Oficial do Estado de Goiás é a Agencia Goiana de Comunicação – AGECOM. A AGECOM, criada pela Lei nº. 13.550, de 11 de novembro de 1999, art. 6º, II, regulamentada pelo Decreto nº. 6.910, de 06 de maio de 2009, é entidade autárquica estadual, dotada de personalidade jurídica de direito público interno, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, jurisdicionada à Secretaria de Estado da Casa Civil, nos termos do Art. 9o, inciso I, da Lei no 17.257, de 25 de janeiro de 2011. A AGECOM disponibiliza o Diário Oficial em forma impressa para os órgãos públicos do Estado e a versão digital em seu portal.

O Diário Oficial em meio eletrônico é passível de alguns problemas, tais como o sistema sair do ar, ou demorar sua publicação. O mesmo não contempla a disponibilidade de visualização de edições passadas, aliada à presença ou não de um mecanismo de buscas razoável. Se o usuário necessita fazer uma busca específica, por exemplo, o número do CNPJ de uma empresa ou o CPF de uma pessoa, não é possível. A única opção de busca é a de calendário. Ou seja, o usuário precisa saber exatamente o dia, mês e ano da publicação. E não há como saber o dia que a informação será publicada, no caso, por exemplo, de um funcionário que espera a publicação de sua exoneração, precisa verificar diariamente toda a publicação do dia, e lê-la por inteiro, a fim de encontrar seu nome perdido em meio a tantas palavras.

> Por exemplo, caso se deseje determinar se uma certa empresa venceu uma quantidade não–razoável de licitações num estado num certo ano, ou se pretenda verificar quem foi nomeado para ocupar cargos comissionados nos meses subsequentes à posse de uma nova administração, isso só se pode fazer por consulta ao DO se a publicação não restringir o acesso a edições passadas e se ela possuir um motor de busca global. Observe-se que, para que seja possível a recuperação de informações históricas, as duas características precisam estar presentes simultaneamente (ABRAMO, 2007, p. 3).

Outra carência do Diário Oficial de Goiás é que a informação (o texto de um decreto, nomeação ou um processo judicial) não pode ser copiado e transferido para outro documento, devido ao seu formato. O Diário Oficial do Estado de Goiás é apresentado na forma de imagens, como se fossem fotos das páginas impressas.

6. ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO

O termo Arquitetura da Informação foi criado por Richar Saul Wurman em 1976, para fazer uma descrição do que percebia, naquele momento, como uma profissão emergente e devido ao esforço do seu trabalho sobre tornar a informação mais compreensível. O trabalho da arquitetura da informação, segundo Rosenfeld e Morville (2006) consiste em compreender e atender a três variáveis:

1. Usuários - suas necessidades, tarefas, hábitos e comportamentos;
2. Conteúdo – características do que será apresentado (objetivo, uso, volume, formato, estrutura, governança, dinamismo);
3. Especificidades do contexto de uso do sistema de informação (proposta de valor de website, cultura e política da empresa, restrições tecnológicas, localização, etc.).

Na prática, a arquitetura de informação se refere à organização da estrutura de um website e seu conteúdo, rotulagem e categorização da informação e o design dos sistemas de navegação e de busca. A personalização desses sistemas possui elementos de organização, rotulagem (representação), navegação, busca e recuperação, usabilidade e acessibilidade nas esferas de contexto, conteúdo e usuário (VECHIATTO, 2012 apud ALMEIDA; MUCHERONI, p. 5), a arquitetura da informação é a estruturação estético-funcional da informação que nos direciona no caminho que percorremos durante uma busca. Rosenfeld e Morville, (apud REIS, 2007) dividem a arquitetura de informação de um website em quatro grandes sistemas interdependentes. São eles:

- **Sistema de Organização (Organization System):** Define o agrupamento e a categorização de todo o conteúdo informacional.
- **Sistema de Navegação (Navegation System):** Especifica as maneiras de navegar, de se mover pelo espaço informacional e hipertextual.
- **Sistema de Rotulação (Labeling System):** Estabelece as formas de representação, de apresentação da informação definindo signos para cada elemento informativo.
- **Sistema de Busca (Search System):** Determina as perguntas que o usuário pode fazer e o conjunto de respostas que irá obter.

O INFORMATION ARCHITECTURE INSTITUTE (2005) esclarece o que é Arquitetura de Informação:

1. O design estrutural de ambientes de informação compartilhados
2. A ciência e a arte de organizar e rotular websites, intranets, comunidades on-line e softwares para dar suporte à usabilidade e facilidade de encontrar informação.

3. Uma comunidade de práticas emergentes, focada em trazer princípios do design e arquitetura para o ambiente digital.

Segundo Rosenfeld e Morville (apud REIS, 2007, p. 61),

> A Arquitetura de Informação busca compreender e atender a três dimensões de variáveis para organizar a informação. A primeira dimensão são os **usuários**, suas necessidades, hábitos e comportamentos. A segunda dimensão são as características do **conteúdo** que será apresentado (volume, formato, estrutura, governança, dinamismo, etc.). Por fim a terceira dimensão são as especificidades do **contexto** de uso do sistema de informação (objetivo do website, cultura e política da empresa, restrições tecnológicas, localização, etc.).

7 USUÁRIO E USABILIDADE

A necessidade de delegar sentido à informação deve merecer atenção especial se considerarmos que o objetivo da informação é pensado em seu efeito resultante do uso nas atividades dos usuários, ou seja, como esse uso modifica a realização das atividades.

A grande maioria dos cidadãos necessitam se nutrirem de informação constantemente. A esses damos o nome de usuário, que segundo seu conceito é: aquele que deve ser visto como a razão fundamental dos serviços de informação que possuem importantes atos de comunicação: questionar, planejar, interpretar, criar, resolver, responder. Segundo Salarelli e Tammaro (2008, p. 143) “o termo usuário foi utilizado no passado na literatura profissional para diferenciá-lo de consumidor ou cliente que procurava bens materiais; o usuário, ao contrário, procurava serviços ou bens imateriais de difícil mensuração”.

O conhecimento acerca do usuário é importante por este ser o responsável pela existência do serviço, e consequentemente, por avaliá-lo. Mas esse conhecimento deve ser somado a usabilidade das interfaces computacionais, que, por sua vez, se ocupa do design, avaliação e implementação de sistemas de computação.

> Os usuários podem, além do mais, desconhecer o que aquele acervo contém que possa ser pertinente à sua necessidade de pesquisa. Ademais, uma vez recuperada a informação, será difícil para o usuário saber avaliar a exaustividade das informações recebidas e compreender quão exatos são os resultados obtidos. A primeira consequência de tudo isso é que, no projeto das interfaces, é preciso levar em conta não apenas o aspecto tecnológico da usabilidade, mas também determinar quanta informação será colocada à disposição dos usuários sobre os conteúdos digitais. (TAMMARO e SALARELLI, 2008, p. 154).

O responsável por um site que é constantemente alimentado com informações indispensáveis à comunidade deve possuir uma referência a respeito da visão das condições operacionais, saber

também que os serviços oferecidos por sua unidade devem ser constantemente avaliados de acordo com as teorias sobre a Interação Humano-Computador (IHC).

> A partir da década de 70, com a invenção do primeiro computador pessoal, e mais tarde, nos anos 80, com a invenção do mouse e das interfaces gráficas, os computadores se popularizaram passando a ser acessados por pessoas das mais diversas áreas de conhecimento. (REIS, 2007, p. 55).

A Avaliação é necessária quando se tem consciência de que usuários leigos em informática possam encontrar barreiras no acesso, o que justifica a necessidade de transformar o acesso às máquinas mais simples e fáceis de usar. Também tornar viável as ações e objetivos do design, evidenciar e interpretar esses objetivos a fim de maior usabilidade.

A norma ISO 9241-11 define que usabilidade tem como objetivo projetar e avaliar os terminais de visualização para a usabilidade e permitir que os usuários, possam alcançar objetivos e satisfazer as necessidades em um contexto particular de uso. Ou seja, os benefícios de medir usabilidade em termos de desempenho e satisfação do usuário, tendem a serem medidos pelo grau em que são alcançados os objetivos de uso, e os recursos que devem ser gastos para alcançá-los na medida em que são encontrados os produtos aceitáveis.

A necessidade que os usuários possuem por informação, atendida por padrões de usabilidade, torna a interface (e o acesso pelo usuário a ela) parte fundamental dos sistemas de informação. Cada usuário interpreta a interface e a informação contida nela, da sua maneira, devido às diferenças cognitivas que cada um possui. Sobre essa afirmação Pressman (apud FERREIRA e LEITE, 2003) afirma que “para se criar uma interface que de fato possa ser usada por diferentes pessoas, deve- se poder apresentar o seu conteúdo de diversas formas, de modo a acomodar as diferentes percepções”.

No entanto, é necessário entender que tanto a abordagem de Design Centrado no Usuário da Interação Humano Computador, quanto a abordagem da Ciência da informação, têm como meta atender as demandas dos usuários e que os mesmos se sintam satisfeitos com o resultado do trabalho. Assim, conceituar usabilidade é de suma importância para compreender essas abordagens.

Portanto, é importante entender que a usabilidade tem como característica determinar se o manuseio de um produto é fácil e rapidamente aprendido, sem que ocorram erros operacionais, e que ainda ofereça alto grau de satisfação ao seu usuário. Segundo as palavras de Norman (apud, FERREIRA e LEITE, 2003) “um sistema orientado para a usabilidade possui uma interface que deve ser usada para se executar uma tarefa sem chamar nenhuma atenção para si, de modo a permitir que os usuários não

precisem focalizar a sua energia na interface em si, mas apenas no trabalho que eles desejam executar".

8. METODOLOGIA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para avaliar o site, optamos pela análise de sua arquitetura, considerando os critérios da Arquitetura de Informação: Sistemas de Organização; Sistema de Navegação; Sistema de Busca; Sistema de Rotulação. Neste aspecto a pesquisa se classificou como descritiva, já esse tipo de pesquisa visa descrever as características de uma situação recorrente atualmente. De acordo com Gil (1996, p. 48), "são incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população".

A construção do questionário de avaliação da satisfação orientou-se a partir do modelo proposto por Pasquali (2003) para construção e validação dos constructos (questões), estes organizados em uma escala tipo Likert (1932). O instrumento permitiu a escolha de uma opção, entre cinco constantes no questionário, organizadas em respostas escalonadas e sinalizadas de 1 a 5, respectivamente: 1. Discordo Totalmente; 2. Discordo Parcialmente; 3. Não Concordo Nem Discordo; 4. Concordo Parcialmente; 5. Concordo Totalmente.

A aplicação foi feita no local em que se encontrava o sujeito, isto é, no próprio local de trabalho ou aplicação remota no caso de 3 questionários. Cada sujeito recebeu um questionário e foram fornecidas as instruções para respondê-lo.

Os questionários foram aplicados aos funcionários públicos de 10 órgãos: Ministério Público Federal, Tribunal de Contas do Estado, Secretaria do Estado da Casa Civil, Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (SEGPLAN), Secretaria de Estado de Industria e Comércio (SIC), Controladoria Geral do Estado, Secretaria de Estado de ciência e Tecnologia (SECTEC), Agencia Goiana de Comunicação (AGECOM), Centro Administrativo e professores e alunos da Universidade Federal de Goiás, para que avaliassem o Portal do Diário Oficial do Estado de Goiás. Decidiu-se fazer a aplicação dos questionários com estes grupos por eles manterem uma relação periódica com o portal do Diário Oficial. Este instrumento foi compilado em 17 constructos referentes aos quatro sistemas da Arquitetura de Informação para a avaliação da busca, navegação, organização e rotulação do portal, também foi perguntado quanto a confiabilidade do Portal e se os usuários utilizavam outros mecanismos de busca para recuperar informações oficiais.

Foram obtidos 31 (trinta e um) questionários respondidos e com os resultados, calcularam-se estatísticas descritivas através do software SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) a fim de obter o índice de consistência interna de cada constructo para conferir validade e fidedignidade ao instrumento. O software SPSS é usado nas ciências humanas, pois, entre outros resultados, avalia se as respostas sinalizadas pelos sujeitos estão estatisticamente em faixas significativas das respostas Likert. Posteriormente confere um índice para cada constructo de validade chamado Alpha Cronbach, bem como, um índice geral para todo o instrumento proposto pelo teórico Crombach (1955). Este autor propõe que os itens, para terem consistência interna e validade, deverão apresentar um índice acima de 0,40, de tal sorte que resultados abaixo desse parâmetro apontam para um constructo prejudicado, isto é, que não conseguiu medir a resposta latente dos sujeitos devido à elaboração do constructo. Neste trabalho a validade Alpha Cronbach esteve acima do índice, conseguindo assim, validar a consistência interna dos constructos conseguindo medir a resposta latente dos sujeitos devido aos níveis acima de 0,88.

De acordo com os dados analisados, todos os itens apresentaram correlação positiva e o índice de fidedignidade segundo o parâmetro de Alfa de Cronbach para os 17 (dezessete) itens, ficou em 0,904. Portanto, o instrumento é considerado válido devido à consistência interna apresentada, inclusive podendo ser utilizado para outras pesquisas de mesmo teor.

Analisando o resultado das questões sobre os sistemas de organização, navegação, rotulação e busca, além de confiabilidade, verificou-se a insatisfação dos usuários. Conclui-se que, na opinião dos mesmos o DOE-GO digital se configura munido de uma interface confusa, exigindo passos desgastantes na busca pela informação. O único serviço de busca é mal planejado. O Diário Oficial do Estado é oferecido em páginas digitalizadas na versão PDF, porém com textos em formato de imagem o que impossibilita, por exemplo, alguém fazer a busca do próprio nome citado num ato ou copiar um texto. Apesar de sua publicação ser de segunda a sexta, na maioria das vezes a publicação do dia só fica disponível a partir das 23:00h. Os dados obtidos nos constructos de avaliação do portal e seu processo de busca confirmaram que, de um modo geral, o site não atende aos critérios de avaliação de fontes de informação na internet.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Confirmada a hipótese de que o acesso a informação oficial é dificultado pela forma como o DOE-GO está organizado, o trabalho apresentou 13 propostas de instrumentos para a melhoria da recuperação

da informação do DOE-GO, como: link na página principal oferecendo um serviço de pesquisa global, publicação em formato textual; tornando a transmissão de dados mais rápida; introdução de recursos tecnológicos avançados dos navegadores de internet; ferramentas que garantam proteção e segurança ao acesso, design "orgânico" onde o usuário estruture dentro de limites sua navegação em uma construção prática e acessível etc.

Os quatros grandes sistemas interdependentes, apontados por Reis (2007) e Daniel Corrêa (2012) – Sistema de Organização, Sistema de Navegação, Sistema de Rotulação e Sistema de Busca – não são levados em conta na estruturação do portal conforme o esperado. Como exemplo, constatou-se que os usuários avaliaram, de maneira geral, insatisfatoriamente o portal, sobretudo afirmando que não confiam no site.

Esse resultado respalda a justificativa do presente trabalho, pois, considerando o Diário Oficial do Estado um órgão que tem o dever de dar publicidade aos seus atos, seria necessária maior transparência na disponibilização da informação. Os entraves na recuperação da informação pública e a não transparência da informação, gera sentimento de insegurança e descrença, por parte da população, nos dispositivos do Estado. Além disso, fica comprometido o princípio constitucional da publicidade que busca dar transparência aos atos do Poder Público, já que efetivamente não se concretiza o acesso.

A disponibilização de conteúdos oficiais na internet e sua recuperação precisam ser qualificados e de confiança, para que os profissionais possam tomar suas decisões de forma efetiva, conforme menciona Tomaél (2008, p. 3) — a preocupação com a qualidade deve ser constante no dia- a-dia de quem lida com a informação, principalmente, no caso da informação que subsidia pesquisas e atividades profissionais. No caso, o resultado obtido contraria essa asserção do autor, isto é, dada a não confiabilidade exibida nos resultados.

Espera-se que, no futuro, este trabalho possa ser usado de subsídio para o desenvolvimento de um projeto de melhoria na estruturação do portal do DOE-GO.

Com o aumento constante do volume informacional na web, compete ao profissional bibliotecário atuar como mediador e sempre buscar meios para recuperar as informações úteis que atenda as necessidades de seus usuários de maneira adequada.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Cláudio Weber. Gutenberg em bits: breve panorama dos Diários Oficiais brasileiros. Disponível em: www.transparencia.org.br/doc/DOs Acesso em: 22 mar. 2014.

ALMEIDA, Robinson Mascarenhas; MUCHERONI, Marcos Luiz. Arquitetura da informação, design

instrucional e desenvolvimento de recursos educacionais abertos (REA'S): proposta de configuração de uma nova ecologia da informação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25, 2013. Anais eletrônicos... Florianópolis: CBBD, 2013. Disponível em < http://portal.febab.org.br/anais/article/view/1380/1381> Acesso em: 16 out. 2014.

CAVALCANTI, C.; CUNHA, M.D. Dicionário de biblioteconomia e arquivologia. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008. 451 p.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996. 159 p. GOIÁS. Agência de Comunicação. DiárioOficial do Estado de Goiás. Disponível em:<http://www.agecom.go.gov. br/diario/> Acesso em: 22 mar. 2014.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Departamento de Governo Eletrônico. Indicadores e métricas para a avaliação de e- Serviços. Brasília: MP, 2007. 44 p.

DERVIN, B; CLARK, K.D. Communication as Cultural Identity: the invention mandate. Media Development, v. 36, n. 2, p. 5-8. 1989.

FERREIRA, Simone Bacellar Leal; LEITE, Julio Cesar Sampaio do Prado. Avaliação da usabilidade em sistemas de informação: o caso do sistema submarino. RAC, v. 7, n. 2, abr./jun. 2003. 115-136.

LIKERT, R. A technique for the measurement of attitudes. Archives of Psychology , v. 22, n. 140, 1932. PASQUALI, L. Psicometria: teoria dos testes na psicologia e educação. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

PASSOS, Edilenice (Org.). Informação jurídica: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 173-188.

___. Informação jurídica: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 237.

_____ . BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. Fontes de informação para pesquisa em direito. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.

REIS, Guilhermo Almeida dos. Centrando a Arquitetura de Informação no usuário. São Paulo, 2007. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

REZENDE, Ana Paula. Pesquisa jurídica em fontes eletrônicas. In: PASSOS, Edilenice (Org.). Informação jurídica: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 173-188.

ROCHA, Lucylene Valério. Análise da busca, uso e avaliação dos serviços da biblioteca pelos assessores de ministros do Supremo Tribunal Federal em relação as suas necessidades de informação jurídica. Brasília, DF: Faculdade de Ciência da Informação, 2011.

TOMAÉL, Maria Inês; ALCARÁ, Adriana Rosecler; SILVA, Terezinha Elisabeth da. Fontes de Informação na Internet: critérios de qualidade. In: TOMAÉL, Maria Inês. (Org.). Fontes de informação na Internet. Londrina: EdUEL, 2008. p. 3-28.

VERGUEIRO, W. de C. S. Estudos de uso e de usuários como instrumentos para diminuição da incerteza bibliográfica. Revista da Escola de Biblioteconomia, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 104-118, mar. 1988.

Capítulo 7

10.37423/220205301

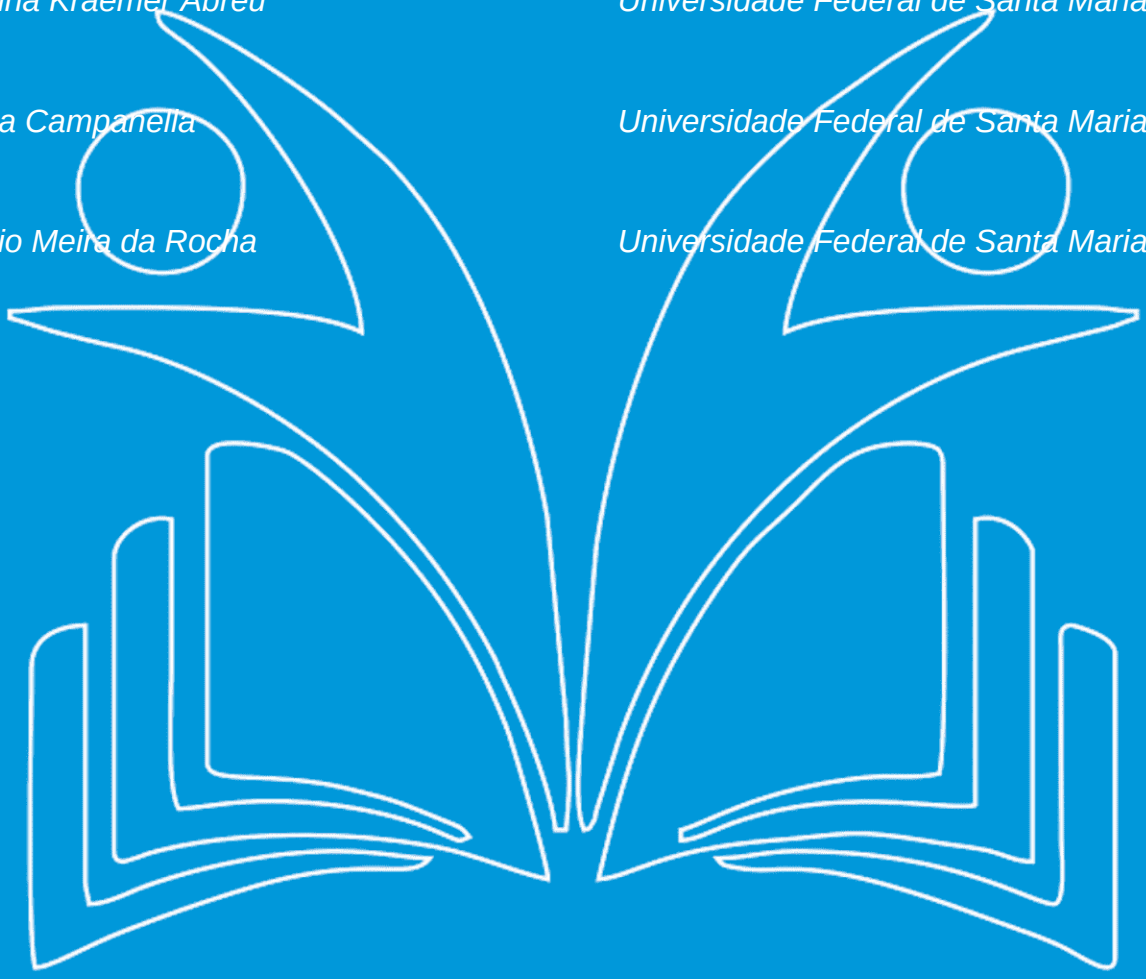
A COMUNICAÇÃO DE CRISE DO GOVERNO BRASILEIRO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 EM 2020: A ESTRATÉGIA COMUNICATIVA É A DESINFORMAÇÃO?

Andréia Silveira Athaydes — *Faculdades Integradas de Taquara*

Karen Cristina Kraemer Abreu — *Universidade Federal de Santa Maria*

Lana D'Ávila Campanella — *Universidade Federal de Santa Maria*

José Antonio Meira da Rocha — *Universidade Federal de Santa Maria*



Resumo: Este artigo traz dados preliminares do estudo COM-Covid/Euprera no Brasil, que abordou a percepção da população sobre a comunicação do governo federal acerca da pandemia e a preferência e credibilidade das fontes para acesso à informação sobre o tema. A pesquisa foi realizada no formato on-line entre outubro e novembro de 2020 por conveniência e amostragem. Dentre os resultados, as frases emitidas sobre a pandemia do SarS-CoV-2 pela presidência da república confundiram a população, por não serem claras, por acusarem a mídia de superdimensionar a situação pandêmica e por subestimar os efeitos do coronavírus. Sobre os canais com maior credibilidade para o tema, as mídias tradicionais (TV, jornais impressos, jornais on-line e rádios) lideraram a preferência dos entrevistados em detrimento das mídias sociais, especialmente, o Twitter. E entre as fontes oficiais, os governos estaduais obtiveram mais credibilidade do que o federal.

Palavras-chave: Comunicação de Crise, Credibilidade, COM-Covid, Pandemia, MCM.

INTRODUÇÃO

A infodemia da pandemia se supera no Brasil, devido a crise na comunicação governamental, as *fakes news* e o negacionismo da doença, "nessa situação, surgem rumores e desinformação, além da manipulação de informações com intenção duvidosa." (OPAS, 2020). Em surtos pandêmicos como o vivido, a OMS (2009) orienta para que a comunicação com os públicos seja baseada nos princípios da confiança, no imediatismo de anunciar novidades sobre o assunto – preferencialmente de fonte oficial, na transparência quanto a gestão de crise, na análise e entendimento dos públicos e no planejamento da comunicação de risco. Brandão (1998) comenta que na comunicação pública - processo de comunicação que se instaura na esfera pública entre o Estado, o Governo e a Sociedade – existem setores como a saúde, a educação e o bem estar social que são alvo de grande visibilidade, de modo que, a repercussões sobre essas pautas costumam mover a opinião pública. Zémor (2003) coaduna-se a esse pensar quando alude que a prática da comunicação pública implica em levar informações ao público, no debate público e na publicização de ações para conhecimento geral como as campanhas de informação. De fato, em uma pandemia que está dizimando centenas de milhares de pessoas, que outras tantas estão contaminadas e com vacinas sendo ministradas a conta gotas, a comunicação governamental – chamada de fonte oficial – deveria primar pelo bem-estar de sua nação, evitando polarizações e passando confiança nos protocolos a serem adotados já que é uma necessidade social como cita Torquato (1985).

Face ao exposto e aliado a estudos internacionais sobre a gestão da comunicação estratégica, apresenta-se alguns dos resultados obtidos com a pesquisa COM-Covid, promovida pela *European Public Relations Research and Education Association* (Euprera) no Brasil. Este projeto internacional objetiva compreender e analisar a comunicação governamental para informação e orientação da população sobre a Covid-19 em diferentes países, organizando assim as melhores práticas que sirvam de referência aos profissionais de relações públicas e comunicação estratégica.

1. CRISE DE COMUNICAÇÃO *VERSUS* COMUNICAÇÃO DE CRISE

A área da comunicação social, em sua práxis profissional, tem por objetivo solucionar problemas de comunicação das organizações. Na publicidade, essas soluções surgem a partir da criação de estratégias conceituais que divulgam ao público as possibilidades do Produto/Marca/Serviço – PMS. No campo do jornalismo, há dois públicos e interesses distintos: o primeiro, o cidadão, a quem se dirigem os textos, áudio e vídeos produzidos pela equipe do setor editorial, e que apresenta a

credibilidade do veículo de comunicação como vetor principal; o segundo, aos anunciantes do próprio veículo, atendidos pelo setor comercial, que levam em consideração a audiência/leitores que o *mass media* conquistou, a quem esses anunciantes querem atingir, pagando por inserções de suas publicidades, enxertadas ao longo das edições, para apresentar seus P/M/S e majorar a comercialização, tornando-a mais efetiva e mais rápida.

Na esfera das relações públicas, a solução de problemas de comunicação ocorre através do trabalho de assessoria de imprensa, da realização de eventos e na gestão de crises, principalmente. Matias (2010, p. 801) afirma que "[...] as instituições reservam o termo 'crise' para os acontecimentos particularmente graves e com grande visibilidade [...]." Administrá-las necessita de olhar estratégico, ações planejadas e divulgação na imprensa.

É de conhecimento dos profissionais da área de relações-públicas que as informações divulgadas pela assessoria de imprensa - AI - durante uma crise de comunicação organizacional devem ser informadas aos contatos do *mailing list* de interesse do cliente e somente através de comunicados, nunca programando uma entrevista coletiva para o diretor ou presidente da organização, blindando-o. Tais medidas protegem o representante da organização de embates diretos com jornalistas e, obtém a divulgação na íntegra do texto enviado pela AI às redações dos veículos de comunicação, na maior parte das vezes. Os comunicados à imprensa são sucintos, claros, diretos e breves; abordam o tema e suas justificativas somente, não possibilitando margens a outras questões que seriam amplamente discutidas durante uma coletiva de imprensa. Com isso, é possível dizer que as coletivas de imprensa não se prestam aos objetivos da comunicação de crise, pois acirram os ânimos entre organização e representantes da imprensa, inclusive possibilitando, em alguns casos, a perda do foco na informação que realmente importa naquele momento.

Planejar estratégias de comunicação para a construção da imagem conceitual de uma organização é uma necessidade das diversas instituições atualmente. Existe uma importante preocupação com a imagem corporativa e tudo aquilo que se vê, lê ou ouve sobre ela nas mídias, grupo de formadores de opinião, e as repercussões que geram para as organizações. Neste sentido, Matta (2017), em sua dissertação de mestrado, aponta que "uma forte imagem e uma sólida reputação representam vantagens estratégicas para uma empresa." E a autora continua, afirmando que

> A atenção às crises, a que toda organização está sujeita e que podem abalar sua imagem e reputação, deve ser um ponto fulcral para a organização, nomeadamente para a área de Comunicação Corporativa, que atua como um

> importante braço para a criação e manutenção da imagem e reputação de uma corporação. (MATTA, 2017, p. 67)

É com base na compreensão destes contributos conceituais e práticos que, assim como as organizações privadas, as instituições públicas também devem atentar à construção de uma imagem corporativa séria, responsável e confiável. Há de se evidenciar que, por serem formadores de opinião e influenciarem na construção da opinião pública, os meios de comunicação contribuem para disseminar a ciência de acontecimentos relevantes que envolvam alguma instituição pública. Cada vez mais se torna importante tratar estas crises organizacionais na seara da comunicação corporativa visto que elas influenciam notadamente a imagem conceitual que o público constrói a respeito das organizações.

A existência de situações-problema para a comunicação é um item a ser trabalhado pelas AIs nas organizações. Nas palavras de Forni (2007, p. 198), [...] "geralmente, a comunicação é chamada quando o fato negativo está consumado. Isso poderia ser evitado com um bom gerenciamento de risco". Pode-se encontrar crise de comunicação com o *target*, com o público interno, com os colaboradores, entre outras possibilidades. E, a solução para as crises de comunicação de uma organização emergem de campanhas de comunicação, nem sempre publicitárias, mas muitas vezes constituídas por palestras, *workshops*, treinamentos, aperfeiçoamentos, dentre outras possíveis ações estratégicas, mapeadas através de um bom diagnóstico da organização. Vale lembrar que o profissional de comunicação não gerencia as crises. A área da comunicação é um dos mais importantes pilares do gerenciamento de crise, entretanto, ensina Forni (2007, p. 198) "a comunicação sozinha não resolve. [...] A comunicação vai auxiliar a empresa a amenizar a repercussão da crise [...] Do trabalho dela depende a maneira como a sociedade vai ser informada e ter a percepção da crise na organização".

A comunicação de crise é aquela que se desenvolve para informar o público importante à organização sobre um fato que necessita de ação, de atitudes. É possível abordar a comunicação de crise pelas perspectivas preventiva e reativa, por exemplo. Entretanto, não se pode deixar de observá-la sobre o aspecto da gestão pós-crise, fase onde se pode identificar oportunidades e, com a análise do *feedback*, propor novas ações estratégicas, gestando a crise e construindo resultados positivos. Forni (2007, p. 199) ressalta que "se os fatos geradores da crise não forem conduzidos com eficiência, transparência e profissionalismo, esse trabalho na comunicação não adianta. A empresa tem que fazer a sua parte da melhor maneira possível,[...] e, então, a comunicação entra fazendo a sua parte".

Conforme Matias (2010, p. 802), " a etapa pós-traumática é essencial no futuro das organizações, representando o momento em que se devem tomar decisões correctivas, extraindo ensinamentos do ocorrido e devolvendo a confiança aos públicos interno e externo." Por sua vez, João José Forni (2007, p. 200) esclarece que "as organizações brasileiras não estão preparadas para enfrentar crises, principalmente quando a situação se torna grave. [...] as empresas e órgãos do governo deviam saber que existe o risco de crise". Ele afirma também que "o tema ainda não faz parte da prática de treinamento e de prevenção. [...] algumas [...] começam a colocar o gerenciamento de crise na pauta de reuniões e cursos regulares. [...] começam a programar treinamento dos executivos para enfrentar situações de alto risco".

Portanto, cada vez mais, há conscientização de que "conflitos raciais, greves, protestos e outros tipos de crise que afetam governos, acidentes ecológicos, crises financeiras ou na área da saúde e sucessão de famílias são outros temas de alto risco para a imagem", diz Forni (2007, p. 201). Chegamos a 2020 com uma pandemia não imaginada pela maioria das lideranças internacionais, deixando evidente as nações mais ágeis em adaptar-se a essa realidade e valer-se da comunicação de crise em prol da informação e orientação das suas respectivas populações. Assim como outras, cuja crise na comunicação é explícita e traz um impacto negativo no controle pandêmico, inclusive nas questões relacionadas com a própria vida, considerada direito constitucional pela maioria dos países do mundo. E também há que se pensar na imagem dos países, que, em um cenário globalizado, necessitam gerenciar adequadamente as crises em prol das suas respectivas reputações. São reputações fortes e ilibadas que garantem toda ordem de negociações com os outros atores internacionais, inclusive para apoio tecnológico e de expertise em situações de crise como a da pandemia do Covid-19.

2. A PESTE DO SÉCULO XXI: BREVIÁRIO DA COVID-19 NO BRASIL

No dia 30 de dezembro de 2019, hospitais de Wuhan (China) começaram a receber pessoas com sintomas similares ao que hoje conhecemos como Covid-19 e a primeira morte ocorreu dez dias depois, atestada como uma "misteriosa pneumonia viral". Nessa época, o mundo não tinha noção do futuro dantesco que assolaria o planeta e a notícia não ganhou destaque na imprensa internacional, quando no máximo, uma pequena matéria abordando uma doença causada por morcegos em uma cidade na República Popular da China. Um mês depois do primeiro caso na China, a doença chega à Europa e a OMS declara emergência de saúde pública de interesse internacional. Contudo, o nome "Covid-19" só seria definido em meados de fevereiro de 2020 quando, semanas depois, em 26 de fevereiro, aparece o primeiro caso no Brasil. Enquanto isso, no mundo já havia mais de cem mil

infectados pela doença. Em março, a Itália passa a figurar junto com a China, como o país com o maior número de casos, momento em que a OMS declara o status de pandemia da Covid-19. No Brasil, a primeira morte aconteceu em 12 de março, período que contabilizava 76 casos diagnosticados e confirmados. Nesse hiato de tempo, a pandemia ganhou proporções assustadoras em território brasileiro, acentuada pelas brigas entre o Governo Federal e o Ministério da Saúde, ocasionando insegurança e desinformação junto à população que ainda precisava lidar com as *fake news*.

A troca de ministros em momento tão grave, quando estamos vivendo a maior crise sanitária mundial, denota a animosidade de ideias em relação aos protocolos de prevenção a serem seguidos, como o uso ou não de máscaras e o distanciamento social. Em abril de 2020, o ministro Luiz Henrique Mandetta é demitido do cargo, assumindo o oncologista Nelson Teich que também, por divergências com o Presidente, deixou o cargo em menos de um mês. Em 30 de junho, é empossado o general do exército, Eduardo Pazuello, reconhecido como um especialista em logística que, segundo o governo federal, seria um conhecimento necessário para as ações de controle e erradicação do coronavírus. A gestão do general foi alvo da opinião pública quanto a sua postura negacionista, insensível frente à pandemia e até mesmo seu domínio de logística para distribuição das vacinas, o que enfraqueceu sua manutenção no cargo já que as pressões para que abdicasse vinham de vários setores, inclusive, das forças armadas. Assim, após nove meses como Ministro da Saúde, Pazuello deixa o cargo em meio a alta de mortes e a falta de vacina, sendo substituído pelo cardiologista Marcelo Queiroga. As declarações do Presidente sobre a pandemia criaram polêmica e repercussão negativa em outros países, merecendo ampla cobertura midiática como os destaques aqui, selecionados a partir do G1 (2021): o desdém pela morte: “Vai morrer gente? Vai morrer gente. Mas temos outro problema: o desemprego, e tem que ser tratado com igual responsabilidade” (20/03/2020); a presunção: “Pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado com o vírus, não precisaria me preocupar.” (24/03/2020) e o descaso com o grande número de óbitos no Brasil: “E daí? Lamento. Quer que eu faço o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre.” (28/03/2020).

A pneumologista da Fiocruz, Margareth Dalcomo previu que teríamos “[...] o março mais triste de nossas vidas” (R7, 2020), ao criticar que as medidas de controle sanitário foram controversas e ineficazes, afora o risco do discurso antivacina e a apologia a tratamentos ineficazes. A predição de fato ocorreu, com a revelação de dados preocupantes apontados no painel CORONAVÍRUS/BRASIL (2021), com mais de 312 mil mortes e um total de casos de 12.534.688. O otimismo de que na estação

quente, teríamos menos casos da doença e que a segunda onda, possivelmente viria com o outono, não se concretizou preconizando um aumento dramático da pandemia no país para os meses frios.

Deste modo, a informação, que deveria ser uma aliada para minimizar os efeitos da pandemia, tem sido questionada por segmentos da sociedade brasileira quanto a sua veracidade e clareza. Tal situação, portanto, é objeto de estudos, a fim de colaborar com uma atuação mais eficiente dos profissionais da comunicação quando em situação de crise, como é o caso do projeto COM-Covid, cujos alguns dados relacionados ao Brasil são apresentados a seguir.

3 PROJETO COM-COVID EUPRERA – SEÇÃO BRASIL

A pesquisa integra um projeto internacional da *European Public Relations Education and Research Association* (Euprera), cumprindo um dos seus objetivos que é a qualificação da área da Comunicação e de Relações Públicas, por meio de análises de caso e desenvolvimento de modelos teóricos compatíveis com as demandas atuais. A Euprera é uma associação europeia de pesquisadores em Relações Pública e Comunicação Estratégica, aberta a parcerias com pesquisadores de diferentes continentes e um dos seus principais projetos é o Global Communication Monitor, composto por outros monitores que, no caso do Brasil, integra o Latin American Communication Monitor. Com a pandemia, os pesquisadores associados a Euprera se organizaram para avaliar a comunicação governamental e da mídia sobre a Covid-19 de alguns países como Brasi[1] , Argentina, Espanha, Itália, Portugal, China, Finlândia, Eslovênia, Turquia, Reino Unido, dentre outros, o que possibilita uma análise comparativa, levando em consideração algumas variáveis determinantes, como forma de governo e cultura local. O estudo de como a comunicação governamental colabora com o acesso e a compreensão da informação sobre a pandemia no sentido de diminuir o caos social é extremamente relevante para servir de base prática e teórica para outras situações de crise, como a que vivemos. A metodologia na formulação do instrumento de pesquisa foi baseada em situações cotidianas vivenciadas pela população, em referências teóricas já produzidas sobre o tema e na utilização de perguntas idênticas ou muito similares para todos os países participantes de modo a tornar viável o estudo comparativo.

3.1. QUESTIONÁRIO

O questionário foi construído em um servidor on-line e esteve ativo entre os meses de outubro e novembro de 2020. A equipe brasileira divulgou a pesquisa e solicitou a participação de seus contatos através de mensagens em redes sociais como WhatsApp, Facebook, Instagram, etc. Na mensagem

enviada era feito um convite para que o receptor participasse da pesquisa e também a difundisse entre seus contatos. A participação dos respondentes ocorreu por motivação para participar da pesquisa de maneira individual, sigilosa e sem retribuição financeira ou de favorecimentos.

O questionário on-line, a exemplo do aplicado nos outros países participantes do projeto Com-Covid, apresentou indagações sobre as fontes de comunicação e credibilidade, buscou identificar os principais meios de comunicação utilizados pelos respondentes para se informarem sobre a pandemia da Covid-19, perguntou sobre a confiança em diferentes fontes e canais, indagou sobre a percepção da comunicação governamental, verificou, ainda, o recall das mensagens emitidas pelo governo federal além de solicitar respostas às questões demográficas. No presente artigo, serão detalhadas apenas as três primeiras questões, apresentadas a seguir.

Para responder à Questão 1 (Q1), os participantes da pesquisa foram solicitados a indicar os canais que mais consultaram para obter informações sobre a pandemia da Covid-19. Questão 1 - "Indique, abaixo, por quais meios de comunicação você leu ou ouviu informações sobre a Covid-19 (novo coronavírus)". Apresentou-se uma listagem com 15 canais: WhatsApp, Facebook, Twitter, Instagram, YouTube, Televisão, Rádio, Jornais Impressos, Jornais On-line, Revistas, Sites/Blogs de Instituições Públicas, Sites/Blogs Privados Especializados em Saúde, Sites/Blogs Privados de Terapias Alternativas e Sites/blogs Científicos. Foram selecionadas previamente as plataformas de Redes Sociais mais utilizadas no Brasil.

Para conhecer a percepção da resposta do governo à crise proposta pela Questão 2 (Q2), os participantes foram convidados a indicar seus níveis de concordância em uma escala de 7 pontos (de 1 = Discordo totalmente a 7 = Concordo totalmente), com as seguintes afirmações: (a) "A comunicação do governo sempre tem sido clara e suficiente"; (b) "Tem revelado toda a verdade"; c) "Tem sido programada para determinados momentos de interesse do governo"; (d) "Tem confundido a população"; (e) "Tem sido a informação mais confiável"; e (f) "Tem gerado alarme social."

A Questão 3 (Q3) buscou verificar as três principais mensagens emitidas pelo governo federal sobre a pandemia da Covid-19 percebidas pela população. Oito declarações, extraídas tanto de entrevistas coletivas do presidente da República veiculadas pela imprensa como outras opções mantidas do questionário original da equipe internacional da COM-Covid foram apresentadas aos participantes da pesquisa: (a) "Você deve ficar calmo porque a Covid-19 não é perigosa para a maioria da população", (b) "Covid 19 afeta apenas pessoas idosas e doentes com patologias anteriores"; (c) "Covid-19 é perigoso e as fronteiras deveriam ter sido fechadas para pessoas e países com alto nível de contágio.";

(d) “Covid 19 se espalha facilmente e você deve ficar em casa para proteger os idosos e doentes”; (e) “A imprensa está superdimensionando o efeito devastador da Covid-19”; (f) “A vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos. O sustento das famílias deve ser preservado”; (g) “Covid-19 causará um estado de emergência e o mais importante é ter comida em casa.”; (h) “Não é necessário entrar em pânico por causa da Covid-19, pois ela é apenas uma gripe.”

3.2. AMOSTRA

O total da população brasileira é de 212 milhões de pessoas. Entretanto, a população adulta soma 163.981 milhões de habitantes.[2] A amostra desta pesquisa obteve 866 respostas contempladas pelas faixas etárias entre 18 e 60 anos ou mais. Esta amostra é uma estratificação da população nacional; não é representativa da totalidade da população brasileira, no entanto, é uma amostra que apresenta resultados importantes e impactantes.

Dos 866 respondentes, 100% informaram que são brasileiros[3] , 69% se autodenominam do gênero feminino, 30%, do gênero masculino e 1% informou ser não binário. Em relação à orientação sexual, a amostra Brasil indica que 83% se declaram heterossexuais, 9% bissexuais, 6% homossexuais, 1% assexuais e 1% pansexuais.

Sobre o maior nível escolar cursado pelos participantes da pesquisa, 55% informou ser pós-graduado (34% especialização, 12% mestrado, 7% doutorado e 2% pós-doutorado), seguidos por 35% com graduação, 9% com ensino médio e 1% com ensino fundamental concluído. Não há incidência de participantes no Ensino Infantil, já que os menores de 18 anos que responderam ao questionário foram excluídos da análise estatística.

A distribuição étnica é representada por 75% autodenominados brancos ou caucasianos, 16%, pardos ou mestiços, 8% negros e 1% amarelos. Noventa e cinco por cento (95%) dos respondentes informaram não apresentar quaisquer tipos de deficiências, entretanto, 3% declararam ser portadores de alguma deficiência visual, 1%, auditiva e 1%, portadores de mais de uma deficiência. A situação laboral declarada pelos respondentes se configura em 28% atuando no setor privado, 24% no setor público e 19%, autônomos. Aposentados ou desempregados somam 17%, 9% são estudantes, 2% atuam na informalidade e 1% desenvolvem atividades laborais no terceiro setor. Quando interpelados sobre se atuam na área da saúde 23% confirmaram atuar na referida área, indicando que 77% dos participantes não são profissionais da área da saúde.

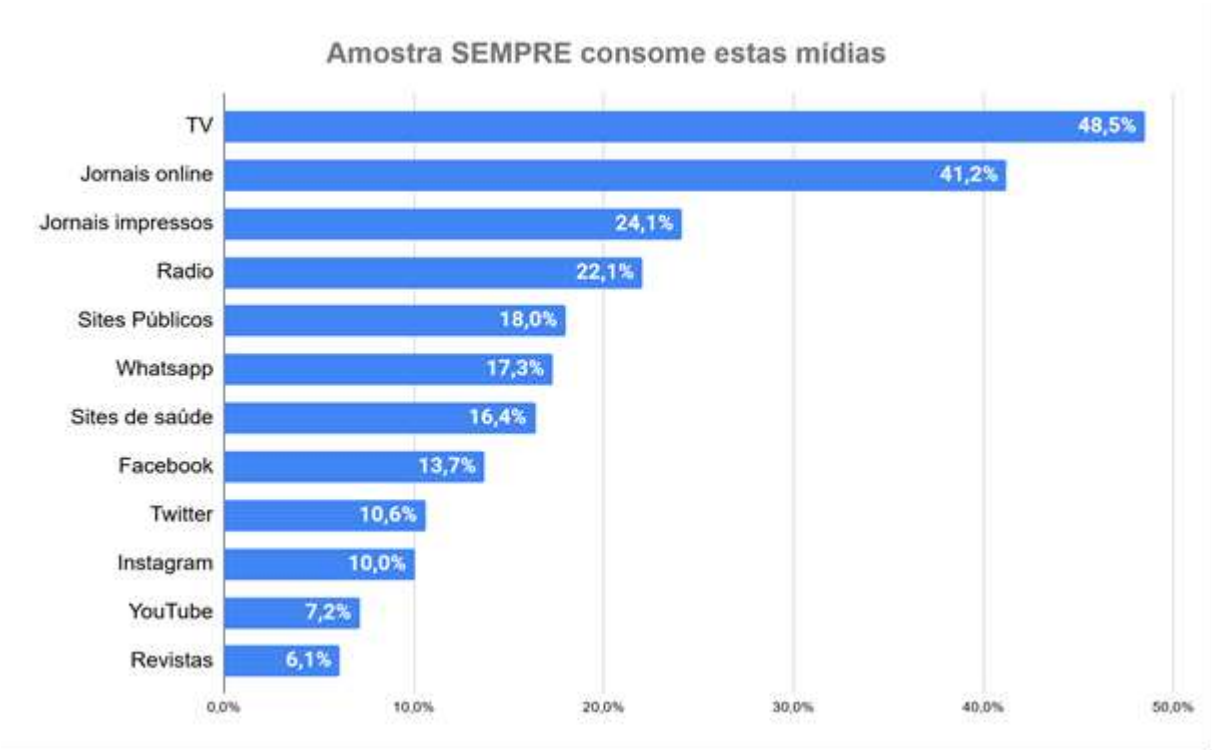
Quanto à renda familiar, a amostra EUPRERA-Brasil apresenta 5% dos respondentes com renda mensal familiar de mais de 30 Salários Mínimos; também 5% com renda mensal de mais de 20 a 30 SM, característica da classe socioeconômica A, totalizando 10%. Identificados como Classe B, com renda mensal familiar entre mais de 8 e 20 salários mínimos, 28% dos participantes, distribuídos da seguinte maneira: 7% com mais de 15 e 20 SM, seguida por 11% com renda mensal de mais de 10 a 15 SM, e, 10% com mais de 8 a 10 Salários Mínimos. A Classe C brasileira está representada neste estudo por 41% dos participantes que estão inseridos na faixa salarial entre 2 e 8 SM, apresentados na estratificação das faixas de renda por 13% que percebem de 2 a 3 SM, 16% com renda mensal familiar entre 3 a 5 SM e , por fim, 12% com ganhos entre 6 e 8 SM. Como parte da Classe D, encontram-se os participantes da pesquisa com renda mensal familiar até 2 SM (9%). Abaixo da linha da pobreza, se autodeclararam 2% dos respondentes pertencentes à classe socioeconômica E, sem renda.

Em relação à composição familiar informada pelos respondentes temos 58% composta por casais (38% com coabitação e prole e 20% em coabitação, sem filhos), no núcleo familiar individual somam 22% dos respondentes (família com uma pessoa), 12% informaram viver em casa monoparental (pai ou mãe solteiros e filhos), grupo não-familiar com outras pessoas foi a opção indicada por 4% dos participantes, 3% dos respondentes informam que coabitam entre duas ou mais pessoas e 1% afirma que reside em domicílio não familiar, com várias pessoas. Já em relação às regiões brasileiras, a amostra concentra-se basicamente no Rio Grande do Sul (49,3%), Bahia (18,1%) e São Paulo (11,4%).

3.3. FONTES DE INFORMAÇÃO E GRAU DE CONFIABILIDADE

Na questão 1, sobre a confiabilidade das fontes em relação à Covid-19, a TV (48,50%), os jornais on-line (41,22%) e impresso (24,13%) e o rádio (22,06%) foram apontados como os maiores canais de fonte de informação, o que mostra uma maior preocupação pela busca de informação em canais de imprensa tradicionais por parte dos entrevistados (Figura 1). Já as redes sociais, especialmente, o Twitter (10,62%) foram pouco consumidas pelos entrevistados no que diz respeito à Covid-19.

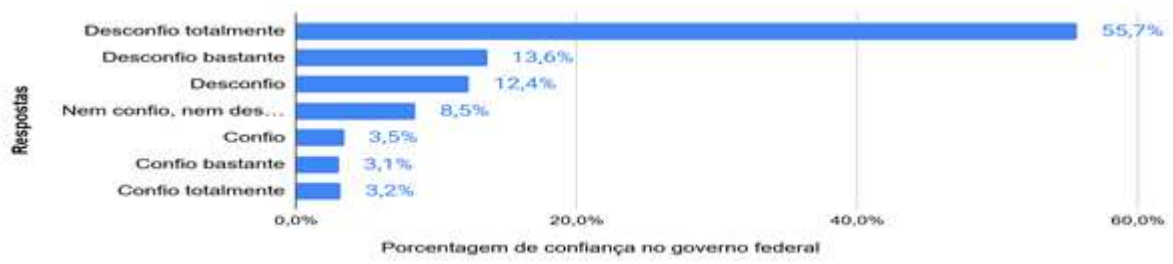
Figura 1- Fonte de Informação sobre a Pandemia



Fonte: Elaboração Própria

Ainda na questão 1, a maioria dos entrevistados (81,7%) desconfia das informações emitidas pelo governo federal (Figura 2). Contudo, quando se trata dos governos estaduais, o nível de desconfiança reduz a praticamente a metade: 41% dos entrevistados. Em relação à mídia, apenas cerca de um terço (27,2%) desconfia das informações geradas por ela.

Figura 2- Confiança no governo federal



Fonte: Elaboração própria

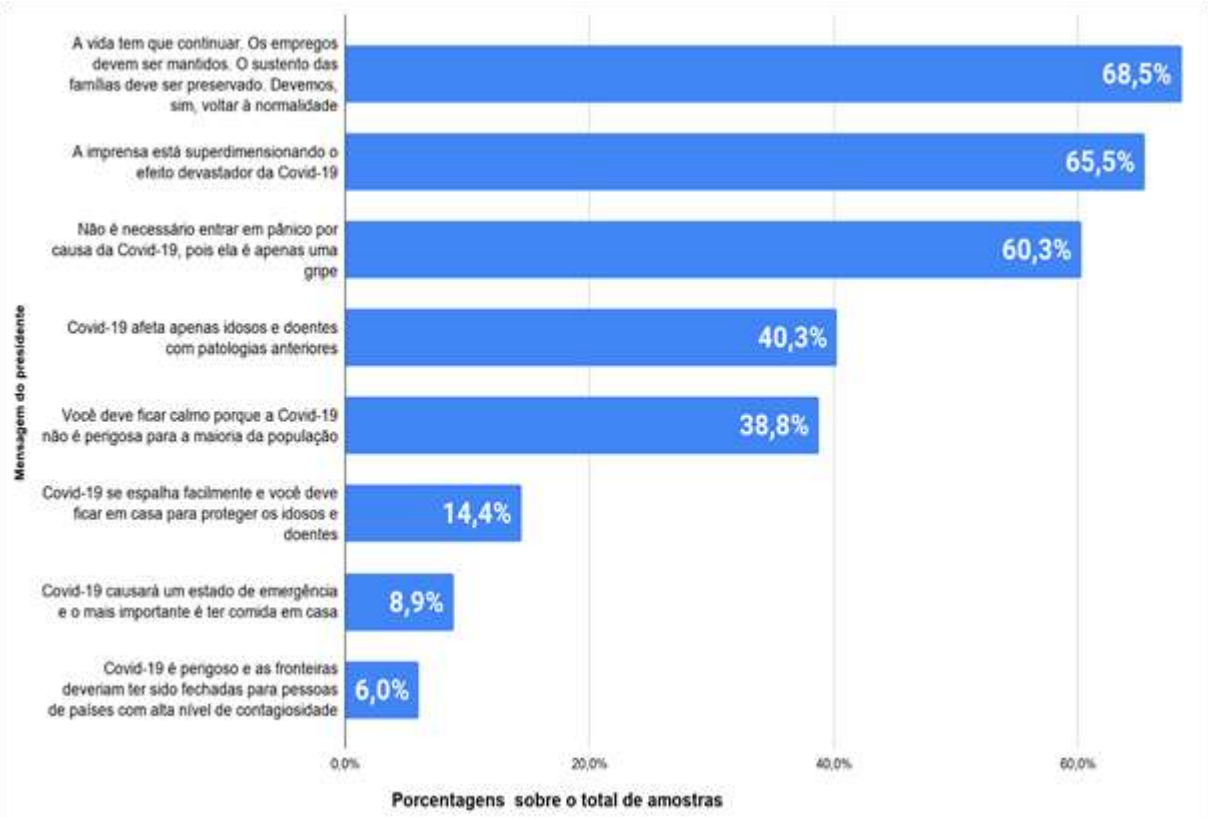
Já o nível de confiança nas informações divulgadas pela Organização Mundial da Saúde – OMS – é mais alto: 62% confiam fortemente (39% confia totalmente e 23% confia bastante), 16% indicam que confiam, 7% nem confia, nem desconfia, 5% desconfia das informações da OMS e 10% desconfia expressivamente (6% desconfia totalmente e 4% desconfia bastante).

Em **relação à questão 2,** relativa à percepção da resposta do governo à crise, os participantes, em sua maioria discordam que a comunicação governamental tenha sido clara e suficiente: 20% discordam e 58% discordam fortemente. Também discordam (14%) e discordam fortemente (65%) que a comunicação governamental tem revelado toda a verdade sobre a pandemia da Covid-19. Aliás, 48% dos entrevistados concordam plenamente ou apenas concordam (22%) que a comunicação governamental tem sido programada para determinados momentos de interesse do governo e que ela tem confundido a população brasileira (75%). Ainda na questão 2, ao serem questionados se a comunicação governamental tem sido confiável, 76% dos participantes discordam (46% totalmente, 15% discordam bastante e 15% discordam) desta afirmação.

3.4 AS FALAS DO PRESIDENTE IDENTIFICADAS NA PESQUISA

A **questão 3** do questionário aplicado para a pesquisa COM-Covid buscou identificar a percepção da população sobre as três principais mensagens emitidas pelo governo federal sobre a pandemia da Covid-19 (Figura 3).

Figura 3- Principais Mensagens do Presidente sobre a Covid-19



Fonte: Elaboração própria

Nesta questão, que permitia a múltipla resposta, os 866 respondentes afirmam que as três principais mensagens divulgadas pelo governo federal brasileiro são: 1) "A vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos. O sustento das famílias deve ser preservado, Devemos, sim, voltar à normalidade.", com 6208 menções, 68,5%; 2) "A imprensa está superdimensionando o efeito devastador da Covid-19", com 580 indicações, perfazendo 65,5%; e 3). "Não é necessário entrar em pânico por causa da Covid-19, pois ela é apenas uma gripe.", com 540 respostas, 60,3% dos participantes. As respostas escolhidas pelos entrevistados representam as declarações do presidente da República com maior repercussão na imprensa nacional até o período da coleta dos dados, em novembro de 2020.

CONSIDERAÇÕES

Em uma primeira análise dos dados quantitativos das três questões escolhidas para este artigo, o entendimento dos pesquisadores envolvidos está sintetizado a seguir:

1 - A preferência pelas mídias tradicionais:

1.1) é um reflexo das classes (A e B), que têm condições de estar em home office e, portanto, a televisão passa a ser o veículo bastante utilizado;

1.2) há o esforço dos veículos de comunicação com campanhas contra as fakes news e a importância do jornalismo para o acesso a informações verdadeiras;

1.3) as redes sociais, especialmente o Twitter, são o principal canal do presidente da república – não considerado pelos respondentes como confiável em sua comunicação acerca da pandemia.

2 - A percepção da resposta do governo à crise e às principais mensagens do governo sobre a pandemia é negativa, pois:

2.1) As declarações do presidente da República, minimizando os efeitos da Covid-19 em oposição aos dados estatísticos de contágios e óbitos no país, colaboraram para a falta de credibilidade e confiança no governo federal, transferindo-as para a mídia tradicional e outras fontes, como a Organização Mundial da Saúde;

2.2) a confiabilidade do governo estadual é maior do que a do federal, pois a amostra basicamente formada por gaúchos, baianos e paulistas remete aos seus respectivos governadores[4] , que demonstraram discordância no modo de administrar a crise da pandemia e, portanto, vem tomando medidas mais restritivas do que o governo federal no que diz respeito ao controle da Covid-19.

Face ao exposto e considerando que não foi realizada uma pesquisa com a área de comunicação da esfera federal para conhecer o seu planejamento de comunicação de crise, fica o indício de que o governo federal brasileiro tem se valido da mesma estratégia utilizada no período de campanha eleitoral de 2018: fake news e outras estratégias de desinformação como forma de tirar o foco daquilo que é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico do país. Assim, ações concretas para lidar com a pandemia e a definição e execução de políticas públicas para geração de empregos e movimentação da economia, por exemplo, são invisibilizadas por comentários e atitudes não condizentes ao gestor máximo de um país. Resta a reflexão dos profissionais de comunicação, além da perda de cidadãos brasileiros e da credibilidade e reputação do Brasil no cenário mundial, qual é a prática técnica e ética que verdadeiramente devemos impor em uma crise sanitária como a vivida com a pandemia da Covid-19.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Elizabeth. Comunicação Pública. XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Recife, setembro de 1998. Disponível em:

https://fasam.edu.br/wp-content/uploads/2020/07/Comunica%C3%A7%C3%A3o-P%C3%BAblica-Paper-Intercom.pdf. Acesso em: 29 mar. 2021.

FORNI, João José. Comunicação em tempos de crise. Entrevista ao jornalista Luiz Alberto de Farias para a Organicom, USP, ano 4, número 6, 2007/1. G1. 2021. Disponível em:

<https://g1.globo.com/bemestar/stories/2021/03/11/um-ano-de-pandemia-os-fatos-que-marcaram-a-crise-sanitaria-do-novo-coronavirus.ghtml/>. Acesso em: 11 mar. 2021.

MATTA, Camila Alves Rabello. A comunicação estratégica na gestão da comunicação de crise nas organizações e o papel do profissional de assessoria de imprensa. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) do Departamento de Ciências da Comunicação (DCC), Universidade Nova, Lisboa, PT, sob orientação de Graça Rocha Simões, em 14.Set.2017. Disponível em http://hdl.handle.net/10362/24217, acessado em 02.abr.2021.

MATIAS, Ana Mafalda Santos Portas. Texto apresentado ao VI Congresso Internacional de Investigación y Relaciones Públicas: Actas/coord. por Ana Belém Fernández Sputo, Francisco Garcia Garcia, 2010, ISBN 978-84938070-8-5, págs. 801 – 817 x

MORENO, Angeles. Confiança e mensagens sobre covid-19: experiências no Reino Unido, Itál e Espanha. EUPRERA, 20 mar. 201. Disponível em: <https://euprera.org/2021/01/20/trust-and-messaging-about-covid-19-experiences-in-uk-italy-and-spain/. Acesso em: 11 mar. 2021

NOVO CORONAVÍRUS. R7 (2020). Disponível em: <https://noticias.r7.com/saude/sem-vacina-ate-marco-brasil-pode-passar-pelo-que-europa-vive-hoje-02112020 >. Acesso em: 21 mar. 2021.

OMS. Comunicação eficaz com a mídia durante emergências de saúde pública – um manual da OMS. Título original: Effective Media Communication during Public Health Emergencies: a WHO Handbook, 2007. Tradução: Ministério da Saúde. Série A. Normas e Manuais Técnicos, 2009. Disponível em: <Saúde: http://www.saude.gov.br/bvs>. Acessado em: 3 mar. 2021.

OPAS. 2020. Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a covid-19 departamento de evidência e inteligência para ação em saúde. Disponível em: <http://www.paho.org/ish >. Acessado em: 29 mar. 2021.

PAINEL CORONAVÍRUS BRASIL. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br>. Acesso em: 29 mar. 2021.

TORQUATO, Francisco Gaudêncio. Marketing político e governamental: um roteiro para campanhas políticas e estratégias de comunicação. 1 ed. São Paulo, 1985.

ZÉMOR, P. A Comunicação Pública. Tradução e comentários de Elisabeth Brandão. In: MARTINS, Luiz (org.). Algumas Abordagens em Comunicação Pública. Brasília: Casa das Musas, 2003. p. 76-103.

NOTAS

Nota 1

Contabilizados brasileiros natos ou naturalizados, não houve diferenciação destas categorias no formulário da pesquisa. (N. dos A.).

Nota 2

A equipe brasileira de pesquisadores foi composta pelas professoras Andréia Silveira Athaydes (Faccat) e Andréa Oliveira dos Santos (Universidad de Girona/Espanha) que coordenaram a Seção Brasil e pelos professores José Antônio Meira da Rocha, Karen Cristina Kraemer Abreu, Lana D'Ávila Campanella (UFSM/FW) e Marcus Vinicius Bomfim (FECAP). Contou com o apoio de estudantes voluntários dos cursos de Comunicação Social da Ulbra e da UFSM/FW.

Nota 3

Síndrome Respiratória Aguda Grave

Nota 4

Matéria disponível em:

https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/03/29/em-carta-governadores-denunciam-autoridades-que-estimulam-motins.ghtml

Capítulo 8

10.37423/220205304

RICARDO STUCKERT: AS IMAGENS DE LULA

Camila Leite de Araujo — *Universidade Federal do Amazonas*

Érico Cardoso Lima — *Universidade Federal do Ceará*

Resumo: O presente artigo tem com objetivo avaliar o papel da fotografia como representação da memória política do Governo Lula. A metodologia escolhida foi a análise iconológica e iconográfica de quatro fotografias produzidas entre 2002 e 2017. Essas propostas metodológicas foram descritas por Erwin Panofsky e adaptadas às especificidades da linguagem fotográfica por Boris Kossoy (1999). A metodologia utilizada tem por objetivo fornecer material para melhor entender a imagem do ex-presidente Lula. Foi levando em consideração a história do fotojornalismo e seu estudo para entender melhor os fenómenos comunicacionais das imagens. Utiliza-se de referências iconográficas e iconológicas, tais como referências históricas para melhor contextualização dos fatos e entendimento do fenômeno político que Lula é protagonista

Palavras-chave: Fotojornalismo; Iconografia e Iconologia; Ricardo Stuckert; Lula.

INTRODUÇÃO SOBRE ICONOGRAFIA E ICONOLOGIA

Boris Kossoy (1999) dedicado à pesquisa documental e histórica da fotografia demonstrou a aplicabilidade das metodologias iconografia e iconologia para a análise fotográfica de modo a superar os limites plásticos das fotografias e permitir a recuperação de informações e dados históricos que as contextualizam.

Defende, portanto, que as fotografias carregam contextos implícitos que fogem de um olhar atento, já que a fotografia carrega limites linguísticos e cuja memória depende de uma dimensão para além do registro do visível.

Nesse sentido, para o autor, a iconografia e a iconologia se apresentam como duas metodologias que permitem "decifrar [...] informações explícitas e implícitas no documento fotográfico". (UNFRIED, 2014, p.04). Essas análises visam permitir a recuperação de diferentes camadas de significação.

A leitura iconográfica é responsável pela reconstituição dos elementos visíveis que compõem a imagem fotográfica; situam-se no nível imagético. Ou seja, a reflexão parte do conteúdo imagético, mas reconhece que esta dimensão é insuficiente na apreensão das informações dos contextos sociais e históricos.

Assim, Kossoy (2001) refere-se a análise iconográfica como uma segunda realidade, ou seja, a realidade do documento, criada a partir de um ponto de vista do autor da imagem e eternizado pelo instante em que o obturador foi acionado. O instante fotográfico permite recuperar dados preciosos para a reconstituição da memória e da história.

A leitura iconológica refere-se de um aprofundamento investigativo pós-iconográfico para a recuperação das informações históricas e invisíveis a imagem fotográfica. Vai "além da evidência documental" (Kossoy, 2007, p.55). Permite "desvendar a trama histórica e social da imagem, bem como avaliar sua dimensão cultural e ideológica". (UNFRIED, 2014, p.05) É o que o autor denomina de realidade interior da imagem, ou primeira realidade, aquela que se refere ao contexto histórico antes e independente do "clique fotográfico".

A adaptação à fotografia dos conceitos de iconografia e iconologia, assim como às instruções sobre a investigação histórica da fotografia por Boris Kossoy, o presente trabalho apresentará a aplicação desses conceitos às fotografias de Ricardo Stuckert durante os dois mandatos do ex-presidente Lula nos anos de 2003 até 2010.

RICARDO STUCKERT

Ricardo Stuckert é um fotógrafo brasiliense, filho do também fotógrafo Roberto Stuckert. Stuckão, como era conhecido o pai, foi fotógrafo do ex-presidente João Figueiredo e sua família conta com uma longa linha de fotógrafos, incluindo seu bisavô, que chegou ao Brasil já fotógrafo, vindo da Alemanha. Começou a trabalhar para o jornal O Globo ainda com 19 anos, passando pelas revistas Caras, Veja e IstoÉ, onde, a pedido desta última, fez uma cobertura das eleições presidenciais sendo finalista do Prêmio Esso de Jornalismo no ano de 2002. Fotografou diversos presidentes, incluindo o ex-presidente Lula, já como fotógrafo oficial do Planalto. (ROCHA, 2004)

Lula e Ricardo Stuckert se conheceram durante uma reportagem feita pela Revista IstoÉ, em 2001, durante a corrida presidencial. Lula, depois de muito negar o ensaio, aceitou o pedido e a fotografia exposta na Figura 1 foi feita. O ex-presidente gostou da abordagem e do estilo das fotos de Stuckert e o convidou para ser fotógrafo oficial da presidência (GONÇALVES, 2009).

Uma reformulação de sua imagem era necessária, o discurso verbal era insuficiente. A foto entrevista feita por Ricardo Stucket para revista IstoÉ (BULHÕES, p. 151, 2019) criou uma áurea de simplicidade e aproximação social. A cachorrinha Michelle é da raça Schnauzer, que, segundo estudos publicados no livro *Miniature Schnauzers: Everything about Purchase, Care, Nutrition, and Behavior* escrito pela PhD Karla S. Rough (2009), a raça é dócil, de fácil convivência e brincalhão. Comparando isso com a imagem que Lula desejava construir na época, depois de anos de derrotas eleitorais para partidos de direita, colabora com a transformação visual e criação imagética. O fato de estar de terno, usando um relógio de pulso e abraçando sua cachorrinha Michele sobre a cabeça criam uma mensagem visual de renovação. Ainda nesse comparativo, podemos interpretar a partir da ideia de Cesare Ripa de Iconografia, publicado em seu livro homônimo, que a representação se trataria de subjetividades, virtudes, vícios, sentimentos e paixões humanas (UNFRIED, 2014), e a subjetividade dessa imagem nos permite comparar a fisionomia da raça Schnauzer com a de Lula.

As características marcantes, como o bigode e a barba se dão da sua origem biológica, através o cruzamento entre Poodles e Affenpinschers tornando-os mais suscetíveis ao convívio doméstico. Já no período de renovação política de Lula (ALMEIDA apud ANTONIUTI, 2004.), onde o ex-presidente começa a valorizar mais o emocional do que o racional, e dar ênfase às soluções sobre problemas sociais em detrimento dos problemas econômicos.

No perfil pessoal do Instagram o fotógrafo se apresenta: *"Ricardo Stuckert Fotógrafo/brazilian photographer / Diretor de fotografia do documentário Democracia em Vertigem"*. O documentário Democracia em Vertigem foi organizado e roteirizado pela cineasta brasileira Petra Costa, também conhecida pelo filme Elena, de 2007.

O documentário narra a trajetória do impeachment contra a ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff. O documentário foi indicado ao Oscar da categoria, perdendo para o documentário de Steven Bognar; Julia Reichert, *American Factory*. Contando com filmagens exclusivas de Lula e Dilma nos últimos dias de mandato dele e nos primeiros dias de mandato dela. Seu perfil da rede social abrange parte dos seus projetos, como a vez que foi fotógrafo oficial da seleção brasileira, trabalhos foto documental com os indígenas, fotografias de famosos como Chico Buarque, Claudia Leite, o ex-ministro de Lula, retratos de personalidades como Gilberto Gil, o ex-presidente Uruguaio Pepe Mujica, fora as imagens comuns da rede social, como *selfies*, fotografias em família, etc. O perfil tem aproximadamente 107 mil seguidores.

A fotografia exerce um papel fundamental na forma em que a política se transporta. Para Mauad (2013), o fotojornalismo cumpre o papel de tornar público um evento atribuindo-o importância social ao dar visibilidade às disputas de poder e, assim, cumprindo função política. Ou seja, a fotografia de Ricardo Stuckert é um instrumento político, sobre a forma como ele vê o mundo e a divulgação dessa forma de ver.

LULA

Luiz Inácio Lula da Silva foi o trigésimo quinto presidente do Brasil, eleito em 2002 com 52.793.364 de votos. Pernambucano de Caetés, mudou-se para o Estado de São Paulo ainda criança, aos seis anos. Seus pais eram lavradores e passaram 13 dias em um "pau-de-arara" no percurso de migração para Guarujá. Alfabetizou-se em uma escola estadual onde concluiu o ensino fundamental (FRAZÃO, 2020).

Em 1956 foi morar na Capital, e, aos 12 anos, conseguiu seu primeiro emprego em uma tinturaria; aos 14 conseguiu sua carteira assinada. Mais tarde fez o curso de toureiro mecânico no Senai - Serviço

Nacional da Indústria - e torna-se metalúrgico. A crise causada pelo Golpe Civil-Militar de 1964 fez com que passasse por diversos empregos, até que se estabeleceu nas Indústrias Villares localizada no ABC Paulista, uma das principais metalúrgicas do país (FRAZÃO, 2020).

Seu contato com o sindicalismo se deu por intermédio de seu irmão, Frei Chico e, em 1969, foi eleito suplente da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo dos Campos e Diadema. Na eleição seguinte, em 1972, foi primeiro-secretário e em 1975 foi eleito Presidente do sindicato com 92% dos votos (FRAZÃO, 2020).

Segundo o autor, sua exímia liderança e capacidade de negociação deu uma nova face ao sindicalismo brasileiro, o que fez com que fosse reeleito com 98% dos votos em 1978. Liderou a primeira greve operária ao início da ditadura militar. Levou 170 mil metalúrgicos a aderir à greve mesmo com todo o aparato militar então presente.

No ano seguinte, em 1980, foi fundado o Partido dos Trabalhadores (PT), o qual foi presidente até 1988 e depois de 1990 até 1994. No mesmo ano da criação do Partido, durante uma greve, Lula e outros dirigentes foram presos mediante a Lei de Segurança Nacional. Foram 31 dias preso (FRAZÃO, 2020).

Foi membro fundador da CUT – Central Única dos Trabalhadores – e, em 1984, participou ativamente das manifestações pelas “Diretas Já”. Em 1986 foi eleito Deputado Federal com 650.134 votos. Disputou a eleição presidencial em 1989, mas não ganhou por uma pequena margem de votos; dois anos depois liderou a mobilização nacional pelo *impeachment* de Fernando Collor de Melo. Disputou novamente em 1994, perdeu em primeiro turno para Fernando Henrique Cardoso; em 1998 foi para segundo turno, mas também foi derrotado por FHC. Em 2002, depois de uma campanha promissora e a venda da imagem “Lula paz e amor” (ZANINI, 2002), Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito Presidente da República com 52.793.364 votos. Seu vice era José Alencar, do PL de Minas Gerais (FRAZÃO, 2020).

Por toda a ditadura, Lula acabou criando uma imagem de revolucionário. Quando preso, seu discurso ainda continuava radical, rejeitava diálogo e prometia oposição implacável, segundo artigo publicado pelo Senado Federal (1998). Sua aparência era largada, sua barba grossa e bagunçada, seu cabelo, mal cortado. Sua fala, carregada de marcas de iletrados era totalmente diferente dos presidentes prévios, onde um utilizava-se de um português mais formal, como o de Fernando Collor de Melo, que avia se formado em Paris e já tinha um grande currículo de estudos antes disso. A credibilidade desses presidentes estava abalada pelos escândalos de corrupção que assolavam o país, o grande número de desempregados como o exemplo do deputado Ronivon Santiago, que afirmou ter vendido seu voto na

"emenda da reeleição" por R$ 200 mil (RODRIGUES, 1997). Mas, ainda sim, era muito difícil para a democracia burguesa brasileira aceitar com que um ex-metalúrgico se tornasse Presidente.

Para que Lula fosse eleito e aceito pelos empresários, por parte dos eleitores mais conservadores, pelos meios de comunicação e pelas instituições financeiras foi necessário a ressignificação da imagem de Lula, de um homem "revolucionário" para alguém um político progressista com tendências políticas de centro esquerda. O Partido dos Trabalhadores enfrentava um enorme desafio pela frente. Em seus 20 anos de existência, nunca havia ganhado tantas eleições como no ano 2000 e tampouco estava tão perto de ganhar a presidência (ANTONIUTTI, 2004).

Em 1987, ocorre o 5º Encontro Nacional do partido, onde constata-se que o capitalismo brasileiro se desenvolveu sem mudanças na estrutura agrária. Ou seja, o Encontro delimitou aí uma promessa de reforma agrária (anti-latifundiária), anti-monopolista e anti-imperialista. Foi colocado como meta a tomar o poder político, para que, assim, possa ser feito a construção do socialismo, um dos pontos principais do Encontro Nacional do partido em 1987. Nos anos seguintes, o PT se viu em face de derrotas políticas e precisou de uma mudança. Mudou a ênfase da ocupação do Estado pela classe proletária e propôs uma profunda transformação social. (ANTONIUTTI, 2004). Isso também envolveria não somente a forma como Lula se portaria em seu discurso falado, mas também em seu discurso visual.

As imagens feitas durante os anos 2001 a 2002, durante os quais Lula concorria a presidência, auxiliaram na construção da imagem daquele quem ficaria conhecido como chamou de "Lula paz e amor", segundo Zanini (2018), mas que ganhou a forma que conhecemos hoje através dos trabalhos de Stuckert.

As imagens de Ricardo Stuckert foram primordiais para o registro fotográfico de suas viagens pelo país, da sua vida política durante os dois mandatos da presidência e a corrida eleitoral de 2006. Para Bourdieu (1989, p.10), "as ideologias servem a interesses particulares que tendem a se apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo". Assim, acreditamos que o fotógrafo é chamado para ser uma espécie de capturador visual, ou "testemunha ocular" (MUAUD, 2013, p.177), e como o ato testemunhado está gravado para sempre pelas lentes, torna-se um registro histórico.

Historicamente, o Nordeste sofre com o descaso governamental. Segundo Rocha (2004), o pobre sofria mais em detrimento do rico. Seu estudo fez o comparativo com 1981, e em 2001, o pobre que trabalhava e estudava subiu aproximadamente 1,4% e a taxa de informalidade passou de 33,1% em

1981 para 52,0% em 2001. O Nordeste e a zona rural de Minas Gerais se mostraram mais atingidos pela problemática,

> Neste sentido, o diferencial entre áreas se agrava, em particular entre as metrópoles mais dinâmicas, como São Paulo e Rio de Janeiro, e as áreas mais rurais mais pobres, no Nordeste e em Minas Gerais. Aumentam, assim, os desequilíbrios entre o urbano e o rural durante o período de crescimento econômico forte. (ROCHA, 2004, p.04).

Por conta disso, quando Lula iniciou sua campanha para a presidência em 2002 focou-se em uma diferenciação entre a economia e o social. Enquanto os outros presidenciáveis falavam apenas de melhorias da economia, Lula desenvolvia um diálogo com o povo mais pobre. O trabalho de Stuckert reforçou por meio das imagens a fé e o carinho que os nordestinos tinham e, muitos ainda têm, pelo Lula.

ANÁLISE FOTOGRÁFICA: ICONOGRAFIA E ICONOLOGIA APLICADA

Figura 2: Lula por Ricardo Stuckert, 2012, Bahia. Figura 3: Lula em Barbalha por Ricardo Stuckert, 2016

A Figura 2 pode ser analisada iconograficamente levando em consideração seus três planos. No último, o céu azul de nuvens brancas e bem desenhadas que lembram pinturas renascentistas em que o céu aparece representado e que pequenos querubins aparecem por entre as nuvens ao observar os homens na terra. No segundo plano vemos uma multidão de rostos de homens, mulheres e crianças comuns. Em primeiro plano, o corpo de jovem Everton, retratado acima dos corpos da população, sorrindo, suas mãos gentis, uma tocando no rosto de lula e a outra abraçando a cabeça do homem que o segura.

Assim, em primeiro plano um triangulo de rostos, que cria um diálogo, um movimento, de olhares, de mãos, de abraços. O pai que carrega o filho nas costas. Ele com uma mão abraça a cabeça do pai, com a outra toca o rosto de Lula com afeto. Lula sorri e está de mãos dadas com o pai de Everton. A imagem, parece remeter, até mesmo pelo movimento diagonal do gesto que ele vem dos céus para abençoar o personagem histórico Lula e sua união com o nordestino, simbolizada pela união das mãos dadas. Lula com o rosto voltado para o céu, molhado de calor, mas com o rosto limpo e com o sorriso e o olhar entregues a Everton. As cores da imagem são muito vivas e contrastadas

Essa imagem representa o contato entre os dois extremos do país, o poder do presidente da república e a camada mais pobre da sociedade. O menino Everton representa as esperanças de um povo de um futuro melhor na mudança política.

A Figura 3, imagem feita a partir de uma grande angular, apresenta Lula em primeiro plano. De costas para a lente de Stuart, o rosto de Lula nos é escondido. Mas sabemos quem é. Ele abraça e é abraçado pelas pessoas que preenchem o segundo plano da foto. A objetiva grande angular permite nitidez do primeiro ao ultimo plano do enquadramento. Elementos do extraquadro e o preto em branco parecem nos indicar que são centenas de pessoas. Uma massa viva e gigante de pessoas simples, de nordestinos. Historicamente negligenciados pelo poder político, querem demonstrar a gratidão e o afeto pela personalidade de Lula, também de origem humilde do interior do nordeste.

Mãos trabalhadoras o tocam e abraçam-no e agarram-no. As mãos dele desaparecem abraçando a população. O fato da face dele estar ausente da imagem, abre espaço para que sejam vistos vários rostos, todos nítidos, todos importantes, expressões para serem vistas e interpretadas. Um retrato coletivo de homens e mulheres, jovens e velhos, muitos sorrindo, alguns o beijam e todos o acolhem. É como se o abraço envolvesse toda a multidão da fotografia. A emoção no rosto de cada uma dessas pessoas que aparecem na imagem não esconde a força do encontro.

Iconologicamente contextualizamos feitas no interior do nordeste do país, região marcada pela miséria e pela falta de incentivos. O trabalho de Lula como presidente gerou uma mudança significativa no PIB:

> O crescimento do PIB em 2004 (5,7%, depois de apenas 1,1% no ano anterior) iniciou uma sequência de cinco anos positivos. Neste período, o dinamismo da economia, ainda que longe dos patamares observados nos anos 1960 e 1970, teve a maior média em mais de duas décadas, atingindo 4,8%. Considerando-se todo o governo Lula, já incluídos o ano de crise de 2009 (queda de 0,3% do PIB) e a recuperação em 2010 (7,5%), essa média fica em torno de 4,1%. (BIANCARELLI, 2014, p.275)

Ainda mais, podemos ver uma diminuição de 28,1% para 15,3% de famílias que vivem abaixo da linha da pobreza entre os anos de 2003 e 2009 (BIANCARELLI, 2014).

Lula foi fazer a campanha para o PAC, sigla para Programa de Aceleração do Crescimento. Um dos grandes projetos da campanha do petista, o programa seria responsável pela geração de milhares de empregos diretos e indiretos, assim como trazer tecnologia e avanços para cidades capitais e interioranas (BIANCARELLI, 2014). O presidente se encontrou com diversos eleitores, muitos deles estavam sendo ouvidos pela primeira vez em toda a vida política. Lula, como líder populista,

proporcionou para as classes mais baixa o que mais ansiavam: serem escutados. Criou programas como o Bolsa Família e Fome Zero, transformou o sistema de financiamento estudantil de governos anteriores no FIES e depois criou o ProUni, ajudando a longo prazo a movimentação social de pessoas de baixa renda que antes não teriam acesso à educação superior (BIANCARELLI, 2014).

No Governo Lula, o IDH (índice de desenvolvimento humano) brasileiro aumentou consideravelmente (COSTAS, 2016): passou 0,649 (2000) para 0,755 (2016), a comparação é feita com o governo anterior, do neoliberal Fernando Henrique Cardoso. A pesquisa considera indicadores como a esperança de vida ao nascer, renda *per capta*, expectativa de vida e anos de estudo. Programas como o Bolsa Família diminuíram o índice de pobreza extrema que o Brasil fazia parte em cerca de 25%. A pesquisa divulgada pelo site Exame, realizada pela Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), apontou que 3.4 milhões de pessoas saíram da pobreza extrema e 3.2 milhões saíram da linha da pobreza (COSTA, 2019)

Lula, então, colheu os frutos nos números: ao final de seu governo, contava com aprovação de 87% (BONIN, 2010) e, por isso, foi capaz de eleger sua sucessora Dilma Roussef. A popularidade de Lula pode se explicar pelos indicadores econômicos. A alta dos *commodities* (RODRIGUES, 2015) somado com uma boa administração econômica, investimentos nas mais diversas áreas e diminuição das diferenças sociais trouxe para toda a população crescimento e enriquecimento. Lula, como as imagens nos mostram estava nos braços do povo.

Figura 4: Lula e Marisa

Figura 5: Sindicato dos Metalurgicos, abril de 2018

A Figura 4, publicada em fevereiro de 2017, época do falecimento da ex-primeira dama Dona Marisa Letícia Lula da Silva. A imagem é dividida ao meio, de forma não centralizada por um espelho. Nos permitindo em uma imagem, dois pontos de vista do casal Dona Marisa e Lula. A cumplicidade dos olhares, e dos sorrisos. O afeto dos rostos que se tocam.

Trouxe o seguinte texto escrito por Stuckert:

> Esta foto é sobre 43 anos de companheirismo, sobre família, sobre a falta que você irá fazer, sobre como vamos aprender a viver com a sua ausência. É sobre ser humano. É sobre uma história que foi construída por toda uma vida e gerou frutos. E, definitivamente, é sobre amar. Sobre amarmos sempre mais. Especialmente uns aos outros.

Para explicar o contexto iconológico dessa publicação, que envolve imagem e legenda, vamos comentar alguns comentários que ela recebeu pela plataforma do Instagram, na qual foi feita a publicação. Muitos comentários que elogiam trabalho sensível e poético do fotógrafo. Outros enviam recados de força e fé à família e ao Lula. Outros ainda, ressaltam que não acham que Lula fez bem ao país, mas ressaltam que esse é um momento de demonstração de respeito ao luto e a dor do homem Lula. Um comentário nos chama mais atenção para a polaridade política que tomou de conta do país:

> Então eu digo, enfiem o discurso de ódio, a raiva, a sua ignorância onde bem entenderem. Me poupe!Se poupe!Nos poupe! Dona marisa te amamos.P.S. - Me parece que foi o que fizeram com a panelas, pois não vejo nenhum bate panela contra o governo temer, apenas um legião de mau agradecidos, que ainda não estudaram história do Brasil, servindo de massa de manobra para os cultos que trabalham a seu próprio favor.[2]

A Figura 5, mostra Lula vestido com uma blusa preta, com flores nas mão, em uma imagem preto e branco, carregado e cercado por uma multidão. Cartazes, bandeiras, bonês remetem às lutas ligadas à história do Lula. Ele sorri, muitos parecem chorar.

O contexto iconológico da Figura 5, em que Lula aparece carregado por uma multidão em frente ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo. Mostra o fim da madrugada marcada pelo encontro e de uma multidão, dentre eles, militantes, artistas, religiosos e políticos de diversos partidos, que permaneceram em vigília e queriam demonstrar apoio a Lula por considerarem a ordem de prisão expedida pelo juiz Sérgio Moro um ato político para impedi-lo de participar das eleições de 2018.

Dentre muitos comentários emocionado, um nos chama mais atenção: “Sabe aquele aperto no coração, quando a gente perde alguém querido, é isso que eu estou sentindo!!! Obrigado Lula, amanhã serei doutor e você é dono da metade desse diploma!!!”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A popularidade de Lula marcou seu mandato. Seu carisma, capacidade de fala e engajamento político marcam a história desse homem que se confunde com a história do país. O metalúrgico do ABC Paulista se transformou em um dos maiores líderes democráticos da esquerda-liberal do mundo. A proposta econômica implementada por sua equipe beneficiou não somente a parte mais baixa da

sociedade, como também aumentou a alta-burguesia e instituições financeiras. Sua forma de liderança transformou o Brasil entre as maiores potências do mundo, sendo respeitada e engajando-se economicamente.

A fotografia tem parte fundamental na luta para que a história não seja contada apenas pelos conglomerados midiáticos que se engajaram em destruir a reputação de Lula. E em grande parte conseguiram. Mas essas imagens registram para a posteridade a história e o governo de Lula. Luta essa documentada com maestria pelo Ricardo Stuckert.

No artigo analisamos cinco imagens, entre fotografias de Ricardo Stuckert sobre a conexão entre Lula e população. A leitura iconográfica aliada a iconológica nos permite pensar as narrativas imagéticas e seus contextos sociais e históricos.

REFERÊNCIAS

ANTONIUTTI, C.L. DE OPERÁRIO A PRESIDENTE: a imagem política de lula no horário eleitoral da televisão nas campanhas presidências 1989 e 2002. 2004. Dissertação (Mestrado em Jornalismo), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

AVANCINI, A. J. A expansão do fotojornalismo. Revista Extraprensa, [s.l.], v. 11, n. 1, p. 241, 29 dez. 2017

AZEVEDO, R. Mas, afinal de contas, quem criou o Bolsa Família? Resposta: foi FHC! Afirmar que foi Lula é fraudar a história. 2017. Disponível em: https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/mas-afinal-de-contas-quem-criou-o-bolsa-familia-resposta-foi-fhc-afirmar-que-foi-lula-e-fraudar-a-historia/. Acesso em: 07 jun. 2020.

BENJAMIN, W. A Obra de Arte na Era de Sua Reprodutibilidade Técnica. Porto Alegre: L&pm, 1935.

BONIN, R. Popularidade de Lula bate recorde e chega a 87%, diz Ibope. 2010. Disponível em: http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html. Acesso em: 07 jun. 2020.

BUITONI, D.S. Fotografia e jornalismo: a informação pela imagem. São Paulo: Saraiva, 2011.

BULHÕES, T. S. LULA BEM NA FOTO: a construção da imagem pública e propaganda política do presidente nas fotografias de ricado stuckert (2003-2010). Tese (Doutorado) - Curso de História, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2019.

BIANCARELLI, André M.. A Era Lula e sua questão econômica principal crescimento, mercado interno e distribuição de renda. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, [S.L.], n. 58, p. 263-288, 30 maio 2014. Universidade de Sao Paulo, Agencia USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901x.v0i58p263-288.

Confira os fatos que marcaram a economia no ano de 2009. Gaveta do Povo, 2009. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/economia/confira-os-fatos-que-marcaram-a-economia-no-ano-de-2009-c2os85ke4tpmxtj98tp6z8tou/. Acesso em: 13 dez. 2009.

COSTA, G. Bolsa Família reduziu em 25% a taxa de extrema pobreza, aponta Ipea. 2019. Disponível em: https://exame.com/economia/bolsa-familia-reduziu-25-da-taxa-de-extrema-pobreza-aponta-ipea/. Acesso em: 07 jun. 2020.

COSTAS, R. O legado dos 13 anos do PT no poder em seis indicadores internacionais. 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/05/160505_legado_pt_ru. Acesso em: 07 jun. 2020

ESSE é o cara. Eu adoro esse cara, disse Obama a Lula no G20. YouTube, 2009. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hwqle2t9C4c. Acesso em: 07 jun. 2020.

FRAZÃO, D. Fernando Henrique Cardoso: ex-presidente do brasil e sociólogo. Ex-presidente do Brasil e sociólogo. 2019. Disponível em: https://www.ebiografia.com/fernando_henrique_cardoso/. Acesso em: 15 set. 2020.

_____. Luiz Inácio Lula da Silva: ex-presidente do brasil. Ex-presidente do Brasil. 2020. Disponível em: https://www.ebiografia.com/luiz_inacio_lula_silva/. Acesso em: 15 set. 2020.

ROCHA, L. Clique no Presidente: as lentes do fotógrafo ricardo stuckert transformam em livro. 2004. Disponível em: https://istoe.com.br/25267_CLIQUE+NO+PRESIDENTE/. Acesso em: 15 set. 2020.

FUKS, R. Quadro Operários, de Tarsila do Amaral. Disponível em:

https://www.culturagenial.com/quadro-operarios-de-tarsila-do-amaral/. Acesso em: 15 set. 2020.

GONÇALVES, A. Tal pai, tal filho em: https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/tal-pai-tal-filho-bfu221wkfnyepyd2zqvkohphq/. Acesso em: 15 set. 2020.

KOSSOY, B. Os Tempos da Fotografia: o efêmero e o perpétuo. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

_____. Realidades e ficções na trama fotográfica. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.

MICHELANGELO. Criação de Adão. Circa 1511. 1 original de arte, fresco, 280 x 570 cm. Capela Cistina.

Lula, 39%; Bolsonaro, 19%; Marina, 8%; Alckmin, 6%; Ciro, 5%. Pesquisa Datafolha ,2018. Disponível em:

https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/22/pesquisa-datafolha-lula-39-bolsonaro-19-marina-8-alckmin-6-ciro-5.ghtml. Acesso em: 07 jun. 2020.

Lula diz que missão é garantir café, almoço e jantar para brasileiros. Folha Online, 2003. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44218.shtml. Acesso em: 15 set. 2020.

Lula rejeita diálogo e promete oposição implacável. 1998. Senado Federal. Disponível em:https://www.senado.gov.br/noticias/OpiniaoPublica/inc/senamidia/historico/1998/10/zn10093.htm. Acesso em: 15 set. 2020.

PIB dos EUA fecha 2009 com queda de 2,4%, a maior desde 1946. G1, 2010. Disponível em:http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1468434-9356,00-PIB+DOS+EUA+FECHA+COM+QUEDA+DE+A+MAIOR+DESDE.html. Acesso em: 29 jan. 2010.

STUCKERT, R. Lula e cadela Michele para IstoÉ. 2001. Fotografia. Disponível em: https://adocaobh.blogspot.com/2010/11/cadela-michelle-do-lula-e-o-cao-nego-de.html. Acesso em: 10 nov. 2010.

_____. Lula com jovem Everton. 2006. Fotografia. Disponível em:

https://botekovermelho.blogspot.com/2010/12/garoto-simbolo-da-reeleicao-de-lula-diz.html. Acesso em: 10 nov. 2010.

_____. Lula na multidão. [S.D]. Fotografia. Disponível em:

https://www.instagram.com/p/B4lga8wFKB9/. Acesso em: 10 nov. 2010.

_____. Lula em um comício. 2017. Fotografia. Disponível em: https://ptnosenado.org.br/lula-insiste-depoimento-ao-vivo-garante-transparencia-e-respeito-a-sociedade/. Acesso em: 10 nov. 2010.

RODRIGUES, M. Por que o Brasil surfou na onda das commodities? 2015. Disponível em: https://exame.com/economia/por-que-o-brasil-surfou-na-onda-das-commodities/. Acesso em: 07 jun. 2020.

RODRIGUES, F. Deputado diz que vendeu seu voto a favor da reeleição por R$ 200 mil. 1997. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/marcos_do_jornalismo-01a.shtml. Acesso em: 15 set. 2020.

ROUILLÉ, A. A fotografia: Entre o documento e a arte contemporânea. São Paulo: Senac, 2009.

RUGH, K. S. Miniature Schnauzers: everything about purchase, care, nutrition, and behavior. [S.I.]: Barron's, 2009.

SILVA JUNIOR, J. A.; QUEIROGA, E. Fotojornalismo colaborativo em tempo de convergência. Brazilian Journalism Research, [s.l.], v. 6, n. 2, p. 103-119, 9 jan. 2016.

SOBRE O PAC. Governo Federal, Disponível em: http://pac.gov.br/sobre-o-pac. Acesso em: 15 jul. 2020

SOUSA, J.P. Elementos de jornalismo impresso. Curso de Jornalismo, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2001.

_____. Uma História Crítica do Fotojornalismo Ocidental. Porto: Argos, 2004.

_____. Teorias da Notícia e do Jornalismo. Florianópolis: Argos, 2002.

TALBOT, G. Censorship in Fascist Italy, 1922-43: policies, procedures and protagonists. Londres: Palgrave Macmillan Uk, 2007.

UNFRIED, R. A. R. O uso da iconografia para a análise de fotografia e recuperação da história de Londirna. Encontro Nacional de Pesquisa em Comunicação e Imagem – ENCOI. 24 e 25 de Novembro, 2014. Londrina Paraná.

VELOSO, F. A.; VILLELA, A.; G. Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. Revista Brasileira de Economia, [s.l.], v. 62, n. 2, p. 1-1, jun. 2008.

ZANINI, F. 2002: Lula vira paz e amor, conquista o mercado e finalmente chega lá. Folha Online, 2002. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/2002-lula-vira-paz-e-amor-conquista-o-mercado-e-finalmente-chega-la.shtml. Acesso em: 10 out. 2018.

Capítulo 9

10.37423/220205308

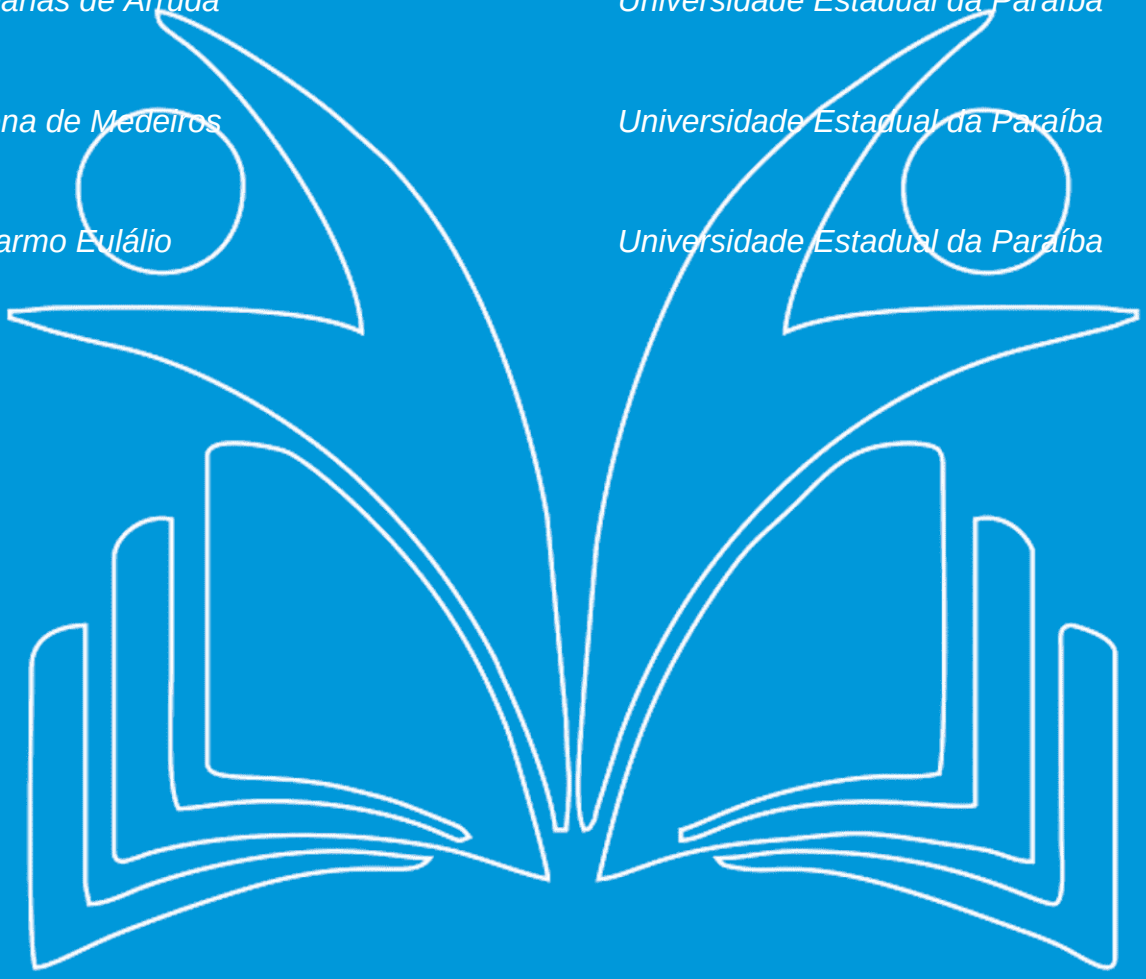
ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO DO ENVELHECIMENTO HUMANO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA.

Victória Maria de Freitas Nunes — *Universidade Estadual da Paraíba*

Leonardo Farias de Arruda — *Universidade Estadual da Paraíba*

Jéssyka Sena de Medeiros — *Universidade Estadual da Paraíba*

Maria do Carmo Eulálio — *Universidade Estadual da Paraíba*



Resumo: Constata-se um crescimento acentuado da população idosa, principalmente os mais longevos, evidenciando o padrão populacional mundial modificado e a expectativa de vida aumentada. A pessoa idosa e o desenvolvimento na velhice pode ser entendido a partir de diversos aspectos, entre os quais cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. Os recursos de difusão científica se apresentam como um possível caminho para ter acesso à produção de conhecimento científico sobre o processo de envelhecimento. Sabe-se que o envelhecimento populacional abre espaço para novas formas de investigação que vão influir na qualidade de vida no envelhecer. Neste estudo realizou-se uma revisão integrativa de literatura, objetivando compreender quais aspectos do desenvolvimento do envelhecimento têm sido mais abordados na revista de gerontologia Kairós no período de 2014 a 2018. Foram encontrados 33 artigos que continham a palavra desenvolvimento, quer seja no título, resumo ou palavras-chave, desses foram selecionados nove para serem lidos na íntegra. Da análise, emergiram duas categorias que descrevem os aspectos abordados do desenvolvimento: 1) *aspectos relacionados a fatores psicológicos; 2) aspectos relacionados a fatores sociais.* O envelhecimento é considerado como uma etapa de continuidade do desenvolvimento humano e de produção social, cognitiva e cultural, apresentando novas conquistas e possibilidade de desenvolvimento das potencialidades da pessoa idosa.

Palavras-chave: Envelhecimento, Desenvolvimento, Idoso, Gerontologia.

INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Mundial da Saúde (2005), a saúde é definida como "um completo estado de bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou enfermidade". Nesse sentido, a saúde é concebida numa esfera muito mais ampla do que a ausência de doença, mas está ligada diretamente a uma concepção bem mais ampla, como à educação, trabalho, esporte, lazer e alimentação, de forma que seja possível "a adoção de outros princípios norteadores capazes de auxiliar na necessária reorganização do modelo de atenção à saúde, ainda voltado às ações curativas e assistenciais" (BATISTELLA, 2007).

Em conformidade com este olhar multidimensional da saúde, Belloch e Olabarria (1993) afirmam que a premissa fundamental para a noção do ser humano, enquanto mente e corpo juntos, é que qualquer resultado de saúde ou de doença é consequência da interação de fatores biológicos, psicológicos e sociais. Assim, compreende-se o ser humano como um ser biopsicossocial, bem como as fases que constituem sua vida: infância, adolescência, idade adulta e velhice.

Nos últimos anos, têm se observado um crescimento mais elevado da população idosa em comparação com outros grupos etários. De forma mais específica, percebe-se um aumento das pessoas com mais de 80 anos, demonstrando que a população idosa tem envelhecido cada vez mais e a composição etária do próprio grupo tem se diversificado. (CAMARANO, 2002). Além disso, Organização Mundial da Saúde (2005) informa que está crescendo o número de pessoas com 60 anos ou mais de forma mais rápida do que o de qualquer outra faixa etária em todo o mundo, como também que o Brasil será o sexto país em número de idosos até 2025.

Considerando o envelhecimento populacional, o estudo acerca das questões relacionadas ao envelhecimento humano tem se tornado de urgente e de extrema importância, assim, faz-se necessário receber mais atenção e ser devidamente explorado. No entanto, só é possível compreender o envelhecimento a partir da relação que é estabelecida entre os diferentes aspectos biológicos, cronológicos, psicológicos e sociais (SCHNEIDER e IRIGARAY, 2008).

Um possível caminho para a compreensão deste processo pode ser visto pelos recursos de difusão no meio acadêmico, tendo em vista que os meios de comunicação constituem uma poderosa fonte de influência sobre a sociedade em vários aspectos e que é o processo de troca de experiências a fim de que se torne patrimônio comum (AKIRA e MARQUES, 2009). Outrossim, a mídia, como importante fonte de informação, afeta diretamente as representações sociais dos indivíduos, modela as formas

de pensar e agir em relação a diversos assuntos, inclusive o envelhecimento. E contribui para a normatização das formas de viver, der e lidar com as mudanças que ocorrem com o corpo com o passar dos anos (CAMARGO, 2016).

Levando-se em consideração o maior desenvolvimento da população idosa, a importância de estudá-la de forma biopsicossocial e os recursos de difusão no meio acadêmico como um poderoso registro das informações que acompanham o processo de envelhecer e suas transformações, realizou-se esta revisão de literatura objetivando analisar quais os aspectos do desenvolvimento no envelhecimento foram abordados na revista de gerontologia Kairós no período de 2014 a 2018.

METODOLOGIA

O presente trabalho consiste em uma revisão integrativa de literatura que, segundo Souza, Silva e Carvalho (2010), constitui a modalidade de pesquisa de mais ampla abordagem metodológica referente às revisões, permite a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão completa a respeito do fenômeno analisado. Para a construção desta revisão integrativa foi trilhado o percurso metodológico proposto por Souza, Silva e Carvalho (2010), subdividido em seis fases: elaboração da pergunta norteadora, busca ou amostragem na literatura, coleta de dados, análise crítica dos estudos incluídos, discussão dos resultados e apresentação da revisão integrativa

A primeira etapa consistiu na elaboração da questão da pesquisa. No presente estudo, a questão de pesquisa foi: *quais aspectos do desenvolvimento do envelhecimento têm sido mais abordados na revista de gerontologia Kairós no período de 2014 a 2018?*

O critério de escolha da revista foi escolhido devido a sua produção, pois a mesma promove e divulga pesquisas produzidas no campo dos estudos do envelhecimento e da velhice, com destaque para estudos interdisciplinares, disponível em periódico online e de forma impressa.

Foi realizado um agrupamento de dados com os títulos, resumos, palavras-chave e nome dos autores de todos os artigos publicados na revista Kairós no período em questão, excluindo os relatos de experiência, resenhas, e editoriais. O descritor utilizado para a identificação e localização dos estudos foi “desenvolvimento”.

Os critérios de inclusão estabelecidos foram: ter sido publicado nos últimos 5 anos na modalidade artigo científico; ter apresentado em sua discussão considerações sobre o desenvolvimento.

Após a elaboração dos critérios para processo de amostragem, foram identificados 486 artigos, onde 33 continham a palavra desenvolvimento no título, palavra-chave ou no resumo. Após a leitura do título e resumo desses 33 artigos, apenas 12 artigos foram selecionados para serem lidos na íntegra. Os critérios de inclusão estabelecidos foram: ter sido publicado nos últimos 5 anos na modalidade artigo científico; ter apresentado em sua discussão considerações sobre o desenvolvimento.

Após uma leitura integral dos artigos, percebeu-se que apenas nove apresentam aspectos que respondem à questão norteadora desta revisão e foram selecionados para análise. Com a amostragem definida, cada artigo foi lido e analisado integralmente a luz da literatura do envelhecimento com o intuito de possibilitar a aplicabilidade dessa revisão.

No que diz respeito ao que foi realizado na terceira etapa, pode-se destacar a categorização dos estudos, onde o conteúdo foi organizado e sumarizado, formando um banco de dados de fácil acesso e manejo. As informações contidas nesse banco de dados abrangeram o título dos artigos, os objetivos, resultados e as principais conclusões de cada estudo.

Posteriormente, na quarta etapa, foi realizada uma análise crítica dos estudos incluídos na revisão integrativa, esta fase demandou uma abordagem organizada para ponderar o rigor e as características de cada estudo. Os resultados foram interpretados com base na sumarização obtida, constituindo a quinta fase. Esta fase, responsável pela discussão dos resultados, foi elaborada a fim de identificar o objetivo geral deste estudo. Com a constatação de diversos enfoques produtivos, foram elencadas 2 categorias, em que as mesmas agrupam os resultados obtidos em um padrão compreensível.

A sexta fase consiste na apresentação da revisão integrativa, em que há uma conversão dos achados em uma forma visual de subgrupos expostos, posteriormente, por meio da discussão textual e a síntese dos conteúdos da pesquisa.

DESENVOLVIMENTO

Mota (2005) afirma que a psicologia do desenvolvimento humano dedicou grande parte dos seus estudos à infância e à adolescência, pois acreditava que após esta última haveria um grande período de estabilidade em termos psicológicos. No entanto, este enfoque vem mudando nas últimas décadas de forma gradual, considerando a idade adulta e a velhice como estágios do desenvolvimento humano.

No entanto, segundo Faller, Teston, Marcon (2015), até meados do século passado as pesquisas sobre envelhecimento estavam associadas a limitações, perdas, desgastes e a desvalorização dessa etapa da

vida. Dessa forma, percebe-se que a velhice não era vista como um estágio de desenvolvimento humano, dessa perspectiva surgem questionamentos a respeito de como é visto esse desenvolvimento atualmente, mais precisamente em que aspecto tem focado.

Araújo e Carvalho (2005) afirmam que ocorreram mudanças nos enfoques do desenvolvimento humano, visto que este território da psicologia do desenvolvimento foi ampliado, incluindo-se novos contextos da vida e novos fenômenos evolutivos. Acrescentando que algumas áreas tiveram que se adaptar a essas mudanças e novas perspectivas como a psicologia clínica, a psicologia organizacional e a psicologia do trabalho e pode ser acrescentado, a Psicologia do Desenvolvimento.

Nesse contexto, surge o paradigma do desenvolvimento ao longo da vida (*lifespan*), que considera diversos níveis, e dimensões do desenvolvimento e o compreende como processo contínuo, multidimensional e multidirecional, marcado por ganhos e perdas concorrentes e pela interatividade entre indivíduo e cultura (BALTES; SMITH, 2004). De acordo com os autores, portanto, cada fase da vida estaria relacionada a um processo de desenvolvimento e maturação característico. Não sendo, portanto, o envelhecimento caracterizado apenas por perdas e declínios.

Telford e Sawrey (1976) abordam a velhice detalhando as características dos idosos que "fogem de uma suposta norma estabelecida para o comportamento", como por exemplo, de deficientes visuais e auditivos. No último capítulo do livro dos autores, o desenvolvimento do idoso é visto numa perspectiva de declínio físico. Araújo e Carvalho (2005) viram o processo de desenvolvimento humano na velhice numa abordagem sócio-histórica e psicológica. Schneider e Irigaray (2008) apresentam o envelhecimento sendo constituído por aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O quadro 1 mostra os artigos selecionados para esta revisão, informando o título, autores e as principais conclusões a respeito da temática em questão que foram obtidas com a análise.

Quadro 1- Distribuição das referências incluídas na revisão integrativa

Título	Autor	Principais conclusões
Lazer e aprendizagem	Enrique Lombardo, Luciana Polizzi	O lazer e aprendizagem permitem pensar em possíveis alternativas a desenvolver ativamente no período da velhice. A idade adulta e velhice são resultados tanto de interacções participantes como de aprendizagem contínua, ativa e participativa.
Criatividade na vida cotidiana	María Pavón, Karina Dotton	A criatividade é um aspecto fundamental da cognição humana que beneficia na qualidade de vida do idoso. Estimular a criatividade favorece um aumento em um estado ativo da mente, o fluxo de idéias, sentimentos e emoções. Ela facilita a adaptação às mudanças que a velhice pode trazer
Resiliência e idosos: Revisão da produção acadêmica brasileira, 2000-2015	Maria Costa do Nascimento, Geiva Carolina Calsa	A resiliência constitui-se uma estratégia fundamental para a vida após os 60 anos e o desenvolvimento de seus recursos é algo relevante para o idoso lidar com as adversidades do envelhecimento de maneira saudável. É vista como um recurso e potencialidade existente na velhice que pode se constituir em um mecanismo multideterminado e mediador nesse processo de envelhecimento.
Redes de vida: Uma leitura jungiana sobre envelhecimento e morte	Gilzete Passos Magalhães, Giselli Renata Gonçalves, Glaucia Sawaguchi, Sheila Taba, Durval Luiz de Faria.	O envelhecimento consiste em uma espécie de "polimento" e aperfeiçoamento, em um momento de reflexão, a assimilação do passado, procurar significado e progredir em direção ao todo. Não negou a existência de declínio físico no processo de envelhecimento, mas salientou que a velhice tem uma finalidade que não seria senilidade, mas, sabedoria.
Violência invisível no envelhecimento	Sandra Emma Carmona Valdés	Enfatiza a questão da violência estrutural e seus respectivos danos à qualidade de vida do idoso. Apresentando uma análise das medidas tomadas pelo Estado, através de políticas sociais, que visam reduzir as desigualdades existentes, enfatizando como esses fatores sociais podem interferir negativamente na qualidade de vida e no bem-estar do idoso.
Sabedoria, uma possibilidade para o desenvolvimento	Enrique Lombardo	Enfoca a sabedoria, a partir de um ponto de vista psico-gerontológico e da Psicologia Positiva. Além disso, compreende a sabedoria como estando em um grau de desenvolvimento humano em suas formas mais elevadas, enfatizando seus aspectos cognitivos e afetivos emocionais.
O conceito de nicho de desenvolvimento sob uma perspectiva gerontológica	Jeisiane dos Santos Lima-Brito Edimeire Pastori de Magalhães Tavernard Celina Maria Colino Magalhães Fernando Augusto Ramos Pontes	Desenvolvimento pautado no conceito de nicho de desenvolvimento e de seus respectivos subsistemas, os quais, por sua vez, influenciam no processo de desenvolvimento do indivíduo. Esses subsistemas compreendem o ambiente físico e social, as relações estabelecidas com os cuidadores e as práticas culturalmente estabelecidas e constituem, portanto, o contexto social em que o indivíduo se insere.

Desenvolvimento Adulto, Envelhecimento e Desenvolvimento Comunitário: Recomendações da Ciência Desenvolvimental Aplicada para Avaliação dos Recursos Ecológicos	Diogo Lamela	Traz um recorte do envelhecimento ativo, bem-sucedido e positivo, através da perspectiva da Ciência Desenvolvimental Aplicada e dos Recursos Ecológicos, visando aplicar suas técnicas para orientar a avaliação dos recursos comunitários, visando intervir de maneira positiva no desenvolvimento na comunidade. à intervenção baseada na evidência no envelhecimento na comunidade.
Envelhecimento – Desafios do Séc. XXI	Maria de Lourdes Quaresma, Carla Ribeirinho.	Aborda a questão da longevidade num recorte temporal, no contexto de Portugal, enfatizando como o desenvolvimento social e seus aspectos circunscritos vêm a contribuir para o aumento da expectativa de vida do idoso.

Fonte: Revista Kairós **– 2014-2018**

Com a análise dos dados obtidos, emergiram 2 categorias: *aspectos relacionados a fatores psicológicos* e *aspectos relacionados a fatores sociais*.

O primeiro tema identificado, *aspectos relacionados a fatores psicológicos,* enfoca aspectos do desenvolvimento do idoso relacionados a fatores psicológicos como estratégias fundamentais diante dos fatores de risco que são enfrentados durante o processo de envelhecimento, apresenta os aspectos como benéficos na qualidade de vida e que auxiliam o idoso a lidar melhor com as mudanças que ocorrem nesta fase da vida.Também foi abordada a ideia de "envelhecimento ativo" seguindo a perspectiva do quão importante esses aspectos são para esse tipo de envelhecimento (LOMBARDO, POLIZZI, 2015, MARIA, DOTTORI, 2015, NASCIMENTO, CALSA, 2016).

Resiliência, criatividade, sabedoria e aprendizagem foram os aspectos refletidos nesse tema, onde sabedoria foi abordada em dois dos nove artigos analisados. Os mesmos foram apresentados como estratégias das quais os idosos podem valer-se para enfrentar as adversidades do processo de envelhecimento. A habilidade ligada à solução de problemas da vida humana, em um dos artigos enfocando uma dimensão simbólica, utilização do novo tempo livre, tendo em vista a aposentadoria ou o processo de transição para a aposentadoria, como também o incentivo para a adaptação dos idosos ao seu ambiente (LOMBARDO, POLIZZI, 2015, MARIA, DOTTORI, 2015, NASCIMENTO, CALSA, 2016, LOMBARDO, 2015, MAGALHÃES *et al.,* 2014).

A respeito da segunda temática identificada, *aspectos relacionados a fatores sociais,* são abordados aspectos do desenvolvimento na velhice relacionados à questões de cunho social, político sociais e culturais que impactam a qualidade de vida do idoso, também é enfatizada a relação entre o desenvolvimento social e o aumento da longevidade, além de abordar o envelhecimento bem-sucedido através da perspectiva da Psicologia Positiva e da Ciência Desenvolvimental Aplicada. Em um

dos artigos, são apresentadas medidas tomadas pelo Estado, através de políticas sociais, que visam reduzir as desigualdades sociais existentes no contexto analisado, para que a violência estrutural (termo utilizado, para referir-se ao tipo de violência que se constitui a partir das estruturas sociais) também venha a se reduzir de forma significativa (LAMELA, 2015, QUARESMA, RIBEIRINHO, 2016, SILVA, 2011).

Longevidade, violência estrutural, nicho de desenvolvimento e desenvolvimento bem-sucedido são os aspectos abordados nesta categoria. Assim como no primeiro tema, também são apresentadas possíveis estratégias que possibilitem o idoso a lidar com as adversidades do envelhecer de uma maneira mais positiva e menos prejudicial ao processo de envelhecimento. Se detendo mais especificamente à questões sociais dentro de contextos multidimensionais e mutáveis, os quais são influenciados por fatores que agem de forma constante e direta no indivíduo, a exemplo do contexto social no qual o indivíduo se insere, nas crenças dos seus cuidadores e em comportamentos culturalmente estabelecidos por parte dos cuidadores, como abordado em um dos artigos. São apresentados os respectivos impactos causados por esses fatores de risco social nessa etapa do desenvolvimento, bem como, perspectivas teóricas e estratégias que visam contribuir para um envelhecimento mais bem-sucedido e ativo (SILVA, 2011, LOMBARDO, 2015, LIMA-BRITO *et al.,* 2015, LAMELA, 2015, QUARESMA, RIBEIRINHO, 2016).

Partindo da premissa que o envelhecimento é um processo universal, evolutivo e gradual, que envolve um somatório de aspectos, enfatizando-se os sociais, psíquicos, cronológicos e biológicos, o presente estudo buscou analisar os aspectos do desenvolvimento no envelhecimento que estão sendo mais abordados no período de janeiro de 2014 a dezembro de 2018 na revista de gerontologia Kairós.

A produção de conhecimento contribuiu para os estudos e pesquisas em gerontologia, pois possibilitou uma reflexão acerca do processo de envelhecer e suas esferas. Explicitou a ideia de envelhecimento ativo e bem sucedido através das categorias temáticas. Afirmou a importância dos aspectos psicológicos e sociais do desenvolvimento no envelhecimento como estratégias fundamentais para se adaptar às mudanças dessa fase da vida e lidar com as adversidades. Bem como com o processo de aposentadoria, com o “novo” tempo livre, perdas de entes queridos e situações afins. Ressaltou a importância também dos aspectos sociais para a qualidade de vida do idoso, percebendo que as redes de apoio social são capazes de promover o bem-estar e a resiliência em idosos.

Ademais, assim como colocado por Schneider e Irigaray (2008), demonstra-se a importância da compreensão do idoso a partir da ótica biopsicossocial, considerando a velhice também pelos ganhos e pela administração das transformações, como um potencializador dos próprios recursos e ator na autoconstrução da subjetividade e da identidade. Considera-se a velhice como uma fase onde há novas conquistas e também a continuidade do desenvolvimento e produção social, cognitiva e cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo visou compreender o processo de envelhecimento através de uma perspectiva gerontológica, processo este considerando universal, evolutivo e gradual, resultante da interação entre aspectos psíquicos, sociais, cronológicos e biológicos. Abrangeu a saúde para além do modelo biomédico, com ênfase na perspectiva do modelo biopsicossocial que caracteriza a saúde para além da ausência de doenças, abrangendo-a ao acesso à educação, trabalho, esporte, lazer e alimentação, a fim de atingir um envelhecimento bem-sucedido.

A partir das temáticas emergidas nesta revisão de literatura é possível assegurar que, o processo de envelhecimento está circunscrito por fatores centrais de cunho psicológico e social, os quais refletem diretamente na qualidade de vida do idoso. Foram encontradas estratégias que possibilitam uma melhor adaptação frente às adversidades encaradas nesta fase do desenvolvimento. Estratégias essas que vão desde questões macro, como às políticas sociais implementadas pelo Estado, ao próprio desenvolvimento das potencialidades do idoso, enfatizando características como a sabedoria, a aprendizagem, entre outras.

O estudo abre espaço para que sejam realizadas novas pesquisas que investiguem a interação entre os fatores psicológicos e sociais do envelhecer, a fim de proporcionar uma compreensão do envelhecimento mais ativo e bem-sucedido.

REFERÊNCIAS

BATISTELLA, Carlos. Abordagens contemporâneas do conceito de saúde. O território e o processo saúde-doença, p. 51-86, 2007.

BELLOCH, A.; OLABARRIA, B. El modelo bio-psico-social: un marco de referencia necesario para el psicólogo clínico. Revista Clinica e Salud, v. 4, n. 2, p. 181-190, 1993.

CAMARANO, Ana Amélia. Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica. 2002.

CAMARGO, B. V.; CASTRO, A.; AGUIAR, A.; BERRI, B. Representações sociais na mídia impressa. Temas em psicologia, v. 24, n. 1, p. 117-130, 2016.

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto; IRIGARAY, Tatiana Quarti. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. Estudos de Psicologia, v. 25, n. 4, p. 585-593, 2008.

ALEXANDRE, Marcos. O papel da mídia na difusão das representações sociais. Comun, v. 6, n.17, p. 111-125, 2001.

DE SOUZA, Marcela Tavares; DA SILVA, Michelly Dias; DE CARVALHO, Rachel. Revisão integrativa: o que é e como fazer. Einstein, v. 8, n. 1 Pt 1, p. 102-6, 2010.

WILKE FALLER, Jossiana; FERRAZ TESTON, Elen; SILVA MARCON, Sonia. A velhice na percepção de idosos de diferentes nacionalidades. Texto & Contexto Enfermagem, v. 24, n. 1, 2015.

MOTA, Márcia Elia da. Psicologia do desenvolvimento: uma perspectiva histórica. Temas em psicologia, v. 13, n. 2, p. 105-111, 2005.

DE ARAÚJO, Ludgleydson Fernandes et al. Aspectos sócio-históricos e psicológicos da velhice. Mneme-revista de humanidades, v. 6, n. 13, 2005

VALDÉS, Sandra Emma Carmona. Invisible violence in aging. Revista Kairós: Gerontologia, v. 17, p. 11-35, 2014

MAGALHÃES, Gilzete Passos et al. Networks of Life: A Jungian reading about aging and death. Revista Kairós: Gerontologia, v. 17, p. 97-123, 2014.

LAMELA, Diogo. Desenvolvimento Adulto, Envelhecimento e Desenvolvimento Comunitário: Recomendações da Ciência Desenvolvimental Aplicada para Avaliação dos Recursos Ecológicos. Revista Kairós: Gerontologia, v. 18, n. 3, p. 09-27, 2015.

DOS SANTOS LIMA-BRITO, Jeisiane et al. O conceito de nicho de desenvolvimento sob uma perspectiva gerontológica. Revista Kairós: Gerontologia, v. 18, n. 3, p. 213-226, 2015.

LOMBARDO, Enrique. Sabedoria, uma possibilidade de desenvolvimento. Revista Kairós: Gerontologia, v. 18, n. 20, p. 71-85, 2015.

LOMBARDO, Enrique; POLIZZI, Luciana. Lazer e Aprendizagem. Revista Kairós: Gerontologia, v. 18, n. 21, p. 59-69, 2015.

PAVÓN, María; DOTTORI, Karina. Criatividade na vida cotidiana. Revista Kairós: Gerontologia, v. 18, n. 21, p. 137-153, 2015.

DO NASCIMENTO, Mariana Costa; CALSA, Geiva Carolina. Resiliência e idosos: Revisão da produção acadêmica brasileira, 2000-2015. Revista Kairós: Gerontologia, v. 19, n. 1, p. 255-272, 2016.

QUARESMA, Maria de Lourdes Baptista; RIBEIRINHO, Carla. Envelhecimento–Desafios do Séc. XXI. Revista Kairós: Gerontologia, v. 19, n. 3, p. 29-49, 2016.

Capítulo 10

10.37423/220205311

PLANEJAMENTO DE ASSESSORIA DE IMPRENSA PARA A PROFISSIONAL LIBERAL FERNANDA MODOLO

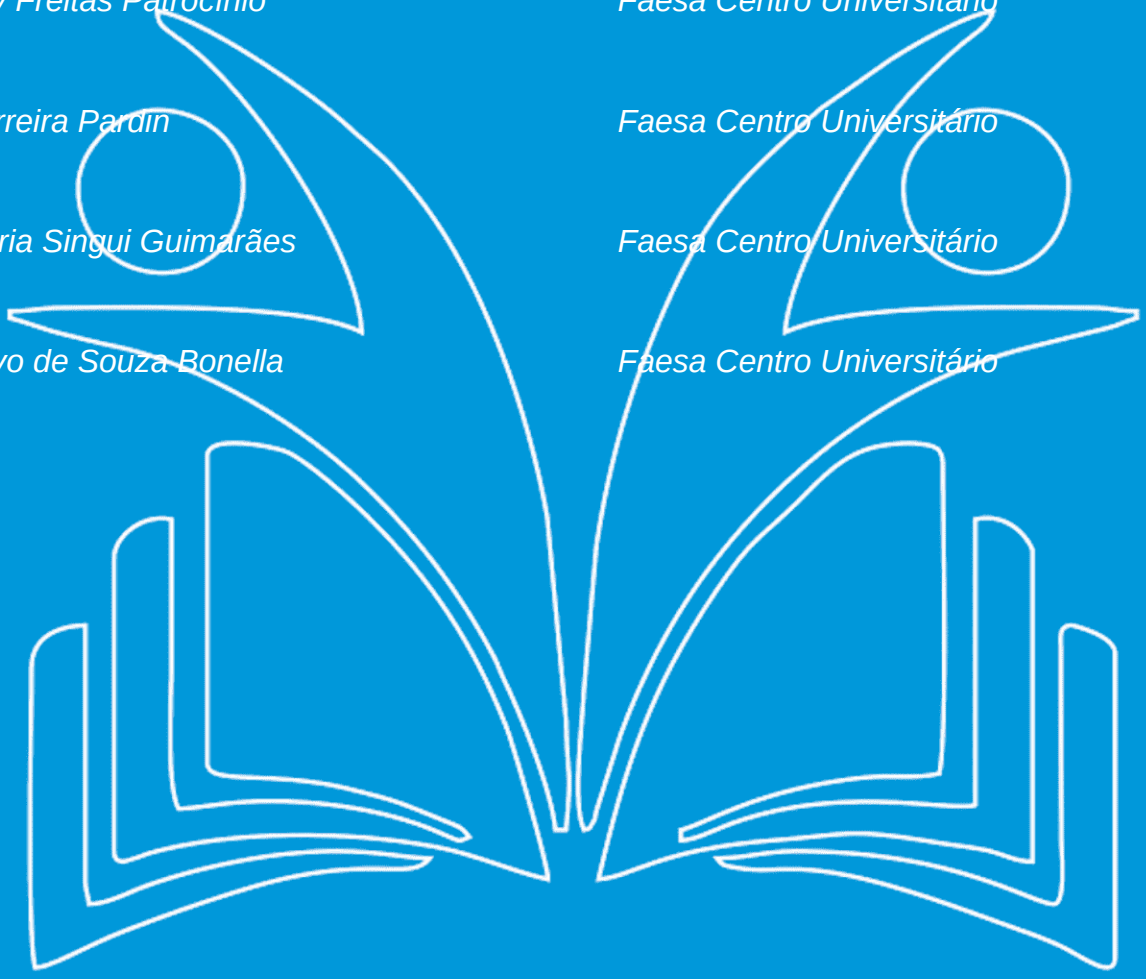
Daniela Esperandio Dias — *Faesa Centro Universitário*

Lara Mireny Freitas Patrocínio — *Faesa Centro Universitário*

Rafhael Ferreira Pardin — *Faesa Centro Universitário*

Victoria Maria Singui Guimarães — *Faesa Centro Universitário*

Mirella Bravo de Souza Bonella — *Faesa Centro Universitário*



Resumo: O presente artigo apresenta o Planejamento Estratégico de Assessoria de Imprensa para a profissional liberal Fernanda Modolo, advogada especialista em Direito Digital. Usando os preceitos de Eduardo Ribeiro e Gisele Lorenzetti, o artigo expõe as etapas do Planejamento Estratégico desenvolvido para a advogada. Assim, apresenta-se como um exemplo claro da importância da construção de um Planejamento Estratégico para profissionais liberais, que funcione como uma ferramenta para divulgar a imagem do cliente na imprensa.

Palavras-chaves: Assessoria de Imprensa; Planejamento Estratégico; Profissional Liberal.

INTRODUÇÃO

A partir do estudo de uma das mais exploradas vertentes do Jornalismo, a chamada Comunicação Organizacional, a Assessoria de Imprensa manifesta-se como um instrumento de comunicação que busca aprimorar o fluxo de informações com o público interno e externo de uma organização. Além disso, esse campo de estudo visa a criar uma relação de confiança com os veículos de comunicação assim como consolidar, de forma positiva, uma imagem na sociedade (FENAJ, 2007).

Essa atividade vem se desenvolvendo ao longo dos anos e se destacando no meio empresarial, visto que as instituições utilizam serviços de uma Assessoria de Imprensa para definir políticas e estratégias de comunicação necessárias e, desse modo, obter resultados eficazes como proporcionar visibilidade ao assessorado em um mercado midiático.

Para que o trabalho da assessoria tenha êxito, e que o posicionamento estratégico do cliente fique claro, é necessária a construção de um planejamento. O método de planejar equivale a um conjunto de ações intencionais com a finalidade de fazer um objetivo tornar-se efetivamente real (FENAJ, 2007).

Na disciplina de Comunicação Organizacional ministrada na Faesa Centro Universitário, o estudante de jornalismo compreende como se estabelece o diálogo com a imprensa, bem como conduz as relações internas e externas da Assessoria de Imprensa e desenvolve a habilidade necessária para definir um planejamento. Ademais, é preparado para ter consciência da importância da imagem de organizações e pessoas públicas.

Por meio dos estudos dos conceitos de imagem corporativa, planejamento estratégico, produtos e serviços, *media training* e relise, os estudantes tiveram a oportunidade de experimentar a prática da atividade de Assessoria de Imprensa. No presente artigo, os alunos de Jornalismo da Faesa realizaram, no primeiro semestre de 2019, um planejamento estratégico de Assessoria de Imprensa para um profissional liberal. A advogada e professora de Direito Fernanda Modolo Vieira Machado, que tem amplo conhecimento na área do Direito Digital, espera prestar serviços como especialista nesse ramo. À vista disso, os estudantes traçaram um plano de ação a fim de transformar a cliente em uma referência no mercado e divulgar a imagem dela nos meios de comunicação.

O objetivo principal do trabalho foi construir a imagem da cliente no âmbito da imprensa como profissional especialista em Direito Digital, de modo a transformá-la em uma referência no assunto. No mais, foi necessário entender os objetivos secundários como:

- Transmitir ao público o conhecimento sobre a área de Direito Digital;

- Reestruturar a conta da cliente no Instagram, visando a ampliar a divulgação dela;
- Produzir conteúdo informativo sobre Direito Digital para ser publicado nas mídias da cliente;
- Preparar a cliente para lidar com a imprensa, utilizando o *media training* como instrumento de aperfeiçoamento de comunicação.

JUSTIFICATIVA

O presente trabalho prestou serviços de Assessoria de Imprensa a Fernanda Modolo Vieira Machado, aspirando favorecer a imagem dela como profissional especializada em Direito Digital, que é uma nova área de atuação a qual leva o Direito a se atualizar para o âmbito do mundo da Internet, excluindo a ideia de que esta é uma terra sem lei.

Com o desenvolvimento tecnológico, muitas das relações sociais passaram a se desenvolver na Internet, assim como ações de indivíduos voltadas para o consumo, trocas de informação e transações bancárias, por exemplo. Consequentemente, tem-se a necessidade de levar a atenção jurídica e social para esse meio, afinal, o mundo digital precisa de leis, organização e proteção, assim como o mundo físico. No Brasil, o Direito Digital ganhou mais espaço com a aprovação em 2014 do Marco Civil da Internet, o qual regula o uso da Internet com os princípios de garantias e deveres do internauta (COSTA; PENDIUK, 2018).

Pensando na ideia de que esse assunto é novo, o propósito da equipe de assessoria foi divulgar a imagem da cliente como uma especialista em Direito Digital por meio da criação de conteúdos que foram publicados na Internet, visando a informar ao público sobre essa nova área do Direito e a criar credibilidade com o nome de Fernanda, tornando-a uma referência no tema.

Fernanda é uma profissional liberal, ou seja, uma pessoa que presta serviços na área de formação e especialização que possui, sendo autonomamente, para empresas ou para órgãos governamentais[1]. De acordo com Braga e Tuzzo (2012), a Assessoria de Imprensa possui uma ampla possibilidade ao trabalhar com clientes, inclusive os profissionais liberais, afinal, estes precisam de cuidados em relação à imagem, credibilidade e diferencial competitivo. Entretanto, esse grupo de trabalhadores ainda enfrenta problemas para perceber a importância do serviço de comunicação para a criação de uma imagem positiva e não imaginam que esse trabalho pode ser adotado para ele, mesmo com a eficácia comprovada da assessoria para profissionais liberais, como artistas e esportistas (BRAGA; TUZZO, 2011).

A Assessoria de Imprensa é um ofício da área da Comunicação que propõe administrar a imagem do assessorado, seja este uma pessoa ou empresa, ajudando-o na maneira de reagir com a imprensa, informando-o sobre o que pode ou não ser divulgado, o que é de interesse da sociedade e dos veículos de comunicação e o que pode ser transformado em notícia (FENAJ, 2007). Por meio do trabalho de uma assessoria, tem-se a divulgação das opiniões e realizações do cliente. Além disso, ela é responsável por criar vínculos com veículos de Comunicação Social, oferecendo material sobre o assessorado na função de apresentá-lo em tais meios (KOPPLIN; FERRARETO, 2001).

De acordo com Mafei (2012), há vários motivos que levam a organização ou o cliente a buscar espaço na mídia, um ambiente onde os assessorados acreditam ser ideal para divulgar ações positivas, produtos e resultados. Logo, entende-se a que a boa imagem ajuda a vender.

Além disso, Mafei (2012) aponta as situações mais comuns que são solicitadas às assessorias, como defender o assessorado de determinadas acusações as quais precisam ser esclarecidas, conduzir a imagem ou a marca do cliente junto à opinião pública assim como promover ações de apoio e divulgações específicas, a exemplo de campanhas, eventos, etc.

Segundo Kopplin e Ferrareto (2001), o trabalho da Assessoria de Imprensa precisa estar alinhado com o assessorado, além de ter todas as estratégias já pensadas. As atividades de uma assessoria precisam possuir um planejamento, deletando a ideia de levar as ações para o lado do improviso. Tem-se uma necessidade de organização e análise constante dos resultados atingidos, buscando avaliar o que está funcionando e o que precisa melhorar. O plano precisa, portanto, ser conciso com a organização prévia e ações futuras a serem realizadas.

No entanto, é importante ressaltar que, mesmo existindo o alinhamento entre o assessor e o cliente, e estratégias já pensadas sobre as atividades a serem exercidas, existem fatores que podem vir a atrapalhar o planejamento da assessoria. Mafei (2012) explica que, além dos jornalistas de redação atuarem como complicadores do trabalho do assessor por às vezes não aceitarem as pautas enviadas dele, os próprios clientes podem dificultar o processo. É comum o assessor trabalhar para um cliente que não possui conhecimentos sobre o serviço da Assessoria de Imprensa, tendo opiniões que entram em desacordo com estratégias adotadas pelo profissional contratado. Um exemplo dessa desinformação é a mudança, por parte do cliente, de um planejamento estratégico já acordado com o assessor sem qualquer aviso prévio; por acreditar ter ideias melhores, o assessorado toma decisões que atrapalham o serviço do profissional de comunicação, e que consequentemente atrasam o trabalho.

Para que haja um entendimento e acordo entre cliente e assessor a respeito das ações de assessoria a serem desenvolvidas, ambos precisam conviver: o assessorado passa a conhecer melhor o serviço dessa área da comunicação, enquanto o assessor aprende a lidar com aquele cliente (MAFEI, 2012). Percebe-se, portanto, que além de ter um planejamento estratégico alinhado, a relação entre as duas partes deve ser respeitosa.

MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADOS

Para o presente trabalho foi organizado um planejamento estratégico seguindo os processos estabelecidos por Ribeiro e Lorezentti (2003) na criação de um plano de comunicação. O plano de comunicação é, então, um instrumento que traduz a identidade do cliente, adotando como base a missão e os valores. Ele precisa que os objetivos tenham um foco claro, sendo medido, acompanhado e avaliado pela assessoria constantemente (RIBEIRO; LORENZETTI, 2003). Segundo Kopplin e Ferrareto (2001), o plano também cria um elo de responsabilidade entre o jornalista e o assessorado. Isso se dá na medida em que as estratégias e ações são realizadas, já que o sucesso só é alcançado com o comprometimento de ambas as partes.

Para a realização do planejamento de comunicação estratégica de Fernanda Modolo, foram utilizadas as cinco fases previstas por Ribeiro e Lorenzetti (2003): Pesquisa e Diagnóstico, Análise e Interpretação, Planejamento de relações com a imprensa, Execução e Mensuração de resultados.

A primeira fase de um planejamento estratégico é a de Pesquisa e Diagnóstico. Neste momento é feito uma pesquisa geral do assessorado que estuda, por exemplo, quais são os objetivos, visão, cultura e o posicionamento do mesmo em relação ao mercado. É nesta fase que se desenvolve a missão, visão e os valores do cliente, e que a assessoria irá seguir e fortalecer no caminho.

Fernanda Modolo Vieira Machado possui 44 anos, nasceu em Vitória no Espírito Santo e é formada em advocacia há 20 anos. Ela guiou a profissão para o lado da docência e trabalha com aulas voltadas para a área do Direito. Atualmente, ela é professora do curso de Direito da Faesa Centro Universitário, e busca expandir os serviços, trabalhando com a área docente voltada para o Direito Digital.

A segunda fase de um planejamento estratégico é a chamada Análise e Interpretação de dados. A etapa consiste em analisar as informações obtidas na primeira fase e criar a tabela SWOT — *Strenghts* (Força), *Weaknesses* (Fraquezas), *Oportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças), respectivamente. Nela, os aspectos positivos e negativos de Fernanda foram separados, e cada um pensado individualmente. Pontos fortes serviram para ajudar a assessoria a dar cada vez mais ênfase

nas características positivas do assessorado; os pontos fracos são as partes que precisam ser melhoradas; as oportunidades, ações que devem ser realizadas para ajudar na criação de uma percepção positiva do cliente; as ameaças analisam evitar possíveis crises, e com isso, tem-se a adoção de um plano de gerenciamento de um futuro problema.

Dessa forma, as características positivas de Fernanda são: organizada, metódica, boa escritora e estudiosa, compondo os pontos fortes da professora. Por outro lado, os pontos fracos e negativos presentes são: a falta de aptidão para capturar o cliente, a carência de habilidade empreendedora, a necessidade de ser mais paciente e a ausência de técnicas com as redes sociais.

A terceira fase é o desenvolvimento do Planejamento de relações com a imprensa, a qual compreende, as ações extensivas a serem realizadas pela equipe, visando o alinhamento com a imprensa. (RIBEIRO; LORENZETTI, 2003). Mafei (2012) considera fundamental a preparação de um cliente para uma entrevista. Desse modo, vê a necessidade de instruir o assessorado para uma rápida aula de Jornalismo. Segundo a autora, o cliente precisa saber os procedimentos adotados em uma reportagem, notícia assim como em uma entrevista, para criar uma aproximação com o processo adotado. No mais, ressalta que é preciso colocar-se à disposição do jornalista e se certificar de que este entendeu o assunto a ser divulgado pelos meios de comunicação.

Após alinhar com a cliente os caminhos a serem utilizados para alcançar os objetivos, foi iniciado o desenvolvimento das ações estruturais/táticas. As ações táticas, ou estruturais são, segundo Ribeiro e Lorenzetti (2003), ações feitas para definir os caminhos escolhidos na função de chegar aos objetivos. Para a realização deste planejamento foram desenvolvidas três ações táticas. A primeira foi o *mailing* estratégico, com contatos da imprensa local que poderiam ter interesse nos assuntos relacionados a cliente. A segunda foi um *media training*, ou seja, um treinamento de porta-voz para Fernanda Modolo sobre os meios de comunicação e da produção da notícia (por meio desse processo, o assessorado consegue se preparar para divulgar mensagens chaves ao público). Por fim, a terceira ação desenvolvida para a cliente foram fotografias cuja finalidade é reforçar a divulgação da imagem profissional de Fernanda na mídia.

- *Mailing*: Segundo Kopplin e Ferrareto (2001), o *mailing* é definido como a relação mais completa e abrangente possível dos veículos de comunicação que interessam a uma assessoria e aos seus clientes. Ele é uma rede de contatos de jornalistas e veículos de comunicação, os quais favorecem a propagação da mensagem-chave criando novos públicos. É a partir dele que

o jornalista se orienta no trabalho diário da Assessoria de Imprensa quando deve encaminhar cada tipo de relise, assim como outros produtos.

- *Media training*: A assessoria realizou o preparo de Fernanda Modolo para ser uma porta-voz na mídia, trabalhando com ela orientações práticas de entrevistas para veículos de comunicação. E também sobre como utilizar as ferramentas virtuais como Instagram, Facebook, Twitter, Linkedin e WhatsApp, de maneira mais profissional. Essa forma de capacitação conforme Mafei (2012), permite com que o assessorado aprenda a utilizar um microfone, a falar diante das câmeras, entender o que é notícia e também serem objetivos claros e diretos. Para a autora, um treinamento bem dirigido é capaz de ajudar o assessorado a se posicionar com mais credibilidade diante da mídia, visto que demonstra mais segurança no posicionamento e na entonação da voz.

- Fotografias do cliente: A fotografia é fundamental para a imagem tanto do profissional quanto da organização. Para Koplin e Ferrareto (2003), a captação de imagens de pessoas ou registro visual dos acontecimentos é necessário para que as fotografias possam ser usadas da melhor forma, gerando credibilidade e impacto nas informações do cliente. As fotos são utilizadas para acompanhamento de relises, disponibilização na Internet, publicações institucionais, dentre outros. O arquivo deve ser atualizado regularmente com fontes em diferentes situações e ambientes, produtos, equipamentos, funcionários a fim de produzir um banco de imagens com diversas opções para uso jornalístico. As fotos da cliente são imagens as quais podem ser aproveitadas para uso profissional, dado que foram produzidas para constituir o acervo institucional.

A quarta fase do Planejamento Estratégico é a Execução. Ribeiro e Lorenzetti (2003) explicam que devem ser definidas as ações que serão implementadas e a frequência no dia a dia de relacionamento com a imprensa e o cronograma de atividades especiais, os quais contribuem com a disseminação das mensagens, além de listar efemeridades que possam ser utilizadas no relacionamento com jornalistas e de definir como será feita a mensuração de resultados. Os autores entendem a fase de Execução como o momento de realizar as “ações operacionais” ou “ações de exposição”, sendo essas as estratégias que permitirão atingir os objetivos estabelecidos no planejamento.

A quinta fase é a Mensuração de Resultados. Segundo Ribeiro e Lorenzetti (2003), o planejamento estratégico deve ser feito e atualizado com periodicidade, e de preferência, apresentado ao cliente a cada mês. Ela é feita para que a Assessoria de Imprensa tenha conhecimento se as ações estão

conseguindo um resultado positivo. O que pode continuar sendo executado e o que deve sofrer alterações. O acompanhamento deve ser constante e discutido entre o assessor e o assessorado. Para cada produto foi desenvolvida uma análise e mensuração de resultados.

Já na primeira publicação pós planejamento, foi possível perceber um engajamento maior do que era de costume. Os posts de Fernanda antes tinham alcance médio de 20 curtidas com poucos ou nenhum comentário. O primeiro post, com a logo desenvolvida pela equipe alcançou mais 100 curtidas. Nessa época, a advogada tinha em média 200 seguidores. Hoje, em 2020, ela já alcançou a marca de 1.300 seguidores. Aos poucos, a advogada foi aprendendo a compartilhar seus conhecimentos nas redes sociais e atrair cada vez mais interessados no assunto. O resultado tem sido tão positivo que Fernanda Modolo começou a receber convites para entrevistas, oficinas e lives sobre Direito Digital, ou seja, cumprindo o objetivo de ser conhecida na mídia como especialista no assunto.

PRODUTOS PARA O CLIENTE

Uma das atividades principais da assessoria, segundo Kopplin e Ferraretto (2001, p. 13), é realizar o "relacionamento com os veículos de Comunicação Social, abastecendo-os com informações relativas ao assessorado (através de relises, *press-kits*, sugestões de pautas e outros produtos)", e assim, intermediando a relação imprensa/assessorado e atendendo às solicitações dos jornalistas.

Para Kunsh (2006, p. 171), "as ações de comunicação precisam ser muito bem pensadas estrategicamente e planejadas com base em pesquisas científicas e análises de cenários". Pensando nisso, a assessoria elaborou produtos que contribuíssem para o cumprimento dos objetivos da cliente.

- Logo: A primeira ação desenvolvida foi a criação de uma logo para a cliente. Nas cores laranja, preto e branco, a logo leva o nome Fernanda Modolo ao centro, o símbolo do Direito acima, e um escudo sobre ligações tecnológicas na parte inferior que representa a segurança digital. Ao redor dos símbolos e do nome, foram colocados ramos amarelos que fazem parte do símbolo do Direito. O laranja foi escolhido como a cor padrão porque possui os significados de alegria e sucesso, características objetivadas nessa jornada da profissional.
- Site: Pensando em um canal de comunicação direto com o público, foi criado um site na plataforma Wordpress.com para a cliente publicar artigos que escreve sobre o Direito Digital. Segundo Faria, Duarte e Capella (2018), plataformas como o Wordpress auxiliam na criação, publicação e gerenciamento de conteúdo do assessorado de uma forma mais fácil e ordenada.

A principal vantagem dessas ferramentas é a capacidade de impulsionar os conteúdos da cliente na internet, deixando-o mais relevante nos buscadores da web.

- A intenção é que Fernanda publique novos artigos semanalmente ou quinzenalmente. Além das postagens, o site também contém um pouco sobre Fernanda e sobre a área de atuação dela. Ele foi desenvolvido em um *layout* simples e limpo, com o fundo branco e detalhes em vermelho/ alaranjado (a cor padrão definida para as divulgações de Fernanda).

- Instagram: O Instagram se diferencia das demais redes por trabalhar melhor as postagens devido a variedade de recursos como o *feed* ao stories. O conteúdo postado na rede acaba por engajar melhor o público sem perder a credibilidade ou o foco na informação (FARIA; DUARTE; CAPELLA, 2018). Para divulgar o site e o trabalho, a assessoria reformulou o Instagram da cliente, construindo uma identidade visual, postagens alinhadas e que trabalham com as palavras-chaves estabelecidas. Como a cliente optou por não ter um Instagram pessoal, foi utilizada a conta que já estava sendo usada por ela. Por isso alguns aperfeiçoamentos foram feitos para melhorar os engajamentos, como alterações no texto de biografia, nome de usuário e mudança de perfil privado para público. Pensando na identidade visual criada para Fernanda, foram feitas artes visuais padronizadas para as postagens no Instagram. Elas são alinhadas com o padrão estético definido pela assessoria, entrando em consenso com o site. As artes foram desenvolvidas com objetivo de ilustrar conteúdos rápidos, informações e discussões breves sobre Direito Digital, no perfil do Instagram. Outro produto pensado para essa rede social foram vídeos em que Fernanda fala brevemente sobre os assuntos que são abordados no site, e convidam o seguidor a acompanhar mais no portal. Com duração de menos de um minuto, os vídeos foram feitos para aproximar os leitores da cliente e ainda mostrar seu potencial de comunicação e oratória. Para reafirmar a identidade visual, foi criada uma vinheta com a logo da assessorada.

- Relise: Para a divulgação direta com a imprensa, foram desenvolvidos relises com temas acordados com a cliente e avaliados pela asssessoria, pensando nos valores notícias da informação e nos temas que a assessorada tem domínio. Embora não tenha pretensão de ser publicado de forma integral nos jornais, os relises devem ser escritos em linguagem e características padrões do Jornalismo (KOPPLIN; FERRARETTO, 2001).

Na função de avaliar os resultados e ter um retorno das ações investidas, foram definidos indicadores de mensuração de rendimento. Para medir o desenvolvimento do perfil do Instagram da cliente, a

assessoria vai analisar o número de engajamentos nas postagens, como curtidas, comentários, visualizações e se os conteúdos atraíram novos seguidores. Assim como a rede social, o site também possui acompanhamento dos resultados ao possibilitar marcações, comentários, citações, bem como compartilhamentos e visualizações. Por meio do relise, será considerado o retorno da assessoria, se o material despertou o interesse da imprensa e rendeu entrevistas, e, com isso, o objetivo de tornar a cliente uma fonte especialista, foi alcançado.

CONCLUSÃO

Com este trabalho, fica claro a importância da Assessoria de Imprensa para o crescimento do profissional liberal, pois foi possível perceber o quanto a assessorada aproveitou os conhecimentos de mídia para divulgar seu trabalho na imprensa. Entende-se que o cliente quer cada vez mais ser reconhecido pelo público, e, portanto, esse instrumento de comunicação contribui para a formação de uma imagem positiva na sociedade.

Diante disso, o conteúdo aprendido na sala de aula foi posto em prática e os alunos executaram um planejamento de Assessoria de Imprensa. Além da elaboração, eles tiveram a oportunidade de desempenhar a função de assessores de imprensa, visto que atuaram como estrategistas na construção do plano de comunicação assim como estabeleceram a habilidade de apurar informações e o domínio das ferramentas de conteúdo. Mais do que entender a Assessoria de Imprensa como um importante instrumento de relacionamento da organização com a mídia e os demais públicos, foi perceber o diferencial significativo na vida da assessorada.

Em suma, este trabalho possibilitou o reconhecimento da assessoria como uma das ferramentas da área da comunicação capaz de obter diversos benefícios e oportunidades de crescimento para profissionais liberais.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Claudomilson Fernandes; TUZZO, Simoni Antoniaci. Assessoria de comunicação para profissionais liberais: a opinião dos clientes. Revista Panorama, Goiás, v. 2, n. 1, p. 26-35, 2012.

BRAGA, Claudomilson Fernandes. TUZZO, Simone Antoniaci. Assessoria de comunicação para profissionais liberais: uma visão do mercado goianiense. Animus Revista Interamericana de Comunicação Midiática, Santa Maria, v.10, n. 19. p. 20-30 Sem. 2011.

COSTA, Roberto Renato Strauhs da; PENDIUK, Fábio. Direito digital: o Marco Civil da Internet e as inovações jurídicas no ciberespaço. FESPPR Publica, Faculdade de Educação Superior do Paraná, Paraná. v. 2, n. 1, p. 1-21, 2018.

DUARTE, Jorge; FARIA, Armando Medeiros. Media Training: Capacitando Fontes e Porta-Vozes. IN: DUARTE, Jorge. Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia. 1. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2003. p. 360 – 371.

DUARTE, Jorge. Produtos e Serviços de uma Assessoria de Imprensa. IN: DUARTE, Jorge. Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia. 1 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2003, p. 258 – 277.

FENAJ. Manual de Assessoria de Comunicação, Imprensa 2007. 4ª ed. Revista e Ampliada, Brasília, DF, p. 7 – 20, 2007. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/03/manual_de_assessoria_de_imprensa.pdf>. Acesso em 10 de dezembro de 2019.

KOPPLIN, Elisa; FERRARETO, Luiz Artur. Assessoria de Imprensa: Teoria e prática. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2001. 4ª. Ed.

KUNSH, Margarida M. Krohling. Comunicação organizacional: conceitos e dimensões dos estudos e das práticas. In: MARCHIORI, Marlene. Faces da cultura e da comunicação organizacional. 1. ed. São Caetano do Sul- SP: Difusão Editora, 2006. cap. 8, p. 167-190.

MAFEI, Maristela. Assessoria de imprensa: como se relacionar com a mídia. 4ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

MEDEIROS, Armando; DUARTE, Jorge; CAPELLA, Rodrigo. Gestão das Mídias Sociais em Assessoria de Imprensa. IN: DUARTE, Jorge. Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018. p. 369 – 387.

PROFISSIONAL liberal e autônomo. Conceito e profissão. Guia Trabalho, 2019. Disponível em: <https://www.guiatrabalho.com.br/profissional-liberal-e-autonomo.html>. Acesso em: 10 de dezembro de 2019.

RIBEIRO, Eduardo; LORENZETTI, Gisele. Planejamento Estratégico em Assessoria de Imprensa. IN: DUARTE, Jorge. Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 225-259.

Capítulo 11

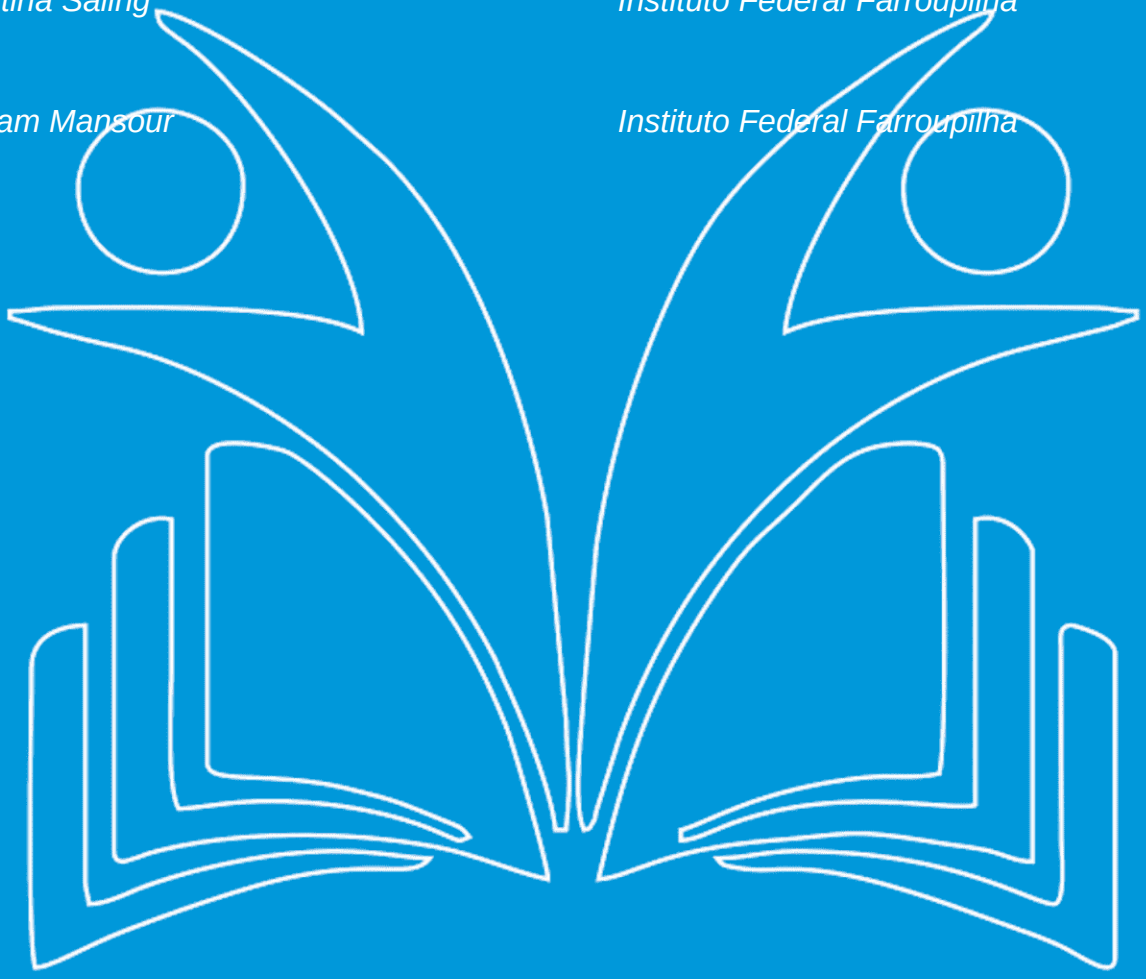
10.37423/220205312

ART DÉCO EM SANTA ROSA: AS EDIFICAÇÕES PRODUZIDAS PELA CONSTRUTORA MEDAGLIA NA AVENIDA RIO BRANCO

ANA CLÁUDIA BÖER BREIER — *Instituto Federal Farroupilha*

Bianca Cristina Saling — *Instituto Federal Farroupilha*

Hayatt Husam Mansour — *Instituto Federal Farroupilha*



Resumo: O estilo *Art Déco* surgiu na década de 1920, na França. A origem do nome é proveniente da Exposição de Artes Decorativas e Industriais Modernas, organizada em Paris, em abril de 1925. Considerado por alguns autores como antecedente do movimento moderno, influenciou o design, as artes plásticas e a arquitetura. O estilo é caracterizado pela utilização de linhas geométricas e aerodinâmicas. No Brasil, o *Art Déco* revelou-se uma linguagem acessível às elites, às classes médias e às populares. Na arquitetura, a partir de construções de maior porte, o vocabulário conquistou o gosto popular e disseminou-se em edificações comerciais e residências. Em Santa Rosa/RS, a presença de edifícios *Art Déco* faz parte de uma época de pujante desenvolvimento municipal. Emancipada em 10 de Julho de 1931, importantes melhorias na infraestrutura santa-rosense permitiram a afirmação deste estilo, como a chegada da estrada de ferro, a instalação do regimento da cavalaria, o telégrafo e a constituição da "Cidade Nova". Durante o mandato do prefeito Capitão Pautilho Palhares, houve o deslocamento do eixo comercial da cidade, através da transferência da chamada "Cidade Baixa" (primeiro núcleo santa-rosense, nas proximidades da atual Praça da Independência) para o entorno da atual Praça da Bandeira, na Avenida Rio Branco, recebendo esta região a denominação de "Cidade Nova". Desta forma, novas edificações foram necessárias e a Construtora Medaglia foi responsável por muitas destas, como o próprio Palácio Municipal. Assim, o estilo *Art Déco* foi introduzido na formação da cidade de Santa Rosa/RS, estando presente em diversos edifícios, principalmente no novo eixo comercial, a Avenida Rio Branco. Por meio deste estudo, realizado com pesquisas bibliográficas sobre o estilo, a história do município e a construtora Medaglia; com a identificação das edificações a serem estudadas (patrimônio construído) e seu levantamento físico cadastral arquitetônico; pesquisas de registros das edificações em órgãos públicos; estudo de fichas cadastrais modelo do Instituto do Patrimônio Histórico Estadual – IPHAE; pesquisa oral com historiadores do município; pode-se realizar atender o objetivo deste trabalho, na qual constituiu numa análise das informações metodológicas, para desfechar no levantamento do eixo histórico das edificações produzidas em *Art Déco* pela Construtora Medaglia, na Avenida Rio Branco, em Santa Rosa/RS, por meio dos softwares *AutoCAD* e *PhotoShop*. Por conseguinte, se poderão divulgar dados levantados, identificados, selecionados e organizados para a comunidade, incentivando a conhecer a história regional, sobretudo da configuração e caracterização arquitetônica da área central do município de Santa Rosa/RS e, posteriormente, realizar um catálogo dos edifícios deste estilo, construídos na Avenida Rio Branco e realizados pela Construtora Medaglia, tornando estes dados disponíveis na formatação de inventário.

Palavras-chave: arquitetura do Rio Grande do Sul; levantamento do patrimônio histórico e cultural; documentação.

O ART DÉCO

Conforme Curtis (2008), o processo histórico que levou a criação do movimento moderno na arquitetura não teve a fatalidade biológica de nascer, amadurecer e morrer. Não se pode precisar seu início. Houve várias causas e correntes de ideias que predispuseram o seu surgimento, cada uma com sua própria linhagem. Embora a síntese crítica tenha começado por volta da virada para o século XX, a ideia de uma arquitetura moderna como contraste a um estilo revivido de algum momento do passado já existia há mais de meio século. Essa noção de arquitetura "moderna", por sua vez, embasou-se em avanços do fim do século XVIII, especialmente na ênfase da ideia de progresso. Pedia-se a criação de um estilo autêntico se "ao seu tempo". A questão era: como as formas desse estilo "contemporâneo" poderiam ser descobertas? A industrialização transformou os próprios estilos de vida no campo e na cidade e levou à proliferação de novas tarefas para a construção – estações ferroviárias, casas suburbanas, arranha-céus – para os quais não havia precedentes.

Segundo Blanco (2003), o período entre guerras (1920-1940), na Europa, foi marcado pelas vanguardas que, no campo arquitetônico, constituíram o Movimento Moderno. Mas desde o final do século XIX discutia-se a necessidade de renovar a linguagem arquitetônica em face das novas técnicas e demandas da sociedade industrial. *Art Nouveau, Art Déco* e variantes racionalistas propuseram, antes e durante a afirmação do modernismo, outras soluções para orientar a construção moderna e superar as limitações do academicismo historicista.

O *Art Déco*, como um estilo que surgiu na década de 20, teve a origem do nome proveniente da Exposição de Artes Decorativas e Industriais Modernas, organizada em Paris, em abril de 1925. Primeiramente, foi apresentado como proposta predominantemente para design de móveis, vestuário, decoração. Na arquitetura, foi uma reformulação da linguagem estética, não se aplicando a distribuição dos espaços. O estilo aerodinâmico desenvolveu-se principalmente na estética do automóvel, mas também penetrou o mundo dos aparelhos domésticos, afetando a forma de ferros de passar, torradeiras e refrigeradores. No período entre guerras surgem novas tecnologias e materiais, onde se popularizou: o automóvel, o avião, o cinema e o rádio. Em suma, como Barthel (2015) aborda, suas características eram: linhas em ziguezague ou retilíneas; formas geométricas não elementares, que diferenciavam da estética funcionalista; valoriza-se o acabamento, o equilíbrio, os coloridos alegres com cores fortes, vibrantes e suntuosas; dependendo do ambiente: sofisticação, elegância e extravagância; exotismo e modismo; uso de materiais preciosos como marfim e ébano; uso de materiais como o cromo e vidro colorido, dos quais foram aplicados em edifícios e objetos, pois estes

materiais tinham baixo custo, fazendo o estilo se popularizar; procura-se adaptar o design ao conforto (móveis estofados amplos com curvas cheias); entrelaçamentos geométricos abstratos; formas muito estilizadas da natureza; e a figura feminina muito presente é longilínea e com vestidos drapeados.

A nova era, a era da máquina, que fez gerar um novo estilo, influenciou a arquitetura, artes plásticas e design, e repercutiu em cidades, bairros e avenidas que floresciam neste período. O conjunto de edificações da Avenida Rio Branco, em Santa Rosa/RS, ainda mantém suas características arquitetônicas originais, em sua maioria são *Art Déco*. Infelizmente, por tratar-se de áreas comerciais, sofrem com a poluição visual e pequenas descaracterizações, principalmente no nível térreo.

SANTA ROSA/RS, DA CIDADE BAIXA À CIDADE NOVA

A região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, em que hoje está localizada a cidade de Santa Rosa/RS, foi território missioneiro, situada na área de abrangência dos Trinta Povos das Missões, que se localizavam nas regiões do Paraguai, Argentina e Brasil. Conforme Christensen (2008), este extenso território fazia parte dos domínios da Província Jesuítica do Paraguai e como tal manteve-se enquanto floresceram as Missões Jesuíticas com os índios Guaranis. Em 1801, as Missões Orientais foram incorporadas ao Império Português, tendo, em seguida, o início do processo de colonização que alcançou a região noroeste do Rio Grande do Sul. Santa Rosa/RS emancipou-se do município de Santo Ângelo/RS em 1º de julho de 1931. Segundo Christensen (2008), foi o Coronel Raul Oliveira e o agrimensor de nome Dr. Medaglia que procederam ao loteamento das áreas urbanas e rurais daquele vasto território. Mas foi no mandato do prefeito Capitão Pautilho Palhares, de 1938 a 1944, que ocorreram importantes melhorias na infraestrutura municipal, atendendo assim a demanda que o município se destinava a apresentar, com seus 110.000 habitantes em 1947, conforme José Amádio, em reportagem da Revista Do Globo (1947), já previa o pujante crescimento do município:

> O jovem município de Santa Rosa ainda será orgulho dos rio-grandenses. Ainda não o é porque está muito longe da capital (715 quilômetros de estradas de rodagem e 682 quilômetros por via-férrea) e porque pegou injustificada fama de brejo, de terra ruim. O tempo se encarregará de desfazer tais equívocos. Vou contar mais algumas vantagens dessa fértil zona missioneira do Rio Grande do Sul para que todos os brasileiros V SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO ARQUITETURA E DOCUMENTAÇÃO BELO HORIZONTE – DE 24 A 26 DE Outubro de 2017 conheçam melhor mais um pedacinho do Brasil e tirem suas próprias conclusões nesta hora de fome, filas e carestia. O município de Santa Rosa compreende 3.950 quilômetros quadrados de área e está dividido em pequenas propriedade (18.000 contribuintes). Em 1937 tinha 37.000 habitantes. Hoje, conta com 110.000 almas e é o terceiro município mais populoso dos que formam o Estado (só perde em população para Porto Alegre e Rio Grande). Em 1938, contava com 114 escolas. Atualmente, 175 escolas e 14 grupos escolares

> abrigam 15.000 alunos, com uma frequência média diária de 82%. (AMÁDIO, 1947, p. 64).

Outro fator que trouxe desenvolvimento a cidade, fora a estação férrea. Aprovada pelo Decreto Federal Nº 1964, de 13/02/1895, a extensão de 292 quilômetros da Linha Santa Maria – Marcelino Ramos / Ramal Cruz Alta – Santa Rosa, de propriedade da extinta Rede Férrea Federal Sociedade Anônima (RFFSA), que teve cedência para Prefeitura Municipal, fora executada aos poucos na região Noroeste do Rio Grande do Sul, pela Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS) tendo seu ponto final a Estação Santa Rosa, em 12/05/1940, com endereço na Avenida Rio Branco, s/nº. (IPHAE, 2002, p.180). A chegada estrada de ferro e a construção da estação ferroviária, por exemplo, propiciaram o desenvolvimento da cidade, fazendo com que a malha urbana, residências e estabelecimentos comerciais fossem construídos em suas proximidades. Palhares transferiu o centro do município, da chamada "Cidade Baixa" – proximidades da Praça da Independência – para as cercanias do novo Palácio Municipal. Essa mudança era também uma alteração na concepção econômica-social do município, como revelou José Amádio, em trecho da descrição da Avenida Rio Branco, em reportagem da Revista Do Globo (1947):

> A rua principal da cidade nova, com edifícios de dois e mais andares, "Construir" é o verbo da moda em Santa Rosa. Quem possui uma loja velha, quer uma loja nova; quem possui uma farmácia velha quer uma farmácia nova. A igreja também entrou no páreo. (AMÁDIO, 1947, p. 34)

A "Cidade Nova" foi escolhida para a construção do Palácio Municipal, em 1941, e mais tarde, da Praça da Bandeira, em frente a esta, configurada pela Avenida Rio Branco. Houve um deslocamento do centro comercial e administrativo da cidade. José Amádio também descreveu a importância da construção desta nova região da cidade:

> A orgia de construções que está resultando na cidade nova teve início há uns cinco anos, quando o então prefeito Pautilho Palhares, dinâmico capitão da Brigada Militar que andou fazendo coisas incríveis com os colonos estrangeiros durante a guerra, resolveu construir um novo prédio para a Prefeitura. O local escolhido para tal fim foi uma colina, localizada a dois quilômetros do centro da cidade velha. Quando o capitão falou nisso, julgaram-no doido varrido. Mas o homem era de fibra e sabia o que estava V SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO ARQUITETURA E DOCUMENTAÇÃO BELO HORIZONTE – DE 24 A 26 DE Outubro de 2017 fazendo. E a nova Prefeitura, orçada em Cr$ 1.000.000,00, foi construída em pleno campo. Resultado: aos poucos o prédio foi chamando a si o resto da cidade. Ruas amplas foram demarcadas. Um arrojado construiu um edifício de apartamentos na então nua praça fronteira à Prefeitura. Outros o imitaram. Na rua que se convencionou ser a principal da cidade nova, foram proibidas as edificações com menos de dois andares. (AMÁDIO, 1947, p. 34).

A colonização de Santa Rosa/RS foi marcada pela heterogeneidade étnica, que segundo a Amádio consistiam-se em 27 nacionalidades diferentes, dentre essas, 40% eram alemães, 30% eram italianos, e o restante "de origens polonesa, russos, japonesa e elementos genuinamente nacionais, os caboclos" (AMÁDIO, 1947, p. 36). Porém a intolerância étnica sofrida pelos imigrantes, acentuada durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), reduziu a adoção de arquitetura com características europeias coloniais, buscando adotar a austeridade internacional em sua arquitetura, acompanhando as preferências da América Latina no período, como Silvia Arango apresentou:

> "*En el siglo XX, la arquitectura en América Latina se ha debatido entre dos polos: uno internacional, que prolonga las distintas formas de colonización, y otro que refuerza la identidad propia. (...) Los nacionalismos entraron en crisis cuando el clima político europeo se enrareció al punto de culminar en la tremenda confrontación de la Segunda Guerra Mundial. Este evento, y la crisis económica de 1929-30 que terminaba con las lógicas económicas del capital financiero y los enormes presupuestos gastados en arquitectura ornamentada, hicieron oscilar las preferencias hacia el polo internacional que preconizaba la austeridad.*" (ARANGO, 2012, p.48)

Além das crises econômicas e políticas, o início do século XX, passou por evoluções tecnológicas, principalmente da indústria, ocasionando o sentimento de pertencimento a uma época "moderna". A sociedade desejava uma arquitetura nova, de estética moderna, de acordo com o seu tempo. A construção da "Cidade Nova" em Santa Rosa/RS estava inserida neste sentimento. A importância de traduzir volumetricamente as inovações estéticas da modernidade seria o modo de demonstrar-se atual para a sociedade gaúcha, como Arango relata:

> *"la Exposición de Artes Decorativas de París de 1925 originó una corriente del estilo Art déco, que también podría llamarse de estilo Buque o Protomoderno, que se extendió por el continente hasta mediados de siglo: muchos edificios de oficinas y apartamentos presentan los planos rebatidos, la decoración geométrica y la acentuación de la verticalidad propios de este estilo"*. (ARANGO, 2012, p. 47)

Tal afirmação é ilustrada com a construção do edifício do Palácio Municipal (1941), na "Cidade Nova", em com elementos característicos do *Art Déco*. Com sua edificação, passaram a surgir em suas proximidades outros edifícios com os mesmos elementos, como o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (1948) - atual Biblioteca Pública Municipal, os Correios e Telégrafos (1951) e tantos outros de propriedade privada, criando uma unidade ao conjunto do centro da cidade e, em especial, à Avenida Rio Branco (MITTELSTADT, 2008). Para a construção das inovadoras edificações, era necessária uma empresa que estivesse apta para atender às diversas solicitações.

CONSTRUTORA MEDAGLIA

Dentro deste contexto de formação da cidade de Santa Rosa/RS, pode-se referenciar enquanto importante propulsor, a Construtora Medaglia1, em cuja produção confunde-se com a feitura de demais municípios da região Noroeste, como a cidade de Santo Ângelo/RS, conforme Kerber (2008), São Luiz Gonzaga/RS e Ijuí/RS. Através da participação de diversos engenheiros, formados, principalmente, na Escola de Engenharia de Porto Alegre/RS, a construtora obteve filiais em outras localidades, edificando obras diferenciadas para o contexto das cidades interioranas. Na filial de Santa Rosa/RS, entre 1941 a 1955, foram contabilizadas em torno de 90 projetos, com projetos e execuções dos mais variados portes e programas, incluindo nestes o Palácio Municipal. Preservar a identidade cultural da transformação e do desenvolvimento do município é o modo de democratizar o conhecimento tão lembrado porém tampouco valorizado. A documentação e inventário de bens de relevância histórica, cultural e arquitetônica torna-se, assim, fundamental para qualquer ação preservacionista bem como a elaboração de planos turísticos. Desta forma, a identificação do eixo histórico e cultural municipal, além de documentar importantes memórias edificadas é também um instrumento de estudo para gerações futuras.

EIXO HISTÓRICO E CULTURAL *ART DÉCO*

Para proteger a identidade histórica e cultural do município, por meio da realização de um levantamento da história, cultura e os respectivos inventários dos edifícios em estilo *Art Déco*, na Avenida Rio Branco, edificados pela Construtora Medaglia, é que se objetivou a elaboração desta pesquisa. Justifica-se tal trabalho através da ciência de que é por meio da valorização e da preservação da memória do patrimônio cultural e arquitetônico – definidos pelo art. 216 da Constituição Federal (1988) como o patrimônio cultural brasileiro “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” – que se pode possuir um elemento importante para o desenvolvimento sustentado, a promoção do bem-estar social, a participação e a cidadania, e, assim, se compreenda o estilo de vida da população em determinadas épocas e reconheça-se como sendo a identidade cultural dos santa-rosenses. As edificações são bens culturais imóveis, as quais contribuem na preservação da história e de valores culturais da sociedade na qual está situada. Lima (2014) relata que para um devido resgate do significado inerente à arquitetura de uma cultura, deve-se haver:

> "uma análise com base nos seguintes critérios: significado e processo de desenho; significado e processo de produção; significado e a trama urbana; significado e identidade nacional. Esses tópicos são úteis na análise da arquitetura que jamais deve ser compreendida como um objeto isolado, situação em que perderia qualquer significado (...) A complexa problemática que envolve a questão do significado encontra reflexo nas questões de definição do que seja Patrimônio Arquitetônico e Urbano. Neste caso, é necessário que se tenha em vista o projeto cultural a partir do qual serão valorizados alguns objetos em detrimento de outros. Os critérios de avaliação a partir daí devem considerar a presença de espaços sociais, a escala da obra, sua inserção na trama urbana, suas tipologias funcionais, sua relação com o entorno. No caso da América Latina, que não possui um patrimônio arquitetônico e urbano comparável ao europeu, mas tem profunda necessidade de criar uma identificação com sua própria história e paisagem, é necessário buscar novas formas de valorização das obras, que tenham em vista aspectos que fortaleçam a identidade cultural." (LIMA, 2014, p. 32)

Buscando essas novas formas de valorização, visto a necessidade pela preservação das obras relacionadas ao valor histórico e social, fora necessário observar as diretrizes e características peculiares da sociedade santa-rosense. Lemos (1981) abordou que a industrialização pode prejudicar a busca pela identidade cultural, por isso o preservar, conservando a memória do que seja mais significativo diante do grande patrimônio cultural estabelecido, deve levar em conta o que a sociedade defende, aquilo que lhe pareça mais importante e que demonstre maior valor para se preservar.

Outro ponto que merece destaque quanto da identificação do eixo histórico e cultural *Art Déco* santa-rosense é a pretensão do alcance de inúmeros benefícios à sociedade. Entre estes, estão: a valorização do patrimônio material imóvel de Santa Rosa/RS; o enaltecimento das informações turísticas da cidade; o incentivo à população a participar efetivamente nas decisões relacionadas à preservação do patrimônio arquitetônico, visto que se terá uma maior organização e divulgação de dados; o desenvolvimento do sentimento de valorização dos bens culturais e a reflexão sobre as dificuldades de sua preservação na própria sociedade; e legar às gerações futuras, por meio dos produtos criados, registros capazes de propiciar a compreensão da história do município, não rompendo com a corrente do conhecimento bem como cumprindo as questões legais, tal como a Lei que consolida a legislação pertinente à cultura no município de Santa Rosa/RS:

> Art. 20. Constitui o Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Santa Rosa, o conjunto de bens móveis e imóveis existentes em seu território e que, por sua vinculação a fatos pretéritos e a fatos atuais significativos, ou por seu valor cultural, seja de interesse público conservar e proteger contra a ação destruidora decorrente da atividade humana e do perpassar do tempo. (SANTA ROSA, 2009, p. 4)

Evidenciando o patrimônio histórico e cultural do município, por meio da pesquisa desenvolvida junto ao setor de planejamento urbano da prefeitura municipal de Santa Rosa/RS, foram selecionadas, neste momento da pesquisa, a partir de fichas cadastrais municipais, oito edificações. Estas, estão localizadas na Avenida Rio Branco, denominada então de eixo histórico, por ser o elo entre "Cidade Baixa" e a "Cidade Nova" e foram edificadas pela construtora Medaglia, com elementos característicos do estilo *Art Déco.*

Figura 1. Eixo histórico das edificações produzidas em *Art Déco* pela Construtora Medaglia, na Avenida Rio Branco, em Santa Rosa/RS.

Fonte: das autoras.

1- Edifício Luconi (1946)

Localização: Avenida Rio Branco, esquina com a Rua Santo Ângelo; Quadra:19-A; Lote: 6-A.

O Edifício Luconi foi edificado para uso residencial. Posteriormente, devido a sua localização estratégica de esquina e no principal novo eixo comercial da cidade, alterou sua finalidade para comercial, tendo como nome Livraria da Vilma Montovani. A edificação foi vendida para o Senhor Zoeller, que era cunhado de Vilma Montovani, passando a ser denominado de Livraria da Serra. Manteve-se com o uso comercial e, atualmente, funciona como comércio de vestuário. Devido ao seu formato cuneiforme, foi popularmente apelidado de “Ferro de passar".

2- Igreja Evangélica Luterana São João (1948)

Localização: Avenida Rio Branco, esquina com a Rua São Francisco; Quadra:100; Lote: 16.

A história da Igreja tem início na Comunidade São João que, nos primórdios do século XX, época em que a então sede da colônia, “14 de Julho”, de Santa Rosa, era uma terra próspera (AMÁDIO, 1947, p.36). A fundação das novas colônias no Noroeste e no Norte do estado do Rio Grande do Sul, atraiu muitos pastores missionários. Coube ao então comerciante, Edmundo Pilz, recém chegado à “Colônia 14 de Julho” como era conhecida a cidade de Santa Rosa/RS naquele período. Vindos de Cachoeira do Sul, a incumbência de fazer contato com o pastor luterano Albert Lehenbauer, da Linha 15 de Novembro, Colônia Guarani, 6º Distrito (CHRISTENSEN, 2008, p. 42), para que as famílias da então “Vila 14 de Julho”, como também era conhecida Santa Rosa/RS, pudessem receber orientação espiritual. Em 21 de outubro de 1917 era fundada, oficialmente, a Comunidade Evangélica Luterana São João com 15 membros votantes. Atualmente, a Comunidade comemora o seus 100 anos de história com 1.500 membros.

3- Cinema Odeon (1948)

Localização: Avenida Rio Branco, entroncamento com a Avenida Santa Cruz, a Rua Porto Alegre e a Rua São Francisco - Quadra: 19; Lote: 01.

A cidade de Santa Rosa/RS possuía um cinema, localizada na então “Cidade Baixa”. Entretanto, conforme a Revista Do Globo (1947), um incêndio o destruiu na tarde de um domingo, em 15 de dezembro de 1946, enquanto se passava a última parte de um seriado. Para o entretenimento dos santa-rosenses, era necessário a construção de uma nova edificação. De propriedade de Agostinho Freiner, manteve sua finalidade durante muitas décadas, com o nome de Cine Odeon. Em anexo, o Café Odeon e, na parte superior deste, a residência de dona Elma e Agostinho Frainer. Uma obra

gigantesca para o início da “Cidade Nova”. No palco do cinema, apresentaram-se grandes artistas regionais, como Teixeirinha, Meri Teresinha e Irmãos Bertussi. Os usos de sala de cinema e bar, atualmente transformaram-se em salas comerciais, de propriedade de Adelino Colombo, porém foi preservado o letreiro “ODEON”, marcante em sua fachada.

4- Sociedade Esportiva e Recreativa Clube Concórdia (1950)

Localização: Avenida Rio Branco, 706, esquina com a Rua Santos Dumont- Quadra: 71-A; Lote: 01.

Conforme apresentado na Revista Do Globo (1947), fundou-se em 1919, por teuto-brasileiros, a Sociedade Esportiva e Recreativa Clube Concórdia. A primeira sede era em madeira. A construção da nova sede se deu na Avenida Rio Branco, sendo construída sobre parte de um cemitério abandonado. O terreno foi doado pelo empresário Vergílio Lunardi, o qual era o presidente do clube na época. O clube, de dois pavimentos, tem uma área de 1.520,00m². No pavimento térreo é dividido em atividades como: salão de bolão, sala de jogos, sala de estar, restaurante e apoios, secretaria e chapelaria. Já no segundo pavimento, possui um salão de baile com copa e bar, nele também possui sacadas, onde os convidados podem apreciar a área externa. No clube aconteciam várias festividades entre as mais importantes como bailes, carnaval, desfiles. No ano de 1969 teve a ampliação do primeiro pavimento totalizando em 505,68m².

Com o passar dos anos, houve um processo de tombamento provisório da sede do Clube Concórdia pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul – IPHAE. Consta que, em 2008, o clube foi vendido e passaria por um processo de demolição. Esta notícia gerou uma série de impedimentos entre o proprietário da área e a diretoria do Clube, integrantes do Conselho Municipal de Cultura, Ministério Público e Poder Judiciário. Marcada a data para iniciarem-se os trabalhos de demolição, o Conselho Municipal de Cultura, informado sobre o caso, tentou intervir para frear o processo, indo até o local para tentar paralisar a demolição, além da própria comunidade santa-rosense presente no ato. Mas, infelizmente, quando saiu o resultado da determinação, o proprietário já havia feito a demolição parcial. Com o apoio da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) Defender, coletaram materiais suficientes para encaminhar o processo de abertura de tombamento junto ao IPHAE. Assim que o IPHAE recebeu a documentação, emitiu o Tombamento Provisório pelo Estado do Rio Grande do Sul. A partir de então, qualquer modificação feita no Clube precisar-se-á ser analisado e autorizado pelo IPHAE, e não somente pelo município.

5- Edifício Lavarda (1945)

Localização: Avenida Rio Branco, esquina com a Rua Buenos Aires - Quadra: 62; Lote: 08.

Os primeiros proprietários do Edifício Lavarda foram José Lavarda, Egídio Lavarda e Balduíno Ritter. O objetivo da construção era um prédio para abrigar, no pavimento térreo, o comércio da família, uma sapataria, que já existia na "Cidade Baixa", e no segundo pavimento a residência da família. Na parte comercial da edificação, já funcionaram: a Casa de Calçados Lavarda, Casa Edi Calçados, Agência APESul (1977), Banco do Comércio de Santa Rosa/RS e Agência Estadual, e Casas Patussi. Com uma área de 520,16m², atualmente funciona como comércio de farmácia no térreo e no segundo pavimento manteve-se como residencial.

6- Palácio Municipal - Antiga Prefeitura Municipal (1941) Localização: Frente para a Praça da Bandeira, esquina com Av. Rio Branco. Lote 03 quadra 073.

Foi um dos primeiros, talvez o pioneiro edifício na "Cidade Nova". Localizado em frente à Praça da Bandeira, foi uma das maiores edificações com a finalidade prefeitura municipal do Estado, conforme Christensen (2008). Nela funcionavam todos os serviços municipais, a Câmara de Vereadores, a Delegacia de Polícia, as exatorias e o Fórum, e os vários cartórios. Atualmente, a edificação está destinada para o uso como Centro Cultural de Santa Rosa, passando por processo de restauro, que se encontra em fase de conclusão. A fachada principal trata-se de uma única parte mantida desde a inauguração da construção, em 1946, tombada como patrimônio histórico municipal. O programa do novo Centro Cultural de Santa Rosa contará com sala de cinema, biblioteca, auditório, museu e ateliês, além de lanchonetes. Nele também irá funcionar a estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

7- Edifício Lunardi (1947)

Localização: Avenida Rio Branco, com esquina Avenida América - Quadra: 63; Lote: 5.

A Casa Lunardi era uma loja de ferragens das mais sortidas da região. A edificação possui dois pavimentos com o total de 630,00 m². No primeiro pavimento o proprietário, Virgilio Lunardi, antes da loja de ferragens teve usos de moinho, serraria, depósito trigo, milho e arroz. Junto da edificação funcionava um escritório de contabilidade de seu genro Kwiatowski. Já no segundo pavimento possui dois apartamentos residenciais. A edificação mantém o uso comercial no térreo e residencial no seu segundo pavimento.

8- Hotel Avenida (1942)

Localização: Avenida Rio Branco - Quadra: 63; Lote: 9.

Hotel de concepção moderna e de desenvolvimento, era muito elogiado pelos viajantes que vinham a Santa Rosa/RS, para vender seus produtos, hospedando-se na região central da cidade, no conhecido Hotel Avenida. Na parte da frente do edifício havia a recepção, o refeitório e uma área onde os hóspedes se sentavam para tomar chimarrão e acompanharem o *footing*. Na parte do fundo e superior do prédio ficavam os dormitórios. Foi a partir deste edifício que o prefeito da época definiu que o centro da cidade seria transferido para este local, surgindo a "Cidade Nova". Por ser um dos primeiros hotéis da cidade, recebeu diversos viajantes, hóspedes, entre eles o cantor Roberto Carlos. Ele também tinha o funcionamento do "Bar Capri", famoso na sociedade. Seu uso continua o mesmo desde sua fundação: hotelaria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a identificação do eixo histórico das edificações produzidas em *Art Déco* pela Construtora Medaglia, na Avenida Rio Branco, em Santa Rosa/RS, torna-se uma ferramenta de valorização do patrimônio material imóvel da cidade e um meio de preservar a história e a identidade cultural do município, resgatando memórias da sociedade, além de enaltecer as informações turísticas da cidade. Por conseguinte, consolidar-se-á à área central como de cunho histórico-cultural, preservando edificações, monumentos e paisagens urbanas, qualificando a estrutura comercial e de serviços locais, amplificando a dinâmica turística por meio da revalorização urbana e edilícia, pretendo incentivar a sua futura qualificação.

Pretende-se continuar o desenvolvimento do trabalho para proporcionar a consulta popular das informações coletadas a partir da disponibilização, na forma de fichas de inventário baseadas no modelo das fichas do IPHAE dos edifícios estudados. Por consequência, legar-se-á às gerações futuras, por meio dos produtos criados, registros capazes de propiciar a compreensão da história do município, não rompendo com a corrente do conhecimento, bem como conscientizar da responsabilidade como formadores do patrimônio cultural e da história de Santa Rosa/RS por meio do relato dos prédios históricos e a história da arquitetura local. Inventariar e analisar os edifícios em estilo *Art Déco*, na Avenida Rio Branco, do município de Santa Rosa/RS, edificados pela Construtora Medaglia, irá enfatizar ainda mais a importância da preservação do patrimônio histórico e cultural proposto por este trabalho. Deste modo, ao preservar à identidade, à ação, à memória dentre demais embasadores dos diferentes grupos formadores da sociedade, têm-se um elemento norteador para a formação de

cidadãos que consigam aliar o mundo globalizado com questões intrínsecas à sua cultura local, regional, nacional e até mesmo continental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANGO, S. (2012). Arquitectura Moderna Latinoamericana: el juego de las interpretaciones. Anales del IAA, 42 (1), 39-54. Consultado el (07/Julho/2017) en

http://www.iaa.fadu.uba.ar/ojs/index.php/anales/article/view/71/60

BARTHEL, Stela Gláucia Alves. Vestígios do Art Déco cidade do Recife: (1919 -1961): abordagem de um estilo arquitetônico. Recife UFPE (Tese de doutorado), 2015.

BLANCO, Giovanni; CAMPOS NETO, Candido Malta. Redescobrindo o Art Déco e o racionalismo clássico na arquitetura belenense. Arquitextos, São Paulo, ano 03, n. 032.08, Vitruvius, jan. 2003 Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.032/719>. Acesso em: 09 de jun. 2017.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CHRISTENSEN, Teresa Neumann de Sousa. Santa Rosa: Histórias e Memórias (1876-2004). Porto Alegre: Ed. Palloti, 2008.

CURTIS, William J.R.. Arquitetura moderna desde 1900. 3ª edição, Porto Alegre, Bookman, 2008.

CZAJKOWSKI, Jorge (Org.). Guia da arquitetura art déco no Rio de Janeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/ Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.

IPHAE, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul. Inventário das Estações: 1874-1959. Secretaria da Cultura do Rio Grande do Sul: pesquisadoras Alice Cardoso e Frinéia Zamin. Porto Alegre: Pallotti, 2002.

KERBER, Rodrigo F. Santo Ângelo: A Firma - Ação da Modernidade na Arquitetura da Cidade, 1930-1945. 2008. Dissertação (Mestrado de Urbanismo, História e Arquitetura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

LIMA, Ana Gabriela Godinho. Arquitetas e arquiteturas na América Latina do Século XX. 1. ed. São Paulo: Altamira Editorial, 2014.

LEMOS, Carlos A. C. O que é patrimônio histórico. São Paulo, Brasiliense, 1981.

MITTELSTADT, Cleonir A. de Moura. Resgate de Fato Histórico. Trabalho de Pós-Graduação em Arte, Educação e Empreendimento da Faculdade Educacional Machado de Assis, Santa Rosa, RS: 2008.

MUSEU MUNICIPAL (Santa Rosa, RS). Arquivo Histórico e Museu Municipal de Santa Rosa – R.G: Revista Do Globo: Um Ponto no Mapa (11/01/1947, José Amádio; Ed Keffel). Livraria do Globo S.A.. Rio Grande do Sul. Consulta em: 08 de jun. 2017.

MUSEU MUNICIPAL (Santa Rosa, RS). Arquivo Histórico e Museu Municipal de Santa Rosa – S. Rosa: fichas de inventário padrão IPHAE. Rio Grande do Sul. Consulta em: 08 de jun. 2017.

SANTA ROSA. Lei Municipal n. 4.529, 20 DE MAIO DE 2009. Consolida a legislação pertinente à cultura no município de Santa Rosa. Câmara Municipal de Vereadores de Santa Rosa, Santa Rosa, RS, maio 2009. Disponível em:

<http://downloads.santarosa.rs.gov.br/downloads/fmc2012/lei_4529_20_05_2009.pdf>. Acesso em: 12 de jun. 2017.

Capítulo 12

10.37423/220205326

AÇÃO (COM)VIDA: CUIDADOS COM A SAÚDE MENTAL EM TEMPOS DE PANDEMIA

Lana D'Ávila Campanella *UFSM*

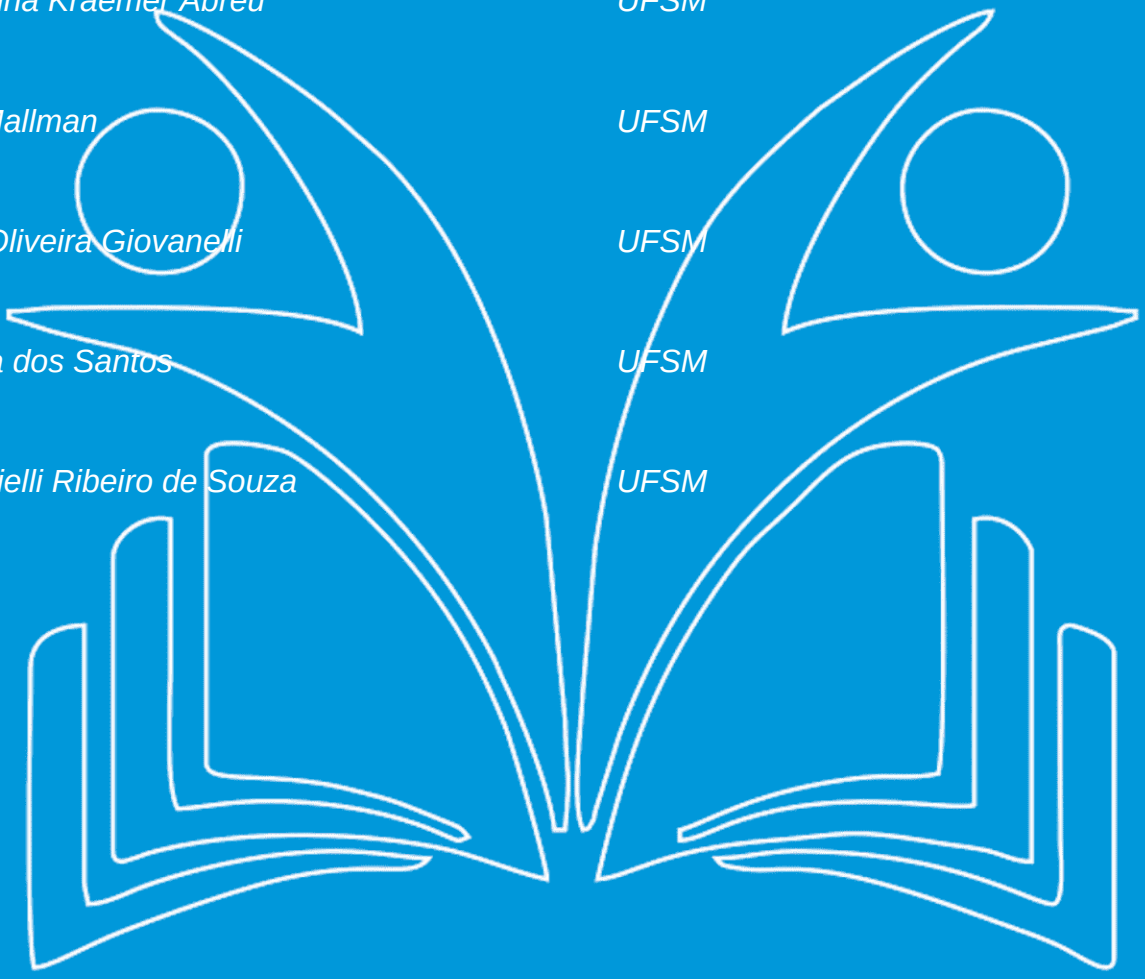
Karen Cristina Kraemer Abreu *UFSM*

Bernardo Mallman *UFSM*

Letícia de Oliveira Giovanelli *UFSM*

Luiza Fanfa dos Santos *UFSM*

Maria Gabrielli Ribeiro de Souza *UFSM*



Resumo: O impacto que o novo coronavírus SARS-CoV-2 está causando na sociedade, acabou por alterar rotinas como o distanciamento social, impactando na economia e atingindo o sistema de saúde como um todo, inclusive na área da "saúde mental", manifestado através de desconfortos emocionais como medo, raiva, tristeza, solidão, entre outros. Pensando nessa realidade, o Projeto de Extensão Comunicare RP, vinculado a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), estruturou uma ação intitulada: (COM)VIDA, com o objetivo de contribuir com o bem-estar social no enfrentamento da pandemia, através da produção de conteúdo de cunho informacional que foram veiculados em Rádios, Jornais e plataformas digitais como: Facebook e Instagram durante o ano de 2020. A ação contou com o apoio da Pró Reitoria de Extensão (PRE) de modo que este artigo, relata como as ações de comunicação foram estruturadas e o impacto que obtiveram junto à comunidade, durante os dois meses de campanha.

Palavras-Chave: Pandemia; Covid-19. Saúde Mental. Ação Social. Comunicação.

INTRODUÇÃO

Em 11 de março de 2020, Tedros Adhanom, diretor geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), declarou o status de pandemia Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2) que já dizimou 1.314.584 pessoas no mundo (165.673 mil brasileiros), de uma pandemia que já atinge 188 países. Diante de tantas necessidades que foram surgindo na medida em que a peste foi se alastrando, uma delas se referia aos cuidados com a Saúde Mental. Assim, o presente trabalho tem como objetivo relatar a ação extensionista do Comunicare RP no enfrentamento ao Covid-19 no que tange a Saúde Mental, por conta da realização da ação (COM)VIDA, apresentando como foram implantadas as estratégias de comunicação e seu impacto junto a comunidade a que se destinou.

1. O PROJETO COMUNICARE RP

O Projeto de Extensão Comunicare RP[1] , vinculado ao Departamento de Ciências da Comunicação (DECOM) da Universidade Federal de Santa Maria, campus Frederico Westphalen, iniciou seus trabalhos em 26 de março de 2018 com o objetivo de oportunizar aos alunos, práticas no âmbito das Relações Públicas, articulando ações de extensão que pudessem atender as demandas sociais. Atualmente,[2] o Comunicare RP conta com uma equipe formada por duas professoras e 22 alunos que seguem os pressupostos[3] que regem a extensão na UFSM, cumprindo seu papel social ao atender organizações que não visem lucro (ONG, OSCIP, associações), através de temas de interesse social (como diversidade, comunicação, sustentabilidade e cidadania).

A metodologia de trabalho é baseada no Planejamento Estratégico alinhado na coleta de informações; no diagnóstico da situação; em estabelecer objetivos para orientar as decisões; na elaboração e implantação de planos, programas e projetos para alcançar as metas e no estabelecimento de cronogramas para acompanhar a execução. A sistemática para formação da equipe consiste na seleção de alunos voluntários das áreas de Relações Públicas, Jornalismo, Administração e Sistemas de Informação da UFSM e de outras Instituições de Ensino Superior (IES) para desenvolver ações de comunicação integrada. O jobs realizados são oriundos da coleta de briefing para o desenvolvimento de Campanhas de Comunicação[4] , na Organização de Eventos e em práticas que envolvam o Cerimonial e Protocolo, nas ações de Media Social e de Media Training. No caso da Ação (COM) VIDA, foi aberto um edital[5] interno, voltado a seleção de acadêmicos de Relações Públicas da UFSM/campus de Frederico Westphalen, contemplando vagas para Comunicação Institucional (produção de conteúdo e analise do posicionamento dos públicos) e para Comunicação Digital (criação de canais de

comunicação, divulgação de informações, planejamento de estratégias de relacionamento e engajamento em ambiência digital).

2. SARS-COVID 19: A PANDEMIA DO SÉCULO XXI

Em 11 de março de 2020, a OMS caracterizou o surto da doença de COVID-19 como uma pandemia mundial. O novo agente do Coronavírus, causador da COVID-19, foi identificado em 31 de dezembro de 2019, em Wuhan na China, onde a doença começou a ser disseminada, de pessoa a pessoa, até atingir proporções mundiais de contágio. O vírus Sars-CoV-2, responsável pela doença, do ponto de vista da transmissão, pode ser originário de morcegos, e faz parte de uma linhagem de vírus denominada coronavírus, que de acordo com Caropeso (2020), foi identificada pela primeira vez nos anos 1960 e pertence à subfamília taxonômica Orthocoronavirinae, da família Coronaviridae, da ordem Nidovirales,

Os Coronavírus se dividem em diversas espécies, gêneros e cepas, onde alguns atacam animais e outros atacam humanos, causando desde doenças leves, com sintomas de um resfriado comum, até doenças graves. As doenças graves mais conhecidas já causadas pelo vírus, foram a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS), espalhada a partir de vários países da China, em 2002, com cerca de 800 vítimas, das 8.000 pessoas infectadas; a Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS), originada na Jordânia em 2012, e disseminada do Oriente Médio até a Coréia do Sul, com cerca de 35% de letalidade das 2.500 pessoas contaminadas; e o atual Novo Coronavírus, responsável pela pandemia mundial do Covid-19, em que o índice de letalidade ocorre entre 3% a 4%, geralmente em pessoas do chamado “grupo de risco”, como portadores de doenças crônicas, idosos, asmáticos, pessoas com doenças do coração, fumantes, diabéticos e mulheres grávidas. Essas pessoas podem ter mais riscos de complicações em função da redução de sistema imunológico, contudo, apesar do índice de letalidade ser relativamente mais baixo, a facilidade de transmissão do vírus é muito maior do que os demais.

O Covid-19 é uma doença que afeta a espécie humana, e atua principalmente no sistema respiratório dos pacientes infectados. Ela apresenta quadro clínico e pode variar de infecções assintomáticas ou sintomas leves, como coriza, espirros e dor de garganta, até casos graves como pneumonia. Segundo dados da OMS, cerca de 80% dos pacientes podem ser assintomáticos (que não apresentam sintomas), ou oligossintomáticos (que apresentam poucos sintomas), e aproximadamente 20% necessitam de atendimento hospitalar por dificuldades respiratórias, dos quais apenas cerca de 5% podem necessitar

de suporte ventilatório. Os sintomas mais comuns podem variar entre tosse, febre, coriza, dor de garganta, dificuldade para respirar, perda de olfato (anosmia), alteração do paladar (ageusia), distúrbios gastrointestinais (náuseas, vômitos e/ou diarréias), cansaço (astenia) diminuição do apetite (hiporexia) e falta de ar (dispnéia). .

A transmissão do vírus acontece da pessoa doente para outra por meio de toque do aperto de mão contaminadas, gotículas de saliva, espirro, tosse, catarro e objetos ou superfícies contaminadas, como celulares, mesas, talheres, maçanetas, brinquedos, etc. Essa particularidade de transmissão acelerada do Novo Coronavírus foi responsável pela disseminação mundial do vírus em um período muito curto de tempo, ao que levou a OMS e autoridades a decretarem as práticas de isolamento social, como uma forma de conter a disseminação do vírus causador da doença.

3. AÇÃO DE ENFRENTAMENTO AO COVID-19 NO QUE TANGE À SAÚDE MENTAL

A Ação (COM) VIDA foi traçada com o intuito de impactar a comunidade e os públicos definidos previamente, ao apresentar conteúdos sobre cuidados com a Saúde Mental em tempos de pandemia visando a promoção e a adaptação dos indivíduos ao novo cenário. A equipe de trabalho de professores, psicólogas e alunos voluntários e bolsistas realizou estratégias com a produção de conteúdo e artes, estruturando uma campanha digital, visto que este era o modo mais apropriado para o contexto que vivenciado.

Os públicos essenciais - que proporcionaram a manutenção e execução das atividades – foram divididos em dois segmentos: Constitutivos e de Sustentação, sendo os Constitutivos compostos pelos proponentes da ação (professoras orientadoras e bolsistas) e os de Sustentação, subdivididos em primários e secundários.

No que se refere ao público primário, que exerceu influência direta sobre a ação de forma social e legal, se enquadraram as psicólogas, os voluntários e os seguidores do Comunicare RP representados no Instagram, por um perfil de aproximadamente 70% mulheres e 30% homens, predominando a faixa etária entre 18 a 24 anos, sendo as principais localizações desse público, os municípios de Frederico Westphalen, Santa Maria, Porto Alegre, São Paulo e Seberi. Atualmente, essa rede social conta com cerca de 1021 seguidores (até o dia 24/10/21). Também podemos incluir os seguidores das redes sociais das psicólogas e o público leitor e ouvinte das matérias e conteúdos veiculados na mídia.

Já o público secundário foi composto por:

a) Comunidade de Frederico Westphalen (crianças, jovens, adultos, pais e profissionais);

b) Jovens de 18 a 25 anos da cidade de Frederico Westphalen, através dos seguidores do Instagram do Comunicare RP;

c) Alunos da UFSM-FW, URI, IFFar e demais universidades;

d) Adolescentes de 12 a 18 anos de Frederico Westphalen;

e) Pais de crianças de 0 a 10 anos;

f) Profissionais de Frederico Westphalen/ Santa Maria/ Porto Alegre/ Seberi/ São Paulo (baseado em uma noção de relacionamento com mídia, análise de seguidores do Comunicare RP - Instagram);

g) Professores de Frederico Westphalen;

h) Idosos de Frederico Westphalen e região.

Assim, é perceptível afirmar que os públicos citados foram de suma importância para a realização eficaz e eficiente da ação, uma vez que representam diretamente os temas que foram abordados pelas psicólogas através de diversos meios de comunicação. Nesse sentido, ressalta-se que o objetivo da ação ao traçar esses públicos é que estratégias específicas sejam desenhadas para assim expandir a ação e entregar com excelência os conteúdos propostos.

A partir da análise dos dados obtidos pelo eixo de identificação do questionário de avaliação dos conteúdos da ação (COM)VIDA, foi perceptível que a maior parcela do público atingido foi conferida por jovens entre 20-24 anos (43,8%), do sexo feminino (87,5%), estudantes do Ensino Superior (68,8%), graduandos da UFSM (75%), no campus da UFSM de Frederico Westphalen (96,6%). Além disso, também foi possível atingir públicos de diferentes idades, sexo e escolaridade e regionalidade, conforme o questionário completo, presente no tópico eixo de identificação.

Além dos públicos estipulados através da tabulação dos dados do questionário, sob uma perspectiva específica e relacional dos públicos ao tema saúde mental, também foi possível, diante do acompanhamento e análise das lives, cartilhas, conteúdos, podcasts e a interação de seus respectivos espectadores, perceber a participação de públicos diversos como pessoas que se encontravam sob dificuldades psicológicas, jovens e estudantes com adversidades quanto ao controle da ansiedade, pais preocupados com a saúde mental dos filhos e profissionais de saúde que estavam atuando na linha de frente. Geograficamente, os públicos atingidos pela Ação (COM)VIDA, em sua maioria, foram

da região do Alto Médio Uruguai, Santa Maria e Porto Alegre, contando também com outras regiões do Brasil.

A análise final, o comparativo entre os públicos estipulados e os públicos atingidos se mostrou efetivo, uma vez que o objetivo da ação foi cumprido e os públicos foram alcançados, embora a maior dificuldade dos participantes da ação tenha sido alcançar o público da terceira idade.

Assim, durante dois meses foram veiculados conteúdos sobre Saúde Mental em tempos de Pandemia, através das mídias digitais do Projeto Comunicare RP:

- Instagram – divulgação e transmissão de lives
- Youtube – publicação de lives (às quartas-feiras, 19 horas)
- Google Drive - cartilhas
- Facebook - divulgação
- Whatsapp – distribuição da cartilha por influenciadores
- E-mail – divulgação
- Spotify e SoundCloud – veiculação de podcasts (os podcasts também veicularam na Rádio Comunitária 87.9 FM de Frederico Westphalen, em programa transmitido aos sábados).

A produção de conteúdo foi focada em posts educativos definidos nas estratégias desenhadas para atender as demandas e alcançar o resultado esperado, estabelecendo um vínculo singelo com os seguidores. O envio de releases, também promoveu uma séria de matérias nas mídias institucionais da UFSM (sites e TV Campus), no jornal O Alto Uruguai e no jornal Brasil de Fato sobre os conteúdos trabalhados na ação (ansiedade, relações afetivas, saúde mental das crianças, jovens, idosos e profissionais da saúde em tempos de pandemia).

As três cartilhas foram produzidas com o auxílio das psicólogas e abordaram temas como:

- **(primeira cartilha)** “Ansiedade em tempos de coronavírus”, apresentando o que é a ansiedade, suas disfuncionalidades, a relação com a pandemia, como lidar com a ansiedade e com os pensamentos, além de dicas práticas para o dia a dia.
- **(segunda cartilha)** “Rotina das crianças no período de distanciamento social” com atividades escolares, jogos e brincadeiras, trouxe ainda dicas úteis para quem mora em casa ou apartamento com estimulação cognitiva e motora.
- **(terceira cartilha)** “O cotidiano em tempos de distanciamento social”, trazendo questões sobre autoconhecimento, tempo livre, a relação com familiares, horários, saúde, metas e aprendizados.

Figura 01: Capa da Cartilha "A rotina das crianças no período de distanciamento social".

Fonte: Próprios autores

Em todas as produções foi disponibilizado contatos importantes para quem estava precisando de ajuda, como os atendimentos solidários online da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre, da Cruz Vermelha Brasileira do Rio Grande do Sul (CVBRS), o número 188 do Centro de Valorização da Vida e o atendimento psicológico online para estudantes da UFSM/FW. Outras estratégias foram utilizadas visando o entretenimento do público em tempos de distanciamento social e reforçando os cuidados com a saúde mental como a Série "Bons por quês", o "Espalhe Impacto", "Dicas" e "Razões para não ficar de fora".

- **Bons por quês –** dicas semanais de entretenimento aos internautas (receitas, músicas, exercícios físicos, entre outros).

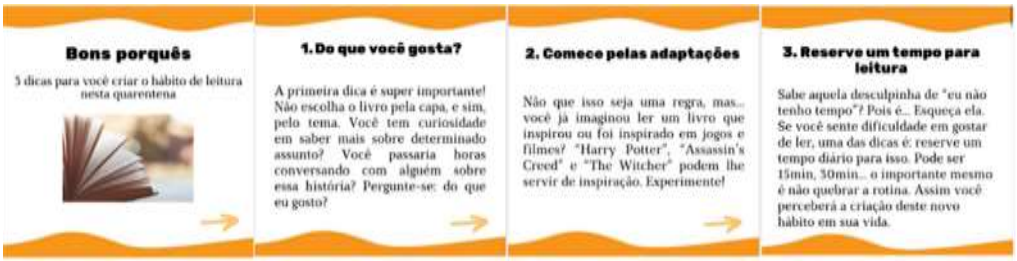


Figura 02: Post Bons porquês

Fonte: Próprios autores

- **Espalhe Impacto –** veiculação de textos singelos e emocionais sobre "sentimentos em tempos de pandemia" como o tema Liberdade:

Sentei no meu canto favorito da casa.

Peguei o meu livro.

Comecei a ler em voz alta. Gosto do som das palavras, como soam e se formam e, em segundos se desfazem no ar. Ao meu redor as plantinhas dançavam. O vento que conduzia a dança das folhas, das flores, das páginas do livro...

E do meu cabelo que se movia em tom de liberdade.

Eu sentia essa brisa no meu rosto, como um carinho ou como um toque de paz.

Assim como as palavras que saiam da minha boca e navegavam por aí

Ao encontro de quem às pudesse ouvir ou até se perderem na brisa.

E naquele momento, eu percebi que estava tudo bem, que era bom sentir, que esse momento em particular era só meu, e eu não sabia, mas precisava disso, de estar (só) eu comigo mesmo.

(PAHOLSKI, Francieli 2020)

- **Dicas –** sobre estudo e rotina na quarentena e a importância do pet em estado de isolamento.
- **Razões para não ficar de fora -** semanalmente eram lançadas três razões para não ficar de fora das lives, com argumentos sucintos e diretos que pudessem levar o público a se identificar com o conteúdo proposto pelas psicólogas.

Figura 03: Post Dicas para a quarentena

Fonte: Próprios autores

Além disso, também foram produzidos posts de divulgação das lives, podcasts e cartilhas sendo que, em todas as sextas-feiras, eram publicados resumos da última live com os pontos principais debatidos.

Figura 04: Post divulgação da live “A terceira idade e o isolamento: cuidados físicos e mentais dos idosos na pandemia”

Fonte: Próprios autores

4. CONSIDERAÇÕES E IMPACTOS DA AÇÃO

A Ação COM (VIDA), ao visar o bem-estar social durante a pandemia, impactou o público a que se destinou ao abordar temas relevantes à saúde mental nesse contexto pandêmico no qual se está inserido. Desta maneira, ao longo dos dois meses da ação, todo o trabalho desenvolvido foi pensado a partir de valores como empatia, solidariedade e gentileza, uma vez que foram fatores chaves para as contribuições realizadas serem efetivas. A proposta da ação foi trazer assuntos sobre saúde mental em um diálogo transparente, leve e dinâmico entre as psicólogas e o público, desvelado através de lives, podcasts e cartilhas informativas que abordaram temas como: Ansiedade, Relações Afetivas, Saúde Mental de crianças, idosos e profissionais.

Assim, a Ação (COM)VIDA fez parte da realidade da comunidade ao ter utilizado diversos meios de comunicação como forma de atingir um maior número possível de público. As estratégias construídas pelos bolsistas e executadas pelos demais membros do projeto, conjugaram material informativo sobre saúde mental com dicas de lazer (culinária, artesanato, leitura, etc.) a fim de promover o bem-estar social, tendo recebido um bom feedback. Os resultados alcançados com as estratégias de produção de conteúdo singularizam-se em:

- 739 visualizações das lives[6] disponibilizadas.
- Mais de 1000 curtidas em todos os conteúdos postados.
- 62 ouvintes dos podcasts semanais, além de veiculações em jornais dos municípios de Frederico Westphalen, Santa Maria e Porto Alegre.

A seguir, a printer de algumas veiculações.

Figura 05: Podcast aborda sobre a terceira idade e o isolamento social

Fonte: Rádio Comunitária

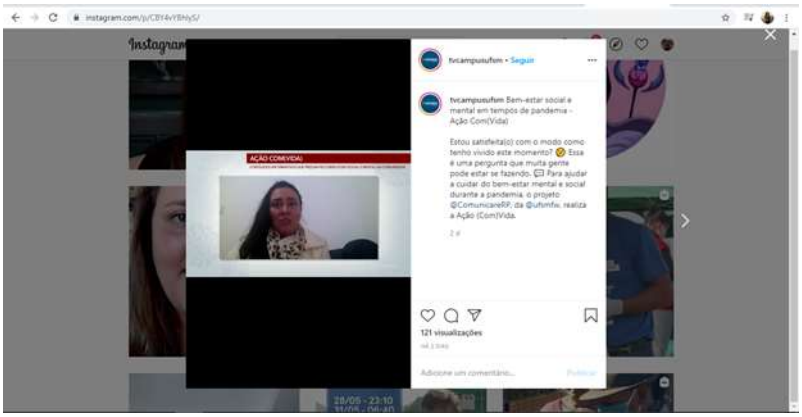


Figura 06: Bem-estar social e mental em tempos de pandemia

Fonte: Instagram- TV Campus UFSM

Figura 07: Saúde mental em tempos de pandemia

Fonte: Brasil de Fato

Figura 08: Cuidados com a Saúde mental

Fonte: Edição AU 24/04/2020, p.32

Durante os dois meses de trabalho da ação, foi disponibilizado um questionário de avaliação dos conteúdos, com nove perguntas fechadas e uma aberta para críticas, elogios ou sugestões. O

questionário foi disponibilizado via Google Forms, tendo seu link veiculado em artes nas redes sociais do projeto de extensão, bem como enfatizado nos grupos de WhatsApp e durante as lives. Aplicado inicialmente no dia 21 de maio de 2020, foi estruturado com dois eixos, sendo eles: target e conteúdo.

No eixo target houve uma predominância de pessoas com faixa etária entre 20 a 24 anos, do sexo feminino, estudantes de graduação da Universidade Federal de Santa Maria, campus de Frederico Westphalen. O eixo sobre conteúdos buscou identificar o grau de satisfação do público quanto ao material produzido, tendo com critério para as respostas, a escala de Likert[7] de 1 (menor conformidade) a 10 (maior conformidade). Os resultados obtidos foram:

- Lives: 53,3% para 10; 33,3% para 9; 10% para 8 e 3,3% para 5.
- Cartilhas: 68,4% para 10; 15,8% para 9; empate técnico de 5,3% para 8 e 7 e 5,3% para 1.
- Podcast: 57,1% para 10; 21,4% para 8; 7,1% para 9 e empate técnico de 7,1% para as notas 5 e 1.

Conforme os dados avaliados, pode-se concluir que a Ação (COM)VIDA obteve bons resultados quanto a qualidade do material fornecido em alento as metas traçadas. Os depoimentos dos espectadores das lives, também ratifica que a ação cumpriu com seus objetivos propostos, como explicitado na fala da aluna Giovanna Fernandes[8] :

> Para mim, a primeira *live* foi muito importante, principalmente por tratar de algo que eu estou familiarizada, que é a ansiedade. Entrando no contexto da pandemia, foi possível, com as falas das psicólogas, entender melhor como lidar com uma situação de estresse e com a ansiedade, por isso destaco a importância dessa *live* para mim.

Como forma de entender como os apoiadores e voluntários perceberam a aplicabilidade da ação, buscou-se *feedback* junto a uma das psicólogas voluntárias, que entendeu *"que a ação cumpriu um importante papel de disseminação de informações e reflexão acerca de possibilidades de cuidado em saúde mental em meio a esta situação inesperada e que tem afetado todos nós de maneira tão significativa. "* (PIOVESAN, Laís, 2020). Também, foi consultado o Pró-Reitor de Extensão da UFSM que atribuiu importante a disseminação de informações sobre os cuidados com a saúde mental durante a pandemia:

> .[...] cuidar da saúde mental é fundamental pra todos nós! Para que nós possamos realizar nossas atividades de forma remota, trabalhando home office pedindo uma reorganização do próprio cotidiano da família e para que nós possamos planejar esse retorno para uma nova normalidade que nós passaremos a ter. (LISBOA, Flavi, 2020).

Esses retornos positivos demonstram que a ação contribuiu de forma benéfica ao disseminar informação em um momento de incertezas e, ao transmitir esperança, para o enfrentamento ao COVID-19.

REFERÊNCIAS

CAROPESO, Vicente. Testo Notícias: para quem vive Pomerode. Disponível em <http://www.testonoticias.com.br/colunas/sa%C3%BAde/hist%C3%B3ria-do-coronav%C3%ADrus-1.2222480> acesso em 15 set de 2020

CARVALHO, Priscila. Coronavírus: pessoas com asma, pressão alta e diabetes correm mais risco. Disponível em <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/03/12/qual-o-grupo-de-risco-do-coronavirus.htm> Acesso em 15 set 2020

CORONAVÍRUS (COVID-19): origem, sinais, sintomas, achados, tratamento e mais. Disponível em <https://www.sanarmed.com/coronavirus-origem-sinais-sintomas-achados-tratamentos> Acesso em 15 set 2020

MINISTÉRIO DA SAÚDE. https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca Acesso em 15 de set de 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Universidade Federal de Santa Maria. Resolução nº 006/2019, de 29 de abril de 2019. Política de Extensão da UFSM, [S. l.], 2019. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/346/2019/05/Pol%C3%ADtica-de-Extens%C3%A3o-da-UFSM.pdf. Acesso em: 31 ago. 2020.

NOTAS

Nota 1

Projeto de Extensão nº 048836, registrado no Portal de Projetos da UFSM (https://portal.ufsm.br/projetos).

Nota 2

De acordo com o inciso V, artigo 4º da resolução 25/08 da UFSM de 10/11/2008 (http://jararaca.ufsm.br/websites/prex/download/Politica/Resolucao25.pdf).

Nota 3

O artigo 5º da Resolução nº 25/08 da UFSM (10/11/2008), estabelece a área de Comunicação como uma das áreas prioritárias da Política de Extensão da Universidade.

Nota 4

Conforme disposto da alínea “h” do inciso IV do artigo 7º da Resolução nº 25/08 de 10/11/2008 da UFSM.

Nota 5

Edital nº 02/2020 (20/04/2020) da Pró-reitoria de Extensão UFSM, conforme Resolução 01/2013, para Bolsa de Extensão Universitária.

Nota 6

Através da análise semanal das lives e seus espectadores, constatou-se que o público era oriundo de diversos estados brasileiros.

Nota 7

Tipo de escala de resposta psicométrica usada habitualmente em questionários.

Nota 8

Estudante do 5ª semestre do Curso de Relações Públicas (UFSM/FW), 2020.

Capítulo 13

10.37423/220205335

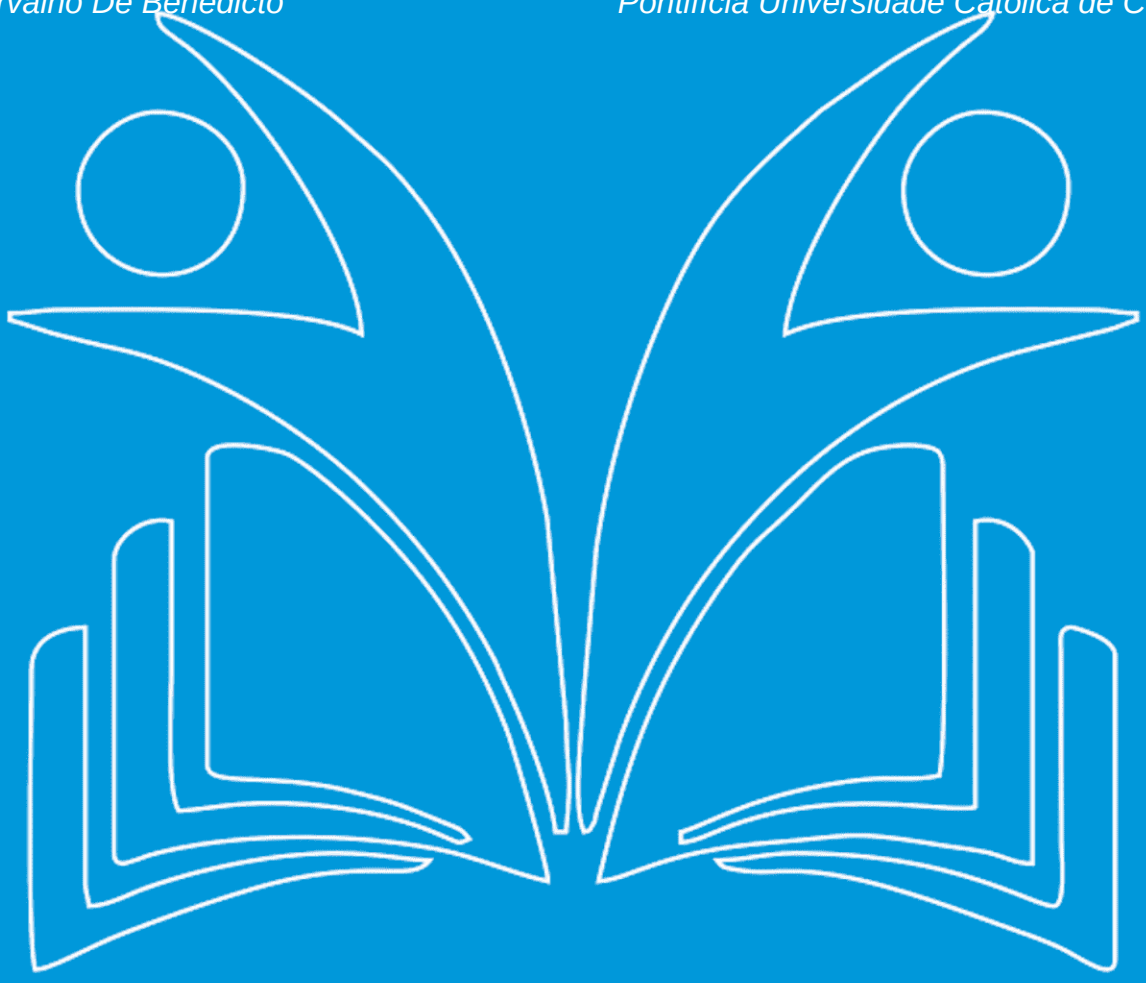
PODER PÚBLICO E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE VINHEDO/SP

Luiz Henrique Vieira da Silva

Universidade Estadual de Campinas

Samuel Carvalho De Benedicto

Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Resumo: O crescimento da população urbana em todo o planeta, aliado à emergência climática e aos nega-tivos desdobramentos socioeconômicos causados pela ação antrópica, despertam a preocupação de cientistas, administradores públicos e da sociedade civil para a pauta da transição energética. Mobilizações globais, como a Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, apontam para essa e outras necessi-dades, servindo como balizadoras para políticas capazes de responder aos desafios impostos, despontando a internalização dessa pauta em ações protagonizadas por entes subnacionais como um caminho próspero para acelerar a transição para a sustentabilidade. Em vista disso, o presente estudo propôs, a partir da confluência entre as bibliografias referentes ao assunto e os dados obtidos no município de Vinhedo, no interior paulista, um caminho para que políticas públicas fomentadoras de energias alternativas possam ser incrementadas, sobremaneira a energia solar fotovoltaica, implicando no aumento da qualidade de vida das pessoas, na re-dução do gasto público – permitindo, com isso, melhor alocação dos recursos – e no combate aos causadores e aos efeitos das mudanças climáticas. Depreendeu-se que a opção do Poder Executivo municipal por fontes renováveis de energia, com baixo impacto social e ambiental para sua obtenção, pode constituir um impor-tante incentivo para a popularização de tecnologias sustentáveis inovadoras.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável, Emergência climática, Políticas Públicas, Energias renováveis, Vinhedo.

1. INTRODUÇÃO

O processo de urbanização, acentuado pela Revolução Industrial, chegou a seu ápice no início do Século XXI, quando se constatou que a maioria da população mundial estava vivendo em cidades. Os dados do relatório *World Urbanization Prospects*, produzido pela Divisão das Nações Unidas para a População do Departamento dos Assuntos Econômicos e Sociais (DESA), apontam que, em 2014, mais de 54% da população mundial era urbana. Ainda, segundo as projeções do órgão, a porcentagem saltará para 67% em 2050 (CRIONU, 2014).

A concentração dos assentamentos humanos em cidades, além de gerar facilidades e pressupor uma drástica mudança cultural e organizacional, tendo em vista as notáveis diferenças no modo de vida campesino em relação às dinâmicas urbanas, também foi responsável por emergir novos problemas. As emissões de poluentes e contaminantes no ar, nos recursos hídricos e no solo têm comprometido a qualidade de vida no planeta, contribuído para as mudanças climáticas por meio de gases provenientes da queima de combustíveis fósseis, como o dióxido de carbono (CO2), e alavancado padrões de produção e consumo insustentáveis, especialmente nas médias e grandes cidades de países ricos ou em desenvolvimento.

Dessa forma, ao trabalhar o desenvolvimento sustentável, conceituado inicialmente como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades” (UNITED NATIONS, 1987, p. 41) e traduzido, recentemente, em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a eles vinculados, como parte da Agenda 2030, questiona-se o impacto das cidades para os ecossistemas e os desdobramentos sociais ocasionados pelo mau uso dos bens disponíveis na natureza, exigindo a atuação do Estado, empresas, organizações não governamentais e sociedade civil.

No entanto, por deterem capacidade técnica, orçamento estipulado por lei e capilaridade, os governos despontam como protagonistas na redução do ritmo de consumo e geração de resíduos, bem como na popularização de meios alternativos de obtenção de energia e recursos necessários para a manutenção da vida. Em um contexto de bem-estar social e necessidade de adequação das políticas públicas para enfrentar os desafios impostos atualmente, o Estado tem essa incumbência incrementada.

Sendo assim, este artigo analisou os gastos com energia elétrica advindos das atividades do Poder Executivo do município de Vinhedo/SP, com o objetivo de traçar alternativas para a alimentação

energética dos prédios públicos ligados às Secretarias Municipais, a fim de reduzir o impacto ambiental dos órgãos, de maneira a incentivar e popularizar práticas sustentáveis no município.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ainda que autores como Boff (2015) e Veiga (2016) afirmem que a sustentabilidade é tratada pelos seres humanos há mais de quatro séculos, para compreender as discussões formais sobre o assunto geralmente toma-se como ponto de partida simbólico as décadas de 1960 e 1970, nas quais a crítica à depleção da natureza e ao crescimento econômico desenfreado foi inicialmente impulsionada pela obra "*Silent Spring*" (CARSON, 2010 [1962]), que fundamentou os efeitos deletérios dos pesticidas no ambiente, particularmente em aves, dando início ao ambientalismo (McNEILL, 2000) e, posteriormente, pela carta "*The Limits to Growth*" (MEADOWS et al., 1972), uma encomenda do *think thank* Clube de Roma a uma equipe de pesquisa do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), que ganhou repercussão mundial ao apontar que as pressões impostas pelos países ricos aos ecossistemas, se estendidas a todos os povos, pela primeira vez na história poderiam comprometer a sobrevivência das futuras gerações.

Ainda sob o impacto do documento, aconteceu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, em 1972, configurando a primeira grande reunião organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para tratar das questões relacionadas à degradação do meio ambiente, e atuando como precursora na criação de uma orientação política ambiental internacional. A partir de análises computacionais, os autores previram que, dada a finitude dos recursos naturais do planeta, os países deveriam desacelerar o expansionismo industrial, até que atingissem o "crescimento zero", apelo que colidiu frontalmente com nações que gozavam de pleno crescimento econômico, como o Brasil e os Tigres Asiáticos (ROMEIRO, 2012).

Na década seguinte, mais precisamente em 1987, o termo desenvolvimento sustentável deixou de ser exclusividade tecnicista daqueles que o discutiam e passou a ser popularizado, especialmente com a publicação do Relatório "Nosso Futuro Comum", apelidado de "Relatório Brun-dtland", que expandiu o conceito para outras dimensões, além da ambiental, lançando um olhar ainda mais atento à possibilidade de um desenvolvimento balizado pela "capacidade de carga da Terra"[1].

Em 1992, mais uma grande conferência reuniu líderes de todo o mundo para debater o tema, desta vez, no Rio de Janeiro: a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.

A repercussão da Rio-92 foi tão grande que este evento foi replicado duas vezes: em Johanesburgo, em 2002; e de volta ao Rio de Janeiro, em 2012. Nessas reuniões, discutiram-se ações de implementação da Agenda 21 e, também, foram avaliados os primeiros resultados.

Na virada do século, os líderes mundiais se reuniram na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, na intenção de adotar a Declaração do Milênio da ONU. Com isso, foram estabelecidos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e 21 metas a eles associados. Conquanto, desafios como a pobreza e as desigualdades persistiram. Em vista disso, seguindo mandato emanado da Conferência Rio+20 em 2012, iniciou-se em 2013 uma série de negociações para debater uma nova forma de promover o desenvolvimento sustentável envolvendo governos, empresas e a sociedade civil. Tal processo culminou no estabelecimento do documento "Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a eles vinculadas. Isso aconteceu em setembro de 2015, por ocasião da Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, em Nova York, como parte de uma nova agenda de desenvolvimento sustentável que deve finalizar o trabalho dos ODM e não deixar ninguém para trás (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2017). Os ícones oficiais dos ODS, traduzidos para a Língua Portuguesa, estão dispostos na Figura 1.

Figura 1. Ícones oficiais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Fonte: Nações Unidas Brasil (2015).

Os ODS deverão orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional durante os quinze anos subsequentes, portanto, até o ano de 2030. Consistem em um conjunto de ações e políticas universais e transformadoras de longo alcance, com centro nas pessoas e apoiados em cinco

dimensões: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2015), expandindo as três dimensões que compõem o *Triple Bottom Line*.

Sendo assim, Estados, organizações do terceiro setor e empresas estabeleceram prioridades para combater condutas danosas ao planeta e passaram a destinar atenção e recursos aos modelos para a redução de impactos negativos no ecossistema. Com relação aos entes governamentais, estes têm adotado os ODS na formulação de políticas públicas, dada a completude dos objetivos e metas, bem como a necessidade de instrumentos orientadores de ações que visem o desenvolvimento sustentável. Diante disso, Sotto et al. (2019, p. 74) pontuam assertivamente que

> A implementação da Agenda 2030 representa, ao mesmo tempo, um desafio e uma oportunidade para as cidades brasileiras, para correção de iniquidades econômicas, sociais e ambientais históricas, por meio da incorporação de estratégias de mitigação, adaptação e resiliência, ao planejamento e gestão urbanos, com participação popular e parâmetros de governança.

Dessa forma, na atualização dos ODM para os ODS, depreende-se que pautas como a transição energética, a resiliência das cidades e o combate às alterações climáticas deixaram os bastidores para assumirem o protagonismo como Objetivos Globais. Para o presente estudo, o enfoque foi direcionado ao ODS 7 – Energia limpa e renovável, com desdobramentos sensíveis nos ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis e 13 – Combate às alterações climáticas.

Ainda assim, todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são indispensáveis para que a implementação de ações efetivamente sustentável seja fomentada nos municípios, tendo em vista que eles estão intrinsecamente conectados e o sucesso de um depende da boa execução de todos os outros.

2.2 PODER PÚBLICO E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Conforme exposto no subtópico anterior, há instrumentos disponíveis para traduzir o desenvolvimento sustentável em ações concretas. Por se tratar de uma pauta global, há diversos exemplos mundo afora que evidenciam a preocupação de administradores públicos de entes subnacionais com os desafios impostos pela necessidade de obtenção de novas fontes de energia capazes de reduzir as emissões de poluentes na atmosfera e mitigar a exploração de recursos naturais como o petróleo, de maneira a substituir “o modelo de cidades consumidoras de recursos naturais para cidades autossustentáveis em energia e serviços ambientais” (SOTTO et al., 2019, p. 70).

Araújo e Coelho (2013) estudaram as políticas públicas de energia em Portugal, revelando que a preocupação em relação a essa pauta naquele país advém das discussões históricas sobre o

desenvolvimento sustentável, portanto, a partir de meados dos anos 1970, intensificando-se após a virada do século, a partir de instrumentos legais, de estruturas institucionais e de ferramentas operacionais internas e supranacionais, por meio de ações envolvendo os países da União Europeia. Ainda que o consumo de combustíveis fósseis tenha diminuído em território português, o setor de transportes ainda impacta consideravelmente nas emissões de gases causadores do efeito estufa (GEE), "carecendo de medidas de política que promovam, designadamente, a utilização de fontes de energia menos intensivas, a maior utilização de transportes públicos e um maior investimento no setor ferroviário" (ARAÚJO; COELHO, 2013, p. 154).

Países de território abundante, banhados pelo mar e com alta incidência de vento e raios solares, podem ser mais propensos à adoção de políticas alternativas de energia. Fortin (2015) direciona seu olhar para o caso do Québec, região canadense que obtém 95% de sua energia a partir de fontes renováveis, especialmente da hidrelétrica. Como o Brasil é um país fortemente dependente da energia hidrelétrica, isso pode se mostrar vantajoso. Evans et al. (2009), em um comparativo que ranqueou, com base em critérios sustentáveis, as fontes de geração de energia que não utilizam combustíveis fósseis, elucidam que a energia eólica é a mais sustentável, seguida por hidroelétrica, fotovoltaica e, finalmente, geotérmica.

No entanto, como pontuado por Fortin (2015, p. 359), a construção de usinas hidrelétricas baseia-se "em uma lógica de megaprojetos, os quais privilegiam os grandes atores econômicos, em especial, as grandes corporações", comprometendo grandes áreas e modificando suas paisagens de maneira irreversível. Esse jogo de interesses se mostrou diversas vezes no Brasil, como no caso da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que acarretou consequências para as populações indígenas e ribeirinhas do Rio Xingu, violando leis nacionais e internacionais (VINODH; SAMPAIO, 2013), comprometendo políticas de direitos humanos e desenvolvimento na Amazônia (BRATMAN, 2014) e alagando florestas inteiras, destruindo a fauna e a flora, além de emitir anualmente altas taxas de dióxido de carbono (ROCHA et al., 2014).

Também, Moreira et al. (2013, p. 67) apontaram, ao entrevistarem moradores do município cearense de Aracati que conta com um parque eólico da empresa Bons Ventos Geradora de Energia S.A., que há uma divisão quanto às melhorias que o empreendimento provocou na comunidade. Por isso, os autores defendem a "necessidade da produção de energia renovável e eólica baseada numa política do não esperar acontecer para depois remediar e, sim, dar uma estrutura previamente planejada em relação aos aspectos sociais, aos ambientais, aos impactos ambientais e às medidas mitigadoras",

preconizando a satisfação dos três pilares tradicionais da sustentabilidade, sem permitir que um aspecto prevaleça sobre outro, de maneira a desequilibrar o meio ambiente, causar prejuízos financeiros e/ou agir perversamente sob o ponto de vista social.

Silveira et al. (2016, p. 523) lançam olhar crítico ao Sistema Nacional de Inovação (SNI) no setor energético e concluem que o mesmo, apesar de encontrar-se em fase de amadurecimento, apresenta indícios de que tem contribuído para proporcionar um ambiente favorável à inovação. Os autores sugerem "que o direcionamento dos esforços do país deve estar mais bem posicionado na execução efetiva das ações de promoção inseridas nas políticas e seus instrumentos, diminuindo a distância entre a geração de conhecimento e tecnologia e o seu uso efetivo pela sociedade".

Alternativas tecnológicas, portanto, despontam no Brasil, como no caso do setor sucroener-gético, devido ao seu potencial para a geração de energia renovável e, consequentemente, como auxiliador na redução das emissões de GEE, conforme demonstrado por Duarte e Malheiros (2015), que concluíram que há um conjunto de políticas públicas estabelecidas relacionadas a diversos temas da sustentabilidade, como água, biodiversidade, saúde do trabalhador e geração de emprego e renda, indicando uma atuação ampla dos governos e, consequentemente, evidenciando que a administração pública tem compreensão da necessidade de políticas de transição energética.

Barandier et al. (2013, p. 52) apontam que "na Europa, alguns municípios são responsáveis pela produção e distribuição de energia em seus territórios", algo que ainda está em vias de implementação no Brasil. Entretanto, Altoé et al. (2017), ao verificarem as políticas e instrumentos legais de incentivo à geração descentralizada de energia por fontes renováveis e de incentivo à eficiência energética no país, concluem que "o Brasil ainda está aquém de muitos países desenvolvidos, como Estados Unidos e membros da União Europeia, em formulação de políticas públicas de eficiência energética".

Collaço e Bermann (2017, p. 228), ao analisarem a experiência internacional, sobremaneira europeia e norte-americana, no planejamento energético e na sua gestão através do conceito de GEDM (Gestão Energética Descentralizada Municipal), defendem a implementação de um modelo descentralizado no contexto das cidades brasileiras. Ainda assim, os autores apontam que, até o momento, "não foram encontrados relatos de municípios que tenham implementado e/ou investido nessas fontes como política pública municipal e inseridas no planejamento das cidades", constituindo um entrave para a autossuficiência dos municípios no que tange a geração de energia limpa.

Leal-Arcas (2019, p. 13) defende que a transição energética deve partir da sociedade, por meio de ONGs e cidadãos comuns. A visão é demasiadamente pertinente, especialmente "em tempos em que

ações multilaterais e exclusivamente de Estado para Estado são bem impopulares, enquanto os desafios globais estão simultaneamente aumentando e sendo cada vez mais entrelaçados" e tendo em vista que o engajamento da sociedade civil nessa pauta faz-se indispensável, tanto como grupo de pressão, quanto como formuladora de políticas públicas. De fato, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) afirma que, nos últimos dois anos, a instalação de painéis solares para geração própria de energia elétrica aumentou mais de 560% (JORNAL DA USP, 2019).

Ainda assim, em um contexto de emergência climática, depreende-se que cabe aos governos e, em menor medida, ao terceiro setor, a iniciativa de popularizar novas tecnologias e fomentar alternativas sustentáveis enquanto o mercado continua suscetível às pressões de grupos poderosos ligados às energias fósseis, distanciando essas alternativas do consumidor médio, devido ao elevado custo de implantação. O mais recente relatório da Agência Internacional de Energia Renovável (IRENA), divulgado durante a Conferência do Clima da ONU (COP25), em Madri, aponta que o mundo precisará de 7,7 TW de energias renováveis até 2030 para combater mudanças climáticas (ECOA, 2019).

Nessa perspectiva, Barbi e Ferreira (2017) lançam luz à importância dos municípios na pauta do desenvolvimento sustentável ao revelar que as cidades, por serem o centro das atividades humanas que mais favorecem o agravamento das mudanças climáticas, acabam sendo parte do problema; contudo, ao mesmo tempo, são vistas como uma parte da solução: os municípios foram as primeiras instâncias governamentais a responderem ao desafio das mudanças climáticas, como na elaboração de leis com metas para redução da emissão dos gases causadores do efeito estufa, ou no Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia, que reúne mais de 70 cidades brasileiras e inúmeras outras mundo afora com o objetivo de capacitar ações locais pelo clima e pela energia renovável.

Um exemplo de município que agiu nesse sentido foi São Paulo, através de mudanças significativas na legislação, contribuindo, assim, para mitigar os impactos da macrometrópole nas alterações climáticas a nível global (BARBI, 2014). Ainda assim, há questões que devem ser incrementadas, culminando na elaboração de políticas públicas capazes de internalizar os anseios do desenvolvimento sustentável em ações pontuais e estruturadas.

Enfocando a geração de energia solar fotovoltaica, destaca-se o Projeto de Lei 01-00107/2019, institui a Política Municipal de Energia Solar no município de São Paulo, buscando incentivar a transição energética em empresas, residências e prédios públicos construídos posteriormente à sanção do PL (SÃO PAULO, 2019). Também, toma-se como exemplo a cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, que possui um Programa de Incentivos ao Uso de Energia Solar nas Edificações há mais de dez anos,

sancionado pelo Projeto de Lei Complementar 4117/06. O PLC, que inclui a energia solar fotovoltaica, aguarda regulamentação, algo que pode atrasar os benefícios advindos da adoção, via legislação, de práticas sustentáveis, mas que representa um passo importante na popularização da geração de energia limpa e acessível em grandes cidades (PORTO ALEGRE, 2006).

Contudo, o tema ainda encontra raras e pontuais aplicações em municípios pequenos e médios do Brasil. O estudo de Cabral e Vieira (2012, p. 11), que abordou a instalação de painéis fotovoltaicos para geração de energia residencial evidenciou que

> Embora algumas tecnologias de geração de energia solar sejam sensivelmente mais caras, como a fotovoltaica, os possíveis benefícios socioambientais trazidos por essa fonte de energia, como o alcance de áreas isoladas, a geração de empregos, a não emissão de gases de efeito estufa e, de modo geral, a redução de impactos ao meio ambiente, compensam o seu custo.

Se essa transformação é atrativa para casas, o Poder Público subnacional encontra motivos ainda mais vantajosos para apostar nessa fonte energética inesgotável. Tendo em vista a possibilidade de obter o retorno em longo prazo e a evidente redução de dispêndios com energia elétrica obtida com o passar dos anos (impactando indiretamente no contribuinte), torna-se recomendável que edifícios públicos sejam adaptados para gerar vantagens socioambientais e econômicas.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES SUSTENTÁVEIS

Saúde, educação, renda, emprego, habitação, mobilidade, qualidade de vida e oportunidades são elementos inerentes ao bem-estar de qualquer cidadão. O que pouco se discute é o papel do meio ambiente nesse rol, que muitas vezes é relegado à condição de penduricalho, (CAVALCANTI, 2010) ou externalidade (ROMEIRO, 2011).

Contudo, o artigo 225 da Constituição Federal, por exemplo, rege: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988), nitidamente baseia-se na definição de desenvolvimento sustentável exposta no Relatório Brundtland e concede a este o caráter de legislação. É premente que a busca pelo desenvolvimento sustentável consista em uma prerrogativa dos governos.

Não obstante, a literatura exposta no referencial teórico salientou que são amplas e vantajosas as soluções sustentáveis que visem combater a emergência climática e suas consequências sociais e econômicas. Tomando como premissa o fato de que

> O principal foco analítico da política pública está na identificação do tipo de problema que a política pública visa corrigir, na chegada desse problema ao sistema político (*politics*) e à sociedade política (*polity*), e nas instituições/regras que irão modelar a decisão e a implementação da política pública (SOUZA, 2006, p. 40),

apoiando-se em inúmeros atores durante o processo e, em contrapartida, há elementos que impedem um determinado assunto de adentrar a agenda governamental, a Academia atua como grupo de pressão, trabalhando para que os governos tenham acesso a possibilidades de ação concebidos de maneira holística e através do método científico.

Instrumentos técnicos também podem contribuir para a formulação e a implementação de políticas públicas. Bucalem (2019) destacou o papel do planejamento estratégico no desenvolvimento social, econômico e urbano das cidades, em consonância com o Art. 174 da Constituição Federal, que rege: "como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado" (BRASIL, 1988, s. p.).

Ademais, a legislação pode funcionar como incentivadora de práticas sustentáveis, tanto na transição energética, quanto na redução do consumo e na preservação de recursos naturais. Em nível nacional, destacam-se a Lei nº 10.295/2001, que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, e o Decreto nº 9.864/2019, que regulamentou a lei citada anteriormente. Sublinha-se que o Art. 4º dessa Lei estipula que "o Poder Executivo desenvolverá mecanismos que promovam a eficiência energética nas edificações construídas no País" (BRASIL, 2001, s. p.).

Tratando-se dos entes subnacionais, há uma série de leis orgânicas que versam sobre a práticas sustentáveis, tanto de transição energética, quanto de redução do consumo e na preservação de recursos naturais. Barandier et al. (2013) e Becqué et al. (2016) defendem incentivos fiscais para imóveis que atendem determinados padrões de sustentabilidade energética, previsto na Lei Orgânica do município, como fator de impulso para o atingimento do desenvolvimento sustentável. Lopes e Rezende (2018) sugerem, como complemento, a criação de instrumentos e ferramentas tecnológicas capazes de mensurar a eficácia dessa política, a fim de avaliar se a empreitada está gerando resultados ambientais e socioeconômicos positivos, favorecendo a transparência e evitando, assim, a improbidade e o desperdício de recursos públicos.

No próximo subtópico, a condição do município de Vinhedo/SP, no que tange sua aptidão para a implementação da energia solar, foi abordada.

2.4 PANORAMA SOBRE O MUNICÍPIO DE VINHEDO/SP

O município de Vinhedo/SP está localizado na Região Metropolitana de Campinas (RMC), distando 75 quilômetros da capital paulista. Seu pequeno território de 81,60 km² abriga, atualmente, uma população estimada de pouco mais de 78 mil habitantes (IBGE, 2020), conferindo, então, uma densidade demográfica de mais de 870 habitantes por km² ao município, sendo assim, a quarta cidade mais povoada da RMC e a nona mais populosa.

A cidade está localizada nas seguintes coordenadas: Latitude: 23,029722° S, Longitude: 46,975278° O. Com base nessas informações, é possível determinar o potencial energético solar do município. De acordo com o Atlas Solarimétrico do Brasil (2000), a região ocupada por Vinhedo/SP dispõe de média de radiação solar diária e insolação diária média consideráveis, conforme evidenciado pelas Figuras 2, 3 e 4, que destacam, respectivamente, a média anual da radiação solar global diária no território brasileiro, a média anual da insolação diária no território brasileiro e o potencial de energia solar do Estado de São Paulo para geração fotovoltaica. A posição geográfica do município estudado foi destacada com o marcador de cor preta nos três mapas.

Figura 2. Média anual da radiação solar global diária no território brasileiro.

Fonte: Adaptado de Atlas Solarimétrico do Brasil (2000, p. 59).

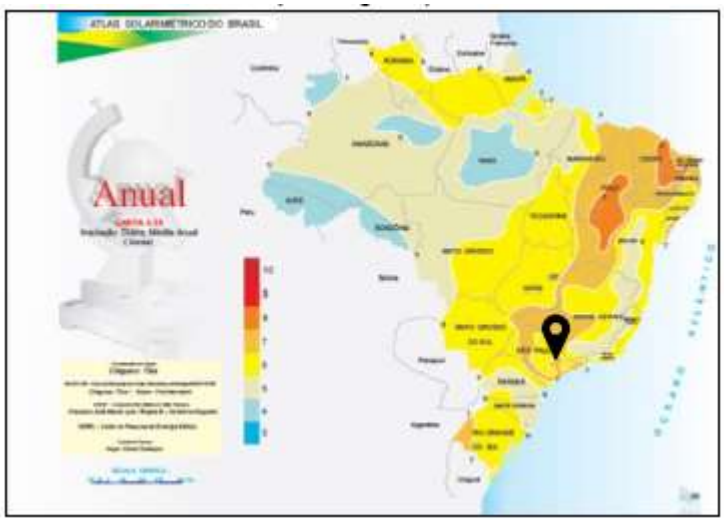


Figura 3. Média anual da insolação diária no território brasileiro.

Fonte: Adaptado de Atlas Solarimétrico do Brasil (2000, p. 89).

Figura 4. Potencial de energia solar do Estado de São Paulo para geração fotovoltaica.

Fonte: Adaptado de Atlas Solar Paulista (2013, p. 23).

Considerando os locais mais próximos à região do Semiárido nordestino, o potencial brasileiro para energia solar é enorme, como corroborado por Pinho e Galdino (2014). Em Vinhedo e em praticamente todo o Estado de São Paulo, apesar de menor, a disposição para essa fonte de energia ainda é considerável e pode ser fomentada por políticas públicas que explorem essa iminência.

A necessidade de substituição da matriz energética do município também se manifesta pelo alto impacto de Vinhedo no meio ambiente, impulsionado por fatores como o demasiado número de automóveis por habitante, que moldou as políticas públicas de mobilidade sob a lógica do automóvel particular (SILVA; DE BENEDICTO, 2019), e a alta concentração de indústrias na cidade e na Região Metropolitana de Campinas, em geral.

3. METODOLOGIA

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa. Segundo Gil (2008), a pesquisa qualitativa busca a explicação sistemática de fatos que ocorrem no contexto social que, geralmente, se encontra relacionado a uma multiplicidade de variáveis.

Delimitando o nível da pesquisa, ela se enquadra como exploratória. Para Gil (2008, p. 27), "as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores" e "são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato".

Em relação ao seu delineamento, ela constitui-se como documental, definida por Gil (2008, p. 51) como aquela que "vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico". Neste estudo foram prospectados documentos disponibilizados pela Prefeitura e várias Secretarias Municipais de Vinhedo/SP.

Quanto à amostragem, esta pesquisa é do tipo não probabilística intencional (também denominada seleção racional), pois foram buscados elementos da amostra que se relacionam, de acordo com as características pré-estabelecidas (RICHARDSON, 2017), ou seja, a necessidade de adequação das políticas públicas para a obtenção de energias alternativas sustentáveis.

A estratégia utilizada para a análise dos dados foi a *Explanation Building* (ou construção da explanação). Por meio dessa estratégia buscou-se explicar não o fenômeno inteiro, mas apenas alguns aspectos dele. Yin (2015) afirma que a construção da explanação é uma das técnicas analíticas dominantes na análise das evidências de estudo de naturezas diversas. A construção da explanação nos estudos exploratórios, de acordo com Yin (2015), deve ser considerada um processo gerador de hipóteses. Isto posto, a elaboração da explanação costuma ser feita de forma narrativa e deve estar fundada em proposições teóricas significativas, possibilitando confrontar os elementos teóricos com os achados da pesquisa.

4. RESULTADOS OBTIDOS

4.1 GASTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E SUAS IMPLICAÇÕES NOS IMÓVEIS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Além das implicações da matriz energética baseada em combustíveis fósseis para o meio ambiente, às mudanças climáticas e à saúde de milhões de pessoas, destacadas nas seções anteriores, o custo com energia elétrica, em longo prazo, pode incentivar novos usuários de matrizes sustentáveis, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas.

A Tabela 1 expõe os dados pormenorizados entre as 13 Secretarias cujos gastos foram disponibilizados via transparência pública. Os dispêndios com energia elétrica das Secretarias de Comunicação, Habitação e Indústria, Comércio e Agricultura não foram encontrados nos documentos analisados.

Tabela 1. Total de gastos por Secretaria entre janeiro e setembro de 2019. Vinhedo, SP.

SECRETARIA	MWh	TOTAL ANUAL	
Educação	1.114.100	R$	808.648,79
Fazenda	37.927	R$	28.950,72
Administração	40.252	R$	29.733,58
Promoção e Assistência Social	197.102	R$	143.920,20
Saúde	396.996	R$	273.768,43
Cultura e Turismo	232.085	R$	173.143,17
Serviços Municipais	8.392.381	R$	3.590.173,48
Esportes e Lazer	938.297	R$	698.028,94
Transporte e Defesa Social	267.747	R$	198.444,17
Governo	280.597	R$	208.289,93
Meio Ambiente e Urbanismo	8.687	R$	6.328,92
Obras	18.315	R$	13.301,94
Negócios Jurídicos	24.760	R$	18.025,66
TOTAL	11.949.246	**R$**	**6.190.757,93**

Fonte: elaborado pelos autores, com base nos resultados da pesquisa.

Por meio de uma consulta à transparência pública, constatou-se que o total gasto com energia elétrica, em 2019, por todos os imóveis a serviço do Poder Executivo municipal foi de R$ 6.190.757,93. Em média, são R$ 515.896,49 por mês.

Após a Secretaria de Serviços Municipais, que está no topo dos dispêndios, a Secretaria Municipal de Educação desponta com o segundo maior consumo de energia elétrica e, consequentemente, o segundo maior gasto anual. Isso se deve ao total de 39 edifícios ligados à pasta, dentre prédios administrativos, creches e escolas municipais.

Como primeira solução para abatimento do gasto público com energia elétrica e transição para fontes renováveis de energia, as escolas poderiam receber a instalação de painéis fotovoltaicos. Além da dimensão econômica, vê-se uma estratégia de educação para a sustentabilidade, permitindo, até mesmo, uma abordagem interdisciplinar de Educação Ambiental em sala de aula a respeito dos impactos do consumo de energia elétrica e as oportunidades de mitigação das pressões impostas ao planeta quando se opta pela energia solar.

De fato, considerando exemplos como o Projeto Escolas Solares, formulado e implementado pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte para definir o consumo energético das escolas públicas municipais, identificando oportunidades para a melhoria da eficiência energética, segurança elétrica e potencial gerador de energia fotovoltaica, a confluência entre pedagogia e a educação baseada em energia renováveis pode ser factível, como também destacado por Ott, Broman e Blum (2018), que apontam iniciativas como essa no incremento de capacidades como flexibilidade, criatividade, comunicação e adaptabilidade nas crianças.

Outra ação pública que pode ser vislumbrada em um horizonte próximo é a substituição da matriz energética do único imóvel ligado à Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo, pelo fato de apresentar o mais baixo consumo anual e, por isso, demandar um sistema de custo mais acessível, por conter menos módulos e ocupar uma área menor, além da inerente necessidade de que a Secretaria seja precursora no fomento às práticas sustentáveis: trata-se de um galpão de 1,2 mil m2 onde funciona a Central de Reciclagem, que abriga o sistema de recepção, triagem e distribuição dos recicláveis.

Utilizando uma calculadora disponível na Internet que aproxima o investimento e a economia gerados em caso de instalação de painéis fotovoltaicos, estima-se um investimento de R$ 27.707,31 a R$ 35.371,03, com economia anual de R$ 4.900,00.

4.2 DESDOBRAMENTOS DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Considerando a possibilidade de geração de energia por meio de painéis fotovoltaicos instalados nos imóveis pertencentes ao governo municipal e, consequentemente, a ampliação da infraestrutura destinada às energias renováveis na cidade, abre-se espaço para a substituição da frota de automóveis com motores à combustão por veículos elétricos, a exemplo de cidades como São José dos Campos, Arujá e São Paulo, cuja eletrificação do transporte começou como uma iniciativa do Poder Público (PERES et al., 2019). Com isso, a opção por veículos elétricos poderia ser popularizada até mesmo entre os munícipes, mediante a instalação de pontos de recarga.

Outrossim, há uma série de incentivos capazes de acelerar a transição energética, como, por exemplo, o Programa de Eficiência Energética (PEE), que consiste na substituição de equipamentos por modelos mais eficientes, bem como a modernização de sistemas motrizes e de sistemas de iluminação, instalação de aquecedores solares e/ou de sistemas fotovoltaicos, entre outros, encabeçado pela Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em cidades do interior paulista (CPFL, 2019a).

Em Vinhedo/SP, a Santa Casa de Saúde foi contemplada com a instalação de painéis fotovoltaicos, em junho de 2019. De acordo com a CPFL (2019b, s. p.), "a expectativa é que a iniciativa leve economia de 140 MWh, que representa aproximadamente R$ 83 mil ao ano". O volume de energia seria suficiente para abastecer em média 58 famílias com um consumo mensal de 200 kWh, por um ano, além de reduzir a emissão de gás carbônico na atmosfera e, naturalmente, reduzir consideravelmente o gasto financeiro com energia elétrica (CPFL, 2019b).

O Quadro 1 apresenta uma matriz aplicada à transição energética proposta para Vinhedo/SP, expondo pontos fortes, fracos, fatores internos e externos.

Quadro 1. Matriz aplicada à transição energética proposta para Vinhedo/SP

	Fatores internos	**Fatores externos**
Pontos fortes	**F**ORÇAS: Capacidade de articulação do município; Apelo popular pelo tema; Vantagens iminentes para a população e para aprópria Administração Pública.	**O**PORTUNIDADES: Fomento à transição energética, que pode seexpandir para outros setores, como o de transportes; Parcerias entre o Poder Público, empresas eOrganizações da Sociedade Civil; Criação de leis municipais que incentivem atransição energética, a descarbonização da
		economia municipal e o combate à alteraçãoglobal do clima; Possibilidade de popularização dos Objetivos deDesenvolvimento Sustentável e de outras agendas globais para o desenvolvimento sustentável; Diminuição dos custos para obtenção de energia.
Pontos fracos	**F**RAQUEZAS: Alto custo do investimento inicial; Condições ambientais e geográficas que possaminterferir na geração fotovoltaica.	**A**MEAÇAS: Desinteresse no assunto pelas próximas gestões do Poder Executivo e por futuras legislaturas; Pressões advindas do lobby de grandes empresasde combustíveis fósseis.

Fonte: elaborado pelos autores, com base nos resultados da pesquisa.

Em adição, a predileção por edificações que respeitem os princípios da arquitetura sustentável, por exemplo, pode contribuir para que o Poder Executivo municipal diminua seu impacto no meio ambiente e incentive empresas e munícipes a adotarem posturas socioambientais responsáveis. Nesse sentido, a proposta do "IPTU Verde", ou "IPTU Ecológico", desponta como alternativa instrumental econômica e fiscal (GONÇALVES et al., 2019; PAULA JUNIOR et al., 2019). Trata-se de um desconto no valor do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) para o contribuinte que construir ou reformar casa ou empresa implantando, em sua obra: captação e reuso da água; geração de energia sustentável; tratamento de resíduos; aproveitamento bioclima-tico e uso de materiais provenientes de fontes naturais renováveis ou recicladas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os esforços são bem-vindos para impelir a sociedade a reduzir urgentemente os causadores das mudanças climáticas e mitigar os impactos gerados por elas. No entanto, atitudes isoladas podem não obter resultados satisfatórios, fazendo-se necessária uma transformação a nível mundial, sustentada por ações descentralizadas.

Ao assimilar isso, o Poder Público municipal pode atuar na popularização de novas tecnolo-gias de substituição energética, por meio de políticas públicas capazes de internalizar a Agenda 2030. Ademais, essa empreitada pode funcionar como importante propagadora de conceitos de Educação Ambiental e mudança de hábitos.

O artigo evidenciou a redução de gastos para os cofres públicos do município de Vinhedo/SP e a consequente diminuição do impacto ambiental, caso alguns edifícios ligados ao Poder Executivo adotassem formas alternativas de obtenção de energia elétrica, como por meio de painéis fotovoltaicos. Apesar da estimativa de retorno a médio ou longo prazo, o impacto simbólico é praticamente imediato, algo fundamental para consolidar a opção preferencial por políticas que considerem o meio ambiente como elemento indispensável à vida na Terra.

Novas pesquisas podem aplicar essas projeções em outros municípios, de maneira a garantir que a necessária confluência entre governos e Academia resulte em políticas públicas que permitam o cumprimento das agendas globais para o desenvolvimento sustentável em tempo hábil, transformando o planeta em um lugar melhor para todos os seres vivos.

6. AGRADECIMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

7. REFERÊNCIAS

ALTOÉ, L. et al. Políticas públicas de incentivo à eficiência energética. Estudos Avançados, v. 31, n. 89, p. 285-297, 2017.

ARAÚJO, L.; COELHO, M. J. Energy and environment public policies: towards a sustainable country?. Sociologia, Problemas e Práticas, v. 72, p. 145-158, 2013.

ATLAS SOLAR PAULISTA. São Paulo, SP: Secretaria de Energia Subsecretaria de Energias Renováveis. 2013. Disponível em: http://dadosenergeticos.energia.sp.gov.br/portalcev2/intranet/ BiblioVirtual/renovaveis/atlas_energia_solar.pdf. Acesso em: 07 ago. 2020.

BARANDIER, H. et al. Guia técnico Procel Edifica: planejamento e controle ambiental-urbano e a eficiência energética. 2012. Disponível em: encurtador.com.br/degCQ. Acesso em: 07 ago. 2020.

BARBI, F.; FERREIRA, L. C. Governing Climate Change Risks: Subnational Climate Policies in Brazil. Chinese Political Science Review, v. 2, p. 237-252, 2017.

BECQUÉ, R. et al. Accelerating building efficiency: eight actions for urban leaders. 2016. Dis-ponível em: https://publications.wri.org/buildingefficiency/. Acesso em: 07 ago. 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei 10.295, de 17 de outubro de 2001. Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2001. Dis-ponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10295.htm. Acesso em: 07 ago. 2020.

BRATMAN, E. Z. Contradictions of Green Development: Human Rights and Environmental Norms in Light of Belo Monte Dam Activism. Journal of Latin American Studies, v. 46, n. 2, p. 261-289, 2014.

BUCALEM, M. L. Potencial do planejamento estratégico de longo prazo para o desenvolvimento das cidades brasileiras. Estudos Avançados, v. 33, p. 97, p. 103-118, 2019.

CABRAL, I.; VIEIRA, R. Viabilidade econômica x viabilidade ambiental do uso de energia fotovoltaica no caso brasileiro. 2012. Disponível em: https://www.ibeas.org.br/congresso/Traba-lhos2012/X-003.pdf.

CARSON, R. Primavera Silenciosa. São Paulo: Editora Gaia, 2010 [1962].

CENTRO DE REFERÊNCIA PARA ENERGIA SOLAR E EÓLICA. 2018. Disponível em: http://www.cresesb.cepel.br/. Acesso em: 07 ago. 2020.

CRIONU - CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Relatório da ONU mostra população mundial cada vez mais urbanizada, mais de metade vive em zonas urbanizadas ao que se podem juntar 2,5 mil milhões em 2050. 2014. Disponível em:

https://www.unric.org/pt/actualidade/31537-relatorio-da-onu-mostra-populacao-mundial-cada-vez-mais-urbanizada-mais-de-metade-vive-em-zonas-urbanizadas-ao-que-se-podem-juntar-25-mil-milhoes-em-2050. Acesso em: 07 ago. 2020.

CHIGUERU, T. et al. Atlas Solarimétrico do Brasil: Banco de dados solarimétricos. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2000.

COLLAÇO, F. M. A.; BERMANN, C. Perspectivas da Gestão de Energia em âmbito municipal no Brasil. Estudos Avançados, v. 31, n. 89, p. 213-235, 2017.

CPFL - COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ. CPFL Paulista investirá R$ 13,4 mi-lhões em projetos de eficiência energética propostos por clientes. 2019a. Disponível em: https://www.cpfl.com.br/releases/Paginas/cpfl-paulista-investira-13-4-milhoes-em-projetos-de-eficiencia-energetica-propostos-por-clientes.aspx. Acesso em: 07 ago. 2020.

CPFL - COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ. Santa Casa de Vinhedo recebe sistema de geração de energia fotovoltaica da CPFL Piratininga. 2019b. Disponível em: https://www.cpfl.com.br/releases/Paginas/santa-casa-de-vinhedo-recebe-sistema-de-geracao-de-energia-fotovoltaica-da-cpfl-piratininga.aspx. Acesso em: 07 ago. 2020.

DUARTE, C. G.; MALHEIROS, T. F. Sustentabilidade e políticas públicas para o setor sucroe-nergético: uma análise dos temas abordados. GeAS – Revista de Gestão Ambiental e Sustenta-bilidade, v. 4, n. 3, p. 122-138, 2015.

ECOA. Mundo precisará de 7,7 TW de energias renováveis até 2030 para combater mudan-ças climáticas. 2019. Disponível em: https://ecoa.org.br/mundo-precisa-de-77-tw-de-renovaveis-para-enfrentar-a-mudanca-do-clima/. Acesso em: 07 ago. 2020.

EVANS, A. et al. Assessment of sustainability indicators for renewable energy technologies. Re-newable and Sustainable Energy Reviews, v. 13, p. 1082-1088, 2009.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, R. R. et al. O impacto da política pública de IPTU Verde no município de Curitiba. Revibec: Revista Iberoamericana de Economía Ecológica, v. 30, p. 120-137, 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE Cidades. 2020. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/. Acesso em: 07 ago. 2020.

JORNAL DA USP. Instalação de painéis solares cresce 560% no País. 2019. Disponível em: https://jornal.usp.br/atualidades/instalacao-de-paineis-solares-cresce-560-no-pais/?fbclid=IwAR3nWmA986N_eWpYy-RSB3zAyVUsFlo7eMaoKuASvyW2yqqE-xlcGczI8hE. Acesso em: 07 ago. 2020.

LEAL-ARCAS, R. Citizens at the Center of the Energy Transition: A New Governance Model. Environmental Law and Economics, Thomson Reuters, p. 231-244, jun. 2019.

LOPES, L. A.; REZENDE, D. A. Transparência no monitoramento de programas de incentivo fiscal à sustentabilidade energética de edifícios e as relações com projetos de cidade digital estra-tégica: análise do município de Salvador. Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvi-mento, v. 7, n. 5, p. 620-645, 2018.

McNEILL, J. R. Something new under the sun: an environmental history of the twentieth-century world. New York, London: W. W. Norton & Company, 2000.

MEADOWS, D. H. et al. Os limites do crescimento. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MITCHAM, C. The Concept of Sustainable Development: its Origins and Ambivalence. Techno-logy in Society, v. 17, n. 3, p. 311-326, 1995.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvol-vimento Sustentável. 2015. Disponível em: https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/. Acesso em: 07 ago. 2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Conferências de meio ambiente e desenvolvimento sustentável: um miniguia da ONU. 2017. Disponível em: https://nacoesunidas.org/conferencias-de-meio-ambi-ente-e-desenvolvimento-sustentavel-miniguia-da-onu/. Acesso em: 07 ago. 2020.

OTT, A. et al. A pedagogical approach to solar energy education. Solar Energy, v. 173, p. 740-743, 2018.

PAULA JUNIOR, D. et al. Incentivos fiscais verdes: o "IPTU Verde" e o "ICMS Ecológico" em Caraguatatuba/SP. Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, v. 7, n. 45, p. 104-120, 2019.

PERES, P.; SUGAHARA, C. R.; SILVA, L. H. V. Veículos elétricos: eletrificação da frota da Guarda Civil Municipal de São José dos Campos/SP. Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, v. 7, n. 53, p. 45-64, 2019.

PINHO, J.; GALDINO, M. A. Manual de Engenharia para Sistemas Fotovoltaicos. 2014. Dis-ponível em: http://www.cresesb.cepel.br/publicacoes/download/Manual_de_Engenha-ria_FV_2014.pdf.

PORTO ALEGRE. Projeto de Lei Complementar pretende instituir o Programa de Incentivos ao Uso de Energia Solar nas Edificações. 2006. Disponível em: http://200.169.19.94/documen-tos/draco/processos/80231/041172006PLCL.pdf. Acesso em: 07 ago. 2020.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ROCHA, L. S. et al. O potencial de geração de energia fotovoltaica integrada à rede pública de distribuição. Revista Brasileira de Energias Renováveis, v. 3, n. 2, p. 107-127, 2014.

ROMEIRO, A. R. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. Estudos Avançados, v. 26, n. 74, p. 65-92, 2012.

ROMEIRO, A. R. Economia ou Economia Política da Sustentabilidade. In: MAY, P. H. (Org.). Economia do meio ambiente: teoria e prática. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018. p. 3-32.

SÃO PAULO. Institui a Política Municipal de Energia Solar da cidade de São Paulo e dá outras providências. 2019. Disponível em: http://documentacao.saopaulo.sp.leg.br/iah/full-text/projeto/PL0107-2019.pdf. Acesso em: 07 ago. 2020.

SILVA, L. H. V.; DE BENEDICTO, S. C. Análise da sustentabilidade na mobilidade urbana do município de Vinhedo. Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, v. 7, n. 45, p. 121-136, 2019.

SILVEIRA, A. D. Analysis of the Brazilian National Innovation System in the energy sector from the perspective of Brazilian public policies. Cadernos EBAPE.BR, v. 14, n. especial, p. 506-527, 2016.

SOTTO, D. et al. Sustentabilidade urbana: dimensões conceituais e instrumentos legais de implementação. Estudos Avançados, v. 33, n. 97, p. 61-80, 2019.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

UNITED NATIONS. Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future. 1987. Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/content/docu-ments/5987our-common-future.pdf. Acesso em: 07 ago. 2020.

VINODH, J.; SAMPAIO, A. A. Dam and Be Damned: The Adverse Impacts of Belo Monte on Indigenous Peoples in Brazil. Human Rights Quarterly, v. 35, n. 2, p. 408-447, 2013.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 5. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

Capítulo 14

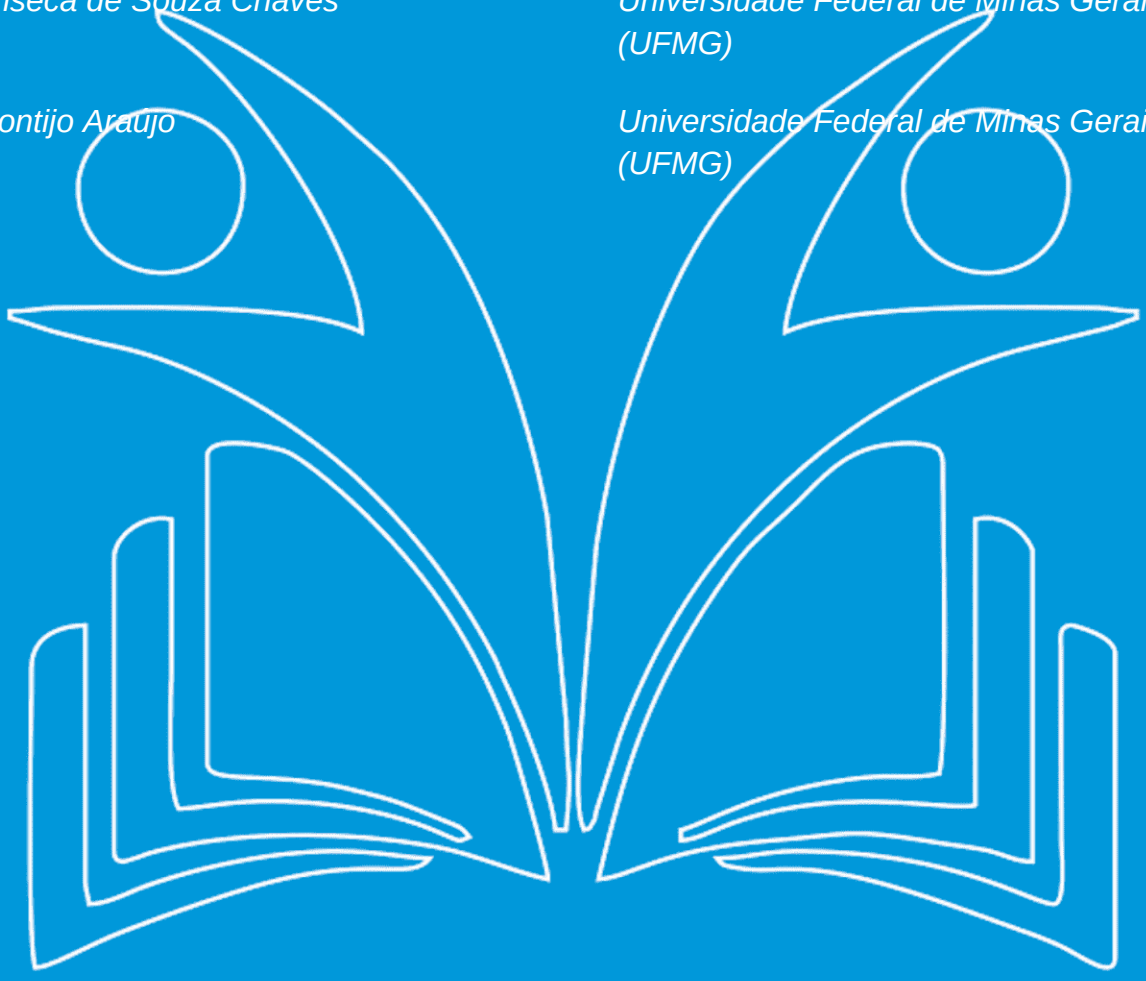
10.37423/220205337

COMPREENDENDO A LIDERANÇA A PARTIR DA PERSPECTIVA DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL E GESTÃO DAS EMOÇÕES: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

Ana Luiza Santos Terra
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Patrícia Fonseca de Souza Chaves
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Cristiane Gontijo Araujo
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)



Resumo: A Inteligência Emocional é uma capacidade comportamental e se tornou notável no campo organizacional, lócus essencial de função de prática de lideranças no século XXI. Conceituada por Salovey e Mayer (1990), a Inteligência Emocional vem sendo estudada pela área de administração nas últimas décadas de maneira ascendente. Esse comportamento, contudo, tem sido pesquisado com forte vinculação à liderança, mas sem aprofundamento na capacidade e efeitos da Gestão das Emoções. Essa abordagem assume uma perspectiva importante na crença de que, em situações controladas, é possível gerir as emoções de forma a melhorar os resultados das relações de liderança. O ambiente atual é de grandes eventos disruptivos e se torna necessário compreender melhor a literatura acerca de Inteligência Emocional, gestão de emoções e suas relações com o processo de liderança. Com foco neste objetivo, foi realizada uma pesquisa por artigos na base do *Web of Science* pelos referidos termos. Os dados foram tratados nos softwares *HistCite e VOSviewer*. Os resultados oferecem um panorama de como esses construtos vêm sendo estudados e confirmam a proeminência da Inteligência Emocional para a administração, especialmente para a liderança. O trabalho aponta hipóteses relacionais entre os construtos para possíveis mensurações empíricas.

Palavras-chave: Inteligência emocional; Gestão das emoções; Liderança.

INTRODUÇÃO

O que faz indivíduos serem mais inteligentes? A inteligência garante um futuro profissional promissor? Qual é o impacto das emoções na performance produtiva de um profissional? No cenário atual em que vivemos, de mudanças disruptivas, incertezas, crises e pandemias, questões dessa natureza têm permeado e incentivado pesquisas em diversas áreas de conhecimento voltadas para compreensão da mente e comportamento humano, com destaques para psicologia, educação e administração. Nesse contexto, a pesquisa sobre inteligência emocional tem ganhado proeminência e popularidade nas últimas décadas (Joseph; Newman, 2010; Kluemper; Degroot; Choi, 2013).

No campo da administração, um dos principais interesses de pesquisa está centrado na influência da inteligência emocional no ambiente de trabalho (Jordan; Lawrence, 2009), sobretudo na eficácia da liderança (Walter; Cole; Humphrey, 2011), nas suas relações com seus liderados (Antonakis; Ashkanasy; Dasborough, 2009); nos resultados, na satisfação no trabalho, na confiança do time (Rezvani et al., 2016), no trabalho em equipe (Jordan; Lawrence, 2009), no gerenciamento de conflitos (Gunkel; Schlaegel; Taras, 2016) e nos efeitos de uma liderança destrutiva (Hou; Li; Yuan, 2018).

A inteligência emocional tem sido apontada também como um atributo essencial da quarta revolução industrial, na medida em que permite uma maior capacidade de inovação dos líderes e os possibilita tornarem agentes de mudança, especialmente em ambientes com alta taxa de mudança e turbulência (Schwab, 2016). Salovey e Mayer (1990) descreveram a inteligência emocional como a capacidade de reconhecer emoções em si e nos outros, sendo consideradas quatro fases: perceber emoções com exatidão, utilizar emoções para facilitar o pensamento, compreender emoções e gerenciar emoções para atingir objetivos. A última fase, gestão das emoções, é apontada como a esfera mais complexa da inteligência emocional (Joseph; Newman, 2010; Mayer; Salovey, 1997).

No contexto organizacional, a gestão das emoções vem sendo destacada como “uma característica central de líderes eficazes” (Alvinius; Boström; Larsson, 2015, p. 698). O trabalho é uma experiência emocional, que envolve sentimentos por vezes conflitantes, alegria e raiva, frustação e orgulho, prazer e sofrimento. A liderança influencia diretamente essa experiência de seus liderados (Kaplan et al., 2014) ao representar “as normas de sentimento social de uma organização” (Alvinius et al. 2015, p. 698). Diante disso, o desempenho organizacional não está ligado somente a cargos e funções bem estabelecidos, mas também à capacidade de gerenciamento de emoções de um líder (Choudhary et al., 2017). Entretanto, Choudary et al. (2017) apontam que apesar da relevante atenção ao tema na

atualidade, não está claro como a capacidade de gestão das emoções de um líder pode influenciar o desempenho dos funcionários.

Complementarmente, Kaplan et al. (2014) ressaltam que as dimensões e os comportamentos que constituem o gerenciamento de emoções de um líder ainda não são bem conhecidos e que, embora exista uma gama de estudos abrangendo os quatro tipos de inteligência emocional, esses estudos pouco exploram cada tipo de forma separada. Tendo em vista a importância da inteligência emocional no contexto da liderança, bem como da capacidade de gestão das emoções, o foco desta revisão bibliográfica é apresentar o estado atual de pesquisa sobre esses temas relacionados à liderança e à evolução desse cenário. Além disso, o trabalho visa esclarecer a relevância da temática para o campo e para as pesquisas na administração, considerando a expectativa de resultar em *insights* e sugestões para estudos futuros capazes de expandir sua aplicação nas organizações.

O artigo está estruturado da seguinte forma: primeiramente, discute-se de maneira geral, alguns dos conceitos correspondentes ao objeto de pesquisa; em seguida, apresenta-se a metodologia. A seção seguinte expõe os resultados encontrados, análise e discussões correspondentes. Por fim, na última seção há as considerações finais e sugestões de estudos futuros.

REFERENCIAL TEÓRICO

É possível controlar as emoções de forma inteligente?

Em busca de organizar as ideias acerca do que é a inteligência emocional, Salovey e Mayer (1990) fizeram uma revisão de pesquisas com esse foco em seu artigo *Emotional Intelligence*, que é considerado o precursor desse construto. Os autores iniciam o artigo incitando o questionamento se a inteligência emocional não seria um termo por si só contraditório. Em uma breve retrospectiva sobre os estudos sobre as emoções, os autores demonstram que existiam duas linhas de pesquisa, uma que defendia o reconhecimento das emoções como interrupções desorganizadas que podiam perturbar a atividade mental e outra como uma resposta organizadora ao adaptar as atividades cognitivas e as ulteriores.

Para Salovey e Mayer (1990), emoções são definidas como respostas a acontecimentos internos ou externos, podendo ser positivas ou negativas. Diferentemente do humor, as emoções são mais rápidas e intensas. Em se tratando da inteligência, os autores trazem o conceito de Wechsler (1958 apud Salovey e Mayer, 1990) em que a inteligência é definida como a aptidão agregada ou global em que as pessoas agem com intenção, pensando de forma racional e lidando com seu ambiente. Dessa forma,

na perspectiva de Gardner (1983), a inteligência social, que engloba a inteligência intra e interpessoal, pode ser descrita como a capacidade de se autoconhecer e entender o outro e está ligada diretamente aos relacionamentos. A inteligência emocional se diferencia da inteligência social, pois não enfoca na avaliação de si e do outro, mas, antes, no reconhecimento e no uso dos estados emocionais próprios e dos outros para resolução de problemas e para regulação de comportamentos.

Salovey e Mayer (1990) propõem três dimensões para a inteligência emocional: a avaliação e a expressão da emoção, em si e no outro, considerando aspectos verbais e não-verbais; a regulação das emoções, também em si e no outro; e a utilização da emoção, que se subdivide no planejamento flexível, pensamento criativo, atenção direcionada e motivação. Assim, os autores defendem que as pessoas que desenvolvem as habilidades pertinentes à inteligência emocional são capazes de compreender e expressar suas emoções, reconhecer as dos outros, regular o afeto e usar o humor e as emoções para instigar comportamentos adaptativos.

Em uma publicação posterior, Mayer e Salovey (1993, p. 436) apontam “três mecanismos que podem estar subjacentes a inteligência emocional”, (i) a própria emocionalidade, e destacam que indivíduos que possuem uma maior clareza acerca de seus sentimentos tendem a ser mais hábeis na sua regulação e direcionam a atenção de forma mais apropriada para o processamento de estímulos; (ii) a facilidade ou inibição do fluxo de informação emocional, que pode afetar diretamente o funcionamento dos sistemas de operações mentais, sejam eles automáticos ou voluntários e; (iii) os mecanismos neurais especializados, em que os autores apontam os bloqueios de impulsos cerebrais e “desconexão entre sistemas límbicos e atividades corticais mais altas” (p. 438) como possíveis fatores que impactam os padrões emocionais, o que demanda maiores investigações no futuro.

A proposta de Mayer e Salovey (1993) suscitou diversos outros estudos e a pesquisa na área, que continua em evidência quase três décadas após a sua publicação. Os próprios autores evoluíram a sua teoria ao longo do tempo reconhecendo a importância de medir o construto de maneira válida e confiável. Mayer, Salovey e Caruso (1997) apresentaram a *Multifactor Emotional Intelligence Scale - MEIS*, com doze subescalas para avaliar os quatro aspectos da inteligência emocional (percepção das emoções, facilitação do pensamento, compreensão e gestão das emoções). Em 1999, aprimoraram a escala e lançaram o *Mayer, Salovey, Caruso Emotional Intelligence Test (MSCEIT)*, elaborada para medir a inteligência emocional a partir de um resultado geral e para os oito subtestes dos quatro pilares citados.

Embora Salovey e Mayer sejam os autores mais citados pelo meio acadêmico e o desenvolvimento de inteligência emocional seja atribuído indiscutivelmente ao seu trabalho, é saliente o reconhecimento pelo senso comum de Daniel Goleman como o pai da inteligência emocional. Isso provavelmente devido à repercussão da obra homônima do artigo de Salovey e Mayer, publicada em 1995, traduzida em 40 idiomas e com mais de 5 milhões de cópias espalhadas ao redor do mundo.

Goleman (2011), a partir do construto de Salovey e Mayer, compilou diversas pesquisas e casos cotidianos em seu livro. O autor utilizou como parâmetro o que chamou de cinco domínios da inteligência emocional: o domínio das próprias emoções, advindo da autoconsciência; a capacidade de lidar com os sentimentos, confortando-se ou livrando-se do que é ruim; a motivação por meio do uso das emoções – principalmente a automotivação, o otimismo e a criatividade - na busca de metas; o reconhecimento de emoções nos outros usando a empatia; e a gestão de relacionamentos, essencial para o trabalho em equipe e para a liderança. É adequado ressaltar, no entanto, que, mesmo sendo aclamado pelo público, Goleman é foco de críticas por seus colegas pesquisadores, vide Antonakis, Ashkanasy e Dasborough (2009), no que tange à generalização dos resultados em seus estudos e a apontamento preditivos, como a de que inteligência emocional permite prever sucesso no trabalho e da liderança.

É possível gerenciar as emoções?

O tema gestão das emoções vem sendo abordado no campo acadêmico por meio de dois construtos: regulação da emoção e gestão das emoções propriamente dito, sendo o primeiro mais utilizado na psicologia social e o segundo na sociologia e na teoria das organizações (Williams, 2007). Hochschild (1979, p.572) foi um dos primeiros teóricos do campo da sociologia a articular uma perspectiva da gestão de emoções. O autor destaca a importância do contexto social na criação de “convenções de sentimentos”, isto é, em como indivíduos tornam suas emoções apropriadas para uma determinada situação, inibindo ou induzindo seus sentimentos. Nesse contexto, as emoções são gerenciadas a fim de cooperar com as regras de sentimentos latentes na sociedade e no contexto que o indivíduo está inserido.

Salovey e Mayer (1990), a princípio, abordaram o construto regulação da emoção, ou seja, a capacidade de monitorar, avaliar e regular suas próprias emoções e até mesmo manipular as emoções de outros indivíduos. Os autores destacam que grande parte das pessoas são dotadas da capacidade de regulação de emoções, porém, os emocionalmente inteligentes e que possuem capacidade de gerenciar as emoções o fazem propositalmente e com muita habilidade, a fim de atingir objetivos

específicos. Em uma publicação posterior, o tema gestão das emoções foi apresentado pelos autores como um mecanismo subjacente à inteligência emocional, que influencia diretamente a forma como os sistemas mentais automáticos e voluntários operam. Quando gerenciado positivamente propicia uma melhor fluência verbal nos domínios emocionais, assim como possibilita melhor transmissão geral de informações sob ameaça emocional (Mayer; Salovey, 1993).

Então, a gestão das emoções é abordada por Mayer e Salovey (1997) como o ramo mais complexo da inteligência emocional, que envolve habilidades ligadas a fatores motivacionais, emocionais e cognitivos, que devem ser equilibrados de forma apropriada (Freudenthaler; Neubauer; Haller, 2008), a fim de otimizar as respostas emocionais positivas e minimizar respostas emocionais negativas (Burrus et al., 2012), conectando e desconectando as emoções conforme sua utilidade em dadas situações (Jordan; Lawrence, 2009). Esse conceito da gestão das emoções vem sendo utilizado em diversos estudos (Freudenthaler et al., 2008; Jordan; Lawrence, 2009; Burrus et al., 2012; Tai; Kareem, 2019).

A gestão das emoções envolve o autogerenciamento das emoções, que pode também ser chamado de gerenciamento individual da emoção (Lively, 2000) ou gerenciamento intrapessoal das emoções, compreende também a administração das emoções de outras pessoas e o gerenciamento interpessoal das emoções. A gestão intrapessoal das emoções está intimamente ligada à capacidade de um indivíduo, em situações de conflito e incerteza, lidar com sentimentos fortes e não permitir que eles o dominem (Hartley, 2004), controlar suas reações imediatas e se expressar de forma mais adequada (Jordan; Lawrence, 2009), ou seja, consiste em como ele codifica e recupera as informações conforme emoções sentidas (Luo; Jiang, 2014). Burrus et al. (2012) destaca que o gerenciamento intrapessoal das emoções é mais sobre a gestão das emoções negativas do que positivas e que pessoas dotadas com essa capacidade tendem a ter um bem-estar psicológico maior.

Já a gestão interpessoal das emoções está mais ligada à capacidade de empatia do indivíduo, em detectar e perceber as emoções de outras pessoas, por meio de habilidades de leitura facial e de expressão corporal, e utilizar mecanismos para influenciá-las positivamente (Jordan; Lawrence, 2009). Williams (2007, p. 605) destaca quatro categorias de estratégias de gerenciamento de emoções interpessoal: (i) alteração da situação, ou seja, eliminar ou alterar elementos que provoquem desconforto emocional; (ii) alteração do foco de atenção, (iii) alteração do significado cognitivo da situação, por meio da construção de uma nova narrativa que ressignifique o impacto emocional e (iv)

modulação da resposta emocional, por meio de ações como parar e respirar fundo a fim de interromper "a experiência atual de emoção", e até mesmo por meio de automedicação.

Nos últimos anos, houve um aumento considerável na atenção ao estudo da inteligência emocional, mais especificamente na capacidade dos indivíduos de gerenciar as emoções e em suas implicações para uma vida de sucesso (Freudenthaler et al., 2008). Saibani et al. (2012), por exemplo, constataram que alunos de engenharia que possuem maior capacidade de gerenciamento emocional demonstraram maior tranquilidade e autoconfiança, um melhor estilo e qualidade de vida, o que possibilitaria um maior sucesso na vida profissional. Além de impactar a vida profissional de um indivíduo, a inteligência emocional e a gestão das emoções impactam grandemente a sua capacidade de liderança.

A liderança necessita de inteligência emocional?

Esse título é inspirado em uma troca de cartas entre John Antonakis, Neal M. Ashkanasy e Marie T. Dasborough (2009), na qual eles discutem se a pesquisa em inteligência emocional é teoricamente necessária para a liderança, para a manutenção do vínculo entre os resultados nas organizações e para o próprio líder diretamente. Os autores discutem também os padrões metodológicos e os próximos passos para desenvolvimento e aprimoramento do construto.

Pode-se considerar que a inteligência emocional ainda é muito incipiente, o que justifica a necessidade de mais pesquisas para validação da teoria, assim como a existência de algumas lacunas. Antonakis et al. (2009) defendem, no entanto, que esse não é um motivo para que os cientistas abandonem o tema, pelo contrário, é imperativo para realização de mais estudos.

Walter, Cole e Humphrey (2011) também trazem à tona essa mesma discussão, qual seja se a inteligência emocional é condição *sine qua non* ou trivial para a liderança. Para responder a essa questão, os autores reúnem em seu artigo três fluxos de pesquisa sobre a inteligência emocional, os seus pontos fortes e fracos e expõem um resumo dos estudos acerca da inteligência emocional e da liderança.

Embora o fluxo 1 da pesquisa de Walter et al. (2011), baseado em Mayer e Salovey (1997), concentre-se na avaliação das habilidades para lidar efetivamente com as emoções, é limitado a uma percepção das pessoas em testes abstratos e não um espelho do comportamento de fato. O fluxo 2 expande a avaliação para o autorrelato, de si e do outro, no entanto, pode expor mais as crenças dos participantes do que suas habilidades emocionais. O fluxo 3 compreende habilidades sociais e

emocionais, porém, por ser muito aberto, é criticado por sua propensão a gerar ambiguidades (Walter et al., 2011).

O papel das emoções na liderança já é considerado proeminente na literatura, conforme discorrem Walter, Cole e Humphrey (2011) e, por isso, a inteligência emocional pode ser de grande valia. O desafio, porém, é "provar" que a inteligência emocional é um construto que vai além das características individuais, que não é, portanto, redundante em relação à predição da capacidade cognitiva ou da personalidade. Nesse sentido, as três áreas de concentração de estudos são a emergência da liderança, o comportamento de liderança e a eficácia do líder.

A emergência ou surgimento de liderança reflete o quanto uma pessoa é reconhecida como líder e como exerce influência diante do grupo mesmo sem ocupar esse papel formalmente. Não há uma vasta pesquisa a esse respeito, mas há estudos que, segundo os autores, apoiam a noção de que indivíduos emocionalmente inteligentes têm maior probabilidade de emergir como líderes. O papel da inteligência emocional para o surgimento da liderança é transmitido por meio da empatia e estratégias comportamentais, como a tomada de perspectiva, coordenação de tarefas e apoio de desenvolvimento (Walter et al., 2011).

Os estudos, discutidos por Walter et al. (2011), que abrangem o comportamento de liderança enfatizam o traço de liderança transformacional, que envolve um modelo carismático, uma visão cativante e estímulo intelectual e apoio a cada um da equipe. Os resultados apoiam a influência da inteligência emocional nesse comportamento, contudo, há críticas pela restrição a esse tipo de comportamento, além do não-uso desse conceito de forma pura, como o utilizado nos fluxos 2 e 3, predominante nessa pesquisa. A eficácia da liderança pode ser conceituada como a capacidade do líder de orientar a equipe para resultados. A inteligência emocional também foi positivamente associada a essa variável, mas nenhum estudo analisado pelos autores controlou simultaneamente a capacidade cognitiva e a personalidade, tornando frágeis os achados.

A partir dessa análise, Walter et al., (2011) concluem que a inteligência emocional pode contribuir com o campo teórico de liderança, mas é fundamental que mais pesquisas sejam feitas e que os pontos sensíveis sejam tratados como, por exemplo, a diferença de condições de trabalho. Nessa linha de pesquisa, Rockstuhl e Seiler (2011) estudaram situações de lideranças transfronteiriças e concluíram que a inteligência emocional tem efeito para a eficácia da liderança em contextos domésticos, mas não em contextos transfronteiriços. Os autores trazem ainda o conceito de inteligência cultural – capacidade de adaptação com eficácia em cenários multiculturais - e reforçam a importância de se

considerar as várias formas de inteligência ao avaliar o potencial de liderança, especialmente na coordenação de interações sociais complexas.

Walter et al. (2011) recomendam que as próximas pesquisas devem se atentar ao rigor metodológico, ao uso de modelos teóricos mais completos e à exploração de áreas inovadoras, como as diferenças culturais, o crescimento e o avanço da neurociência e a ética. Esse último com uma reflexão na contramão do comum: líderes emocionalmente inteligentes podem persuadir para o mal? Pesquisadores e profissionais, ao tratar da inteligência emocional, devem, por isso, tratar com cuidado e estar cientes do estado atual do construto, em desenvolvimento.

Como a gestão das emoções pode afetar a liderança?

Jordan e Lawrence (2009) destacam o papel fundamental das emoções no ambiente de trabalho, em especial a gestão das emoções, posicionada como a habilidade central e mais complexa da inteligência emocional. Alvinius, Bostrom e Larssom (2015) apontam a gestão das emoções como um atributo primordial de líderes eficazes.

Do mesmo modo, Hartley (2004, p. 588) discorre acerca da importância da gestão emocional para o desenvolvimento do líder e da sua capacidade de gestão no ambiente de trabalho. Segundo o autor, o modelo de gerenciamento racional weberiano já não é suficiente para garantir o sucesso de uma liderança. Gestores que complementam o gerenciamento racional com o gerenciamento emocional, possuem uma maior habilidade para criar um ambiente tanto “emocionalmente satisfatório quanto produtivo”. O desempenho organizacional não se deve somente a cargos e metas bem definidos, mas está também intimamente ligado à capacidade de gerenciamento emocional da liderança (Choudhary et al., 2017).

Líderes com habilidade de autogerenciamento emocional têm maior capacidade de controlar reações imediatas, adiar e ponderar julgamentos, possibilitando o desenvolvimento de um ambiente de trabalho mais saudável, de confiança, e mais propício para um melhor desempenho da equipe (Jordan; Lawrence, 2009). Donoso-Morales, Bloom e Caron (2017) demonstram o papel fundamental do gerenciamento emocional efetivo dos técnicos e atletas na criação de uma cultura de excelência vitoriosa em times esportivos no Canadá.

Diferentes estratégias de gestão emocional podem ser utilizadas por líderes em um contexto organizacional, que pode envolver: incentivo de emoções positivas e reduzir emoções negativas no ambiente de trabalho (Choudhary et al., 2017; Jordan; Lawrence, 2009). Jordan e Lawrence (2009)

destacam a importância da capacidade de gestão emocional dos membros da equipe na criação de um ambiente positivo, por meio do incentivo das emoções positivas, melhorando a qualidade de interação entre eles e suas motivações.

No estudo de Luo e Jiang (2014) evidencia-se a importância de atenuar emoções negativas, em um contexto de mudança em multinacionais na China, em que dúvidas e incertezas geraram sentimentos de medo, estresse, ansiedade, frustração e até mesmo ameaça. Os autores ressaltam o papel crucial desempenhado pela liderança, na habilidade de detectar as emoções da equipe, e criar um clima favorável à mudança por meio da empatia e compartilhamento de informações a fim de neutralizar emoções negativas. Um outro estudo, avaliando a influência do diretor sobre os professores em um contexto de mudança em uma escola na Malásia, apontou o mesmo fenômeno (Tai; Kareem, 2019).

Outra importante implicação da gestão das emoções no contexto da liderança consiste na capacidade de resolução de problemas. As emoções e o humor impactam substancialmente o potencial de resolução de problemas de um profissional, “elas fornecem interrupções para sistemas complexos, retirando-os de um determinado nível de processamento e concentrando-os em necessidades mais prementes” (Salovey; Mayer, 1990, p. 198). Esse mecanismo explica o motivo de confusão, bloqueios e até mesmo os chamados “brancos” em indivíduos com alta inteligência cognitiva inseridos em um quadro de estresse e ansiedade. Emoções positivamente gerenciadas abrem o caminho para a criatividade e o concatenamento de ideias para a resolução do problema, por meio de uma melhor integração do material cognitivo e organização da memória (SALOvey; Mayer, 1990).

Por outro lado, líderes com baixa inteligência emocional tendem operar no modo de gerenciamento de emoções defensivo e restritivo, sentem menos empatia e têm menor capacidade de reconhecer as emoções alheias (Mayer; Salovey, 1993), tendem a ser líderes coercitivos (Hartley, 2004), sendo percebidos como pessoas desagradáveis (Salovey; Mayer1990) nos ambientes de trabalho, onde situações de conflitos e estresse tendem a ser constantes. O estudo realizado por Hou, Li e Yuan (2018) exemplifica o efeito destrutivo de lideranças abusivas no capital psicológico, na autoconfiança e na capacidade de inovação dos funcionários; nesse contexto, os únicos que conseguiram mitigar esses efeitos danosos foram os profissionais com alto nível inteligência emocional.

Não obstante, críticas surgiram sobre a utilização da gestão das emoções no contexto organizacional. Hartley (2004) faz um alerta sobre futuras consequências adversas que podem advir do uso bem-intencionado do quociente de inteligência emocional como uma ferramenta para realização de

auditoria. O autor critica a utilização da gestão das emoções como um “instrumento do capitalismo para aumento de produtividade através da solução de problemas ligados à motivação e emoções”.

O panorama geral dos conceitos na literatura auxilia na compreensão das informações quantitativas obtidas em bases de dados científicas, como as evidenciadas a seguir. A revisão bibliométrica proposta objetiva articular essas duas perspectivas para descrição do campo de pesquisa em inteligência emocional, gestão das emoções e liderança por meio da metodologia apresentada no próximo tópico.

2. METODOLOGIA

A análise bibliométrica, segundo Zupic e Čater (2015), visa mapear especialidades de pesquisa de forma objetiva capaz de aumentar o rigor e atenuar o viés do pesquisador nas revisões da literatura científica. A fim de compreender as relações na literatura entre os conceitos de inteligência emocional, liderança e gestão das emoções, o presente estudo se baseia em uma análise bibliométrica com auxílio dos softwares HistCite e VOSviewer.

O levantamento dos dados secundários para estudo foi feito a partir dos trabalhos indexados na base do Web of Science. Gerenciada pela Clarivate Analytics, essa base bibliográfica combina informações oriundas de bancos de dados internacionais sobre diversas disciplinas acadêmicas, como a própria administração. Os resultados obtidos nas buscas favorecem a análise bibliométrica, na medida em que são detalhados englobando dados dos autores, filiações institucionais, países de origem, citações, formato e periódicos de publicação (Zupic; Čater, 2015).

Considerando as temáticas selecionadas, os parâmetros inseridos no Web of Science foram "*emotional intelligence*", "l*eadership*" e "*emot* management*". Primeiramente, foram buscados os três termos simultaneamente no título, sem filtro de período. Essa busca não retornou resultados, motivo pelo qual foi repetido o procedimento a partir das informações do campo tópicos. Essa seleção retornou doze resultados, dos quais nove eram artigos.

Diante do limitado número de resultados, foi construída uma linha de pesquisa combinando dois dos parâmetros para busca no título[1] . Um total de 182 trabalhos foi localizado, dos quais, 119 são artigos. Estes compõem a base de análise deste levantamento. Em relação à distribuição destes na segmentação de palavras, têm-se que 114 contêm "*emotional intelligence*" e "*leadersh*ip" no título. Dentre os demais, o título de três artigos engloba com as palavras chave combinadas "*emotional intelligence*" *e "emot* management"* e apenas dois concatenam "leadership" e "emot* management"

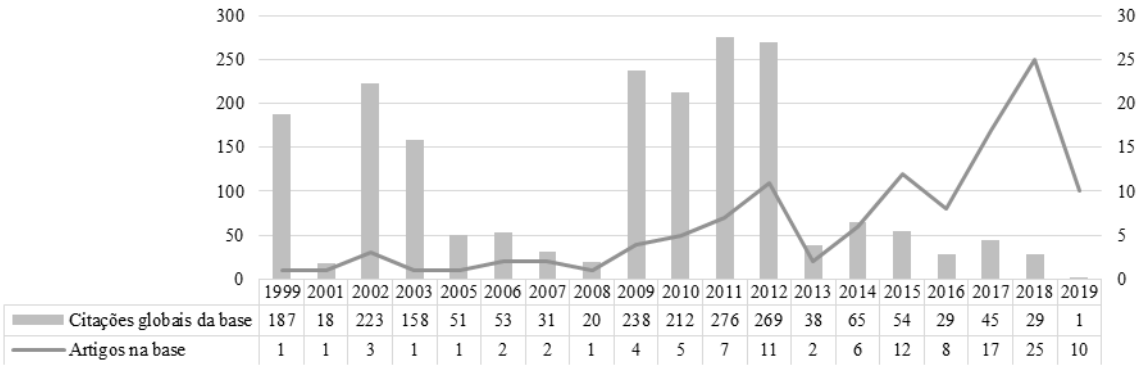
em seus títulos. A análise preliminar desses quantitativos evidencia a carência de estudos voltados para a temática da gestão das emoções.

Para facilitar a visualização e a análise das informações extraídas a partir dos filtros descritos, é interessante contar com o apoio de *softwares* específicos. No presente trabalho, utilizou-se as ferramentas *HistCite* e *VOSviewer*, cujos resultados são apresentados e discutidos.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

NÚMERO DE PUBLICAÇÕES E CITAÇÕES ANUALMENTE

A busca realizada na base *Web of Science* para realização deste estudo bibliométrico não foi segmentada por período. Apesar da busca ampla e da existência de literatura sobre a gestão das emoções e inteligência emocional isoladamente, a correlação desses construtos com a temática da liderança inicia-se apenas em 1999. Nota-se que, até 2009, as publicações eram tímidas, sendo que a busca na base retornou menos de cinco artigos por ano nesse período. Nos últimos dez anos, observa-se um significativo aumento no número de publicações demonstrando a elevação do interesse da literatura nessa seara.



	1999	2001	2002	2003	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Citações globais da base	187	18	223	158	51	53	31	20	238	212	276	269	38	65	54	29	45	29	1
Artigos na base	1	1	3	1	1	2	2	1	4	5	7	11	2	6	12	8	17	25	10

Gráfico 1 - Número de artigos localizados na busca e citações globais por ano.

Fonte: Elaborado pelos autores com o auxílio do software HistCite, 2019.

3.2. ARTIGOS E AUTORES COM O MAIOR NÚMERO DE CITAÇÕES GLOBAIS

A partir do levantamento de artigos no Web of Science obtido por meio da linha de busca descrita na metodologia, procedeu-se com a análise das referências utilizadas nos 119 trabalhos acadêmicos selecionados. Nota-se que os autores com maior número de citações globais, visualizados na Tabela 1, coincidem exatamente com os acadêmicos que escreveram os artigos mais citados, conforme indicado na Tabela 2. Essa aproximação indica que há certa homogeneidade nas referências dos artigos sobre os temas discutidos nesta revisão. É interessante notar, contudo, que no resultado do

mapeamento não se destacaram como referências centrais as obras de Salovey e Mayer (1990) ou Hochschild (1979).

Em relação ao assunto dos artigos com maior número de citações globais, elencados na Tabela 1, nota-se uma preponderância da inteligência emocional e sua influência na liderança. Esse resultado está em consonância com o observado na literatura. Aspectos relacionados ao líder e ao desempenho deste nas organizações têm grande relevância e impacto, suscitando a atenção dos estudiosos. A discussão do construto da gestão das emoções, apesar de iniciada na década de 90, tem ganhado relevância apenas nos últimos anos com o crescimento da neurociência e da sua aplicação na administração. Assim, o baixo número de observações deste na revisão bibliométrica está alinhado com a revisão teórica.

Nº	AUTOR	REGISTROS	CITAÇÕES GLOBAIS
1	Megerian LE	1	187
2	Sosik JJ	1	187
3	Druskat VU	1	171
4	Pescosolido AT	1	171
5	Wolff SB	1	171
6	Antonakis J	1	160
7	Ashkanasy NM	1	160
8	Dasborough MT	1	160
9	Mandell B	1	158
10	Pherwani S	1	158

Tabela 1 - Autores com maior número de citações globais na pesquisa realizada.

Fonte: Elaborado pelos autores com o auxílio do *software HistCite,* 2019.

A Figura 1 apresenta os clusters de citação conectando os artigos com base em suas referências bibliográficas. O tamanho dos círculos indica o número de citações globais, enquanto a espessura das linhas demarca o grau de influência nas conexões. Dentre os 119 artigos selecionados, apenas 86 apresentaram conexões para dentro dos clusters observados. Tal fato indica uma pulverização dos referenciais, o que pode decorrer da existência de fontes sobre o assunto relacionadas a outros campos de estudo para além da administração, como a psicologia.

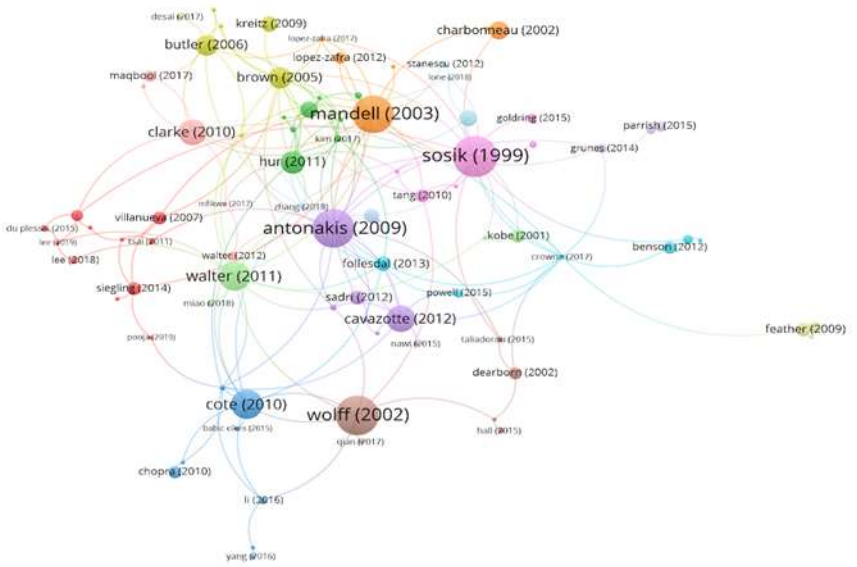


Figura 1 - Mapa detalhado dos clusters de citação.

Fonte: Elaborado pelos autores com o auxílio do software VOSviewer, 2019.

É interessante notar que, alinhado com o apresentado Tabela 2, destacam-se como centro dos clusters os trabalhos de Sosik e Megerian (1999), Wolff (2002), Antonakis et al. (2009), Mandell e Sherwani (2003), e Côté et al. (2010). A existência de vários trabalhos relacionados a referências seminais com longo prazo de publicação observada é esperada em estudos bibliométricos. Diante disso, merece destaque o grupo baseado na publicação de Côté et al. (2010), o qual já está consolidado apesar do relativo curto tempo de publicação. Acredita-se que isso deva-se ao fato do artigo *Emotional intelligence and leadership emergence in small groups* realizar a análise a nível micro, estando em consonância com a ampliação do foco nas equipes, onde a inteligência emocional tem um caráter diário e a convivência é mais direta.

Nota-se nos resultados da Tabela 3 uma consonância entre as principais referências citadas e os principais expoentes da inteligência emocional. A referência mais citada é justamente o artigo de Salovey e Mayer (1990), *Emotional Intelligence*, considerado o precursor desse construto; seguido do livro de Daniel Goleman, cuja obra homônima de Salovey e Mayer (1990) o tornou reconhecido como pai da inteligência emocional pelo senso comum.

AUTOR / JORNAL/ DATA	CITA-ÇÕES	CITAÇÕES NA BASE
Sosik JJ, Megerian LE. Understanding leader emotional intelligence and performance - The role of self-other agreement on transformational leadership perceptions. Group & Organization Management. 1999 SEP; 24 (3): 367-390	187	52
Wolff SB, Pescosolido AT, Druskat VU. Emotional intelligence as the basis of leadership emergence in self-managing teams. Leadership Quarterly. 2002 OCT; 13 (5): Art. No. PII S1048-9843(02)00141-8	171	64
Antonakis J, Ashkanasy NM, Dasborough MT. Does leadership need emotional intelligence? Leadership Quarterly. 2009 APR; 20 (2): 247-261.	160	77
Mandell B, Pherwani S. Relationship between emotional intelligence and transformational leadership style: A gender comparison. Journal of Business And Psychology. 2003 SPR; 17 (3): 387-404.	158	62
Cote S, Lopes PN, Salovey P, Miners CTH. Emotional intelligence and leadership emergence in small groups. Leadership Quarterly. 2010 JUN; 21 (3): 496-508.	96	81
Walter F, Cole MS, Humphrey R. H. Emotional Intelligence: Sine Qua Non of Leadership or Folderol. Academy of Management Perspectives. 2011 FEB; 25 (1): 45-59.	93	101
Rockstuhl T, Seiler S, Ang S, Van Dyne L, Annen H. Beyond General Intelligence (IQ) and Emotional Intelligence (EQ): The Role of Cultural Intelligence (CQ) on Cross-Border Leadership Effectiveness in a Globalized World. Journal of Social Issues. 2011 DEC; 67 (4): 825-840.	91	59
Cavazotte F, Moreno V, Hickmann M. Effects of leader intelligence, personality and emotional intelligence on transformational leadership and managerial performance. Leadership Quarterly. 2012 JUN; 23 (3): 443-455.	78	78
Clarke N. Emotional Intelligence and its relationship to transformational leadership and key project manager competences. Project Management Journal. 2010 APR; 41 (2): 5-20.	74	83
Hur Y, van den Berg PT, Wilderom CPM. Transformational leadership as a mediator between emotional intelligence and team outcomes. Leadership Quarterly. 2011. AUG; 22 (4): 591-603.	54	97

Tabela 2 - Artigos com maior número de citações globais.

Fonte: Elaborado pelos autores com o auxílio do *software HistCite,* 2019.

AUTOR / JORNAL/ DATA	CITAÇÕES NA BASE
Salovey, P. e Mayer, J. D. Emotional intelligence. Imagination, Cognition, and Personality, v. 9, 1990, 185-211.	63
Goleman, D. Emotional intelligence. 1995. England: Bantam Books, Inc.	42
George, J. M.. Emotions and leadership The role of emotional intelligence. Human Relations, v. 53, 2000, 1027-1055.	38
Wong CS, Law KS. The effects of leader and follower emotional intelligence on performance and attitude: an exploratory study. Leadership Quart. v. 13, 2002, 243.	31
BARLING, J.; SLATER, F.; KELLOWAY, E. Transformational leadership and emotional intelligence: an exploratory study", Leadership and Organization Development Journal. v. 3. 2000. 157 – 161	29
Goleman, D. Working with emotional intelligence. 1998. New York: Bantam Books.	29

Mayer, J. D.; Salovey, P. What is emotional intelligence? In: Salovey P.; Sluyter, D. J. (Eds.), Emotional development and emotional intelligence: Educational implications. 1997.New York: Harper Collins. pp. 3-34	29
Gardner, L. and Stough, C. Examining the relationship between leadership and emotional intelligence in senior level managers. Leadership & Organization Development Journal. 2002, v. 23, n. 2. pp. 68-78.	25
Bass, B. M. Leadership and Performance beyond Expectations. 1985. New York Free Press.	22
BENJAMIN, P. Emotional intelligence and effective leadership. Organization Development Journal, v. 22, n. 1, 2001. p. 5–10.	20

Tabela 3 - Principais referências citadas.

Fonte: Elaborado pelos autores com o auxílio do software HistCite, 2019.

3.3. PAÍSES, INSTITUIÇÕES E JORNAIS COM O MAIOR NÚMERO DE CITAÇÕES GLOBAIS

A partir da análise dos dados constantes na Tabela 4, nota-se a preponderância da produção acadêmica norte-americana sobre o tema com número de citações globais e registros na base significativamente superior aos demais países. Destaca-se também a relevância dos trabalhos australianos e suíços no contexto geral. O Brasil também tem participado ativamente das discussões envolvendo inteligência emocional, gestão das emoções e liderança, sendo o oitavo país em termos de citações globais dos trabalhos selecionados.

PAÍS	REGISTROS	CITAÇÕES GLOBAIS
EUA	44	1331
Austrália	8	289
Suíça	2	251
Holanda	4	160
Canadá	3	149
Reino Unido	6	120
Singapura	2	92
Brasil	3	78
Taiwan	4	54
China	8	38

Tabela 4 - Países com maior número de citações globais.

Fonte: Elaborado pelos autores com o auxílio do software HistCite, 2019.

Na Tabela 5, foram relacionadas as instituições cujos associados mais publicam sobre o tema. Os dados corroboram com a análise apresentada anteriormente, sendo que oito das dez universidades que mais discutem o assunto estão situadas nos EUA. Considerando o número de citações globais derivadas dos artigos, não é possível indicar a proeminência de uma escola.

INSTITUIÇÃO	REGISTROS	CITAÇÕES GLOBAIS
Penn State University	1	187
Case Western Reserve University	2	181
Marist College	1	171
Univ New Hampshire	1	171
Univ Miami	2	162
Univ Lausanne	1	160
Univ Queensland	1	160
Springfield College	1	158
Texas Christian University	2	103
Univ Groningen	2	103

Tabela 5 - Instituições com maior número de citações globais.

Fonte: Elaborado pelos autores com o auxílio do software HistCite, 2019.

Em relação aos periódicos, vide Tabela 6, nos quais foram feitas as publicações, em termos de citações globais destacam-se o *Leadership Quarterly*, o *Group & Organization Management* e *Journal of Business and Psychology*, como os três principais jornais nessa ordem. É importante ressaltar que os trabalhos se concentram na área da administração, com ênfase em gestão e organizações. Entretanto, não se limitam a estas, sendo os temas selecionados também de interesse nas ciências sociais e na psicologia, como indica a presença do *Journal of Social Issues* e do *Personality and Individual Differences*, dentre os dez periódicos com mais citações globais.

Nº	JORNAL	REGISTROS	CITAÇÕES GLOBAIS
1	Leadership Quarterly	7	615
2	Group & Organization Management	1	187
3	Journal of Business and Psychology	1	158
4	Academy of Management Perspectives	1	93
5	Journal of Social Issues	1	91
6	Project Management Journal	2	88
7	Leadership & Organization Development Journal	6	70
8	Personality and Individual Differences	2	56
9	Journal of Organizational Behavior	1	51
10	Journal of Management in Engineering	1	49

Tabela 6 - Periódicos com maior número de citações globais

Fonte: Elaborado pelos autores com o auxílio do software HistCite, 2019.

3.4 ANÁLISE DE PALAVRAS COM O MAIOR NÚMERO DE REGISTROS

Visando mapear evidências dos principais assuntos dos artigos, foram relacionadas as palavras com maior número de registros dentre as utilizadas na redação dos trabalhos selecionados na base *Web do Science.* Os resultados obtidos são exibidos na **Erro! Fonte de referência não encontrada.**.

Nº	PALAVRA	REGISTROS	CITAÇÕES LOCAIS	CITAÇÕES GLOBAIS
1	EMOTIONAL	118	0	1965
2	LEADERSHIP	116	0	1961
3	INTELLIGENCE	117	0	1921
4	TRANSFORMATIONAL	25	0	716
5	SELF	12	0	474
6	ROLE	13	0	346
7	RELATIONSHIP	15	0	326
8	PERFORMANCE	7	0	290
9	EMERGENCE	2	0	267
10	LEADER	4	0	267
11	UNDERSTANDING	2	0	238
12	STYLE	12	0	221
13	TEAMS	2	0	198
14	PERCEPTIONS	2	0	189
15	AGREEMENT	1	0	187

Tabela 7 - Palavras com maior número de registros para agragação por categorias e variáveis.

Fonte: Elaborado pelos autores com o auxílio do software HistCite, 2019.

Esses termos podem ser agrupados em três meta categorias relacionadas ao cerne da interseção dos temas pesquisados. A primeira tem como centro a Liderança e agrega além desse termo (*leadership*) os seguintes: *transformational, self, relationship, leader, teams* e *role*. A segunda meta categoria relaciona-se ao Emocional (*emotional*), englobando: *intelligence, performance, style* e *perceptions*. Os demais elementos voltam-se para uma categoria geral do Conhecimento, qual inclui as noções de: *emergence, understanding* e *agreement*.

Os principais termos utilizados são *emotional, leadership* e *intelligence*, nessa ordem. A centralidade é confirmada inclusive visualmente, como é possível concluir pelo mapeamento de clusters no *software VOSviewer* – Figura 2. Essas palavras apresentam número e ocorrência quatro vezes superior à da quarta palavra (transformacional), evidenciando a centralidade dos temas e o alto nível de foco da discussão. Tal resultado está em consonância com o observado na revisão bibliográfica. É interessante destacar a ausência de termos relacionados à gestão de emoções na tabela. Entretanto, essa é uma mensuração esperada, ponderando o aumento considerável na atenção da inteligência emocional, com foco no gerenciamento das emoções enunciado por Freudenthaler, Neubauer e Haller (2008).

De forma geral, a pesquisa evidenciou que poucos estudos apresentam uma análise conjunta de gestão das emoções, inteligência emocional e liderança. A literatura atual enfatiza especialmente esses dois últimos temas, mas há espaço para novas discussões que contemplem também a gestão das emoções como forma de aprofundar o conhecimento e as capacidades dos indivíduos.

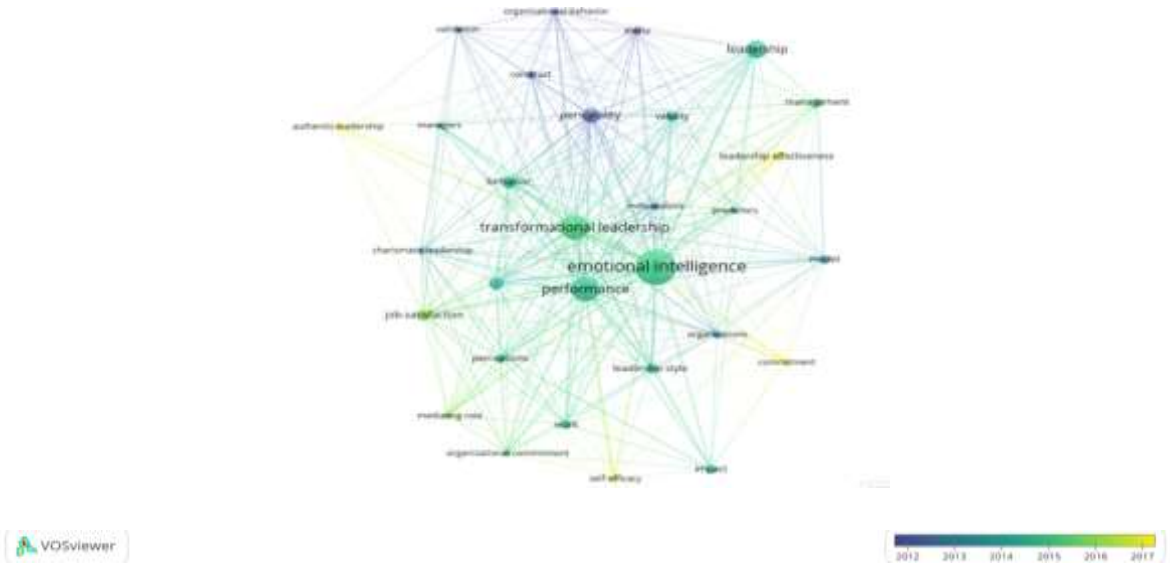


Figura 2 - Análise das principais palavras-chave e suas conexões

Fonte: Elaborado pelos autores com o auxílio do software VOSviewer, 2019.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de permearem outros campos, estudos envolvendo liderança, inteligência emocional e gestão das emoções ainda permanecem concentrados na área da administração. A ampliação do conceito de inteligência, a partir dos estudos de Gardner (1995), representa novas perspectivas analíticas como a emocional apresentada por Salovey e Mayer (1990), as quais se aproximam das discussões de regulação da emoção e gestão das emoções. Essa aproximação desperta interesse por impactar diretamente as organizações e seu funcionamento, sendo um ponto de partida para sua compreensão a análise da literatura atual sobre o tema.

A revisão bibliométrica proposta evidenciou a centralidade da liderança nas discussões atuais sobre inteligência emocional, embora demonstre que as publicações sobre liderança e gestão das emoções são comparativamente mais tímidas. Essa observação está em consonância com o apontado por Kaplan et al. (2014) em um estudo, demonstrando que a gestão das emoções vem sendo abordada em conjunto com outros tipos de inteligência emocional.

O presente estudo evidenciou a necessidade de ampliação dos estudos de gestão das emoções, tanto relacionados à liderança, quanto à própria inteligência emocional e, ainda, que contemplem esses três

temas atuais. Além disso, conforme evidenciado na revisão da literatura, há uma carência de estudos empíricos e análises da influência da gestão de emoções de um líder no desempenho da equipe. Diante dessas lacunas, sugere-se que estudos futuros aprofundem o conhecimento sobre as seguintes temáticas e hipóteses propositivas correlatas: (i) Exploração do impacto desta na liderança eficaz, considerando a relevância da gestão das emoções, apontada como o principal vértice da inteligência emocional, com destaque para cenários de crise e mudanças disruptivas, como a pandemia do coronavírus. Hipótese: A gestão das emoções incrementa a liderança eficaz em cenários de crise e mudanças disruptivas; (ii) Expansão da compreensão sobre a influência da gestão de emoções de um líder no desempenho da equipe, considerando a interação em si, suas dimensões e comportamento das equipes. Hipótese: A gestão de emoções eficaz do líder impacta positivamente o desempenho da equipe; (iii) Estudo da gestão das emoções integrando questões de personalidade, efetividade e satisfação. Hipótese: A gestão das emoções altera traços da personalidade e a percepção de satisfação dos liderados em relação ao líder

Em relação à análise dos dados levantados, são notórias a participação e a influência estadunidense no campo, tanto em função do número de publicações quanto em razão de suas origens. O Brasil está envolvido nos estudos, ainda que de forma tímida, apesar do reconhecimento da importância das habilidades socioemocionais na educação, enquanto competência geral do manual de diretrizes para a Educação Básica. Além dessa oportunidade de pesquisa, destaca-se a necessidade de aprofundar o debate sobre a gestão das emoções, conceito antigo, mas ainda pouco analisado sob a ótica da liderança.

A forma de construção da linha de busca utilizada para filtrar os artigos pode ser considerada uma fragilidade do presente estudo, pois os dados analisados referem-se a alternativas dos termos inteligência emocional, gestão das emoções e liderança. Entretanto, considerando o baixo número de resultados na busca pelos três termos, fez-se necessário ampliar o método de localização por meio de agregação parcial das palavras-chave, o que resultou em uma base considerada robusta. Além disso, há limitações decorrentes da utilização de uma base de dados única para o levantamento do rol de artigos para análise. Apesar da abrangência da Web of Science, seria interessante a complementação com os resultados de trabalhos agregados em outras fontes. Acredita-se que estudos bibliométricos futuros possam explorar outras bases de científicas com unificação da linha de busca, para aprofundamento na interseção das temáticas.

REFERÊNCIAS

Alvinius, A.; Boström, M. E.; Larsson, G. (2015). Leaders as emotional managers: Emotion management in response organisations during a hostage taking in a Swedish prison. Leadership and Organization Development Journal, 36(6), 697–711.

Antonakis, J.; Ashkanasy (M.; Dasborough, M. T. (2009). Does leadership need emotional intelligence? Leadership Quarterly, 20(2), 247-261.

Burrus et al. (2012). Emotional Intelligence Relates to Well-Being: Evidence from the Situational Judgment Test of Emotional Management. Applied Psychology: Health and Well-Being, 4, 151-166.

Choudhary et al. (2017) Employee job performance: The interplay of leaders' emotion management ability and employee perception of job characteristics. Journal of Management Development, 36(8), 1087–1098.

Côté, S.; Lopes, N.; Salovey, P.; Miners, C. T. H. (2010). Emotional intelligence and leadership emergence in small groups. Leadership Quarterly, 21(3), 496–508.

Donoso-Morales, D.; Bloom, G. A.; Caron, J. G. (2017). Creating and Sustaining a Culture of Excellence: Insights from accomplished University team-sport coaches. Research Quarterly for Exercise and Sport, 88(4), 503-12.

Freudenthaler, H. H., Neubauer, A. C., E Haller, U. (2008). Emotional intelligence: Instruction effects and sex differences in emotional management abilities. Journal of Individual Differences, 29(2), 105-115.

Gardner, H. (1983). Frames of Mind. Basic Books, New York.

Gardner, H. (1995). Inteligências múltiplas: a teoria na prática. Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artmed.

Goleman, D. (2011). Inteligência emocional. Rio de Janeiro: Objetiva.

Gunkel, M.; Schlaegel, C.; Taras. (2016). Cultural values, emotional intelligence, and conflict handling styles: A global study. Journal of World Business, 51(4), 568–585.

Hartley, D. (2004) Management, leadership and the emotional order of the school. Journal of Education Policy, 19(5), 583–594.

Hochschild, A. R. (1979). Emotion Work, Feeling Rules, and Social Structure. The American Journal of Sociology, 85(3), 551-575.

Hou, X.; Li, W., E Yuan, A. Q. (2018). Frontline disruptive leadership and new generation employees' innovative behavior in China: moderating role of emotional intelligence. Asia Pacific Business Review, 24(4), 459-471.

Jordan, J.; Lawrence, S. A. (2009). Emotional intelligence in teams: development and initial validation of the short version of Workgroup emotional intelligence Profile. Journal of Management & Organization, 15 (4), 452-69.

Joseph, D. L.; Newman, D. A. (2010). Emotional Intelligence: An Integrative Meta-Analysis and Cascading Model. Journal of Applied Psychology, 95 (1), 54–78.

Kaplan et al. (2014). The role of organizational leaders in employee emotion management: A theoretical model. Leadership Quarterly, 25 (3), 563–580.

Kluemper, D. H.; Degroot, T.; Choi, S. (2013). Emotion Management Ability: Predicting Task Performance, Citizenship, and Deviance. Journal of Management, 39(4), 878–905.

Lively, K. J. (2000) Reciprocal Emotion Management: Working Together to Maintain Stratification in Private Law Firms. Work and Occupations, 27 (1), 32–63.

Luo, Y.; Jiang, H. (2014). Effective Public Relations Leadership in Organizational Change: A Study of Multinationals in Mainland China. Journal of Public Relations Research, 26 (2), 134-160.

Mandell, B.; Pherwani, S. (2003). Relationship Between Emotional Intelligence and Transformational Leadership Style: A Gender Comparison. Journal of Business and Psychology, 17 (3), 387-404.

Mayer, J.; Salovey. (1993). The intelligence of emotional intelligence. Intelligence, 17 (4), 433-442.

Mayer, J. D.; Salovey, What is emotional intelligence? (1997). In: Salovey, P.; Sluyter D. J. (Eds.), Emotional development and emotional intelligence: Educational. New York: Harper Collins, 3-34.

Mayer, J. D.; Salovey, P.; Caruso, D. R. (1997). Emotional IQ test. Needham: Virtual Knowledge.

Mayer, J. D., Salovey, P.; Caruso, D. R. (1999) Item Booklet. Toronto, Canada: Multi-Health Systems, 1999.

Rezvani et al. (2016). Manager emotional intelligence and project success: The mediating role of job satisfaction and trust. International Journal of Project Management, 34 (7), 1112–1122.

Rockstuhl, T.; Seiler, S. (2011). Beyond General Intelligence (IQ) and Emotional Intelligence (EQ): The Role of Cultural Intelligence (CQ) on Cross-Border Leadership Effectiveness in a Globalized World. Journal of Social Issues, 67(October 2015), 825–840.

Saibani et al. (2012). Comparison of emotional intelligence scores among engineering students at different stages of an academic program. Asian Social Science, 8 (16), 88-98.

Salovey, E Mayer, J. D. (1990). Emotional intelligence. Imagination, Cognition, and Personality, 9, 185-211.

Schwab, K. (2016). The fourth industrial revolution. Cologny/Geneva: World Economic Forum.

Sosik, J. J.; Megerian, L. E. (1999). Understanding Leader Emotional Intelligence and Performance: The Role of Self-Other Agreement on Transformational Leadership Perceptions. Group & Organization Management, 24(3), 367–390.

Tai, M. K.; Kareem, O. A. (2019). The relationship between emotional intelligence of principals in managing change and teacher attitudes towards change. International Journal of Leadership in Education, 22(4), 469-85.

Walter, F.; Cole, M. S.; Humphrey, R. H. (2011). Emotional intelligence: Sine Qua non of leadership or folderol? Academy of Management Perspectives, 25(1), 45–59.

Williams, M. (2007) Building Genuine Trust through Interpersonal Emotion Management: A Threat Regulation Model of Trust and Collaboration across Boundaries. The Academy of Management Review, 32(2), 595-621.

Zupic, I.; Čater, T. (2015). Bibliometric Methods in Management and Organization. Organizational Research Methods, 18(3), 429–472.

Capítulo 15

10.37423/220205355

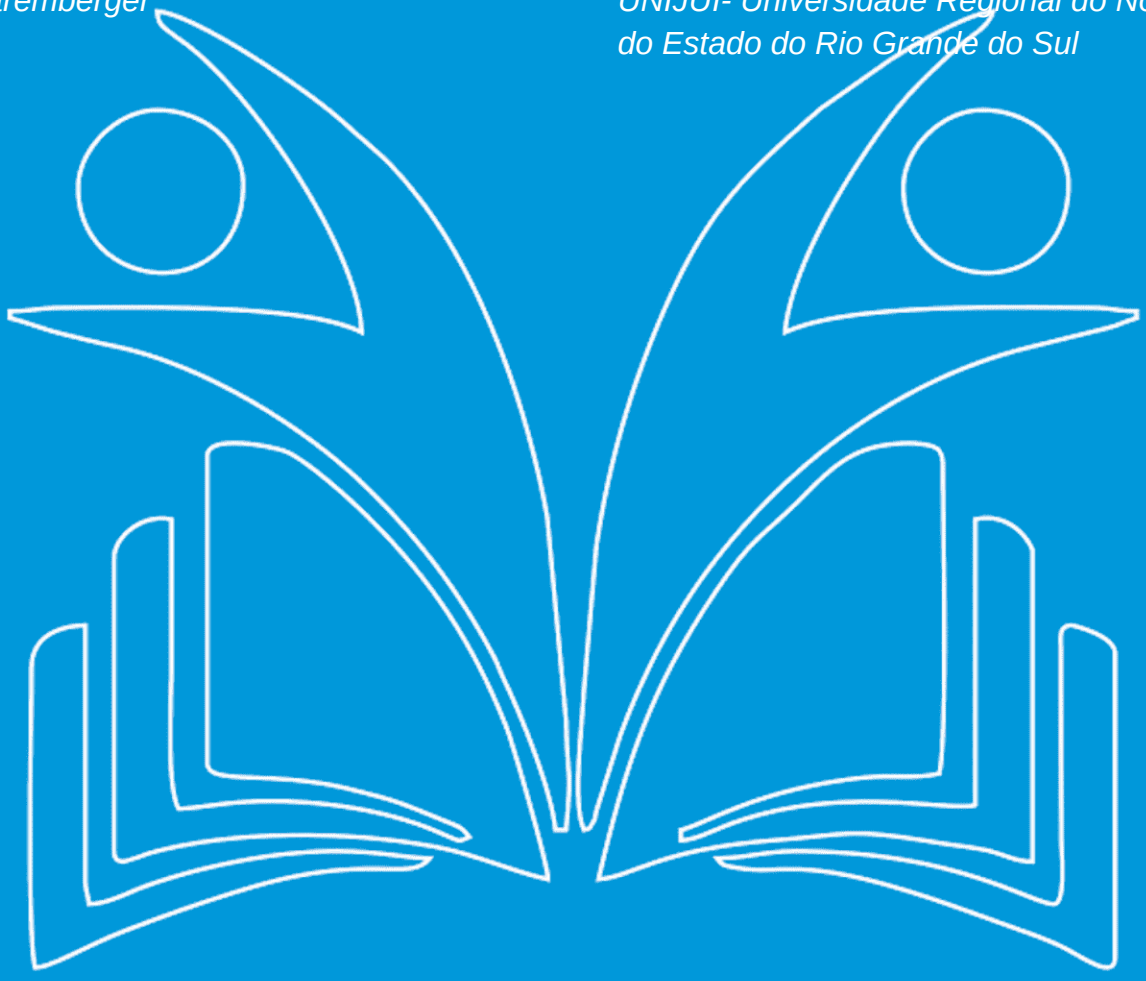
O CONCEITO DE ESTADO NO PENSAMENTO DE MAX WEBER

Cristian Sparemberger

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Ariosto Sparemberger

UNIJUÍ- Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul



Resumo: O presente estudo retrata o conceito de Estado difundido por Max Weber, tanto por meio da leitura e interpretação direta das obras de Max Weber quanto pelos escritos de comentadores do pensamento weberiano. Ao compreender o pensamento do sociólogo alemão, este artigo enfatiza os elementos básicos definidores do Estado weberiano, como o território, o uso legitimo da força, as formas legítimas de dominação, a ação social regulamentadora pertencente ao Estado e o corpo burocrático estatal. Ao final, após a apresentação do conceito de Estado em Weber, efetiva-se uma breve análise sobre a forma como Weber apresentou os conceitos de legitimidade e dominação.

Palavras-chave: Dominação. Estado. Max Weber.

INTRODUÇÃO

Max Weber é um dos grandes fundadores da sociologia moderna, nascido em Erfurt, Alemanha, o sociólogo ao longo de sua vida positivou uma vasta obra, retratando os mais diversos temas presentes nas ciências sociais (BARAQUIM, 2007). No contexto acadêmico, tanto no Brasil quanto no mundo, o pensamento weberiano ocupa papel de destaque, de modo que hodiernamente Max Weber é um dos autores indispensáveis na maioria das grades curriculares dos cursos de direito, ciência política e sociologia. “Isso se deve, entre outras razões, ao impressionante espectro de questões que ocuparam seu pensamento: capitalismo, religião, direito, classes sociais, música, a psicofísica do trabalho, igrejas e seitas, democracia, partidos etc” (SELL, 2014, p. 128), uma vez que quase não há temáticas no contexto das ciências sociais que os amplos estudos de Max Weber não tenham abrangido.

Entre os temas debatidos nas obras de Weber, o conceito de Estado e as questões que permeiam a sua formação, sua consolidação e a sua atuação, mostraram-se, na evolução dos estudos das ciências sociais, importantes instrumentos teóricos para compreendermos questões referentes a sociologia da dominação, as estruturas fenomenológicas, aos fundamentos macrossociais, aos estudos organizacionais e as diversas temáticas abarcadas no pensamento social. Assim sendo, tendo como base os pressupostos teóricos estabelecidos pelo sociólogo alemão, o objetivo deste trabalho é apresentar o conceito de Estado difundido por Max Weber.

O presente artigo busca compreender o conceito de Estado weberiano tanto por meio da leitura direta das obras Weber quanto pela interpretação de comentadores. A partir do método de revisão bibliográfica, apresentaremos os preceitos teóricos do Estado como portador legitimo do monopólio da violência, para posteriormente diagnosticarmos os elementos que definem o Estado no pensamento weberiano. Assim, em um segundo momento, apresentaremos os pressupostos do atual Estado moderno racional de acordo com Max Weber e, ao fim, ponderamos breves reflexões e considerações acerca do modo como Weber apresentou os conceitos de legitimidade e dominação, presentes em sua conceitualização teórica do Estado.

1 A CONCEPÇÃO DE ESTADO NO PENSAMENTO DE MAX WEBER

Weber, em seus escritos, buscou retirar proposições que se referiam aos fins do Estado, visando o desenvolvimento de uma definição sociológica por meio das características próprias que definem o Estado. Em uma análise sociológica weberiana, o Estado moderno é definido pelos meios específicos e peculiares a ele, ou seja, o uso da força física:

> Mas, que é um agrupamento "político", do ponto de vista de um sociólogo? O que é um Estado? Sociologicamente, o Estado não se deixa definir por seus fins. Em verdade, quase que não existe uma tarefa de que um agrupamento político qualquer não se haja ocupado alguma vez; de outro lado, não é possível referir tarefas das quais se possa dizer que tenham sempre sido atribuídas, com exclusividade, aos agrupamentos políticos hoje chamados Estados ou que se constituíram, historicamente, nos precursores do Estado moderno. Sociologicamente, o Estado não se deixa definir a não ser pelo específico meio que lhe é peculiar, tal como é peculiar a todo outro agrupamento político, ou seja, o uso da coação física (WEBER, 1974, p. 58).

Seguindo sua construção teórica referente ao Estado, Weber cita a celebre frase de Trotsky de que todo Estado se funda na força, para observar que em uma estrutura social, na qual o conceito de violência ausenta-se, também se ausenta o Estado. Portanto, a violência e a coação mostram-se necessárias para a existência do Estado. Para o sociólogo alemão, a violência origina e é um dos instrumentos que definem o Estado, além de estabelecer uma íntima relação com ele[1] . Consequentemente, Weber apresenta o seu conceito de Estado como uma forma de associação política.

Ademais, Weber destaca a importância do território como um dos principais elementos do Estado, local em que este teria o monopólio da violência. Nas palavras do autor:

> Em nossa época, (...) deve-se conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território – a noção de território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado – reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física. E, com efeito, é próprio de nossa época o não reconhecer, em relação a qualquer outro grupo ou aos indivíduos, o direito de fazer uso da violência, a não ser nos casos em que o Estado a tolere: o Estado se transforma, portanto, na única fonte do "direito" à violência. (WEBER, 1974, p. 59).

Complementando estes pressupostos, Weber afirma que como todos os agrupamentos políticos que historicamente o precederam, “o Estado consiste em uma relação de dominação do homem sobre o homem; fundada no instrumento da violência legítima” (WEBER, 1974, p. 60). O Estado só existe sobre a condição de que “os homens dominados se submetam à autoridade continuamente reivindicada pelos dominadores” (WEBER, 1974 p. 60), sendo que esta dominação é definida como a “possibilidade de impor ao comportamento de terceiros a vontade própria” (WEBER, 1999 p.188).

Ao retratar diretamente as questões intrínsecas a dominação, Weber estabelece uma tipologia, na qual diagnostica três formas de dominação e seus fundamentos de legitimidade, sendo eles o poder tradicional, o carismático e da legalidade. No pensamento weberiano existem "três razões internas que justificam a dominação, existindo, consequentemente, três fundamentos da legitimidade"

(WEBER, 1974 p. 68). Estes três tipos ideais[2] de dominação legítima, difundidos por Weber, não se apresentam em uma escala de legitimidade e muito menos em uma linha de sucessão histórica. Assim sendo, Weber averigua sobre quais condições exerce-se estes três tipos ideais de dominação.

Para Weber, a primeira tipologia de dominação, a dominação tradicional, se estabelece sobre nós por uma autoridade recorrente do passado, que se valida "pelo hábito, enraizado nos homens, de respeitá-los. Tal é o "poder tradicional", que o patriarca ou o senhor de terras, outrora, exercia." (WEBER, 1974, p. 68). Logo, o domínio tradicional “tem por base a crença na santidade das tradições em vigor e na legitimidade dos que são chamados ao poder em virtude do costume” (MALISKA, 2006, p. 23).

A segunda forma de dominação descrita por Weber é configurada pelo poder de dominação exercido por dons pessoais extraordinários de alguns líderes, o que se denominou de dominação carismática, na qual os súditos seguiriam tal líder em virtude de seu destaque e de suas características pessoais singulares. “Weber entende por carisma a qualidade insólita de uma pessoa que parece dar provas de um poder sobrenatural [...] exemplar, ou fora do comum e, por essa razão, agrupa em torno de si discípulos ou partidários” (MALISKA, 2006, p. 46).

E, por fim, existiria a dominação racional, "fundada em regras racionalmente estabelecidas ou, em outros termos, a autoridade fundada na obediência" (WEBER, 1974 p. 68), que se impõem por meio de um ordenamento de leis. Este seria o poder exercido pelo servidor do Estado e de todos os detentores do poder que dele se aproximam sob esse aspecto. Desta forma, "a dominação legal com quadro administrativo burocrático, assim como as demais formas de dominação, fundava-se na crença em sua legitimidade." (BIANCHI, 2014, p. 101). Na dominação legal, o indivíduo mandaria ao mesmo tempo que obedeceria, logo, quem obedece cederia não ao senhor que expressa estas regras, mas sim às leis. A dominação pela legalidade é a dominação do atual Estado moderno, a qual pauta-se na burocracia e em leis para efetivar-se. Esta situação explica a concepção na qual a política se assegura no domínio da lei e não dos homens, assim “aqueles que estão sujeitos a autoridade legal não devem fidelidade pessoal a nenhum superior, obedecendo às ordens destes unicamente dentro da esfera restrita a qual se circunscreve a sua jurisdição” (GUIDDENS, 2005, p. 220).

Portando, seguindo os pressupostos das formas legitimas de dominação previamente citados, Weber diagnostica a existência do Estado quando:

> [...] quando e na medida em que sua subsistência e a vigência de suas ordens, dentro de determinado território geográfico, estejam garantidas de modo contínuo mediante a ameaça e a aplicação de coação física por parte do quadro administrativo" (WEBER, 1999, p. 34.).

Bianchi (2014), ao categorizar o conceito de Estado nos escritos de Weber, afirma que os elementos básicos definidores do Estado Weberiano são: (a) um território ordenadamente dominado, não essencialmente imutável, sendo que o primordial é que exista um espaço geográfico sob o qual esta associação (Estado) se estenda. (b) A competência para o uso da força quando necessário. (c) Uma ação social que não se restrinja a economia, não havendo nenhuma atividade humana que não possa ser influência por regulamentos (ou monarcas) amparados na ameaça de coação ou no uso legitimo da força. (d) Um conjunto administrativo que precisa de um círculo de indivíduos que, convenientes em manter a dominação, designam-se à realização de funções técnicas para manutenção do Estado.

A sociologia política weberiana é uma sociologia da dominação, que entende a força e a violência como peculiaridades essenciais nos processos políticos para própria existência e funcionamento do Estado e das instituições políticas. Contudo, o conceito weberiano de Estado não reside em um mero reducionismo à violência e a burocracia. Desta forma, necessita-se adicionar os conceitos de empresa e instituição para compreendermos o conceito weberiano de Estado, principalmente para entendermos os estados modernos (burocráticos) (BIANCHI, 2014).

> O sociólogo alemão define empresa (Betrieb) como uma ação contínua que persegue determinados fins. O conceito serve para destacar o caráter duradouro e, ao mesmo tempo, dinâmico de um poder de comando contínuo que é aplicado em uma esfera determinada de atividades com vistas à realização de uma ordem vigente (BIANCHI, 2014, p. 92).

A definição de Estado como empresa econômica, estabelece a relação que fundamenta a definição do Estado racional como “aquele cujo quadro administrativo encontra-se organizado burocraticamente” (BIANCHI, 2014, p. 92). Ademais, o Conceito de instituição, definido como “uma associação cuja ordem estatuída se impõe, com (relativa) eficácia, a toda ação com determinadas características que tenha lugar dentro de determinado âmbito de vigência” (WEBER, 1999, p. 32) incorpora a noção do Estado como empresa com caráter de instituição política.

Devido ao fato da empresa estatal racional e a empresa econômica racional terem efetivado seu processo de desenvolvimento nos países ocidentais, compartilharam uma formação comum. Segundo Weber, o empreendimento capitalista para desenvolver-se necessitava de um Estado permeado pelo direito racional e um funcionalismo especializado. O desenvolvimento econômico baseado na empresa racional ocorreu concomitantemente com a tendência política de estabelecer um Estado racional. A empresa capitalista separaria o trabalhador dos meios de produção, ao passo que paralelamente “o Estado moderno teria como pressuposto a separação do quadro administrativo dos meios administrativos” (BIANCHI, 2014, p. 95).

Assim, Weber concebe que no Estado racional o quadro administrativo encontra-se separado dos meios de administração (dinheiro, prédios, armamentos, etc.), para assim tornar viável uma administração impessoal da ordem pública, pois, se os funcionários fossem os detentores destes bens, não se poderia acreditar na legitimidade da lei e na competência especializada dos funcionários.

> Ocorre uma nítida separação entre as atividades burocráticas e as atividades pessoais dos empregados, bem como entre os bens da administração e os bens pessoais dos empregados. Os empregados são protegidos mediante um estatuto e mediante a garantia de uma remuneração regular em dinheiro. O recrutamento para ocupação das vagas existentes se dá por meio de provas e diplomas (MALISKA, 2006, p.26).

A separação completa entre os funcionários e os meios administrativos ocorreu no Estado racional em virtude da necessidade de separar os recursos da organização política para que somente o Estado pudesse exercer o monopólio da coação física legitima. Enquanto não houvesse essa separação, jamais seria possível descrever o Estado em seu sentido moderno. Esta separação levou o Estado em direção ao funcionalismo burocrático, com um formalismo nas questões trabalhistas, referentes aos empregos, salários, pensões e promoções.

Para Weber, o Estado racional (capitalista) e a empresa capitalista (racional) possuíam funções distintas, contudo compreendiam-se de maneira semelhante "o Estado moderno, do ponto de vista sociológico, é uma 'empresa', do mesmo modo que uma fábrica: precisamente esta é sua qualidade historicamente específica" (WEBER, 1999, p. 530). O Estado moderno, em um ponto de vista sociológico, atua como uma empresa na manutenção e estabelecimento da ordem social, ao passo que a empresa capitalista atua em função de uma gestão econômica bem-sucedida. “Mas essa eficácia seria sempre limitada pelo caráter burocrático da gestão política e econômica” (BIANCHI, 2014 p. 98). Toda esta analogia entre o Estado-empresa e a fábrica-empresa construída por Weber, possuí um caráter de advertência, considerando o fato de que um Estado mal gerido burocraticamente poderia ir à falência da mesma forma que uma empresa capitalista (BIANCHI, 2014).

Dando seguimento a nossa exposição do conceito de Estado weberiano, é imprescindível destacarmos em último plano o papel do burocratismo técnico no avanço estatal. O sociólogo alemão, ao compreender analiticamente o processo de burocratização do Estado moderno, realiza análises sobre o enrijecimento da burocracia e do domínio racional. “Toda burocracia procura aumentar mais ainda está superioridade do profissional instruído, ao guardar segredo sobre seus conhecimentos e intenções” (WEBER, 1999, p.225). Assim, o avanço burocrático tende a conferir poder técnico aos funcionários burocráticos.

Considerando os pressupostos previamente citados, elucida-se o fato do Estado weberiano ser permeado por um processo de racionalização da sociedade sobre três elementos, sendo eles, um núcleo organizativo da economia privada, ou capitalista, no qual reside a mão de obra formal e as iniciativas privadas; um núcleo organizativo estatal, norteado pela burocracia, tributação, instituições burocráticas e militares e pelo direito formal, que estabelece as relações entre o núcleo organizativo econômico e o estatal; e, por fim, uma racionalização da personalidade, internalizada na conduta da vida de forma racional, desenhando um contorno no qual sujeito internaliza valores e ideias para agir socialmente .[3]

Esta racionalização da personalidade, produto do Estado moderno, resulta na ampliação dos poderes burocráticos, aprisionado os indivíduos em demandas racionais, desenvolvendo uma tendência para a abdicação dos comportamentos irracionais.

> A peculiaridade da cultura moderna, especialmente a de sua base técnico-econômica, exige precisamente esta "calculabilidade" do resultado. A burocracia em seu desenvolvimento pleno encontra-se, também, num sentido específico, sob o princípio *sine ira ac studio*. Ela desenvolve sua peculiaridade específica, bem-vinda ao capitalismo, com tanto maior perfeição quanto mais se "desumaniza", vale dizer, quanto mais perfeitamente consegue realizar aquela qualidade específica que é louvada como sua virtude: a eliminação do amor, do ódio e de todos os elementos sentimentais, puramente pessoais e, de modo geral, irracionais, que se subtraem ao cálculo, na execução das tarefas oficiais. Em vez do senhor das ordens mais antigas, movido por simpatia pessoal, favor, graça e gratidão, a cultura moderna exige para o aparato externo em que se apóia o *especialista* não-envolvido pessoalmente e, por isso, rigorosamente "objetivo", e isto tanto mais ela se complica e se especializa (WEBER, 1999, p. 213).

Consequentemente, a organização racional, a modernização burocrática, a racionalização do Estado e a racionalização da personalidade, quando levados aos seus extremos, tendem a eliminar a liberdade individual com o avanço do burocratismo nas diversas esferas da vida, encarcerando os indivíduos em prisões burocráticas[4].

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de Estado, no pensamento weberiano não pode ser definido a partir das funções que o Estado realiza. Para Weber o Estado não pode ser definido por seu papel em razão de que ele possuiu a aptidão de realizar inúmeras funções e, praticamente, não existe função que este já não realizou ao longo da história, assim, a definição de Estado para Weber se caracteriza pelo seu meio de atuação, o uso legitimo da força.

Em seus escritos, Weber conceituou o processo de racionalização para tratar da formação do Estado moderno, levando em consideração, dentro de suas perspectivas teóricas, o fato de que o desenvolvimento das instituições sociais, econômicas e culturais nas sociedades ocidentais modernas desencadeou-se por um processo de racionalização. Este processo consiste no resultado da especialização cientifica concomitantemente com a diferenciação técnica, de modo que o resultado deste processo permeou a organização da vida por meio da divisão e coordenação das diversas esferas sociais.

O conceito estatal weberiano oferece-nos um instrumento sociológico e político para analisarmos não somente a dominação estatal, mas sim a própria dominação de maneira atemporal, podendo assim, ser aplicado tanto em análises acerca do poder nas sociedades hodiernas quanto antecedentes. Ademais, o conceito de dominação pode ser estendido para se entender os adjetivos das relações sociais e para o entendimento das ciências sociais em geral. Neste sentido, a obra e os pressupostos teóricos de Weber podem ser considerados uma caixa de ferramentas teóricas, que oferecem instrumentos para o estudo e análise de múltiplos objetos.

Em face aos apontamentos apresentados neste trabalho acerca do Estado weberiano, elucidamos que Weber ao desenvolver seu conceito de Estado recusa um conceito pacificador entre a moral, a dominação e a legitimidade. O conceito de legitimidade faz referência a aceitação de uma ordem de dominação, sem fundamentar-se em padrões morais ou éticos. Desta maneira, a análise weberiana do Estado, por desenvolver um conceito de Estado baseado nas características peculiares a este, nega dialéticas pacificadoras entre a moral, o indivíduo e o Estado. Tais negações, nos escritos de Weber, isentam-se de aspirações morais para justificar a legitimidade da dominação juntamente com os preceitos que envolvem o Estado. Assim, Weber oferece um realismo intrínseco ao seu conceito de Estado.

REFERÊNCIAS

BARAQUIM, Noella. Dicionário dos Filósofos; Tradução Eduardo Brandão – São Paul: Martins Fontes, 2007.

BIANCHI, Alvaro. O conceito de estado em Max Weber. Lua Nova. 2014, n.92, pp. 79-104. ISSN 0102-6445.

GUIDDENS, Anthonny. Capitalism and Modern Social Theory. Tradução: Maria do Carmo Cary. Lisboa, 2005.

KAFKA, Franz. O Processo. 9ª Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MALISKA, Marcos Augusto. MAX WEBER E O ESTADO RACIONAL MODERNO. Revista Eletrônica do Cejur, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 15-28, 31 dez. 2006. Universidade Federal do Paraná. http://dx.doi.org/10.5380/cejur.v1i1.14830.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social; Ensaio sobre a origem das línguas. 2. ed.. São Paulo: Abril Cultural (Col. Os Pensadores), 1978

SELL, Carlos Eduardo. 150 ANOS MAX WEBER: entrevista com Carlos Eduardo Sell. Entrevista cedida a GOES, Alexandre San. Revista Prelúdios, [s.l.], v. 3, n. 3, p. 125-129, 2 mar. 2014. Universidade Federal da Bahia.

SELL, Carlos Eduardo. Racionalidade e racionalização em Max Weber. Rev. bras. Ci. Soc., SãoPaulo, v.27, n.79, p.153-172, Junho 2012.

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UnB. 2v. 1999.

WEBER, Max. A política como vocação. A ciência como vocação. In: GERTH, H. H.; WRIGHT MILLS, C. Ensaios de sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

NOTAS

Nota 1

A partir deste breve apontamento, é possível afirmar que o conceito de Estado trazido por Weber, perpetua-se em desarmonia em relação aos pressupostos sobre forma de formação do Estado retratado por alguns autores contratualistas, em especial Rousseau (1978), que define que o Estado surge por meio de um Contrato Social, no qual os sujeitos se submeteriam ao estado de forma voluntária contratual.

Nota 2

Brevemente, podemos conceituar "Tipos Ideais" como um recurso metodológico estabelecido por Weber, que atua na conceitualização de construções teórica, modelos abstratos e ferramentas de análise que nos permite analisar o mundo real de forma mais clara, servido como apoio metodológico no estudo de uma variedade de casos e acontecimentos. “A categoria do tipo ideal é a ponte que liga o componente subjetivo nas ciências da cultura com o conhecimento estritamente empírico” (MALISKA, 2006, p.22).

Nota 3

Nesse sentido, é imprescindível destacarmos, que de acordo com Sell (2012 p. 168), “a análise weberiana da racionalização não apenas contempla sua ocorrência em planos sociais distintos (que poderiam ser pensados internamente de forma homogênea), mas também apanha lógicas distintas de operação e processos de desenvolvimento próprios e específicos”. Assim, a racionalização no pensamento de weberiano não pode ser compreendida de modo homogêneo, sendo necessário compreender o modo como se processa essa racionalização nos diferentes contextos abordados.

Nota 4

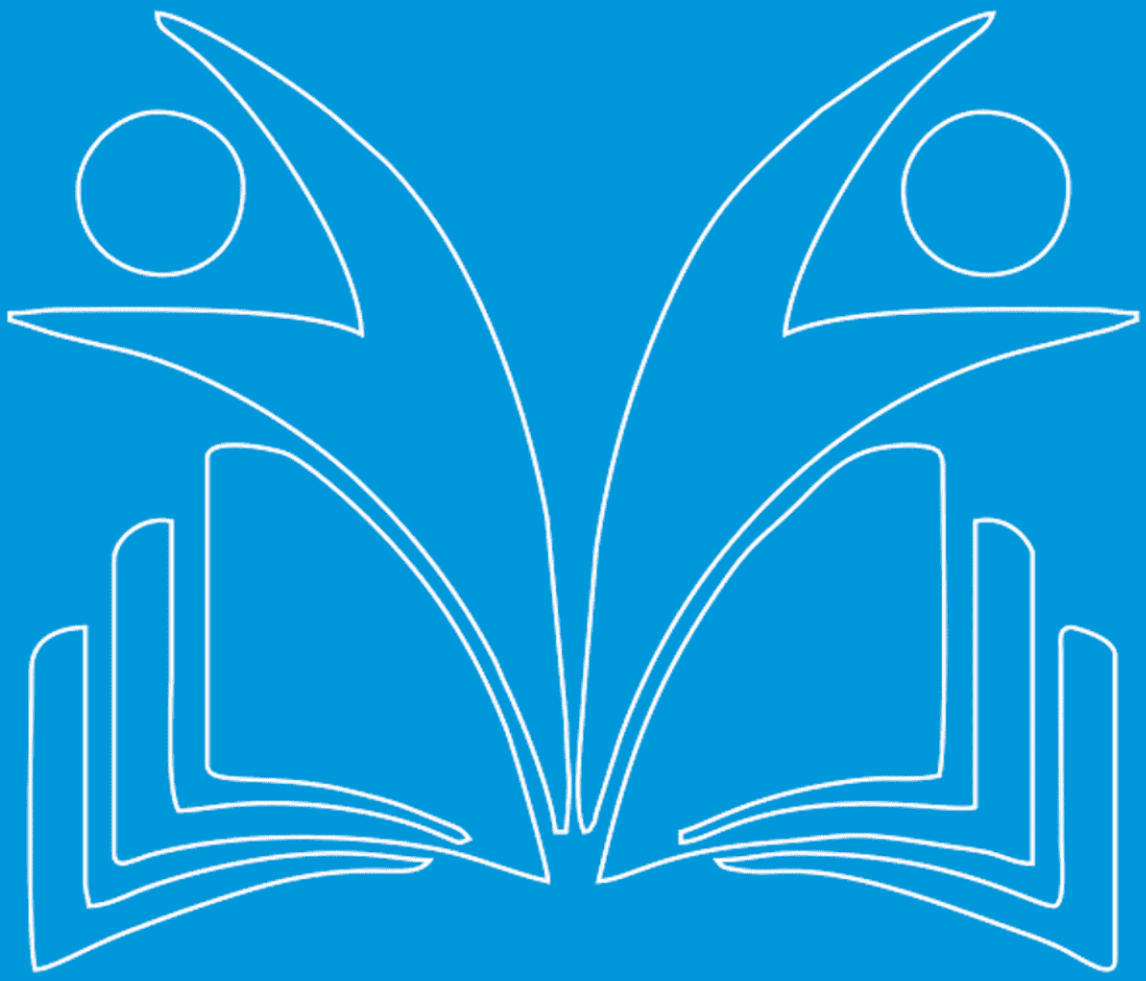
Dentro da literatura é possível encontrarmos exemplificação deste aprisionamento, desta forma recomendamos a leitura da obra de Kafka (1997) O processo como exemplificação da dominação burocrática promovendo o enclausuramento da vida.

Capítulo 16

10.37423/220205357

UM MODELO SISTÊMICO PARA GESTÃO INTELIGENTE DAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS

Saide Kahtouni *Universidade de São Paulo*



Resumo: Este artigo pretende demonstrar como o Urbanismo pode ser um instrumento fundamental para o estabelecimento das medidas e ferramentas que possam auxiliar a gestão urbana para que as cidades possam funcionar de modo integrado com as novas tecnologias e de modo interativo com seus habitantes, restabelecendo e construindo qualidade de vida urbana. O artigo foi produzido pela autora ao longo de três anos de discussões e palestras suas proferidas no grupo de pesquisa interdisciplinar CONECTICIDADE, da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Engenharia de Produção, sob a coordenação do Prof. Livre Docente Eng. Marcelo Pessoa.

1. A IDÉIA DE MODELO

Um modelo é a representação abstrata de um sistema real. Partindo de simplificação da realidade, o modelo surge a partir da eleição de **um conjunto de definições** que permitem identificar os elementos que constituem a essência da realidade apreendida ou projetada. Surgem modelos também a partir do estabelecimento de **um conjunto de relações** que especificam as interações entre os elementos que aparecem em dado objeto, considerando-se, para maior entendimento, a conhecida Teoria dos sistemas (MORIN:1992).

Considerando-se a cidade como um sistema, extremamente complexo, e dotado de alguns aspectos incontroláveis, por sua própria natureza, podemos adotar para os estudos e investigações urbanos as teorias dos sistemas complexos, adicionando-se os componentes clássicos dos estudos urbanísticos.

Consideramos também a Paisagem urbana, por si só, é um cenário de transformação constante e fruto de diversas interações dinâmicas, tanto de ordem social, antrópica, quanto natural, através de alguns elementos da Natureza, interagentes e ainda presentes nas cidades. (SANTOS, 1996)

Isso pressupõe a utilização de instrumentais de reconhecimento que considerem movimentos e conexões em sua modelagem.

2. VISÃO SISTÊMICA NAS CIDADES E ALGUNS TEMAS URBANOS CONTEMPORÂNEOS

Dentro da construção da visão sistêmica para as cidades, destacam-se, num tripé de convergências metodológicas e de abordagens complementares: **o Estruturalismo**, como marco conceitual de fundamentação, a abordagem do **Metabolismo,** baseada em aspectos físicos e químicos de funcionamento de organismos e suas relações ecossistêmicas, e a pragmática e decorrente visão da **Permacultura,** como desdobramento pragmático da visão ecológica, que segue orientando para a postura cooperativa entre os habitantes das cidades, a serem transformadas, e a nova economia alternativa, através de seus princípios.

. ESTRUTURALISMO – A FUNDAÇÃO DA VISÃO SISTÊMICA

O ideário estruturalista difundiu-se a partir de 1968 e tem em sua raiz a palavra latina *Structura*. Apesar de trazer em seu bojo, se pensarmos em construções, a idéia de algo estático e firme, vinculado ao sentido arquitetônico, percebe-se que, na verdade, no sentido epistemológico, a situação é outra, pois, conforme estudos anteriores,

> *"... É claro no raciocínio estruturalista a interação dinâmica entre a parte e o todo. Segundo PIAGET a definição de totalidade através de estruturas operatórias adota desde o início uma atitude relacional, " o que conta não é o elemento, nem o Todo se impondo como tal, sem que se possa precisar como, mas, sim, as relações entre os elementos, ou, em outras palavras, os procedimentos ou processos de composição (segundo se fale de operações intencionais ou de realidades objetivas, não sendo o todo senão a resultante dessas relações ou composições, cujas leis são as do sistema....(KAHTOUNI: 1989).*

Desde o século XIX diversos cientistas aplicaram a idéia genérica de estrutura em seus estudos, especialmente na área da biologia e, depois, na nascente área da Antropologia. Assim o fez, pioneiramente, Spencer[1], e, mais tarde, Levi Strauss[2], em seus escritos (ZANOTELLI:2016).

Segundo Prestes Mota (1973) em Ciências Sociais há quatro grupos distintos de estruturalismos: **o abstrato, o concreto, o fenomenológico e o dialético.**

1. **ABSTRATO:** Estrutura é uma construção informadora do objeto, relacionada a modelos construídos em função dela (Levi-Strauss)

2. **CONCRETO**: É a definição do objeto (Radcliffe-Brown)

"nenhum sistema conceitual pode reproduzir a realidade e nenhum conceito a diversidade de um fenômeno em particular"

3. **FENOMENOLÓGICO**: Estrutura é um conjunto que tem um sentido e que oferece um ponto de apoio à análise intelectual, mas não é uma idéia, porque se apresenta e se altera frente a todos como um espetáculo (Max Weber)

4. **DIALÉTICO**

- A análise descobre as partes, força-as a preparar seu surgimento ao longo do desenvolvimento do todo, como um episódio de sua história, esforço dialético, em que a história garante a análise (MARX:1968)
- Na teoria das organizações mais complexas, as abordagens estruturalistas tendem a combinar o estruturalismo fenomenológico ao dialético.
- O primeiro teórico significativo das organizações foi Max Weber, que despertou muitos seguidores. (WEBER: 2004)
- Houve diversos trabalhos esparsos entre os séculos XIX e XX, que utilizaram esses conceitos fundamentados na visão da estrutura e abrangeram desde a sociologia, evoluindo, finalmente, até o Urbanismo propriamente dito, com trabalhos de sua historiografia reconhecidos em todo o mundo (CHOAY: 1965, BENEVOLO: 1984).

. OS METABOLISMOS

Na verdade, passados muitos anos desde os cientistas pioneiros, a década de 60 do século XX foi rica em experiências práticas e teorias que revolucionaram os modos de ver a realidade com um novo olhar científico que muito se desenvolveu para os urbanistas a partir dos anos 80. A quebra dos paradigmas da Ciência Clássica baseada no cartesianismo e nas repartições desconectadas e prenunciada por alguns antecessores aqui já citados, foi, a partir da década de 60 intensificada, e associada também com a expansão de novos movimentos sociais e ambientais nas áreas urbanas, numa espécie de repetição dos movimentos sociais dos anos de 1848 na França, (HOBSBAWN:1981) que vinham se processando desde os movimentos pioneiros do século XIX na Europa (BENEVOLO: 1981).

Esses tempos dos anos 60, no século XX, representaram uma importante inflexão metodológica, levando em consideração os atores sociais em ação para as transformações sistêmicas do espaço urbano. (LEBFEVRE: 1968; CASTELLS, 1999)

Surgiu também os primeiros tempos do metabolismo urbano, advindo de ilustrações do grupo

ARCHIGRAM com as suas utopias digitais e de conectividades urbanas ainda não totalmente implantadas na realidade concreta dos anos 60 e 70, um cenário futurista e utópico, como por exemplo na cidade de **PLUG IN CITY,** pensada por *Peter Cook* em 1964. Imaginava-se uma aglomeração urbana regida pelas relações entre os fluxos informacionais onde o ***Software*** seriam as unidades arquitetônicas, que no caso eram móveis e intercambiáveis e o ***Hardware*** a estrutura fixa da cidade, o suporte de apoio onde estavam conectadas as unidades arquitetônicas. (SILVA:2004; KAMIMURA:2011) .

Pareciam retomar, através da história dos primeiros transmissores, telas e aparatos da tecnologia digital nascente, o despertar dos pioneiros do desenho moderno que pensavam as cidades ideais, criadas desde SFORZINDA, uma geométrica cidade visionária imaginada por Filarete em pleno século

XV. Porém, nestas cidades coloridas e densamente ocupadas, pensadas nas décadas de 60 e 70 do século passado, pelos jovens arquitetos da Revista ARCHIGRAM, os fluxos e fixos se interconectariam através da velocidade e da tridimensionalidade dos projetos e instalações arquitetônicas, mesmo que ainda funcionassem com significativo consumo energético e produção de resíduos. As tecnologias da informação, desenvolvidas desde a década de 50, já surgiam como pano de fundo de uma sociedade

semi-digital, imaginada em novas conexões urbanas, através de velocidades e acessibilidades nunca vistas antes.

Coincidentemente, na realidade concreta este também seria o momento dos desdobramentos mais profundos e intensos da urbanização dispersa, iniciada nos subúrbios dos Estados Unidos e irradiada por grandes metrópoles do mundo, nas bordas das grandes aglomerações urbanas em crescimento e expansão horizontal. (REIS: 2005).

Foi assim preparado um outro momento de inflexão da década de 70, trazendo novas propostas para a gestão e vida nas cidades, como a Permacultura[3] originada na área de ciências naturais, mas versando sobre as relações entre os habitantes, as cidades e a natureza (MOLISSON:2011), incorporando conceitos de entropia e sua transposição para a realidade urbana e também conceitos da cidadejardim.

Na década de 80, as discussões impostas pelos movimentos de vanguarda na área da Arquitetura e Urbanismo (SUBIRATS: 1984; ROSSI:1998) e também de ordem sócio-ambiental, que marcaram essa década pelos questionamentos sobre identidade cultural local x pasteurização, preservação x renovação, participação x intervenção, trouxeram também a revelação sobre o conflito entre dois modelos de metabolismo: o linear e o circular, exposto na obra de ROGERS et ali, (ROGERS: 1997 e 2001), cujos elementos específicos foram depois retomados por diversos autores inicialmente vinculados a percepção visual e qualitativa da cidade, como o célebre Kevin Lynch, autor da consagrada obra “A Imagem da Cidade” (LYNCH, 1968), que teve, depois, uma outra publicação póstuma a sua morte que veio tratar, especificamente, da questão dos dejetos, resíduos, e seus efeitos na percepção e na vida dos habitantes urbanos (LYNCH: 2005),. Esse ideário transformou os saberes da nossa geração e trouxe novos paradigmas para as metodologias de projeto arquitetônico e urbanístico na área de Arquitetura e Urbanismo, onde se inseria, como área de conhecimento, desde os anos 50, a Arquitetura da Paisagem.

Hoje, depois do desenvolvimento conceitual e empirico das metodologias para reconhecimento e análise de ecossistemas, podemos também falar em Teoria dos Sistemas Complexos associada às Paisagens Ativas, conforme demonstra o interessante trabalho de PRADO: 2012,[4] extremamente atual, realizado em conexões entre o PROURB/ UFRJ e a Universidade estadual de São Luís do Maranhão.

A ONU tem incorporado há tempos a modelagem que se originou pelo Metabolismo, ao tratar dos centros urbanos e sua sustentabilidade, conforme o esquema a seguir, adotado pelo IPT[5], bem

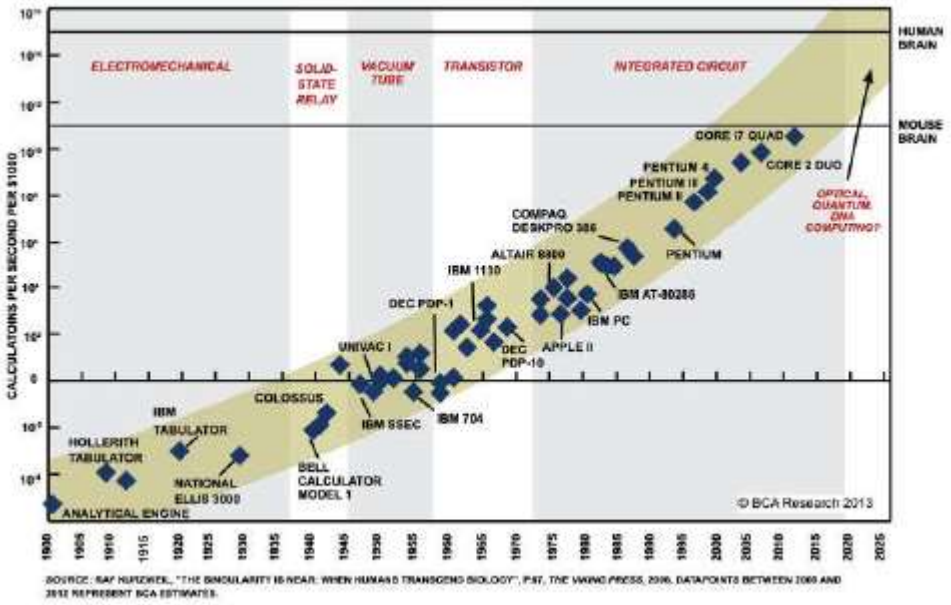
próximo ao esquema apresentado originalmente na década de 90 pelo livro “Cidades para um pequeno planeta” (ROGERS: 2014), que discute a entropia nas cidades.

Fonte: IPT-USP, 2018, Palestra Conecticidade

Dentro deste contexto, o desenvolvimento de tecnologias de maior sensibilidade para monitoramentos e levantamentos, por meio de satélites, instrumental mais preciso e orbital, trouxe novas possibilidades para o desenvolvimento dos processos preconizados nos sistemas de sobreposição de cartas que iniciaram pelas mãos de Mc Harg, também no final da década de 60, possivelmente após a leitura de Carlson:1968, quando escreveu “A primavera silenciosa”.

Por outro lado, percorrendo caminhos tecnológicos, os anos 2000 inauguram uma nova era digital nas cidades e nos territórios, transformando interativamente todas as comunicações e informações disponíveis sobre o globo terrestre, conforme veremos a seguir.

3. TECNOLOGIAS NO MEIO URBANO - OS EFEITOS DA EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA SOBRE AS TERRITORIALIDADES



Fonte: Pessoa, M. Notas de aula, Escola Politécnica, 2018

- CIDADES GLOBAIS E CIDADES DIGITAIS

Na realidade, em virtude destas transformações tecnológicas, que cresceram vertiginosamente conforme o gráfico acima, os Estados foram confrontados pelas mudanças tecnológicas, que permitiram alcance inimaginável das comunicações e intercâmbios, independentes das fronteiras, colocando as cidades globais e seus habitantes em contato estreito. Um novo fenômeno foi colocado na tábula das nações, similar ao momento em que os aviões ultrapassaram as muralhas medievais e a cidade tornou-se desprotegida dos bombardeios.

Segundo SASSEN: 2010, temos:

..."*Em um contexto de diversas mudanças parciais e específicas ligadas à globalização, essas formas de informatização possibilitaram a ascensão de escalas subnacionais, como a cidade global e escalas supranacionais, como os mercados globais, onde antes a escala nacional era dominante*" .....A cidade global: " *As grandes cidades ao redor do mundo são o terreno onde uma multiplicidade de processos de globalização assume formas concretas e localizadas* "....

“ A desnacionalização do espaço urbano e a formação de novas reinvindicações centradas em atores transnacionais e envolvendo a contestação constituem a cidade global como zona de fronteira para um novo tipo de relação. “

Neste contexto as cidades tomam personalidade própria e até competem diretamente entre si, por investimentos e melhorias, fazendo lembrar, de certo modo, as cidades-estado da antiga Grécia, agora imersas em tecnologias digitais e redes de fluxos informacionais que as tornam quase independentes do poder administrativo das nações.

Fábio DUARTE:2015, em seu estudo de caso sobre a cidade-multimídia em Montreal, um tecnopólo recente, nos apresenta uma valiosa revisão bibliográfica, dissertando sobre o papel da sociedade informacional nas transformações territoriais contemporâneas e apontando o estabelecimento dos tecnopólos, como primeiro reflexo da reorganização a partir da sociedade informacional como transição para as chamadas “cidades inteligentes”. O autor em suas citações nos trouxe alguns textos clássicos de LEBFÉVRE, CASTELLS, e SANTOS, muito utilizados na área de Urbanismo e os correlaciona com uma visão diferenciada, coincidentemente, bem próxima a estudos publicados por, e outros autores da mesma geração, como KAHTOUNI : 2006, e outros, fazendo uma conexão entre a tecnologia, infraestruturas e alterações do conceito do urbano.

Se aqueles autores clássicos citados por DUARTE:2005 e outros colegas, são autores considerados fundamentais para compreensão dos fenômenos de transformação do meio urbano, diante das transformações da sociedade, consideremos um avanço agora, correlacionar estas questões aos conceitos estruturalistas anteriormente apresentados, dentro de uma perspectiva ambiental, que avança para a prospecção voltada a novos projetos e modelos urbanos.

- MOVIMENTOS AMBIENTAIS COMO PROPULSORES DE TRANSFORMAÇÃO URBANA E A IDEÍA DE CIDADE INTELIGENTE

Outro reflexo deste processo de evolução das tecnologias digitais foi o processo de democratização do acesso às informações, o que permite que outras organizações não previstas apareçam e cresçam nas redes, por conta de conflitos externalizados e crescentes, como a questão ambiental.

São verdadeiros “*Inputs*” para a transformação das organizações. Mudanças no panorama legal, novas formas de pressão nas esferas locais e globais. Faz-se necessário montar esquemas muito mais ágeis de funcionamento da máquina administrativa para atendimento dessas novas demandas da

população urbana, que se torna cada vez mais exigente, diante de problemas urbanos cada vez mais complexos.

Que mudanças seriam essas? Mudanças nas prioridades, mudanças de acordo com as exigências do mercado consumidor, mudanças de postura ocasionadas pelas organizações adaptativas, mudanças de postura ocasionadas pela mídia e pela pressão social nos centros urbanos.

Desta forma, se por um lado, o Estado se dissolveria diante do fortalecimento das cidades globais, por outro, torna-se um importante mediador das relações entre os diversos atores locais nas questões diretamente ligadas ao funcionamento do sistema, que deve ser o mais eficiente e transparente possível, devido à alta competitividade entre as cidades contemporâneas entre si. Mudanças imersas nesta realidade de movimentos virtuais e processamentos informacionais instaurada nos últimos 50 anos.

É exatamente neste contexto que surge a idéia de Cidades Inteligentes, com diversos estudos bibliográficos e conceituais já publicados (LEITE:2012; ABDALLA et ALLI:2014); ou pesquisas aplicadas a determinados centros e cidades, como a capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (WEISS et alli:

2014) ou como o estudo sobre o Tecnopólo canadense Cidade Multimídia, implantado em 1998 (DUARTE:2005). Esses trabalhos já realizados listam componentes significativos para o entendimento do conceito de Cidades Inteligentes e suas configurações.

A Norma ISO N. *37151,* publicada internacionalmente em 2015, consolida, através do esquema abaixo, um elenco de parâmetros para análise da performance de comunidades inteligentes.

Fonte: International Organization for Stardadization (ISO). ISO/TS 37151. Smart community infrastructures -- Principles and requirements for performance metrics. 2015.

É importante lembrar que nos territórios urbanos mais jovens como os brasileiros, a industrialização tardia, a metropolização, a urbanização dispersa, a ameaça de devastação e os problemas sociais, sobrepõem-se no mesmo espaço-tempo, diferentemente do que aconteceu por séculos no continente europeu. (SANTOS: 2005)

A coexistência de tantos fatores configura uma situação de grande complexidade nos centros urbanos mais populosos do mundo, que muitas vezes são redutos dos grandes bolsões de pobreza, a ser devidamente considerada para a utilização de técnicas e tecnologias associadas a processos de gestão pública a serem também reestudados em outras análises mais específicas.

4. A BUSCA DE UM MODELO DINÂMICO DENTRO DA VISÃO DO PROJETO COMO UM PROCESSO

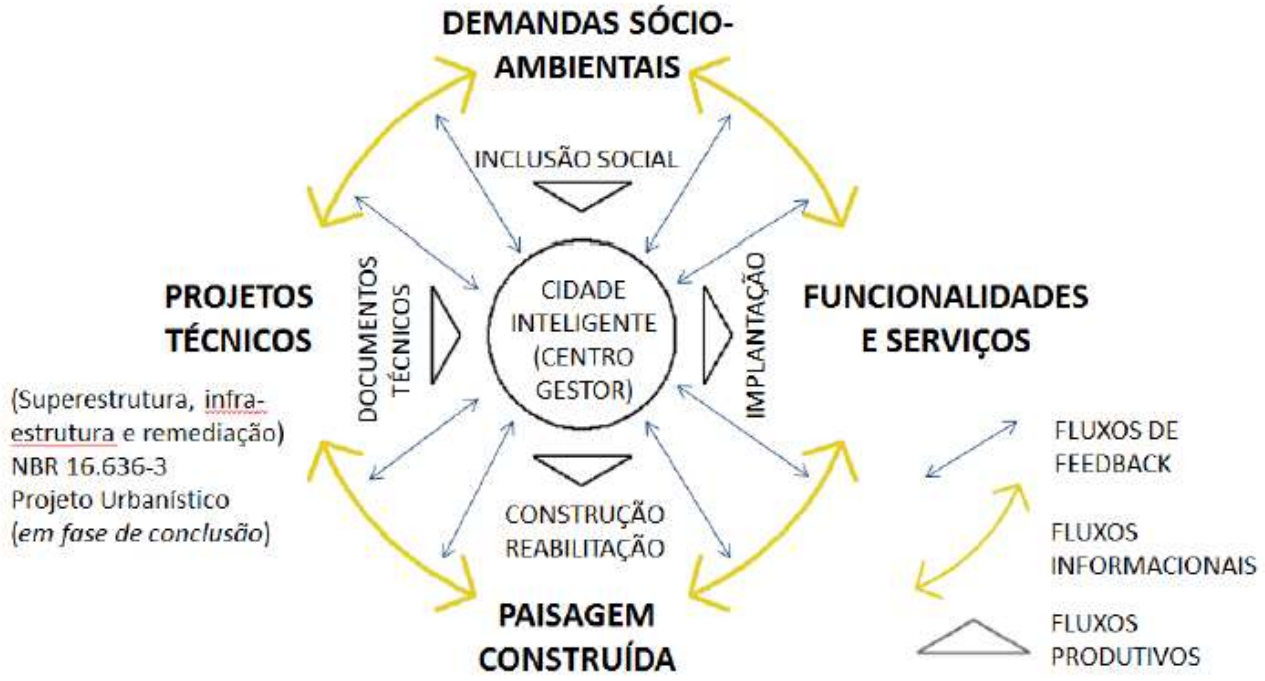
Durante algumas palestras preparadas para um processo geral de "*brain storm*" do grupo interdisciplinar CONECTICIDADE, chegamos aos seguintes princípios:

- A correta interação entre sistemas físicos e da informação planificados permite a integração entre FORMA E FUNÇÃO na construção ou readequação planejadas de cidades inteligentes.

- As questões técnicas não podem ser vistas isoladamente na cidades inteligentes, mas devem ser confrontadas com as demandas sócio-ambientais e cotidianamente associadas à otimização da comunicabilidade e participação dos cidadãos.

- Os projetos técnicos são fundamentais para atingir otimização e eficiência e devem ser construídos a partir de balanceamentos e *feed-backs* considerados na concepção dos mesmos e também verificados na sua utilização.

A partir dessas discussões e premissas gerais apresentadas ao grupo, passei a desenvolver uma representação gráfica simplificada de um modelo dinâmico, considerando aspectos estruturais dos fluxos de informação e de produção num centro urbano, de acordo com alguns aprendizados advindos de minha experiência na gestão e coordenação de projetos urbanísticos junto a prefeitura de São Paulo, através da Logos Engenharia, no final da década de 80, e de outros estudos ao longo da trajetória acadêmica, conforme o diagrama seguinte, apresentado ao grupo de pesquisa CONECTICIDADE em palestra interna realizada em 2018 e, depois, em algumas palestras externas, na Fundação VANZOLINI e palestra ministrada no Congresso Internacional Smart Cities (São Paulo/2019) e que considera a presença de um centro gestor como pólo de distribuição das diversas informações entre os setores e gerador de decisões e de coordenação, em contato com áreas técnicas e com a população.



Fonte: KAHTOUNI, 2018. Palestra interna CONECTICIDADE/NUTAU –USP

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Podemos concluir que as interfaces entre os diversos elementos de uma cidade contemporânea que se pretenda inteligente podem ser feitas por um centro gestor que prevalece equilibrando todas as forças interagentes na construção e funcionamento da cidade estabelecida. Para tanto, a transparência e acesso às informações, a mobilidade, o acesso aos equipamentos coletivos e o ambiente e paisagem urbanos criados devem estar voltados a atender plenamente, e de forma eficaz, a todas as comunidades de seus habitantes, considerando diferenças culturais e sócio-econômicas dentro desta realidade e gerando uma continuidade ao processo de decisões**.**

Portanto, apesar dos pesquisadores do Grupo CONECTICIDADE[6] terem iniciado pelo levantamento de modelos de análise para reconhecimento das variáveis das cidades inteligentes, e termos desde 2017 a publicação da ABNT NBR ISO 37.120, baseada nos padrões internacionais de sustentabilidade para assentamentos urbanos, (ISO:2015) , percebeu-se a necessidade de estabelecer novos parâmetros para a aplicação não só no reconhecimento de variáveis para análise mas também para balizamento de novas metodologias de projeto e gestão de áreas urbanas, a avançar também por territórios *rururbanos* e de urbanização dispersa, devido ao conjunto de transformações já ocorridas no território brasileiro, e, em especial no território paulista, onde claramente se “espacializa” a inovação

tecnológica do período técnico-científico (SANTOS: 2005) nestas últimas décadas, trazendo um novo conceito de urbanização.(KAHTOUNI:2006).

Esperam-se ainda resultados advindos de diversos grupos interdisciplinares, através de novas publicações e a integração entre os conhecimentos das diversas áreas da Engenharia, da Arquitetura, da Economia, Física, Sócio-ecologia, e outras.

Neste momento, foi aqui estabelecido um modelo prático de gestão que se pretende dinâmico, através de um processo contínuo de discussão com a necessária participação da população, e com aportes técnicos e aferições a serem realizadas por pesquisas específicas, voltadas a diversas aplicações em sub-temas correlatos.

6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA et al.. Como as cidades inteligentes contribuem para o desenvolvimento de cidades sustentáveis? uma revisão sistemática de literatura. Int. J. Knowl. Eng. Manag., ISSN 2316-6517,

Florianópolis, v. 3, n.5, p. 98-120, mar. 2014 / jun. 2014.

ABNT NBR ISO 37120:2017 – Desenvolvimento sustentável de comunidades – Indicadores para serviços urbanos e qualidade de vida –publicada em janeiro de 2017.

BENEVOLO, L. A cidade e o arquiteto. São Paulo: Editora Perpectiva 1984.

BENEVOLO, L. As origens da urbanística moderna. Lisboa: Presença/Marins Fontes, 1981.

BENKLER, Y. The Battle over the Institutional Ecosystem in the Digital Environment.

Communications of the ACM. Fevereiro, 2001. Vol.44. No. 2.

BERTALLANFY, L. V. Teoria geral dos sistemas. 2º vol. Tradução de Francisco Guimarães. Petropolis – R.J.: Vozes, 1975.

CARLSON, R.. Silent spring. Houghton Mifflin, 1962.

CASTELLS, M. A Sociedade Em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHOAY, F. O urbanismo. São Paulo: Perspectiva, 1965

DUARTE, F. Cidades inteligentes. inovação tecnológica no meio urbano. In: São Paulo em perspectiva. v. 19, n. 1, p. 122-131, jan./mar. 2005

FARR, D. Urbanismo sustentável. Desenho urbano com a Natureza. Porto Alegre: Bookman, 2013.

FOLLONI, A.. Introdução à teoria da complexidade. Curitiba: Juruá,2016.

HOBSBAWN, E. A era das revoluções – Europa 1789-1848. São Paulo: Editora Paz e Terra. 1981.

HOLLAND, J.. Complexity: a very short introduction. New York: Oxford Press, 2014.

HOLLAND, J.. Studying complex adaptive systems. Journal of Systems Science and Complexity, p. 19, 2006.

ISO/IEC 15288:2008, Systems and software engineering – System life cycle processes, Geneva: International Organization for Standardization, issued 1 February 2008.

ISO/TS 37151. Smart community infrastructures -- Principles and requirements for performance metrics. 2015.

KAHTOUNI. S. Paisagem e Infraestrutura no espaço da sociedade, 01 ed. São Carlos: Rima, 2016

KAHTOUNI,S. Subjetivismo, idealismo, Arquitetura: uma visão ecopolítica e prospectiva. IN

Paisagem e Ambiente n.3, pags.57-60, São Paulo: FAUUSP, 1989.

KAHTOUNI,S. Bases conceituais para a pesquisa infraestrutura urbana e qualidade ambiental e paisagística. Pós. Revista do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU/USP,v. 19, p. 46-59, 2006.

KAHTOUNI; S. TAMAGUSKU, B. Y. N. ; SUZUMURA, G. R. Infraestrutura e paisagem na cidade das águas. In: Projetos urbanos contemporâneos no Brasil, 2006, São Paulo. Projetos urbanos contemporâneos no Brasil.

KAHTOUNI,S. MAGNOLI, M. M. (Org.) ; TOMINAGA, Y. (Org.) . Discutindo a Paisagem. 01. ed. São Carlos: Rima, 2006. v. 01. 239p .

KAHTOUNI, S. Cidade das águas. 01. ed. São Carlos: Rima, 2004.

KAHTOUNI, S.; COSTA, Lucia ; PELLEGRINO, P. R. M. . GREEN INFRAESTRUCTURE: HIGH

PERFORMANCE LANDSCAPES. 46 IFLA CONGRESS- GREEN INFRAESTRUCTURE:HIGH PEFORMANCE

LANDSCAPES, 2009, São Paulo: ABAP/IFLA, 2009. v. 01.

KAMIMURA. R. Multiplicidade versus a “imagem” da multiplicidade: um olhar sobre o projeto do grupo Archigram para a “Plug-In City”, IN Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo. Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2011.

LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, H.. Le Droit a la ville, Paris, 1968.

LEITE, C. Cidades sustentáveis, cidades inteligentes. Desenvolvimento sustentável num planeta urbano. São Paulo: Porto Alegre, Bookman, 2012

LYNCH, K. Echar a Perder - Un Analisis del Deterioro. Barcelona: GG, 2005

LYNCH, K. The image of city. 1968

MARX, K. O capital. Rio de Janeiro. Bruno Buccini, 1968.

MOLLISON, B.. Introduction to Permaculture, with Reny Mia Slay. Tasmania, Australia: Tagari Publications, 1991; revised 1997; 2ª ed. 2011.

MONTEIRO, l. H. A.. Sistemas dinâmicos complexos. (2ª edição). São Paulo: Editora Livraria da Fisica, 2014.

MORGAN, L. H.. Systems of Consanguinity and Affinity in the Human Family. Washington D.C.: Smithsonian Institution, 1871.

MORIN, E.. Introduction a la penseé complexe. Editions du Seuil, 2005.

MORIN, Edgard. The Concept of System and the Paradigm of Complexity. In MARUYAMA, Mogoroh

Context and Complexity: Cultivating Contextual Understanding. Springer-Verlag, New York, 1992.

MUSANGO, J. K., CURRIE, P., ROBINSON, B.. Urban metabolism for resource efficient cities: from theory to implementation. Paris: UN Environment, 2017.

ODUM, E. P.. Ecology and our endangered life-support systems. Paperback Sinauer Associates; 2nd impression edition, 1989.

ODUM, E. P.. Basic Ecology. CBS Printing: University of Giorgia, 1983.

PESSOA, M.S.P; SPINOLA, M.M. Introdução à Automação. 2014. Elsevier

PRADO, B.W. Paisagem Ativa. IN Aspectos urbanos de São Luiz, uma abordagem multidisciplinar,

PFLUEGER;NETO.org et Alli. São Luis. Editora Lema, 2012.

REIS, N.G. Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano. São Paulo: Via das

ARTES, 2006.

ROGERS, R; GUMUCHDJIAN,P. Cidades para um pequeno planeta. Gustavo Gilli, Barcelona. 2001.

ROSSI, A. A Arquitetura da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

RUANO, M. Ecourbanismo. Entornos humanos sostenibles: 60 proyectos. Barcelona: Gustavo Gilli, 1999.

SASSEN, Saskia. Sociologia da globalização. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, M. Técnica, espaço e tempo. Globalização e meio técnico científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, M. S. K. da.. Redescobrindo a arquitetura do Archigram, in Arquitextos Revista Vitruvius, 048.05, ano 04. Mai, 2004.

SOILO, A. N.. Do evolucionismo clássico ao particularismo histórico na antropologia: principais ideias. Pelotas, Tessituras, v. 2, n. 1, p. 251-261, jan. / jun. 2014.

SUBIRATS, E. Da vanguarda ao pós moderno. São Paulo: NOBEL, 1984.

WEBER, M. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo, Martin Claret, 2001.

WEBER, M. Economia e sociedade - fundamentos da sociologia compreensiva. Brasilia: Editora da UNB, 2004. VOLS.1-2

VARGAS, M.. Para uma filosofia da tecnologia. Alfa-Omega, São Paulo: 1994.

ZANOTELLI, C. L.. A Antropologia Estrutural de Lévi-Strauss e suas reverberações geográficas. Confins

[En ligne], p. 28, 2016. Disponível em: <http://journals.openedition. org/confins/11168>. Acesso em 05/03/2020.

ZEVI, B.. Saber ver a Arquitetura. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

REFERENCIAS ELETRÔNICAS:

ALVES, Angela Maria. Proposta de uma Estrutura de Medição para Qualidade do SPB- Software Público Brasileiro. Tese de doutorado. Engenharia de Produção – 2013.

http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3136/tde-11072014-001021/pt-br.php

NASA Systems Engineering Handbook –

https://www.nasa.gov/sites/default/files/atoms/files/nasa_systems_engineering_handbook.pdf

ZANOTELLI . CLAUDIO L , « A Antropologia Estrutural de Lévi-Strauss e suas reverberações geográficas », Confins [En ligne], 28 | 2016, mis en ligne le 01 octobre 2016, consulté le 11 février

2019. URL : http://journals.openedition.org/confins/11168 ; DOI : 10.4000/confins.11168.

NOTAS

Nota 1

Herbert Spencer in Artigos de apoio Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2019. [consult. 2019-02-11 17:48:42].

Disponível na Internet: https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/herbert-spencer

Nota 2

Levi Strauss, nas décadas de 40 / 50 trazendo conceitos para uma antropologia estrutural, baseada na etnografia, que aborda tradições e heranças culturais da sociedade em sua relação com a natureza.

Nota 3

um termo criado por Bill Mollison e David"; Holmgren nos anos 70, na Austrália, originalmente

Nota 4

Argumentos aplicados a pesquisa sobre a ilha de São Luiz, no Maranhão, desenvolvido junto ao PROURB – Programa de pós-graduação em Urbanismo da UFRJ, dentro da sua tese de doutorado (2011) e depois transformado em artigo publicado após a sugestão da banca examinadora, da qual fiz parte.

Nota 5

Instituto de Pesquisas Tecnológicas da USP.

Nota 6

LABORATÓRIO DE CIDADES, TECNOLOGIA E URBANISMO do Departamento de Engenharia de Produção da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Grupo de pesquisa CONECTICIDADE.

Capítulo 17

10.37423/220205376

O CUIDADO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL DE VALOR HUMANO: AS TRILHAS DE MILITÂNCIAS DE MULHERES ASSENTADAS NO INTERIOR DO CEARÁ.

Neíres Alves de Freitas — *Universidade Estadual do Ceará*

Maria Rocineide Ferreira da Silva — *Universidade Estadual do Ceará*

Mikaele Alves Freitas — *Faculdade Luciano Feijão*

Rafaelly Sousa Gomes — *Centro universitário UNINTA*

Karine da Silva Oliveira — *Universidade Federal do Ceará*

Francisca Dalila Paiva Damasceno de Lima — *Universidade Estadual do Ceará*

Vitória Monteiro Monte Oliveira — *Universidade Estadadual do Ceará*

Roseni Pinheiro — *Institutp de Medicina Sociall*

INTRODUÇÃO

Segundo Ayres (2011), no campo da saúde coletiva, desde a década de 1980, tem se estabelecido uma configuração teórica de diferentes concepções epistemológicas, com intensas influências das ciências sociais e humanas no debate em saúde.

Sob a perspectiva subjetiva da clínica em saúde, novas abordagens sobre como analisar os encontros entre os sujeitos e seus modos de produzir saúde tem se evidenciado cada vez mais iniciativas de estudos que focalizam as formas de interação, modos de vida, diversidade sociocultural, itinerários e histórias a partir da compreensão sobre as formas de adoecimento e sofrimento dos sujeitos.

O cuidado como conceito fundante traz à tona o entendimento da dimensão dialógica das relações e dos espaços de convivência humana, as quais visibilizam conteúdos científicos e do senso comum, assim como os atores políticos e suas relações intersubjetivas (ALMEIDA & PINHEIRO, 2010).

O cuidado como categoria analítica tem sido descrito sob o ponto de vista da ética, como valor exclusivamente humano insubstituível, valor político que é inalienável e inconfundível quando se pensa na integralidade das práticas em saúde. Além disso, o cuidado não pode ser colocado distante dos sujeitos, diante de conexões e elos entre os seres humanos, mas exige aproximação de todos aqueles que assumem a responsabilidade pelo cuidado, pois exige compromisso mútuo entre os atores e construção de relações recíprocas de envolvimento, que impliquem compromissos, pertença e reconhecimento (ALMEIDA & PINHEIRO, 2010).

Segundo Ayres (2013), tratar, curar e controlar são conceitos ativos estruturantes da saúde, são posturas equivocadas pela limitação pragmática que as acompanham. As mesmas possuem uma atmosfera individual e objetivadora do sujeito-alvo da ação. Pois, nos modos terapêuticos singulares, a técnica não se destina a refutar a abordagem subjetiva. Logo, sobrepujar a técnica sem focar a dimensão intersubjetiva dos sujeitos é renunciar ao coletivo de forças e possibilidades que definem o caráter ético-afetivo e estético.

Todavia, carece refletir, no seio de sua constituição, como saber e como prática, sobre as propostas políticas públicas de saúde e sociais assim como seus efeitos como ação pedagógica e educativa que se impõem face à pluralidade de demandas e necessidades de saúde de diferentes grupos populacionais. Isso significa dizer que se tem as características e tradições desses grupos, o que exige a oferta de cuidado sob um prisma singular, mediante sua linguagem e cultura (BRASIL, 2014).

Dessa forma, torna-se possível entender que a existência de uma cultura do cuidado presente nos modelos gerenciais, bem como nas práticas médicas nos serviços de saúde, orientados por condutas normalizadoras, podem invisibilizar a potência do sujeito, não como produtor de ação, mas como reprodutor. O que leva a pensar em um sistema que considera o conjunto de regras e funcionamento institucional, com prescrições que legitimam os saberes profissionais e que, em contraste, reprime e desconsidera, no imaginário das práticas, crenças e modos de produção cultural que constituem o sujeito, sua linguagem e representações sociais (GEHARDT; RUIZ, 2015).

Assim, entende-se o cuidado como valor ético e moral que possui elementos oriundos das mediações no cotidiano, na relação entre demanda e oferta no trabalho, sendo corporificadas na atuação e prática cotidiana, haja vista o desejo de concebê-lo como tecnologia relacional presumível. O cuidado em saúde como categoria analítica, remetido à noção do "valor dos valores", configura uma perspectiva de que sua operação não se faz distanciada da ação do pensamento e nem das teorias reflexivas da ação (ALMEIDA, PINHEIRO, 2010; AYRES, 2013). Daí o pressuposto de que o cuidado, como "ação mediadora" da integralidade, tem na intersubjetividade entre os sujeitos o valor que viabiliza o exercício das trocas, de bens materiais e imateriais, mas que, nessa tessitura intangível, acontece pelas posições do imaterial, dos fatores simbólicos que podem ser fluxo de interações entres os sujeitos ou grupos.

Paulo Henrique Martins em seu texto "Dom de reconhecimento e saúde: elementos para entender o cuidado como mediação" nos apresenta a uma significativa contribuição sobre a ideia de dádiva como um substantivo teórico prático de mediação do cuidado. Com essa ação substantiva do cuidado, podemos vislumbrar sua potência simbólica como vetor de mediação das práticas, na medida em que se atribui (a dádiva) os elementos constitutivos do outro, que são essencias em sua constituição humana e ativos quanto ao exercício de concessão, recebimento, doação e retribuição, sendo possível pensar a mediação das relações de cuidado no campo (MARTINS, 2013).

Parece-nos profícuo que a materialização do cuidado, mediante a dádiva, signifique uma oportunidade de tecer uma fluidez de ações, sentimentos, saberes e interações que ultrapassam os serviços de saúde e as estruturas sociais. Outrossim, possibilita identificar a potência de troca em si que o sujeito gera pela conformação sociocultural que é própria de uma identidade construída historicamente em um lugar que é seu e propicia a criação e mediação de práticas (id.).

Assim, o aspecto relacional no cotidiano dos sujeitos e na produção do cuidado, através das redes de serviços e de apoio social, tem no caráter processual inerente às práticas na saúde a mediação como

condutor de elementos de superação dos modelos ideais impelidos pela organização das políticas de saúde, seja por programas seja por intervenções específicas ou mesmo comunitárias. Dessa forma, torna-se possível reconhecer o desafio de apreciar a ação de atores nas e fora das instituições, a partir das práticas de mediações na produção do cuidado nos diferentes espaços (PINHEIRO, 2013).

Isso porque as práticas de mediação acontecem no cotidiano das pessoas, nos encontros em redes formais e informais de caráter coletivo e grupal nos grupos sociais. Cabe assumir que as práticas de mediação, quando analisadas nos contextos em que os sujeitos se inserem, possibilita interpretar emoções, histórias e vocábulos. É cogente para facilitação das relações e concretização dos projetos pactuados de cuidado, pois acontece por meio de referências intersubjetivas e se opera de fato ao passo que os sujeitos envolvidos na ação identificam encontros de saberes e se entendem ao delinear estratégias interventivas.

Parece-nos um ato de ousadia, mas factível, pensar o cuidado como dádiva que, amparado por um sistema de sociabilidade – movimento tripartite proposto por Mauss (2003); Caillé (1998) e no Brasil estudado por Martins (2013) –, promova um triplo movimento (doar, receber, retribuir). Isso porque os acontecimentos no mundo têm na dadiva a ação cuidadora em processo; que, como movimento de mediação do cuidado, têm na dimensão relacional entre atores o *lócus* de coprodução de conhecimentos, seja científico ou não. Em um mecanismo de doações, em uma dada cultura, é criada uma teia de representações físicas e simbólicas de produção de cuidado, seja na mediação através de palavras, atitudes, condutas que consistem em significados e (conselhos, solidariedade, intimismo, prazer, gratidão, amor, respeito e consideração) implicados no reconhecimento do outro.

Entendemos que o cuidado associado à dádiva está presente nas práticas sociais e culturais de comunidades e grupos, e não apenas em modelos operacionais, mas na própria ação, que ultrapassa o sentimento afetuoso de colocar-se no lugar do outro, pois significa reconhecer o seu lugar no mundo, em que sua posição é justa e solidária.

Como o cuidado na experiência cultural é um construto complexo e de representação simbólica, a dádiva é mantida como fundamento de ação social e conservada como tradição, visto que representa os modos de intervenção no mundo, através das práticas, e ocupação no lugar como consideração do individual/coletivo e local/global (MARTINS, 2013). Assim, ao perceber os sujeitos em constante aproximação com as relações em seu meio, eles se constroem como seres psicossociais capazes de modificar seu ambiente e suas inter-relações. Esses modos de interações sociais e culturais

condicionam a relação com as diferentes formas de compreensão e atuação nos processos de adoecimento de cuidado em saúde (GERHARDT, 2015; RUIZ, 2015).

Para Gerhardt e Ruiz (2015), assim como a saúde, a doença não é um fenômeno individual e isolado no ambiente, mas de construção social, que considera a coletividade em suas interpretações. Por essa razão, as formas de acepção dos sofrimentos pelos sujeitos, ou seja, o cuidado, recebem nesse escopo uma noção individualizada, com foco na unicidade orgânica e separada do ser psicossocial; porém lhes assegura a aparência de contrapartida social.

Entende-se que, ao falar de dádiva, relações sociais e práticas de cuidado, sejam assistenciais ou existenciais nas interações entre os sujeitos, confirma-se a noção de fusão de horizontes comuns entre os sujeitos e/ou sujeito-profissional. A dádiva e as relações sociais, especificamente, são estabelecidas cotidianamente, herdadas a partir da identidade, através de suas criações e recriações culturais no ambiente convivial (PELUSO, 2013).

Nesse aspecto, o cuidado agrega esse conjunto de diferenças, a partir de interações relacionais, multiplicidade de encontros, sentimentos e liberdades, assim como da diversidade de práticas que constituem um universo de vocábulos de sujeitos que falam consigo e com outros, e com um conjunto de mundos individuais que se fundem no estabelecimento de uma aparência cultural, coletiva e comum (GERHARDT; RUIZ, 2015).

Por isso, é necessário pensar o cuidado como ação cultural para não estereotipar saberes nem padronizar modelos e práticas vividas em contextos diferentes, mas aproximar o sentido do cuidado às necessidades dos grupos, bem como ao encontro dos projetos de felicidades estabelecidos e as formas próprias desses sujeitos expressarem suas práticas próprias de cuidado. E não implicar, de modo oposto à concessão de comprometimento da plenitude do sujeito, pela negação de práticas de cuidado que atendam a sua esperança de vida e expectativa do sujeito, não indo na contramão; nesse caso, da acepção de prescrição do cuidado, podendo tornar-se omisso e distante das intenções humanas imbricadas ou como “valor negativo” por se contrapor a esses horizontes de significados atribuídos ao seu lugar no processo e não o do outro (GERHARDT, 2015; RUIZ, 2015). Esse trabalho tem como objetivo apresentar as o cuidado como valor fundamental nas trilhas de militâncias de mulheres Assentadas no interior do Ceará.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de abordagem tributária da pesquisa social, que se fia na necessidade de compreender as práticas de cuidado no campo. Cabe ressaltar que a pesquisa social aqui adotada preocupa-se com estudar a complexidade de redes e grupos sociais, de uma organização e/ou comunidade. Nessa, não há a defesa isolada e única de técnicas, práticas e métodos que sejam mais eficientes e melhores para usufruto no campo das Ciências Sociais e da Saúde. As teorias de caráter positivista sofrem recusa, nessa área, pelo modo direto e neutro ao tratar de elementos da vida social (GOLDENBERG, 2004).

Destaca-se que, para Gil (2012), um estudo de natureza qualitativa tem entre suas finalidades a produção de informações que reverberem significações para o fenômeno estudado, a considerar sua magnitude, podendo ser de menor ou maior complexidade.

Para Minayo (2010), a pesquisa qualitativa empenha-se na observação de uma determinada realidade, de modo que esse olhar, pelo aspecto numérico, não consegue quantificar fatos ou objetos. Além disso, esse tipo de pesquisa é importante quando usado em estudos que tratam da diferenciação de modos relacionais, dinâmicas de vida e no espaço social, bem como explicá-los. A mesma tem em exercício propriedades a lidar com a abstração nos fatos, pois considera o espaço social fecundo nas trocas de emoções, desejos e sentidos que não podem restringir-se à apuração de variáveis que associam causa-efeito.

Utilizou-se uma combinação de métodos para agrupamento de informações intuídas nesse estudo. Para este estudo, foi combinado o método Círculo de Cultura (FREIRE, 1999) com duas técnicas de coleta: observação participante (Gil, 2011) e História de Vida (MARCONI e LAKATOS, 2011).

O primeiro momento do círculo de cultura agregou a investigação do universo vocabular, cuja concepção considera que se deve encontrar o universo temático por meio da observação de palavras e expressões (FREIRE, 1999).Para esse momento, o usufruto de duas técnicas de coleta foi recomendável para atender ao propósito de conhecer como se dão as práticas de cuidado das mulheres que vivem no campo, sendo essas a observação participante e a história de vida (GIL, 2012; MINAYO, 2010; MARCONI & LAKATOS, 2011).

A observação participante como técnica de coleta de dados acompanha características e atributos de modos de vida, o que implica na aquisição de conhecimento sobre determinada comunidade. Acontece ativamente, com a imersão aprofundada de um sujeito; nesse caso, o próprio pesquisador,

em uma realidade vivencial para ele, fazendo-se partícipe de um grupo e atuando como coparticipante dele (GOLDENBERG, 2004; GIL, 2012; GERHARDT, 2009).

A observadora neste estudo esteve munida de Roteiro de Observação Participante e diário de campo para registro das impressões obtidas nas idas e vindas ao território (GOLDENBERG, 2004; GIL, 2012).

No caso deste estudo, a observadora frequentou o território por um período de 6 (seis) meses, para conhecer e vivenciar a situação social de vida das mulheres Assentadas e se colocar face a face com o cenário do estudo a ser analisado, construindo aproximação com os sujeitos, fazendo assim registro das informações inerentes à vida do grupo enquanto participava dela.

A priori, a pesquisadora apresentou-se no território em uma das reuniões mensais realizadas no espaço, cuja primeira aconteceu no mês de junho, e nesse momento fez a exposição de seu objeto de estudo e as implicações de seu trabalho no espaço, apresentando os propósitos do trabalho e o certificado de interesse de inserção no estudo. A pesquisadora esteve munida de diário de campo em todos os momentos da coleta de dados.

Dois momentos importantes para a coleta de dados foram ponderados: o momento de escrita das impressões no campo, em que foram observados os discursos das mulheres, atitudes, práticas de vida, rotina, hábitos familiares, contexto de vida individual e coletivo, sentimentos, relações, diálogos, histórias de vida, conversas cotidianas, reações e outros fenômenos que chamaram a atenção da pesquisadora para o estudo. Posteriormente, foi feita a reescritura do diário para sua análise pormenorizada e das informações contidas, a fim de consolidar uma escrita que atendesse ao propósito do estudo, elencando as informações mais relevantes para tal, clarificando assim as ideias para sua exposição aos leitores. Além disso, foi a partir dessa interpretação das observações feitas no diário que as reflexões foram tecidas nas vivências em campo, com objetivo de realizar uma aproximação da teoria com a prática.

No primeiro momento de investigação vocabular, houve ainda uma entrevista sob a forma de narrativa, denominada História de Vida, amparada por questões direcionadoras, o que foi útil para desenvolver o discurso das mulheres.

A História de Vida como abordagem narrativa configura-se como recurso importante para mensurar os conteúdos das falas em sua complexidade de significados e temas não quanto à extensão dos discursos, mas quanto à profundidade. É possível, mediante uso, conhecer a realidade dos sujeitos em seus diferentes relatos, pois esses podem expressar histórias em que apresentam concepções de vida,

cultura, conhecimentos, limitações, crenças, necessidades, sentimentos, valores e outras representações simbólicas decorrentes (MARCONI e LAKATOS, 2011).

Todos os momentos de intervenções foram conduzidos pela própria pesquisadora, na reunião inicial que acontece mensalmente na Associação de Moradores e em que foram apresentados os objetivos do projeto de pesquisa, bem como feita a constatação do interesse das mulheres na pesquisa, com o subsequente consentimento registrado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – ver Apêndice D.

A coleta de dados foi realizada através de um roteiro de entrevista semiestruturada, o que permitiu a realização de perguntas abertas e garantiu maior flexibilidade para indagar questões eventuais que surgiam a partir das falas das mulheres. As informações registradas através da observação participante, as narrativas, na História de Vida, foram gravadas para interpretação e análise que subsidiaram os temas norteadores. As respostas das perguntas concentraram-se em temas geradores e guiaram os momentos de Círculos de Cultura (encontros), a fim de serem validadas pelas mulheres e/ou discutidas, de modo a fazerem contrapontos, arguições, acréscimos ou explicações acerca de seu conteúdo. Além disso, esses resultados foram consubstanciados através de categorias e analisados à luz de referenciais teóricos que intentaram atender ao objetivo deste estudo.

O segundo momento, denominado levantamento dos temas geradores, constituiu-se do acúmulo de falas e discursos que o observador conseguiu reunir ao realizar as observações e entrevistas com as participantes nos encontros, conversas, visitas, eventos, discussões, reuniões e análogos decorrentes do trabalho de pesquisa. Foi possível identificar e elencar o conjunto de práticas inerentes à vida das mulheres no campo, comumente conhecidas e/ou incorporadas no campo.

Os temas geradores foram apontados no material por meio de palavras, frases, conversas e discursos sobre a leitura da realidade social individual e coletiva. Esses temas tiveram suas origens nas falas das mulheres, que ficarão registradas na memória, no diário de campo, a partir do roteiro de observação, nas gravações feitas e na sistematização do conteúdo analisado na pesquisa que subsidiou o terceiro momento do estudo: a elaboração das fichas geradoras. Essas leituras de mundo passarão por um processo de decodificação para posterior análise e discussão.

O já mencionado terceiro momento constituiu-se da elaboração das fichas geradoras, em que o conteúdo agregado no momento anterior serviu de aporte para elaboração de “fichas de cultura”, ou fichas sínteses, com os enunciados ditos pelas mulheres que serão validados nesse momento coletivo (BRANDÃO, 1984; FREIRE, 1979).

Dentre essas e inúmeras possibilidades, o terceiro momento foi propício para retomada do diálogo com as mulheres de acordo com as demandas do grupo, em que foram ordenados alguns encontros para conversar livremente sobre as práticas que foram suscitadas nos momentos individuais. Logo, por se considerar um perfil de mulheres do campo e se contemplar todos os níveis de escolaridades, as fichas foram elaboradas com uso de imagens e texto, em que caberia a participação delas nas discussões temáticas em tempo posterior (BRANDÃO, 1984; FREIRE, 1979).

Para os Círculos de Cultura, foi considerado o universo total de mulheres do Assentamento. A representação de todas essas mulheres foi útil para apresentar um retorno do que se encontrou nas análises anteriores, mediante outras técnicas de coleta de dados. Foi esse o momento de construção das fichas (com uso de imagens representativas sobre o que as participantes expressaram) sobre a integralidade das práticas de cuidado no cotidiano das mulheres, seguida pela explicação daquela ficha e, por fim, o momento de problematização das fichas temáticas, suscitando reflexões, questionamentos alçados tanto pelas mulheres como pela pesquisadora. Foi nesse momento em que se levantaram as possibilidades de indagação quanto às práticas de cuidado conhecidas ou outras, que o grupo desejasse comentar com maior profundidade, ou também de inserção de pontos que não tenham sido lembradas nos momentos anteriores ou pontos complementares com algo que tenha sido identificado pelos grupos (e não pelos indivíduos) além das possibilidades de intervenção das práticas de cuidado.

Perguntas do tipo: “Como se dá essa prática? Quais os usufrutos e repercussões? Como é essa convivência? Por que a escolha por esse modo ou outro? Qual é a perspectiva? É possível, diante dessa prática, visualizar outras? É possível intervir mediante a possibilidade de existir e recriar a cultura local? Qual é a potência das práticas de cuidado? Quais são os caminhos? Como fazer?” fizeram parte das questões que apareceram no encontro com as mulheres e constituiu-se do momento final da coleta de dados.

Ainda nessa etapa, o uso do diário de campo foi fundamental para o registro de todas as impressões durante os momentos de Círculos de Cultura, dirigidos a partir de alguns pressupostos definidos em um roteiro norteador, intitulado Roteiro Orientador para a Condução do Círculo de Cultura (Apêndice C). Esse roteiro foi ressignificado a partir da imersão em campo, dos acontecimentos e dos resultados de coleta de informações, de acordo com a necessidade ou a demanda de responder aos objetivos da pesquisa. Foi utilizado gravador em todos os momentos para registro das informações a serem transcritas posteriormente.

Para os momentos de Círculos de Cultura, foi utilizado um material educativo para condução dos momentos, planejados pela própria pesquisadora mediante o conhecimento das participantes da pesquisa, de modo a garantir uma participação compartilhada e corresponsável pelo planejamento dos momentos. O número de encontros foi programado de acordo com a necessidade sentida pela pesquisadora e pelas participantes, considerando-se os temas gerados nas informações registradas previamente. Aconteceram 4 (quatro) encontros. Cada um teve duração de aproximadamente 1 (uma) hora, com extensão dependendo da necessidade surgida de elementos como pontos decisivos que foram enunciados previamente, no planejamento com elas e sob o olhar da pesquisadora.

As informações registradas através da observação participante, contidas no diário de campo, nas entrevistas e no momento do Círculo de Cultura foram interpretadas através de análises de narrativas, com ênfase na leitura do material empírico, com apresentação descritiva e posterior discussão com as contribuições derivadas das produções do Laboratório de Pesquisa sobre Práticas de Integralidade em Saúde (LAPPIS), por considerar pertinente a leitura de textos dos campos das ciências sociais e humanas no diálogo em saúde.

Ademais, não se distanciou de se fazerem neste estudo associações dos resultados observados nas diferentes técnicas mediante a triangulação de métodos, das opções conceituais que tratassem do objeto de estudo e que agregassem práticas de cuidado no cotidiano da mulher do campo. Assim como não se distanciou, nas análises, dos resultados dos próprios pressupostos/princípios organizativos do referencial teórico do Círculo de Cultura (FREIRE, 1999).

Os sujeitos da pesquisa compreenderam um grupo de mulheres do Assentamento Águas Mortas, localizado na região Noroeste do Estado do Estado do Ceará. No Assentamento residem uma média de 28 (vinte e oito) famílias, sendo assim, 27 (vinte e sete) mulheres. O mesmo está situado a 95 quilômetros da sede do município, percorrendo 85 quilômetros em rodovia pavimentada e 10 quilômetros em estradas não pavimentadas.

De uma média de 20 (vinte) mulheres residentes no Assentamento em que se teve de fato um encontro com elas em alguns momentos da pesquisa, considerando o número total de mulheres, algumas não participavam das reuniões nem se encontravam em casa e nos espaços do Assentamento quando procuradas. Essas foram observadas mediante observação participante e nos encontros denominados como Círculos de Cultura. No entanto, para participação da entrevista, foi considerado de modo intencional um quantitativo de 6 (seis) mulheres.

O território da pesquisa circunscreve-se no distrito de Taperuaba, a aproximadamente 25 quilômetros do Assentamento. Esse distrito dispõe de um Centro de Saúde da Família – CSF, com uma equipe mínima para prestação de serviços assistenciais básicos em saúde. Os serviços de média e alta complexidade estão concentrados somente no município de Sobral, onde, sempre que há necessidade, faz-se a referência. A ocupação das mulheres no Assentamento se dá majoritariamente com serviços domésticos, agricultura e produção artesanal. Algumas desempenham apenas uma dessas funções e outras, mais de uma, sendo cumulativas e concomitantes.

Esta pesquisa está em conformidade com a Resolução n.º 466/2014 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), garantindo sigilo de acordo com os princípios éticos nas pesquisas envolvendo seres humanos.

A pesquisa em questão foi submetida à apreciação do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Saúde do Município de Sobral (NEPS) e do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ). Teve parecer favorável com o nº de protocolo 66045617.1.0000.5260.

As participantes foram esclarecidas quanto aos procedimentos para participação na pesquisa e à submissão da coleta de dados desta pesquisa (entrevistas e Círculos de Cultura), também quanto aos objetivos e esclarecidas quanto às dúvidas que se sucederam. Elas declararam interesse mediante a assinatura do TCLE respectivamente (Apêndice D). As participantes do estudo foram convidadas para participar na reunião da Associação de moradores e através de visitas domiciliares, por meio de conversas formais e informais. Elas foram informadas de que não há, portanto, riscos previsíveis decorrentes da participação neste estudo, além de **riscos presumíveis conhecidos, como constrangimento ou desconforto, ou mesmo o não entendimento de alguma pergunta, e de que ele não compromete a integridade física ou mental das pessoas. Caso surgisse alguma necessidade, as mesmas seriam esclarecidas e sanadas pela pesquisadora, bem como a liberdade para interromper sua participação no estudo em quaisquer momentos ou etapas sem prejuízo para as mesmas.**

Em consonância com as orientações do MS, que rege pesquisas com seres humanos, todo processo de coleta de dados nesse estudo, assim como as análises e divulgação de resultados, cuidou e cuidará do anonimato e confidencialidade dos participantes nesta pesquisa. As informações concluídas deste material só serão empregadas em prol de usufruto acadêmico para pensar estratégias de cuidado e assistenciais no campo das políticas direcionadas às mulheres do campo e Assentadas. As participantes tiveram a liberdade de não serem identificadas pelo nome pessoal, optando por um codinome (mulher assentada 1, 2, 3 = MA1, MA2, MA3 etc.).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

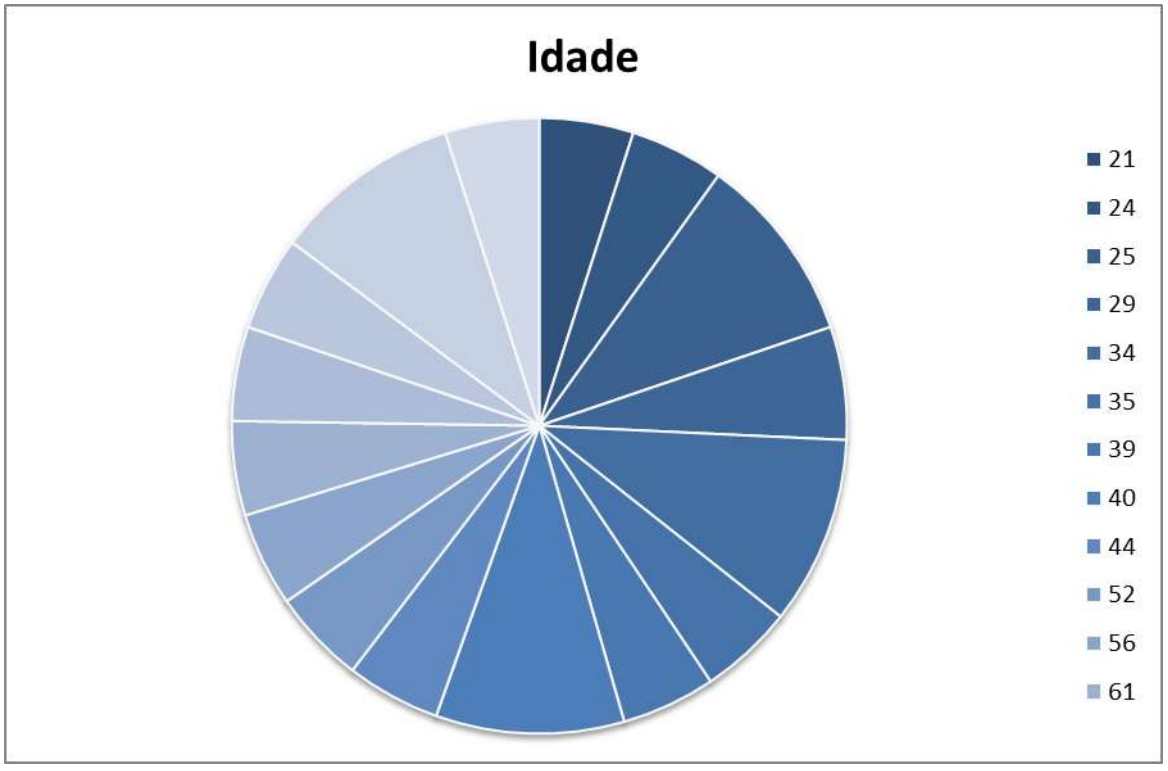
Sobre o cenário de ocupação das mulheres Assentadas em Águas Mortas

O Assentamento de Águas Mortas localiza-se nas proximidades do distrito de Taperuaba, a 25 quilômetros desse e a 97 quilômetros de Sobral, onde famílias começaram a habitar a região na década de 1990, iniciando-se apenas com três casas na localidade em que residiam os fazendeiros da região. Esses fazendeiros eram originários de Sobral e instituíram suas casas para agregar trabalhadores para si. A localidade situa-se na região do semiárido, de clima quente e seco. A população conta com uma média de 25 famílias, cada uma possuindo sua casa para cuidar, sem contar com os agregados que no momento não formam uma quantidade populacional exata.

O grupo de mulheres envolvido na pesquisa contou com 20 (vinte) mulheres com idades variando de 20 a 75 anos. Todas as mulheres se consideravam, quanto à ocupação, domésticas e agricultoras. Dessas, três se consideravam apenas agricultoras, uma era pensionista, duas trabalhavam com confecção para recém-nascidos (costura e bordado), duas trabalhavam como secretárias domésticas e uma se dizia professora informal afastada.

Com relação à faixa etária, tem-se um gráfico representativo.

Gráfico 1 – Faixa etária das participantes do estudo.



Fonte: Elaborado pela autora.

Do universo de estudo, uma mulher era viúva e as outras estavam em uma relação estável com seus companheiros. Apenas duas não tinham filhos.

A observação participante aconteceu de seis de junho a oito de novembro de 2017. Nesse momento, a pesquisadora esteve inserida no Assentamento (visitas domiciliares, reuniões, encontros em datas comemorativas). Ao todo, foram feitas pelo menos vinte e seis práticas diárias e observação participante de duas a três horas cada. A caminhada no campo para a busca de conhecimento do lugar ocupado foi acompanhada de uma informante-chave, a presidente da associação local, que, algumas vezes, compartilhou esse momento com outra mulher do Assentamento, que auxiliou as idas às casas, igrejas e atividade coletivas em outros espaços. De início, ela apresentou a pesquisadora na reunião; as mulheres ficaram agradecidas pela escolha do lugar para a pesquisa por se sentirem honradas e vistas no mundo, e, diante de tantos Assentamentos, comunidades, mulheres Assentadas, alcançarem essa visibilidade foi de grande apreciação. As reuniões acompanhadas totalizaram seis encontros, com a observação acontecendo do início ao fim. A palavra sempre era concedida para conduzir alguma atividade de acolhimento, informes, principais assuntos e sempre era organizado um momento para o lanche, pela pesquisadora. Aos términos das reuniões, procurava-se interagir com a comunidade, saber os nomes das integrantes, endereço, ocupação, conhecer os familiares, fortalecer os laços de amizade e agendar algumas visitas. Todo encontro foi proveitoso.

Sobre as entrevistas foram feitas seis entrevistas, do tipo História de Vida, técnica considerada guardiã da memória, pois as mulheres recorrem a situações passadas para contar a história do presente. Elas narram os modos de vida passados e situam a existência do novo, realizando um vaivém de transformações em um elo constante de significados. As entrevistas foram realizadas na residência de cada mulher, com exceção de uma, que optou por fazer no local em que acontecem as reuniões da associação (a casa de uma das mulheres), o que aconteceu após uma das reuniões locais. As entrevistas duravam de trinta minutos a cerca de uma hora.

O cotidiano do Assentamento é representado por vidas que contam seus desejos, sentidos e vozes para além do aspecto superficial e genérico. No contato com o ambiente físico e com a natureza percebe-se a presença de recursos socioambientais para usufruto salutar e manutenção do ecossistema que ali se encontra. É provável, também, que se aproxime das instituições sociais que existem na localidade, dos sujeitos que ali habitam para conhecer o real valor das demandas e das necessidades que lhes sobrevêm corriqueiramente, individuais e coletivas.

O encontro com os elementos materiais e imateriais facilita as narrativas das histórias de vida para serem contadas com mais profundidade e autenticidade. Fala-se não como autora, mas como narradora de fatos vivenciados pelo período de seis meses e que, mediante a convivialidade no campo, com os atores que são nativos, aprende-se com suas práticas no convívio diário. Amparado por instrumentos de coleta de dados, o diário de campo como técnica adequada para registro das experiências e mapeamento de informações essenciais, como dados demográficos, epidemiológicos, políticos e sociais para compreensão da realidade vivida por outros, faz sentido quando se estudam os grupos sociais, seus modos de vida e suas interações.

O CUIDADO E AS TRILHAS DE MILITÂNCIAS DE MULHERES ASSENTADAS NO INTERIOR DO CEARÁ.

A compreensão da trajetória de vida de movimento de mulheres no Brasil e na América Latina constituiu-se momento de muitas dificuldades marcadas pela invisibilidade de seus direitos básicos e fundamentais; não apenas para mulheres, mas para toda a população brasileira. No entanto, é mister reconhecer o quanto as mulheres em especial tiveram seus direitos recusados por discriminação, naturalização do menosprezo e divisão sexual do trabalho vivido por longos tempos. A mulher consegue se aproximar de seu conjunto de direitos mais tardiamente que os homens, evidenciados em projetos de gestão que não apresentavam propostas, políticas de governo pautadas na defesa da cidadania, direitos trabalhistas, de ascensão social e participação nas decisões político-sociais (MELO & FERRANTE, 2013).

O movimento de mulheres Assentadas é consagrado desde cedo como um coletivo de defesa do espaço individual e coletivo das famílias que habitariam as terras de Águas Mortas. Reconhecido como um movimento social de mulheres, que em outros tempos já esteve mais fortalecido e em tempos hodiernos desenvolve mediações de lutas compartilhadas com os homens que estão inseridos com grande força nos encontros que acontecem conjuntamente no lugar: reuniões do conselho de saúde, da associação de moradores, encontro da colheita, ações do coletivo e festas comemorativas locais.

Alguns desses espaços são mais ocupados por homens, como a atividade do coletivo e as reuniões da associação. As mulheres exercem cargos políticos na comunidade, sendo alguns deles: presidente, liderança comunitária, tesoureira, secretária e representante local no conselho de saúde. Apesar de os cargos ocupados nesse espaço serem assumidos majoritariamente por elas, a assiduidade é maior por parte dos homens. Talvez ocupem os cargos pela disponibilidade que há em atuar voluntariamente, pela organização dos trabalhos burocráticos e pela responsabilização para o que for

necessário, se convocadas a viagens, escrita da ata, recebimento do valor de contribuição dos associados, mediante carnês emitidos pela tesoureira etc.

O sentido de viver no Assentamento é, para as mulheres, uma condição estável, de luta constante por melhoria nas condições de vida. As mesmas se organizam em movimentos sociais, pois se configuram como um grupo de pessoas que têm uma coesão de grupo, assemelham-se nos objetivos de vida, nas reinvindicações de questões do próprio modo de se relacionar e viver, como: pedido de escolas para as crianças, trabalho para as mulheres, serviços médicos de atenção à família, benfeitorias para o trabalhador rural, pavimentação, água potável, transporte público, cultivo de plantas e criação de animais. Na organização social, manter as relações sociais agindo na mediação de problemas coletivos, pressões às lideranças comunitárias para estimular o movimento, através de orientações às famílias desprovidas de informações e a requisição de bens de consumo para os trabalhadores junto às entidades necessárias.

> Aí muitas vezes, a própria comunidade começa fazer o que? Querer cobrar só dos outro, “a gente vai pra reunião, e ninguém resolve nada”, e ficam só culpando os outros. Tudo que acontece de errado, colocam a culpa em nós. Porque como tão dizendo aí, tinha essas frescura, e tinha o apoio e como ela conseguiu a escolinha, eu peguei, elas ensinando os aluno aqui, não precisava as crianças sair daqui, pra ir lá pra Taperuaba de madrugada, dormindo, sozinho, a mãe fica morta de preocupada, por que ele vai sozinho dentro do ônibus, de primeiro trazia tudo pra cá, que era pertinho, o pai vinha deixar, a mãe vinha deixar (MA).
>
> O poço até hoje tá servindo pra dar água ao gado, à comunidade, serve pra utilizar tudo no mundo. Então isso já vai ser um benefício. Se continuasse com esse mesmo projeto, com certeza nossa comunidade, tanto Alto Alegre, como Águas Mortas, Poço da Pedra, se todos fossem dessa forma, a gente se reúne e se sentar e conversar. E através do diálogo, é através da união, que a gente consegue coisas pra comunidade. Nós não podemos resolver problemas de família nós não pode resolver, mas a comunidade em si ...a convivência e o bem-estar de cada um. Se talvez tivesse apoiando o candidato, com certeza ela tinha conseguido mais alguma coisa, principalmente (MA2).

Outras narrativas sobre as trilhas encontram-se nas falas adiantes. Vejam:

> Aqui precisa de trabalho meu amor. Trabalho que as mulheres ganhassem algo. Isso era muito importante. Existisse uma fonte de renda. Que elas ganhassem alguma coisa pra acompanhar esse bolsa família, que é pouco pra elas, eu acho. Pra mim o trabalho ocupa muito a mente, é muito gostoso a gente trabalhar. E se tiver trabalho, tá todo mundo ali trabalhando, ganhando aquela coisa, e ocupa a mente. Eu vejo assim, se o prefeito quisesse fazer, o mais indicado seria ele fazer as coisas por nós, a prefeitura, ou um secretário, ou qualquer, trazer alguma coisa pra nós, mesmo que fosse assim, mesmo que fosse aquele artesanato. Já era uma grande coisa. Tinha que ser por eles lá. Fazer algo pela comunidade, pelo povo (MA10).

> Uma coisa que nós não temos agora é assistência técnica do INCRA. Porque um assentamento só pode caminhar, se tiver assistência, pra poder conversar com as comunidades, pra preparar os projetos. E sem assistência técnica, não tem projeto, não tem nada, todos ficam dispersos. É igual ovelha sem pastor. Eu acho, no meu ponto de vista, que aqui em Águas Mortas, que é ponto de referência dos assentamentos, era pra ter um mini posto com ambulância, um motorista, era pra ter uma Enfermeira de plantão. Por quê? Porque muitas vezes um idoso passa mal, uma pessoa tá com a pressão alta. Por que muitas vezes a pessoa sai daqui tão debilitado, que não consegue ir num transporte de uma moto. Porque a pessoa corre risco de passar mal no meio do caminho e morrer. É como as pessoas dizem aqui: é melhor "tacar logo um pau na cabeça e morrer logo". Porque não tem transporte, não tem dinheiro pra pagar um carro. Então, tudo isso precisa pro assentamento, médico dentro da comunidade. Pra ajudar as crianças, os idosos, que são as pessoas mais frágil, que são: os idosos, as criança, e as pessoas que tem doença já (MA2).

Esses têm identidades próprias, de indivíduos e grupos que, mesmo divergindo em propósito por possuírem questões individuais, aproximam-se ao apostar em metas e esperanças comuns, desejos mútuos para a melhoria do Assentamento. Prova disso é que nos momentos das reuniões as pessoas sempre perguntam como estão as outras e, se sabem de algum problema que passam, interessam-se por ajudar. Aproximam-se uns dos outros para conhecer suas carências e assim poder ajudar, assumem responsabilidades com os outros, na área familiar (pessoal), ambiental, financeira ou outra. Nas reuniões da associação, por exemplo, as pautas são movidas a favor do trabalhador rural, discutindo-se saúde, segurança, bem-estar, trabalho, sociedade, lazer, relações interpessoais, necessidades locais, educação, alimentação, avaliação de satisfação de suas moradias, para com o serviço de saúde, o Incra e outros.

Há por parte de muitas mulheres Assentadas, ainda, o distanciamento da organização política, da participação em reuniões e em espaços coletivos por não se perceber parte, por acreditar que os homens como líderes do lar deveriam ocupar esse espaço, quando elas estão em outras atividades, no lar, por exemplo, cuidando dos filhos, costurando ou mesmo ficando em casa, ações próprias do encargo socialmente construído para a mulher.

Menegat (2010) refere-se à mulher camponesa com uma noção singular, daquela envolta na centralidade da casa, o que as difere naturalmente de mulheres acampadas. Acerca das mulheres acampadas, denotam-se sentidos de sujeitos que vivem na provisoriedade, em áreas desocupadas, nas margens de rodovias ou proximidades de fazendas, por habitantes que vivem em barracos ou espaços sem nenhuma estrutura física e desprovidos de relações sociais efetivas, pois nos arredores não há a presença da vizinhança. Esses ocupam terras de propriedade do Estado e se colocam na condição de movimentos, de reinvindicação do direito a terras, teto, moradia e desenvolvem a

dimensão participativa desses povos pela condição de necessitar tornar públicas suas condições de vulnerabilidade, invisibilidade social e negação do acesso aos bens e serviços públicos (HESPANHOL, 2013).

A mulher ao longo da trajetória histórica esteve inserida em movimentos sociais, mas sua inserção não se deu sempre em grupos homogêneos, compostos por outras mulheres, mas integrando diferentes segmentos, sua apresentação no campo político acontece tardiamente. Sua participação na sociedade só é vista quando suas defesas são objetos de disputas de interesses femininos, sendo ignoradas como atores de transformação (MENEGAT, 2010 & FERRANTE, 2013). Há imbricado nos discursos, falas de tensões políticas, que dizem do viver em uma assentamento com valores sociais próprios, e movimentos de lutas, específicos e singulares, como estes:

> Teve conquistas nossa aqui no Assentamento. Foi da associação de moradores. Nós pedimos ao vereador... a gente colocou um vereador em frente e conseguimos o carro de aluno, e conseguimos essa escolinha que tá desativada, conseguimos um poço profundo. Então melhorou muito, muito, mas ainda tem muito a desejar. Tudo isso foi luta (MA2).

> Nós como assentados, nós poderia muito bem na época de eleições, pra escolher uma pessoa pra nós apoiar o assentamento. Porque se a gente apoiar uma pessoa, a pessoa que tá à frente da associação, vai ter todo o direito de ir lá, no calcanhar do camarada, e dizer que a nossa comunidade lhe apoiou, agora você vai ter que nos apoiar. Por que a gente... dá de César o que é de César. Então se o camarada quer apoio, então todo mundo apoia. Pra que? Pra aqueles projeto que a comunidade quer, que a gente deve colocar nas mão daquela dita pessoa, irá nos ajudar dentro da associação. Só que existe um porém. Dentro da associação, dentro da nossa comunidade, ninguém se reúne pra apoiar uma pessoa só, tem pessoas que vêm de fora, que não têm nada a ver com o nosso distrito, que não vai fazer nada pelo nosso distrito, não vai fazer nada pela nossa comunidade, muitas vezes a pessoa chega e apoia a pessoa do assentamento. Então acho assim, que por causa de problema pequeno, perdemos oportunidade grande da gente ter melhoria no nosso assentamento. Se todos se reunir e se combinar pra votar numa pessoa só, toda associação vai ter a quem recorrer, não concordam? (MA6).

Fato que é corroborado pela inserção da mulher nos movimentos políticos da Reforma Sanitária Brasileira (RSB), na década de 1970, e na aprovação de leis documentais na década de 1980, como a aprovação de um novo ideário social, garantido mediante a Constituição Cidadã e posteriormente à lei que efetiva a participação social dos sujeitos em diversos espaços, lei 8.080 e 8.142/90. É especificamente neste momento que se começa a vislumbrar na inserção de outros atores na sociedade, com inserção política e de participação social. Nesse contexto são abertas tanto a possibilidade de mobilização social como também a abertura para garantia do acesso das mesmas em outros espaços que se configuravam inexequíveis (MENEGAT, 2010; FERRANTE, 2013).

O movimento de mulheres após a década de 1970 começa a ganhar voz após seu percurso de invisibilidades por décadas. Principia-se a denúncia da negação dos direitos étnico-raciais, de gênero, desigualdades sociais, estigmas, preconceito e exclusão da vida social, na aquisição de funções públicas e de trabalho, o que abre alas para uma nova conformação de identidade sociocultural da mulher a ser desvelada cotidianamente (MENEGAT, 2010; FERRANTE, 2013).

Como expressão da luta, destacam-se as desigualdades de classe e de etnias, mas principalmente de gênero, anunciando a urgência em quebrar todo o tradicionalismo e subalternidade que lhe foram impostos, tendo em vista a discussão sobre o lugar social da mulher e a criação de uma nova identidade – social, política e cultural - construída por elas. Demarca-se, assim, a ocupação de alguns espaços por elas, como o sindicalismo rural, organizações não governamentais e/ou organizações autônomas, mesmo com o desafio de rompimento da relação de poder, as hierarquizações engendradas e a demora por reconhecimento (OLIVEIRA, 2009; FERRANTE, 2013).

Alguns grupos foram essenciais na história e no aparecimento de outros grupos sociais que outrora estiveram anônimos na sociedade. As lutas das mulheres se apresentam desde o início como um movimento a favor do reconhecimento, pela desigualdade de gênero negada por muito tempo, pela visibilidade como mulher, trabalhadora, pertencente a uma classe social. Foi nessa construção processual que a mulher escreveu um legado para a história dos movimentos sociais e incentivou o alavancamento de outros movimentos, colocando em cena a possibilidade de ressurgimento no espaço público, a luta pela igualdade de valor, de direitos e de destaque, como atores potenciais nos diversos setores da sociedade (MENEGAT, 2010; FERRANTE, 2013).

As mulheres Assentadas no campo organizam-se nos espaços com pouca evidência pública, pois discutem as relações societárias no campo informal, nas conversas de rotina, entre as donas de casas, em que se ouvem ruídos de queixas, de inquietação sobre a vida, a lamentar a ausência do poder público, governantes e lideranças sociais para as escutarem. Essas mulheres, em menor proporção, reúnem-se em outros espaços comunitários, como igreja, sindicatos de trabalhadores rurais, Conselho Local e nos equipamentos sociais, como CSF, entidades Públicas como o INCRA e Organizações não governamentais, como representantes dos interesses da mulher do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esses encontros da população com representação de Assentados são apropriados essencialmente por duas mulheres que mais se implicam nos movimentos de luta e reinvindicação dos direitos da mulher Assentada. Mas são essas mulheres que estimulam dentro dos Assentamentos a criação de espaços para conceder retorno das demandas sociais assistidas fora do assentamento.

Foi perceptível a implicação das lideranças com as demais no compromisso e cuidado com o espaço público que é o Assentamento e com as pessoas que lá moram; seus desejos, suas carências, suas vidas. Elas se inserem em espaços fora do Assentamento, no distrito, nas regionais e estaduais e pautam as questões do Assentamento. O produto do trabalho dessas mulheres resulta na chegada na comunidade de alguns equipamentos sociais, como escola, igreja, casa para atendimento de saúde, trabalho assistencial da Caso do Cidadão com confecção de documentos pessoais, distribuição de cestas básicas e convocação de representantes institucionais e políticos (prefeito, vereador, gestor de saúde) para momentos de diálogo com a comunidade, que acontecem esporadicamente.

Não se pode deixar de considerar nesta pesquisa o valor de todas as práticas de cuidado construídas e transmitidas por gerações, no cotidiano de um Assentamento camponês, a construção social, nas trilhas dessas mulheres, nas crenças que são herdadas, os cuidados como construções sociais de valor humano e cultural. Elas têm um valor simbólico e de apreciação para a população local, pela repercussão e conservação perene do conjunto de práticas aprendidas e criadas, como a importância que se dá à tradição, ao elo entre os povos que passaram e à atitude de criar seus modos próprios de interação para a produção de saúde. Ao mesmo tempo em que não passa despercebido o conjunto de bens, serviços e práticas de cuidado que ainda não chegam ao cotidiano das mulheres e que são considerados necessários, direitos legais que há tempos não são garantidos.

Nesse sentido, torna-se primordial repensar o acesso a bens e serviços de saúde para sujeitos, individuais e coletivos, em situação de vulnerabilidade e exclusão social. E, sobretudo analisar o cuidado como valor humano existente nas trilhas das mulheres assentadas, no sentimento de pertencimento, e em alguns momentos de negação dessas práticas. E, sobretudo que se respeitar, a pluralidade de culturas, realidades e contextos em que os diferentes grupos estão inseridos, a singularidade dos desejos quando se pensa na saúde como um conceito amplo e que sofre interferência histórica, política, social e cultural.

REFERÊNCIAS

AYRES, J.R.C.M. “Cuidado e reconstrução das práticas de Saúde”. IN PINHEIRO, R. CUIDADO: trabalho e interação nas práticas de saúde. Rio de Janeiro: EDITORA CEPESC: IMS/UERJ: Abrasco, 2011.

ALMEIDA, S.B, PINHEIRO, R. “A trajetória de mulheres com câncer de mama: uma proposta de estudo sobre prática avaliativa de integralidade no município de Volta Redonda”. In: PINHEIRO, R & SILVA JR, A.G. Por uma sociedade cuidadora. Rio de Janeiro: EDITORA CEPESC: IMS/UERJ: Abrasco, 2010.

AYRES, J.R.C.M. “Construção Social da Demanda por Cuidado: revisitando o direito à saúde, o trabalho em equipe, os espaços públicos e a participação”. In: PINHEIRO, R; MULLER, J.S; TICIANEL, F.A; Spinelli, M.A.S, SILVA JUNIOR, A.G. (Org.). Rio de Janeiro: CEPESC/IMS/UERJ/ABRASCO, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP. Resolução n 466/2014: sobre pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, 2014.

GERHARD, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de pesquisa / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MARTINS, P. “Dom de reconhecimento e saúde: elementos para entender o cuidado como mediação. Usuários, redes sociais, mediações e integralidade em saúde”. In: PINHEIRO, R; MARTINS, P. Rio de Janeiro: CEPESC/IMS/UERJ/ABRASCO, 2013.

PINHEIRO, R. “Integralidade do cuidado: a promessa da política e a confiança no direito”. In: PINHEIRO, R; MARTINS, P. Rio de Janeiro: CEPESC/IMS/UERJ/ABRASCO, 2013.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar Projetos de Pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa. – Editora RECORD.. 8ª edição. São Paulo/ Rio de Janeiro, 2004.

MINAYO, M.C.S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

Minayo, MCS. O Desafio do Conhecimento. São Paulo: HUCITEC, 2010.

MARCONI, M.A; LAKATOS, E.M. Metodologia Científica. 6ª edição: São Paulo: Atlas, 2011.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é o Método Paulo Freire? 7ª ed, Editora Brasiliense. Rio de Janeiro, 1984.

FREIRE, P. Educação e mudança / Paulo Freire; tradução de Moacir Gadottie Lilian Lopes Martin. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

FERRANTE, V. et al. Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos / Delma Pessanha Neves, Leonilde Servolo de Medeiros (Organizadoras). – Niterói : Alternativa, 2013.

MENEGAT, A.S. Retratos da vida de mulheres assentadas. Fazendo Gênero, 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos 23 a 26 de agosto de 2010.

PELUSO, M.L. O desafio de compreender a natureza na obra de Milton Santos. Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território, V.4, N.1. Brasília, 2013.

OLIVEIRA, M.S et. al. Saúde da mulher na imprensa brasileira: análise da qualidade científica nas revistas semanais. Interface (Botucatu) [online]. 2009.

MELO, M.et al. Caracterização de atividades agropecuárias de comunidades do semiárido sobralense participantes do projeto cabra nossa de cada dia. I Simpósio Brasileiro de Recursos Naturais do Semiárido – SBRNS. Iguatú, 2013.

MENEGAT, A.S. Retratos da vida de mulheres assentadas. Fazendo Gênero, 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos 23 a 26 de agosto de 2010.

HESPANHOL, R.A.M. Campo e Cidade, Rural e Urbano no Brasil contemporâneo. MERCATOR, Fortaleza. Número especial (2), 2013.